

VOLUME
XXXVIII
N.º 2

**BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**

2025

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)

Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)

Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)

José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)

Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)

Agustín Vivás Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)

Âna Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)

Ana Isabel López Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)

Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)

António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - aresendeo@gmail.com)

Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvases@fcsb.unl.pt)

Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caiboschi@hotmail.com)

Carlos Alberto Avila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)

Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)

Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)

Dália Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - daliaarodes@gmail.com)

Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)

Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)

Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)

Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)

Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramos@dglab.gov.pt)

Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)

Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)

Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)

Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)

Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)

Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)

Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)

Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)

Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)

Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)

Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)

Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)

Isabel Yargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)

Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)

Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)

Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)

Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)

Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)

João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaoalvesdias@gmail.com)

João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)

João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)

Jorge Miguel Lobo Janeiro (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal - jorge.janeiro@dglab.gov.pt)

José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)

José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)

José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)

José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)

José Vicente Serrão (ISCIE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscie-iul.pt)

Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)

Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)

Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)

Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)

Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)

Luis Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)

Luis Filipe Santos (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal - luis.santos@dglab.gov.pt)

Luis Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujo@campus.ul.pt)

Luis de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)

Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)

Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menamanuel@sapo.pt)

Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)

Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)

Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)

Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)

Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)

Maria do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@ucp.pt)

Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@pucsp.br)

Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo_santos@yahoo.com)

Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)

Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)

Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)

Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fcsb.unl.pt)

Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)

Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)

Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)

Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)

Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)

Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)

Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)

Rui Cascao (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)

Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)

Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)

Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dggpc.pt)

Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)

Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
XXXVIII
N.º 2

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632

2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_38_2

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE®

Scopus®

DOAJ

DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

MIAR



Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
-----------------------------------	----------

Maria Cristina Vieira de Freitas

ESTUDOS

A Ciência da Informação na Universidade de Coimbra: Um estudo epistemológico das investigações desenvolvidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos.....	11
---	----

Paulo Vicente; Maria Beatriz Marques; Liliana Isabel Esteves Gomes; Carlos Guardado da Silva

Dois anos de vida com o Cartório das Propriedades: Fontes judiciais do ambiente construído de Lisboa do século XVIII e inícios do século XIX	49
---	----

Sandra M. G. Pinto

Educar para a missão: A presença das Irmãs de São José de Cluny em Coimbra e o Colégio da Rainha Santa Isabel (1875-1941).....	81
---	----

Filipe Miguel de Andrade Campos

Miscelánea de arte y poder en las encuadernaciones heráldicas de la Biblioteca Arzobispal de Granada	113
---	-----

Carlos Díaz-Redondo; Elvira-Julieta Miguélez González

Monarquia e arquiépiscopado: As duas mortes de D. Diogo de Sousa, arcebispo e senhor de Braga (1505-1532).....	143
---	-----

Isabel dos Guimarães Sá

Os profissionais da informação da Região do Algarve: 2020-2025	169
--	-----

Carlos Guardado da Silva; Alexandra Centenico

O que lê um guarda dos cárceres do Santo Ofício de Coimbra: A biblioteca de António de Moraes da Costa (1769).....	187
---	-----

Isabel Drumond Braga

Las visitas pastorales en los Archivos Eclesiásticos, fuentes para la investigación histórica: El ejemplo de los Archivos-Eclesiásticos de Mérida-Badajoz	205
Guadalupe Pérez Ortiz; Agustín Vivas Moreno; Sonia López Ortiz	

RECENSÕES CRÍTICAS

Museu e Bibliotecas do Porto, & Câmara Municipal do Porto. (2023, agosto a 2024, setembro). <i>Comemoração do Centenário do Nascimento de Fernando Távora (1923-2023)</i> [Exposição e Programa]. Programa Távora 100, Porto. 468 p., 4 h., grab., mapas, fotos, enc. pasta dura.....	241
Pedro López Gómez	
Vaquinhas, N. (Coord.). (2024). <i>Atas do V Encontro de História de Loulé (30 de setembro e 01 de outubro de 2022)</i> . Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal.	243
Ana Margarida Dias da Silva	

NOTA DE APRESENTAÇÃO

INTRODUCTORY NOTE

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS

Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)

cristina.freitas@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8849-8792>

Este segundo número do volume XXXVIII do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra [BAUC] vem à luz, como habitualmente, sob os auspícios da Imprensa da Universidade de Coimbra [IUC], a nossa Casa Editorial e parceira indiscutível. Orgulha-nos, uma vez mais, esta parceria, que é também motivo de comemoração. Partilhamos convosco a grata notícia de que o BAUC, por intermédio da IUC, já está integrado na *Diamond Discovery Hub* [DDH], plataforma pertencente ao *European Diamond Discovery Hub* [EDCH], associado a um importante projeto europeu dedicado à Ciência Aberta¹. Pelas palavras da própria IUC, a quem felicitamos vivamente pelo feito, esta (a IUC, bem se entenda) é considerada uma *Trusted Source* - a primeira, em Portugal - naquela importante plataforma.

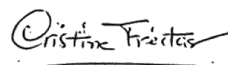
No que toca à apresentação deste novo número regular do BAUC, destacamos, globalmente, na Secção “Estudos”, a publicação de uma seleção de oito artigos científicos originais, que nos convocam a uma viagem por estudos realizados sobre o uso de fontes de informação judiciais e de arquivos eclesiais para o estudo, respetivamente, do ambiente construído de Lisboa ou das visitas pastorais realizadas em Mérida e Badajoz. Também os estudos sobre “as duas mortes de D. Diogo de Sousa” e sobre “o que lê um guarda dos cárceres

¹ De acordo com comunicação da Imprensa da Universidade de Coimbra, datada de 2025, “[o] Diamond Discovery Hub [DDH] tem como objetivo tornar-se um registo abrangente de revistas de acesso aberto publicadas institucionalmente e dirigidas por académicos, sem taxas para os autores, na Europa, concebido para melhorar a visibilidade e a facilidade de descoberta das revistas de acesso aberto diamante”.

do Santo Ofício de Coimbra” estão aqui representados. A educação para a missão, sob o manto das “Irmãs de São José de Cluny em Coimbra” e a arte, o poder e as suas várias representações, visíveis nas encadernações heráldicas granadinas (e não só), são também fontes para outros dois muito interessantes estudos publicados no presente número. Ainda, referimos a presença de mais dois estudos, ambos a representarem a Ciência da Informação: o primeiro, que versa sobre as possíveis classificações “epistemológicas” de investigações desenvolvidas na área e o segundo, que procura traçar o perfil dos profissionais de informação da Região do Algarve, balizado pelos últimos cinco anos. Conforme se poderá comprovar, os textos publicados nesta Secção “Estudos” apresentam uma variedade temática muito atraente para o leitor e a leitora, evidenciam abordagens multi e interdisciplinares, num arco cronológico de vários séculos, sendo analisados sob a lupa atenta de um número igualmente variado de autores e autoras, responsáveis pela sua concretização. Por fim, é de realçar que dois destes estudos provêm de investigações realizadas no país vizinho, a Espanha e que foram forjados numa lógica que privilegia uma sempre muito feliz convergência de assuntos que interessam tanto à História, quanto à Conservação e o Restauro e a Ciência da Informação, sendo estas as três áreas científicas principais de classificação do BAUC nos índices internacionais de prestígio.

A rematar todo esse percurso aqui sumariado, em breves traços, na Secção intitulada “Recensões críticas”, são apresentadas ainda duas sinopses relativas a dois trabalhos recentemente publicados. Num primeiro plano, refira-se a análise de obra evocativa do Arquitecto Fernando Távora, natural do Porto, secundada pela apreciação das atas de um encontro científico na área da História, realizado em Loulé. Curiosamente, norte e sul aqui se encontram e marcam presença nesta secção do BAUC.

Por fim, já a aproximar-nos de mais uma Quadra Natalícia, relembremos que o gosto pela leitura de qualidade não pode deixar de fazer parte da nossa “mesa”, porque alimenta e eleva a nossa “alma”, através do acesso livre ao conhecimento. Numa ocasião como esta de que nos aproximamos, o BAUC não poderia faltar ao desígnio partilhar abertamente mais um dos seus números, para o vosso convívio. Ao terminarem estas linhas, já do vosso lado, certamente, estará esta nossa “prenda” de Natal.



Diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra e do
Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Coimbra, 09/12/2025.

Estudos

A Ciência da Informação na Universidade de Coimbra: Um estudo epistemológico das investigações desenvolvidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos

Information Science in the University of Coimbra: An epistemological study of the master's and Ph.D. research

PAULO VICENTE

Investigador

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), Faculdade de Letras
pvicente@student.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7488-592X>

MARIA BEATRIZ MARQUES

Professora associada com agregação

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
beatrizmarques35@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0088-0429>

LILIANA ISABEL ESTEVES GOMES

Professora auxiliar convidada

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), Faculdade de Letras
liliana.gomes@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3786-2942>

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor associado com agregação

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos
carlosguardado@edu.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

Artigo entregue em: 3 de julho de 2025
Artigo aprovado em: 26 de agosto de 2025

RESUMO

A Ciência da Informação (CI) continua a construir a sua identidade epistemológica, desiderato que tem sido singularizado por uma sucessão e coexistência de paradigmas. Uma das propostas mais influentes é a clássica tríade de paradigmas aprofundados por Rafael Capurro: físico, cognitivo e social. Neste sentido, o objetivo principal deste estudo é averiguar em quais destes paradigmas epistemológicos se enquadram as investigações desenvolvidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos em CI da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC).

A metodologia adotada, sustentada nos métodos de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo qualitativa, partiu da análise das 109 produções científicas finais nas quais culminaram as investigações conduzidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos em CI da FLUC (depositadas no Estudo Geral), entre 2006 e 2022.

Conclui-se que não há, à luz dos paradigmas físico, cognitivo e social, uma orientação epistemológica una e unívoca. Há uma hegemonia do paradigma físico, apropinquado da tendência epistemológica da CI em voga nos países europeus mais próximos, Espanha e França, associado, sobretudo, a uma herança documentalista secular, coexistindo uma expressão significativa, mas não preeminente, do paradigma social. A incidência do paradigma cognitivo surge em menor número e sempre complementado por uma abordagem que tende, parcialmente, para os pressupostos do paradigma social.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação; Epistemologia da Ciência da Informação; Investigação em Ciência da Informação; Cultura epistémica; Paradigma.

ABSTRACT

Information Science (IS) is still building its own epistemological identity, a desideratum that has been distinguished by a succession and coexistence of paradigms. One of the most influential proposals is the classical triad of paradigms explored and deepened by Rafael Capurro: the physical, the cognitive and the social. On this basis, the main aim of this study is to look into in which of these paradigms fit the research of the master's and Ph.D. in IS of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra (FLUC). The adopted methodology, based on the methods of literature search and

qualitative content analysis, was grounded on the analysis of a total of 109 master's dissertations and Ph.D. theses in IS defended in the FLUC (deposited in the institutional repository), between 2006 and 2022.

We conclude that, in the light of the physical, cognitive and social paradigms, there is not a single and univocal epistemological orientation. Rather, there is a hegemony of the physical paradigm, in line with both the Spanish and French epistemological trend in the IS domain, related, above all, to a secular documentary heritage, coexisting with a significant, yet not preeminent, presence of the social paradigm. The incidence of the cognitive paradigm is less meaningful and appears always complemented by an approach that partly tends towards the assumptions of the social paradigm.

KEYWORDS: Information Science; Epistemology of Information Science; Information Science research; Epistemic culture; Paradigm.

1. Introdução

A Ciência da Informação (CI) emerge no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, surgindo o termo *Information Science* em 1955, enraizando-se no começo da década de 60 do século XX (Saracevic, 2018; Shapiro, 1995). Não obstante os seus já quase setenta anos, perdura a busca pela afirmação e consolidação da identidade epistemológica desta ciência, definida, em 1968, por Borko, enquanto “an interdisciplinary science that investigates the properties and behavior of information, the forces that govern the flow and use of information, and the techniques, both manual and mechanical, of processing information for optimal storage, retrieval, and dissemination” (Borko, 1968, p. 5).

No decurso da sua história, a CI não tem sido uma ciência de consensos: perpetua-se uma ambiguidade na designação do campo disciplinar (Buckland, 2011; Gomes, 2020; Hjørland, 2013; Silva & Ribeiro, 2020) e, inclusive, uma obscuridade na sua definição (Zins, 2006); continua a não existir um glossário amplamente aceite, *i.e.*, uma terminologia, uma linguagem comum (Cárdenas-García & Ireland, 2019; Hjørland, 2013; Zins, 2007), recordemos, *e.g.*, a expressão «caos conceptual» de Schrader (1983, p. 99), que caracterizava, à época, a literatura da disciplina; e coexistem modelos epistemológicos (teorias, paradigmas, abordagens, tradições) desiguais (Hjørland, 2013; Zins, 2006). Tais fatores têm, por conseguinte, lavrado um terreno fértil para a germinação de discussões debruçadas sobre a construção epistemológica da CI.

É, deste modo, no contexto das discussões em torno dos paradigmas epistemológicos da CI que enquadrámos o nosso estudo, sendo a nossa questão de investigação: em que paradigmas epistemológicos, à luz da tríade paradigmática proposta por Capurro (2007), se enquadram as investigações desenvolvidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos em CI da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)?

Para a consecução deste fim último, que se traduz no objetivo geral do presente trabalho, traçámos os seguintes objetivos específicos: i. revisão da literatura sobre o conceito de paradigma e de ciência multiparadigmática, à luz de Kuhn (2021) e Masterman (1970), e, sobretudo, sobre os paradigmas epistemológicos da CI, com foco na tese de Capurro (1992, 2007); ii. pesquisa bibliográfica para levantamento dos trabalhos finais de mestrado (2.º ciclo de estudos) e das teses de doutoramento (3.º ciclo de estudos) em CI da FLUC; iii. enquadramento das produções académicas em análise nos paradigmas físico, cognitivo e/ou social.

Assim, pese embora impere, regra geral, uma visão social da CI na atual conjuntura ibero-americana (Marques & Gomes, 2020), questionamo-nos: “qual a orientação científica em Portugal?” (Marques & Gomes, 2020, p. 139). Esperamos, com este estudo, levantar a ponta do véu a esta questão e contribuir para o conhecimento da cultura epistémica da comunidade de investigadores e cientistas da informação da FLUC.

Este estudo poderá, então, representar o começo de um projeto de mais ampla envergadura sobre a orientação epistemológica da CI em Portugal, uma vez que, à data, não existe uma investigação de tal natureza documentada. O desenho metodológico que apresentaremos poderá alicerçar demais investigações sobre a orientação epistemológica da CI, focadas não só em dissertações e teses, mas também em artigos científicos, resumos e artigos em atas de conferências, capítulos de livros e livros.

Optámos pela FLUC, uma vez que, no período em estudo, a Universidade de Coimbra é a única instituição de ensino superior portuguesa que oferece os três ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento) em Ciência da Informação, que funcionam, ininterruptamente, desde o ano letivo de 2015/2016, na Secção de Informação do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras. O ensino superior no domínio do que é, contemporaneamente, a Ciência da Informação na FLUC começa no ano de 1935, com a instituição, pelo Decreto-Lei n.º 26:026, de 7 de novembro de 1935, do curso de bibliotecário-arquivista na FLUC (Borges & Siqueira, 2020).

2. Os Paradigmas Epistemológicos da Ciência da Informação

A indagação da CI pela sua identidade epistemológica, pela sua essência intrínseca e pelo seu significado inato é singularizada por uma história de paradigmas (Francelin, 2017).

Catapultada e popularizada pela obra clássica *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas S. Kuhn, publicada, originalmente, em 1962, a conceção kuhniana de paradigma é, nas palavras de Masterman, uma ideia fundamental na filosofia da ciência (1970, p. 61), ainda que controversa e polémica e geradora de mal-entendidos.

No ensaio intitulado *The nature of a paradigm*, Masterman (1970) interpreta e desconstrói o conceito kuhniano de paradigma, identificando vinte e um sentidos diferentes veiculados pelo termo, organizando e classificando os vários significados em três categorias nucleares: paradigmas metafísicos, paradigmas sociológicos e paradigmas de artefacto ou de constructo. Masterman (1970) argumenta que o conceito kuhniano de paradigma tem de ser entendido enquanto um «modo de ver» coletivo suscetível de ser aplicado por analogia.

Ciente do caos despoletado, Kuhn, no posfácio da edição de 1969 da sua obra, vem circunscrever e elucidar o significado traduzido pelo termo no contexto do seu discurso, explicitando que “um paradigma é o que os membros de uma comunidade científica partilham, e, reciprocamente, uma comunidade científica é composta de homens que partilham um paradigma” (Kuhn, 2021, p. 225), acentuando a índole circular e a simbiose entre paradigma e comunidade científica, e não entre paradigma e ciência.

Ainda sobre as aceções de paradigma, Kuhn assume que “toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas [sic] pelos membros de uma dada comunidade” (2021, p. 224) representa um paradigma. Porém, sugere que seja adotada uma expressão alternativa para a designação deste conceito: «matriz disciplinar», minudenciando que se trata de uma estrutura complexa de «generalizações simbólicas», “comprometimentos partilhados com crenças” (Kuhn, 2021, p. 233), valores e exemplos, portanto uma cultura e um modo de olhar o mundo comuns. Também Rosenberg, num ensaio acerca das premissas científicas da CI, à luz do pensamento de Kuhn, entende que “the idea of a paradigm is, broadly, that of the *weltanschauung*, the way in which one sees the world” (1974, p. 263). Entendimento partilhado por Silva, que defende que um paradigma consiste “genericamente num modo de ver/pensar e de agir comum a uma ampla maioria de cientistas (dentro do seu campo disciplinar específico)” (2006, p. 158), que hoje já não se pode

considerar exclusivo das tradicionalmente consideradas ciências exatas. Mais recentemente, em coautoria, apresenta uma nova definição de paradigma: “uma orientação científica geral, onde podem caber diferentes teorias, mas todas elas situadas no respeito à matriz epistemológica dessa orientação” (Silva & Paletta, 2022, p. 101), ressaltando que não há uma definição de paradigma que seja consensual.

Kuhn argumenta, ainda, que um dos elementos da matriz disciplinar constitui ele próprio um paradigma: os exemplos partilhados, *i.e.*, “as efetivas resoluções de enigmas que, servindo de modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a resolução dos enigmas restantes da ciência normal” (2021, p. 224), portanto um arquétipo aceite e partilhado pelos membros de uma dada comunidade científica, sustentado em realizações científicas que servem de analogia à prática diária dessa mesma comunidade.

Por seu turno, como recorda Ian Hacking no ensaio introdutório da edição comemorativa do quinquagésimo aniversário da obra kuhniana, a natureza evolutiva da ciência

é darwiniana, e as revoluções são muitas vezes acontecimentos de especiação, em que uma espécie continua o seu trajecto, mas com uma variante a seu lado, prosseguindo também o seu. Numa crise, pode emergir mais do que um paradigma, todos capazes de incorporar diferentes grupos de anomalias e desenvolver novas direcções de pesquisa. (Kuhn, 2021, p. 34)

É, deste modo, que se dá a génese, num campo disciplinar, de comunidades científicas díspares, grupos pouco numerosos de cientistas que têm um paradigma, ou um conjunto de paradigmas, em comum, que guia as suas linhas de pesquisa, sendo tais comunidades, na ótica de Kuhn (2021), as unidades construtoras e legitimadoras do conhecimento científico. Kuhn (2021) clarifica, ainda, que o propósito de um paradigma é governar um grupo de cientistas, não uma ciência em toda a sua absoluta magnitude.

É numa leitura, pelo menos até certo ponto, desvirtuada do pensamento kuhniano, em particular das noções suprassublinhadas, que Eugénio et al. (1996) concebem a CI enquanto ciência imatura, declarando que “não há na ciência da informação algo que Kuhn chama de paradigma, alguma idêia que seja consensual, hegemônica e que defina limites para o desenvolvimento dessa ciência” (p. 34). Os autores confundem a sua interpretação de paradigma com ciência, em detrimento de comunidade científica, e centram-se numa necessidade errônea de aquiescência e de supremacia simultâneas em

torno de um paradigma singular como determinante do estado de maturidade de um campo disciplinar. Ora, Kuhn (2021) refuta tal juízo, argumentando que a ciência *normal*, período de desenvolvimento científico, no seio de uma dada comunidade, sólido e ausente de crises substanciais, e, portanto, maduro, pode até nem sequer requerer a existência de um paradigma unívoco e vinculativo.

Se Eugénio et al. (1996) assumem que a CI, no seu julgamento do raciocínio kuhniano, é vazia de paradigmas, já Saldanha (2008) entende que

a CI é uma usina de paradigmas, constatada a dimensão múltipla de seus projetos de pesquisa e heterogeneidade de suas teorias. A CI é fruto da crise... e sua sobrevivência, acreditamos, até certo ponto, só existe na crise – ou na possibilidade de identificação de crises. (p. 73)

Não obstante reconhecer a natureza pluriparadigmática da CI, adequadamente concatenada à pluralidade de comunidades de cientistas da informação, o autor também se prende, na explicitação do seu raciocínio, à ideia, partilhada com Eugénio et al. (1996), de que tem de haver um macroconsenso à volta de um paradigma preeminente para a CI ter, de facto, carácter de ciência, daí afirmar que a CI, segundo tais pressupostos, nunca alcançaria um estado de “paz epistemológica” (Saldanha, 2008, p. 74).

Porventura se manifeste profícuo introduzir, neste contexto, a noção de ciência multiparadigmática, derivada da tese kuhniana, mas elucidada por Masterman (1970). No entendimento da autora, a ciência multiparadigmática, não sendo um estado de pré- ou protociência, caracteriza-se pela abundância simultânea de paradigmas na esfera de um campo disciplinar. No entanto, apesar de as várias comunidades científicas, sob a égide dos seus paradigmas particulares, estarem, consoante os próprios critérios de Kuhn (2021), num estado de ciência *normal*, vigora, ainda, uma contraproducente ausência de anuência, e, por conseguinte, de interoperabilidade, no que concerne aos conceitos fundamentais e comuns desse mesmo campo disciplinar.

À época, em meados da década de 60 do século XX, Masterman (1970) incluía nesta conceção de ciência multiparadigmática as ciências sociais e da informação. Hodiernamente, é, ainda, em tal estado que encontramos a CI, não só rica em paradigmas, mas também sem um vocabulário mutuamente aceite, desiderato obstaculizado pela natureza interdisciplinar do campo (Seadle & Havelka, 2023), bem como pelas dissemelhantes abordagens europeia e anglo-saxónica, sendo a assunção do carácter transdisciplinar da CI uma das luzes ao fundo do túnel para a consecução de uma linguagem comum.

Quiçá com este modelo de ciência multiparadigmática em mente e assumindo a inter- e transdisciplinaridade da CI (Gomes, 2020; Ribeiro & Silva, 2016), consigamos, assim, como apela Francelin,

compreender que existem “novas” estruturas (inter-trans-multi-pluri) disciplinares presentes no debate sobre a construção científica, e entende-se que é a partir destas relações que se pode ingressar na busca de “novos” paradigmas e proceder a um estudo epistemológico em ciência da informação que não reprima o seu crescimento espiritual. (2003, p. 67)

inteligindo, concomitantemente, que um dos problemas fundamentais que obstaculizam a afirmação e a consolidação da epistemologia da CI não reside na coexistência e na convivência de múltiplos paradigmas, mas na ausência de uma linguagem comum às múltiplas comunidades de cientistas da informação.

No que concerne a propostas de paradigmas epistemológicos, Capurro (1992) sugere, no começo da década de 90 do século XX, a coexistência de três paradigmas pelos quais a CI era, à época, governada: o paradigma da representação, o paradigma da fonte-canal-recetor e o paradigma platônico. Já no começo do século XXI, elabora uma nova proposta, focada nos paradigmas físico, cognitivo e social (Capurro, 2007). É no contexto de uma epistemologia social que Feinberg et al. (2013) e Marques e Gomes (2020) concebem uma CI de matriz disciplinar não só acentuadamente social, mas sobretudo e profundamente humanista. Por sua vez, Monteiro et al. (2020) reconhecem a emergência de um paradigma pós-humano. Por seu turno, Silva e Ribeiro (2020) assumem, atualmente, a existência de três paradigmas, o paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista (justificado por uma perspectiva cumulativa ou fragmentada, presa a um artifício corporativo que recusa uma CI una), o paradigma pós-custodial, informacional e científico e o paradigma politicoideológico e sociocultural (ambos fundamentados numa perspectiva evolutiva da CI enquanto ciência inter- e transdisciplinar).

O enquadramento teórico que propomos circunscrever-se-á aos paradigmas aprofundados por Capurro (1992, 2007).

Sobre os paradigmas da representação, da fonte-canal-recetor e platônico, Capurro (1992) começa por afirmar que a CI, até então, é guiada por uma tradição positivista, à luz da qual concebe a informação enquanto algo objetivo e extrínseco ao ente humano, sendo que “all three paradigms consider the knowing subject in interaction with something called ‘information’”

(Capurro, 1992, p. 84). Segundo o paradigma da representação, o ser humano é um conhecedor ou observador de uma realidade externa (Capurro, 1992, p. 84), cujo conhecimento se constrói pelo processo de assimilação de representações mentais dessa mesma realidade, passíveis de serem comunicadas e processadas por outros entes humanos ou máquinas. A informação é vista enquanto “the codified double of reality” (Capurro, 1992, p. 84), debruçando-se a CI sobre o uso racional, a codificação e, naturalmente, a representação da informação. Por seu turno, consoante a abordagem paradigmática da fonte-canal-recetor, alicerçada numa perspetiva cibernética e construtivista, a CI centra-se no processo de troca de informação entre fontes e recetores, humanos e/ou maquinais/computacionais, enquanto elemento do fenómeno comunicacional, tendo em conta a estrutura da mensagem que é comunicada e que a apreensão da informação veiculada pela mensagem depende de um conjunto de sinais comum à fonte e ao recetor. A CI, sob a autoridade de tal paradigma, estuda, sobretudo, o impacto da informação no recetor, que, por sua vez, procura ou usa a informação para a resolução de problemas. Já sob o olhar paradigmático platónico, a CI concebe a informação enquanto algo em si próprio, secundarizando, ao contrário dos paradigmas da representação e da fonte-canal-recetor, a sua conexão com um sujeito cognoscente. Sob a influência deste paradigma, coexistem duas visões, a materialista e a idealista. Capurro explana que, na visão materialista, a CI ocupa-se da informação materializada em suportes extrínsecos ao ser humano, tais como documentos ou artefactos eletrónicos, pois “this is the sphere of human knowledge... as objectivized in non-human carriers” (1992, p. 85). Já o ponto de vista idealista, reconhecendo, também, o carácter objetivo da informação, entende-a, por seu turno, como sendo uma entidade intangível.

Na sua nova proposta, Capurro (2007) elabora e aprofunda uma reformulada tríade de paradigmas epistemológicos, começando por assumir que

la ciencia de la información nace a mediados del siglo XX con un paradigma físico, el cual es cuestionado por un enfoque cognitivo idealista e individualista, siendo este a su vez reemplazado por un paradigma pragmático y social o... por una “epistemología social”. (p. 13)

Capurro (2007) e, anteriormente, Ellis (1992) e Ørom (2000) são consensuais na definição do momento que marca o nascimento do paradigma físico na CI (em especial, na recuperação da informação), apontando o ano de 1957 e os testes Cranfield levados a cabo, ou em associação com (Ellis, 1992), no *College of Aeronautics*, no Reino Unido. Tais experiências empíricas

visaram a medição dos resultados de um sistema computadorizado de recuperação da informação em relação com um sistema de indexação (Capurro, 2007, p. 18), sendo que “they mark an historical change in consciousness from a philosophical and speculative approach to an experimental and empirical one” (Ellis, 1992, p. 50).

Capurro (2007) esclarece que este modelo epistemológico é robustamente influenciado tanto pela teoria matemática da comunicação, ou teoria da informação (Matheus, 2005), de Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1949) quanto pela cibernética de Wiener (1948). Surge também associado a este paradigma Buckland (1991) e a sua noção de «*information-as-thing*», que entende a informação, num dos seus três significados, enquanto uma entidade tangível, uma evidência, a que correspondem dados, texto, documentos, objetos e acontecimentos, daí que o paradigma físico siga a tradição e tenha raízes robustas e profundas na prática clássica de bibliotecólogos e documentalistas (Capurro, 2007).

Ørom (2000) entende que este «modo de olhar o mundo» assenta na doutrina do realismo, pelo que é assumida a universalidade e a neutralidade do conhecimento científico, razão pela qual Ingwersen (1992) argumenta que sob esta visão o conceito de informação se prenda à sua conceção clássica ou tradicional.

A CI sob a égide do paradigma físico é uma ciência empírica, sustentada numa visão, naturalmente, empírica, mas também racionalista e positivista, cuja “ênfase recai sobre o objeto da atividade de produção, organização e busca de informação, ou seja, a informação” (Smit, 2012, p. 88). A tónica é simultaneamente posta no sistema tecnológico de informação (Francelin, 2017; Ørom, 2000) e “na análise temática e extração do assunto, e na sua representação por meio de algum tipo de vocabulário controlado” (Bräscher & Guimarães, 2018, p. 244).

É alicerçado na natureza métrica, técnica e tecnológica e na herança da Documentação que caracterizam o paradigma físico que Fernandes (2018) concebe este modelo epistemológico da CI enquanto a conjugação das abordagens matemática e documentalista.

Em suma, como levemente se compreende, sob a égide do paradigma físico, é relegado do objeto de estudo da CI o ser humano enquanto ente cognoscente (Capurro, 2007), lacuna que viria a ser suprida pelo paradigma cognitivo, porquanto se a informação é um produto humano (Gomes, 2020; Maimone & Silveira, 2007), afigura-se redutor o estudo de tal fenómeno à parte do seu criador.

O paradigma cognitivo surge por volta dos anos 70/80 do século XX (Capurro, 2007) influenciado pela ontologia e epistemologia de Karl Popper. Na síntese de Capurro,

la ontología popperiana distingue tres “mundos” a saber el físico, el de la conciencia o de los estados psíquicos y el del contenido intelectual de libros y documentos, en particular el de las teorías científicas. Popper habla del “tercer mundo” como de un mundo de “objetos inteligibles” o también de “conocimientos sin sujeto cognoscente”. (2007, p. 19)

A filosofia de Karl Popper influencia, sobretudo, um dos fundadores do paradigma cognitivo na CI, Bertram C. Brookes, que, segundo Capurro, “subjetiviza... este modelo [popperiano] en el que los contenidos intelectuales forman una especie de red que existe sólo en espacios cognitivos o mentales y llama a dichos contenidos ‘información objetiva’” (2007, p. 19).

Na ótica de Capurro (2007), além de Brookes (1977, 1980), ficam também associados à instauração e ao impulso do paradigma cognitivo na CI Peter Ingwersen (1992, 1995, 2001), Nicholas Belkin e a sua teoria do estado anómalo do conhecimento (Belkin, 1980), à luz da qual as necessidades de informação do utilizador surgem aquando da aperceção de que o conhecimento intrínseco é insuficiente para a resolução de um problema, o que despoleta a pesquisa de informação, e Pertti Vakkari (2003) e as suas análises empíricas que cruzam a teoria dos modelos mentais e o estudo e a arquitetura de sistemas de recuperação de informação (Capurro, 2007, p. 19).

Dada a atenção que é concentrada no utilizador, uma das questões nucleares da CI passa pela compreensão da relação informação-conhecimento, traduzida pela célebre equação fundamental da CI de Brookes (1980), $K[S] + \Delta I = K[S + \Delta S]$, em que “the knowledge structure $K[S]$ is changed to the new modified structure $K[S + \Delta S]$ by the information ΔI , the ΔS indicating the effect of the modification” (p. 131).

A CI torna-se, então, uma ciência social, dominada pelas doutrinas do cognitivismo e do mentalismo, tendo enquanto objeto de estudo o utilizador e assumindo a subjetividade do conhecimento (relativismo) (Francelin, 2017; Smit, 2012). Como resume Smit,

a noção de sujeito é resgatada, na condição de agente transformador da informação em conhecimento. Instaura-se uma epistemologia individualista, trazendo consigo a consciência que a realidade do mundo material sempre é uma construção mental. A produção do conhecimento depende da mente humana. (2012, p. 89)

A CI, sob a autoridade desta matriz epistemológica, preocupa-se, por conseguinte, em estudar, adotando, mormente, abordagens metodológicas

qualitativas, o comportamento informacional e as necessidades de informação dos utilizadores, a interação humano-máquina e a representação e organização da informação, tendo, naturalmente, em consideração a dimensão mental inerente a tais processos.

Porém, o paradigma cognitivo fica preso a um ângulo redutor, porquanto se a informação é um produto do ente humano e é reducente estudá-la à parte do seu criador, também se afigura redutor observar o sujeito informacional à margem da comunidade da qual este é fruto.

Esta anomalia conduziu, por inerência, a uma crise, adotando, com cautela, o raciocínio e a terminologia de Kuhn (2021), que, por sua vez, se repercutiu no surgimento de um novo paradigma na CI, o social.

Um dos momentos que marcam o aparecimento do paradigma social é a conferência *I CoLIS – International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, realizada, em 1991, na Finlândia. Nas palavras de Araújo, foram apresentadas comunicações que “apontavam para uma possível superação tanto do modelo físico como do modelo cognitivo” (2018, p. 57).

Na verdade, não há na passagem para o paradigma social um distanciamento ou uma refutação do paradigma cognitivo, nem do físico, mas sim uma mudança de *gestalt*, adotando o raciocínio de Kuhn (2021). Porém, o paradigma social acrescenta ao paradigma cognitivo a dimensão social e cultural, *i.e.*, o contexto, que envolve o ente cognoscente, singular e/ou coletivo (Santos, 2022).

O paradigma social, com raízes na epistemologia social de Egan e Shera (1952) e Shera (1961, 1968, 1970), é, então, profundamente marcado pelo construtivismo social de Bernd Frohmann, pela análise de domínio de Birger Hjørland, à qual estão subjacentes os conceitos de domínio do conhecimento e de comunidade de discurso ou de pensamento (Hjørland & Albrechtsen, 1995), pela cibersemiótica de Søren Brier (1992, 1996, 1997), que resulta de uma conjugação da semiótica peirceana e da cibernética de segunda ordem, e, ainda, pela hermenêutica do próprio Rafael Capurro.

À luz desta visão social, a CI é uma ciência social, também assente na doutrina do pragmatismo (Francelin, 2017), que se ocupa do fenômeno informacional, não descurando as nuances e os flutuantes contextos históricos, culturais e, naturalmente, sociais do seu objeto de estudo. Francelin sintetiza, modelarmente, as premissas inerentes a esta matriz epistemológica que

entende que a área temática da Ciência da Informação se estende através da sociologia da ciência, da hermenêutica, da semiótica e da análise do discurso. Não nega a importância dos métodos quantitativos, mas

considera que eles apenas podem ser usados onde a percepção humana não é o objeto em análise. O contexto determina a relevância. A definição da relevância depende do conhecimento dos campos de domínios e de fatores contextuais considerados no ato da interpretação. (2017, p. 7)

Este «modo de olhar o mundo», no campo de ação da CI, é partilhado por Buckland (2011) que entende que a natureza do objeto de estudo da CI é, fundamentalmente, cultural, sendo que “formal and quantitative approaches are extremely valuable, but the field itself is incorrigibly cultural. Formal and quantitative methods, however useful, can never be more than in highly valued auxiliary roles” (p. 6).

Assim, a CI indaga o fenómeno infocomunicacional, o sujeito sociocognitivo, agente ativo e dinâmico, em relação com a informação e o conhecimento, a mediação da informação, a construção social do conhecimento, a representação e a organização da informação e do conhecimento, tendo sempre em conta o seu enquadramento sociocultural.

Em suma, a sucessão de paradigmas epistemológicos da CI sugerida por Capurro (2007) não deve ser entendida enquanto uma evolução fraturante do campo disciplinar, na qual o paradigma sucessor aniquila o antecessor, mas sim enquanto uma evolução construtiva, na qual há uma contínua readaptação e reformulação de conceitos e uma mudança no «modo de olhar» o seu objeto de estudo, inclusive coincidindo esses paradigmas no tempo, quando não no lugar.

Assim, a conceção epistemológica de Capurro (2007) provê um frutífero e profícuo substrato teórico para a indagação epistemológica das investigações em CI (Almeida et al., 2007), se coadunado, salvaguardemos, com a proposição de Matheus (2005) de que a tensão entre paradigmas concorrentes deve ser substituída por uma harmonia entre abordagens complementares.

3. Metodologia

Tendo em conta tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos do nosso estudo, optámos, em termos metodológicos, por uma abordagem mista, de natureza descritiva, sustentada nos métodos de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo qualitativa. A abordagem é mista porquanto partimos da análise quantitativa das produções científicas finais de mestrado e de doutoramento em CI da FLUC, depositadas no Estudo Geral — Repositório Digital da Produção Científica da Universidade de Coimbra —, o que permitiu, por sua

vez, uma análise qualitativa do *corpus* em estudo, procurando identificar os seus paradigmas epistemológicos. Por seu turno, a natureza descritiva da investigação é justificada pela necessidade de descrevermos e conhecermos, em profundidade, o fenómeno que é o nosso objeto de estudo (Wildemuth, 2017).

O levantamento dos trabalhos finais de mestrado e das teses de doutoramento efetuou-se com recurso ao Estudo Geral — Repositório Digital da Produção Científica da Universidade de Coimbra —, nos dias 6 e 7 de maio de 2023. Para tal, consultámos as subcoleções nas quais está depositada a produção científica final decorrente das investigações desenvolvidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos da Secção de Informação do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da FLUC, sem restrição de datas. Complementámos esta recolha com uma pesquisa, no catálogo integral do Estudo Geral, pelos termos compostos “dissertação de mestrado em Ciência da Informação”, “trabalho de projeto em Ciência da Informação”, “tese de doutoramento em Ciência da Informação”, “dissertação de doutoramento em Letras, área de Ciências Documentais” e “dissertação de doutoramento em Letras, área de Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica”. Pesquisámos, idêntica e concomitantemente, pela produção científica final resultante do mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, primeira edição no ano letivo de 2008/2009 e última no de 2012/2013, considerando para análise somente os trabalhos no domínio da CI. Para tal, analisámos em detalhe o título, o resumo e as palavras-chave, bem como o orientador e, quando aplicável, os coorientadores de cada trabalho, a fim de nos certificarmos de que se enquadrava na área da CI e não nas Ciências da Comunicação. Realizámos a pesquisa em língua portuguesa e sem restrição de datas.

Para a classificação epistemológica dos trabalhos em estudo, partimos da leitura e análise do título, do resumo, das palavras-chave, da estrutura, dos objetivos e da metodologia de cada trabalho, tendo, também, em atenção, o orientador e, na eventualidade, o coorientador ou os coorientadores associado(s). Tal análise, cruzada, naturalmente, com o quadro teórico-conceptual provido pela revisão da literatura, possibilitou a identificação do ou dos paradigmas epistemológicos da CI físico/cognitivo/social preponderantes subjacentes a cada trabalho.

Em termos das categorias analíticas utilizadas para a classificação, partimos das ideias centrais de cada paradigma e definimos as seguintes categorias norteadoras:

- paradigma físico: representação e recuperação da informação; bibliometria; organização do conhecimento (abordagem clássica); preservação

- de documentos; informação enquanto entidade tangível; sistemas tecnológicos de informação; métodos quantitativos.
- paradigma cognitivo: ênfase no utilizador; necessidades do utilizador; comportamento informacional; processos cognitivos individuais; interação humano-computador; foco no conhecimento individual; organização do conhecimento associada a processos mentais; análise de domínio; métodos quantitativos e qualitativos.
 - paradigma social: ênfase nas dimensões social, cultural, histórica e política; sistemas sociotécnicos; fenómeno infocomunicacional; mediação da informação; métodos qualitativos.

No que concerne à análise do orientador e dos eventuais coorientadores, utilizada como critério auxiliar, recorremos a esse procedimento apenas em casos raros em que, após esgotados os critérios anteriores, subsistia dúvida quanto ao paradigma a atribuir ao trabalho em causa. Nesses casos, abordámos a temática da genealogia académica, partindo da hipótese de que a epistemologia do orientador pode influenciar a do orientando — hipótese assente na premissa de que a genealogia académica se funda na transferência de conhecimentos entre orientadores e orientandos (Sugimoto, 2014) — e, ainda, de que a genealogia académica pode impactar a natureza interdisciplinar de um domínio, atendendo à influência exercida pelos júris de defesa de teses sobre os doutorandos (Sugimoto et al., 2011). Deste modo, a genealogia académica ultrapassa a mera orientação científica, podendo influenciar a epistemologia de uma disciplina no seu conjunto. Assim, conhecendo-se a epistemologia do orientador, torna-se mais fácil classificar um trabalho num dos paradigmas. Todavia, este critério deve ser considerado com pautada cautela e apenas de forma subsidiária.

A classificação paradigmática que propomos é, naturalmente, uma aproximação (Santos, 2022), dada a índole interpretativa e subjetiva inerente a todo e qualquer processo classificatório.

Por seu turno, dada a complexidade e a complementaridade de abordagens de alguns dos trabalhos, atribuímos, em alguns casos, mais do que um paradigma a um mesmo trabalho.

4. Resultados e Discussão

Até 2022, a FLUC conta com um total de 109 produções científicas finais nas quais culminaram as investigações conduzidas nos 2.º e 3.º ciclos

de estudos no campo disciplinar da CI (depositadas no Estudo Geral), cujo cômputo destarte se distribui:

- 89 trabalhos finais de mestrado (2010-2022):
 - 31 em Informação, Comunicação e Novos Media;
 - 58 em Ciência da Informação.
- 20 teses de doutoramento (2006-2022):
 - 3 em Letras, área de Ciências Documentais;
 - 2 em Letras, área de Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica;
 - 15 em Ciência da Informação.

As tabelas 1 e 2, que constam do apêndice 1, apresentam, respetivamente, a listagem das produções científicas finais de mestrado e de doutoramento em CI da FLUC, identificadas pelo título e ano de defesa do trabalho e ordenadas, primeiramente, por ordem cronológica e, secundamente, por ordem alfabética, e a correspondente classificação paradigmática: físico (F), cognitivo (C) e/ou social (S).

Já os gráficos 1 e 2 espelham, respetivamente, a distribuição anual do número de trabalhos finais de mestrado em CI e de teses de doutoramento em CI defendidos na FLUC.

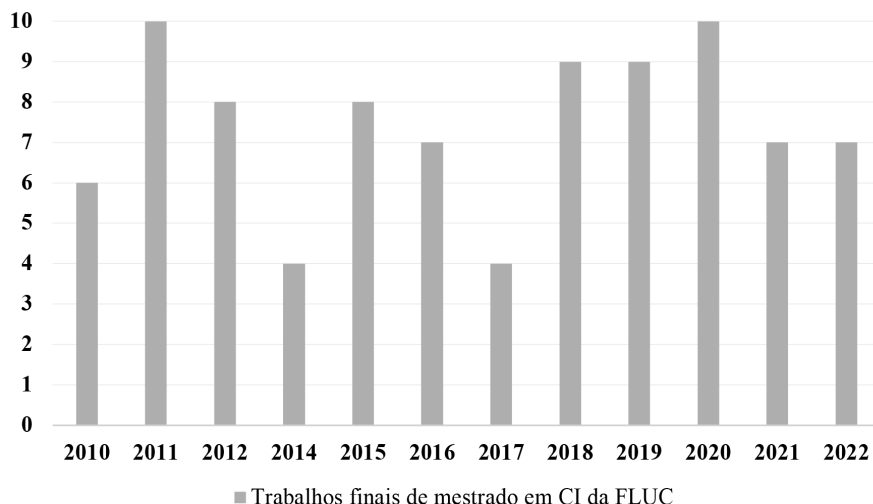


Gráfico 1 – Distribuição Anual dos Trabalhos Finais de Mestrado em CI Defendidos na FLUC.
Fonte: elaboração dos autores.

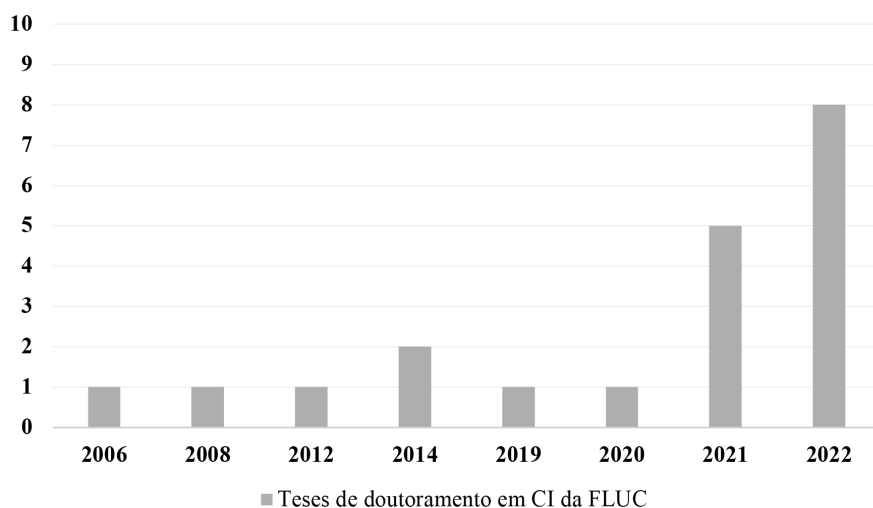


Gráfico 2 – Distribuição Anual das Teses de Doutoramento em CI Defendidas na FLUC. Fonte: elaboração dos autores.

Por sua vez, os gráficos 3 e 4 infra, sob a forma de diagramas de Venn, esquematizam e ilustram, respetivamente, a orientação epistemológica, à luz dos paradigmas físico, cognitivo e social, das investigações desenvolvidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos em CI da FLUC.

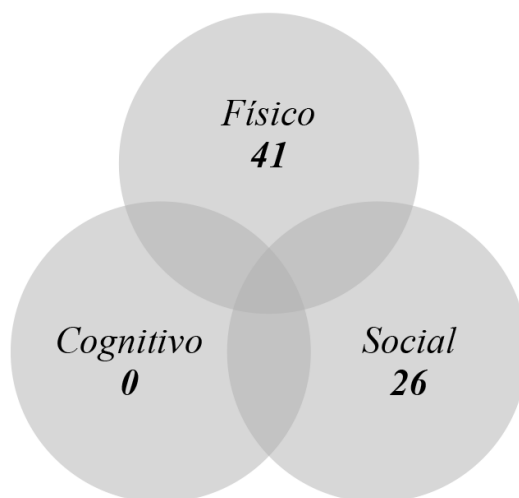


Gráfico 3 – Distribuição, Pelos Paradigmas Físico, Cognitivo e/ou Social, das Produções Científicas Finais de Mestrado em CI da FLUC. Fonte: elaboração dos autores.

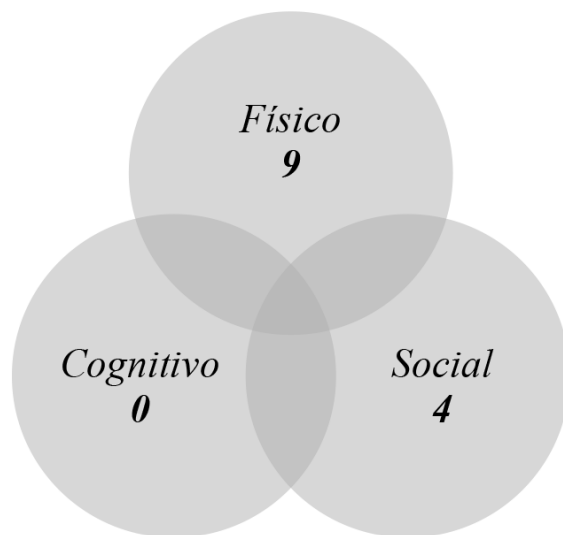


Gráfico 4 – Distribuição, Pelos Paradigmas Físico, Cognitivo e/ou Social, das Produções Científicas Finais de Doutorado em CI da FLUC. Fonte: elaboração dos autores.

Primeiramente, observamos, em ambos os ciclos de estudos, a hegemonia do paradigma físico na moldura epistemológica das investigações desenvolvidas e subsequentemente plasmadas nas produções científicas finais. Notamos a influência do paradigma físico sobretudo nos trabalhos debruçados sobre estudos métricos da informação, sistemas tecnológicos de informação e a informação *per se*, mormente sob a forma documental, em linha com a noção de «*information-as-thing*» de Buckland (1991).

Os trabalhos classificados com o paradigma físico, não obstante se encontrarem em harmonia com este significado de informação (Buckland, 1991), não estão coadunados com a epistemologia da CI de Buckland (2011), porquanto as abordagens formais e quantitativas que lhes subjazem permanecem o seu âmagô e fim último.

Encontramos, em ambos os ciclos de estudos, trabalhos que, apesar de a ênfase residir no paradigma físico, se aproximam do paradigma social, pois exprimem alguma preocupação com o contexto e a relação social inalienáveis e inerentes à informação e ao conhecimento (Francelin, 2017) e à sua comunicação, daí que tenham sido classificados com F/S. Todavia, o seu posicionamento epistemológico continua sobremaneira unido a uma praxis documentalista e tecnológica, associada ao paradigma físico (Capurro, 2007).

Por seu turno, não encontramos no conjunto de trabalhos em causa a influência única e unívoca do paradigma cognitivo da CI. Como Capurro (2007) explica, o paradigma cognitivo põe a tónica no utilizador da informação isolado dos condicionamentos, sobretudo de natureza social, intrínsecos ao seu relacionamento com a informação e à construção do seu conhecimento. Ora, os trabalhos que tratam as necessidades do utilizador e o comportamento informacional têm em conta o contexto que envolve o grupo de utilizadores que constitui o seu objeto de estudo, o que, por conseguinte, os aproxima do modelo epistemológico característico do paradigma social (Francelin, 2017), razão pela qual estão classificados com C/S. Depreendemos esta preocupação com o contexto da ampla adoção da metodologia de estudo de caso nas investigações em questão. Contudo, a raiz epistemológica destes trabalhos continua a nutrir-se dos pressupostos do paradigma cognitivo, uma vez que o foco permanece no utilizador, na sua relação individual com a informação.

Por sua vez, no que tange à presença do paradigma social, notamos uma expressão substancial desta matriz epistemológica, mais vinculada nas investigações desenvolvidas no 2.º ciclo de estudos do que no 3.º, porém sempre com menor relevo, em termos quantitativos, do que o paradigma físico.

Por conseguinte, a orientação epistemológica dos estudos conduzidos nos 2.º e 3.º ciclos de estudos em CI da FLUC indiciam, por um lado, uma reminiscência sólida da Documentação e herança otletiana que esteve na génese da educação formal em Biblioteconomia e Arquivística (disciplinas de índole técnica precursoras da CI hodierna) em Portugal, ainda no século XIX, de influência francófona (Ibekwe, 2019).

À insistência no documento, patente, em larga escala, nas produções científicas em análise, podemos, também, inferir que existe uma apropriação à ideia da informação documental enquanto o objeto de estudo da CI, preconizada, mormente, por autores hispânicos (Moreiro González, 2005; Rojas, 2020; Silva & Ribeiro, 2020).

Por outro lado, a esta tradição documentalista agrega-se uma abordagem tecno-cêntrica, associada à visão anglófona original da CI (Capurro, 2007), jogando a favor da vigência do paradigma físico e, em suma, aproximando a CI da FLUC do modelo epistemológico da CI em voga não só em Espanha, mas também em França (Ibekwe, 2019; Ibekwe-SanJuan, 2012; Silva & Ribeiro, 2020).

Por outro lado, a representatividade do paradigma social não pode ser descurada. Da análise realizada, verifica-se uma indubitável tendência para estudos sustentados numa matriz disciplinar social e humanista, preocupados, inclusive, direta ou indiretamente, com o impacto da informação no bem-

-estar da população e com a importância da cultura e dos sistemas de informação nas sociedades contemporâneas.

Esta inclinação paradigmática aproxima-se, *e.g.*, da matriz sociocultural e político-ideológica que vem emergindo no panorama latino-americano (Silva & Ribeiro, 2020) e na esfera dos países nórdicos (Audunson et al., 2020; Rasmussen et al., 2022).

A convivência e a confluência dos paradigmas físico, cognitivo e social nas molduras epistemológicas nas quais se enquadram as investigações conduzidas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos no domínio da CI na FLUC vêm, em simultâneo, contribuir para a afirmação da interdisciplinaridade da CI, porquanto a cada paradigma estão associadas influências de campos disciplinares díspares (Capurro, 2007; Francelin, 2017). Concomitantemente, contribuem para a validação do argumento de que tais paradigmas devem ser entendidos enquanto matrizes disciplinares complementares e não enquanto «modos de olhar o mundo» adversários e mutuamente exclusivos, no domínio da CI (Matheus, 2005). Os três trabalhos com a classificação F/C/S espelham, modelarmente, esta interconexão dos paradigmas epistemológicos da CI e a interdisciplinaridade da CI.

Santos (2022), no seu estudo precursor no qual identifica quais os paradigmas subjacentes às pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em CI de onze universidades públicas brasileiras, também se depara com a coexistência dos três paradigmas numa mesma instituição, tal como com a conjugação de múltiplos paradigmas numa mesma pesquisa. Contudo, conclui da preponderância do paradigma social.

Por último, sendo o presente trabalho um estudo de natureza epistemológica, e dada a premência de discussões debruçadas sobre a identidade científica da CI que contribuam para a sua afirmação e consolidação enquanto ciência, sublinhamos o facto de a FLUC não contemplar, até ao momento, quaisquer produções científicas finais de mestrado ou de doutoramento sobre a dimensão epistemológica da CI. Esta preterição no que concerne à investigação de índole epistemológica no campo disciplinar da CI no ensino superior em Portugal foi também notada por Silva (2013). Realidade distinta da do Brasil, onde Santos (2022) constata uma real preocupação com pesquisas de corte epistemológico nos programas de pós-graduação em CI.

5. Conclusões

Não há nos 2.º e 3.º ciclos de estudos em CI da FLUC uma orientação epistemológica, à luz dos paradigmas físico, cognitivo e social, una e unívoca.

Há uma hegemonia do paradigma físico, associado a um legado documentalista secular e a uma acentuada influência do modelo anglófono que regia a CI, sobretudo a área da recuperação da informação, nos meados do século XX. Contudo, este paradigma coabita com o paradigma social, cuja incidência não passa despercebida. Por seu turno, a incidência do paradigma cognitivo surge em menor número e sempre complementado por uma abordagem que tende, parcialmente, para os pressupostos do paradigma social.

Assim, concluímos que há uma substancial similitude entre as pesquisas realizadas nos ciclos de estudos em CI em causa e a tendência epistemológica que impera nos países europeus mais próximos, Espanha e França, onde a ênfase reside na informação documental. No entanto, constatamos, simultaneamente, uma apropinquação à matriz disciplinar social e humanista da CI, em prática, *e.g.*, no Brasil.

Não é nossa pretensão, salvaguardemos, promover debates reincidentes acerca de qual o modelo epistemológico mais ou menos adequado à CI, até porque partilhamos da proposição de Silva e Paletta de que “o consenso continua impossível se entre eles [profissionais e cientistas da informação] não for tomada consciência de que, na prática formativa, teórica e profissional, é possível visualizar duas perspectivas com consequências, na área, diametralmente opostas” (2022, p. 102).

Porventura, precisemos, como apela Francelin (2003), de criar novos paradigmas que não rompam nem comprometam a natureza epistemológica da CI contemporânea.

O presente trabalho, não obstante as limitações que lhe subjazem, *i.e.*, a subjetividade e ambiguidade interpretativa intrínseca a uma classificação e o facto de, dado o tempo que medeia entre a defesa e a disponibilização dos trabalhos correspondentes no repositório institucional, algumas pesquisas já concluídas não terem sido analisadas, abre portas a futuros estudos:

- a análise poderá ser alargada à restante produção científica produzida, no domínio da CI, pela FLUC, possibilitando uma caracterização mais minudenciada e circunstanciada da orientação epistemológica desta comunidade e da sua cultura epistémica;

- o estudo poderá ser replicado e adaptado a outras realidades portuguesas, permitindo, eventualmente, o mapeamento do posicionamento epistemológico da comunidade nacional de cientistas da informação;
- a indagação poderá ser reproduzida atendendo a propostas de paradigmas de outros autores, como, *e.g.*, a de Silva e Ribeiro (2020), no campo da epistemologia, ou a de Kankam (2019), no domínio da metodologia.

Estes resultados poderão ser utilizados para identificar lacunas e, por sua vez, reformular ou ajustar o programa curricular do mestrado e do doutoramento em CI da FLUC, designadamente reforçando o peso do paradigma cognitivo, dada a sua parca expressão nas dissertações e teses analisadas. Assim, o estudo realizado poderá influenciar a abordagem epistemológica dos ciclos de estudo e orientar tanto a adaptação do programa curricular quanto a orientação de políticas de investigação. Como referido na introdução, o desenho metodológico apresentado poderá alicerçar investigações futuras sobre a orientação epistemológica da CI, incidindo não só em dissertações e teses, mas também em artigos científicos, resumos e artigos em atas de conferências, capítulos de livro e livros. Tais investigações permitirão corroborar ou refutar os resultados obtidos neste estudo, bem como confrontá-los com evidência adicional e comparar tendências epistemológicas entre universidades nacionais e internacionais. A comparação com instituições estrangeiras poderá aproximar universidades com abordagens epistemológicas convergentes e potenciar projetos colaborativos de âmbito internacional.

Por último, sublinhamos a premência e a perentoriedade da discussão em torno da identidade epistemológica da CI, que já não pode ser denominada uma ciência emergente e que carece de uma auto- e heterointeleção da sua essência epistêmica e de uma delimitação inequívoca no campo das ciências sociais e humanas.

Referências Bibliográficas

- Almeida, D. P. dos R. de, Antonio, D. M., Boccato, V. R. C., Gonçalves, M. C., & Ramalho, R. A. S. (2007). Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, 6(1), 16-27. <https://doi.org/10.36311/1807-8281.2007.v6n1.745>
- Araújo, C. A. A. (2018). Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. *ConCI: Convergências em Ciência da Informação*, 1(1), 47-72. <https://doi.org/10.33467/conci.v1i1.9341>
- Audunson, R., Andresen, H., Fagerlid, C., Henningsen, E., Hobohm, H.-C., Jochumsen, H., Larsen, H., & Vold, T. (2020). *Libraries, Archives and Museums as Democratic Spaces in a Digital Age*. De Gruyter Saur. <https://doi.org/10.1515/9783110636628>
- Belkin, N. J. (1980). Anomalous States of Knowledge as a Basis for Information Retrieval. *The Canadian Journal of Information and Library Science*, 5, 133-143.
- Borges, L. C., & Siqueira, M. N. de. (2020). Percursos da Ciência da Informação em Portugal e no Brasil. In M. B. Marques & L. E. Gomes (Eds.), *Ciência da Informação: Visões e tendências* (pp. 89-113). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8>

- Borko, H. (1968). Information Science: what is it? *American Documentation*, 19(1), 3-5. <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>
- Bräscher, M., & Guimarães, J. A. C. (2018). Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. *Liinc em Revista*, 14(2), 241-258. <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4347>
- Brier, S. (1992). A philosophy of science perspective – on the idea of a unifying Information Science. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of Library and Information Science: Historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 97-108). Taylor Graham.
- Brier, S. (1996). Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organisation and document retrieval in Information Science. *Journal of Documentation*, 52(3), 296-344. <https://doi.org/10.1108/eb026970>
- Brier, S. (1997). What is a possible ontological and epistemological framework for a true universal 'Information Science'? The suggestion of a cybersemiotics. *World Futures: The Journal of New Paradigm Research*, 49(3-4), 287-308. <https://doi.org/10.1080/02604027.1997.9972636>
- Brookes, B. C. (1977). The developing cognitive viewpoint in Information Science. In M. de Mey, R. Pinxten, M. Poriau & F. Vandamme (Eds.), *CC 77: International Workshop on the Cognitive Viewpoint* (pp. 195-203). Universidade de Ghent.
- Brookes, B. C. (1980). The foundations of Information Science: part I: philosophical aspects. *Journal of Information Science: Principles and Practice*, 2(3-4), 125-133. <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>
- Buckland, M. K. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 351-360. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASIS%3E3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASIS%3E3.0.CO;2-3)
- Buckland, M. (2011). What kind of science can Information Science be? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(1), 1-7. <https://doi.org/10.1002/asi.21656>
- Capurro, R. (1992). What is Information Science for? A philosophical reflection. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 82-96). Taylor Graham.
- Capurro, R. (2007). Epistemología y Ciencia de la Información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, 4(1), 11-29.
- Cárdenas-García, J. F., & Ireland, T. (2019). The fundamental Problem of the Science of Information. *Biosemiotics*, 12(2), 213-244. <https://doi.org/10.1007/s12304-019-09350-2>
- Egan, M. E., & Shera, J. H. (1952). Foundations of a Theory of Bibliography. *The Library Quarterly: Information, Community, Policy*, 22(2), 125-137.
- Ellis, D. (1992). The physical and cognitive paradigms in information retrieval research. *Journal of Documentation*, 48(1), 45-64. <https://doi.org/10.1108/eb026889>
- Eugênio, M., França, R. O., & Perez, R. C. (1996). Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1), 27-39.
- Feinberg, M., Jens-Erik, M., Jonathan, F., & Tennis, J. (2013). Humanistic Information Science. *Proceedings of the American Society for Information Science and Technology*, 49(1), 1-3. <https://doi.org/10.1002/meet.14504901151>

- Fernandes, G. C. (2018). Desempacotando o paradigma físico da Ciência da Informação. *Logeion: Filosofia da Informação*, 4(2), 100-119. <https://doi.org/10.21728/logeion.2018v4n2.p127-146>
- Francelin, M. M. (2003). A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. *Ciência da Informação*, 32(2), 64-68.
- Francelin, M. M. (2017). Domínio, Crise e Emergência de Paradigmas: discursos sobre as ciências na Ciência da Informação. *Ciência da Informação em Revista*, 4(2), 3-14. <https://doi.org/10.28998/cirev.2017v4n2a>
- Gomes, L. E. (2020). Ciência da Informação: fundamentos e perspectivas da área científica. In M. B. Marques & L. E. Gomes (Eds.), *Ciência da Informação: visões e tendências* (pp. 89-113). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8>
- Hjørland, B. (2013). Information Science and Its Core Concepts: Levels of Disagreement. In F. Ibeke-SanJuan & T. M. Dousa (Eds.), *Theories of information, communication and knowledge: A multidisciplinary approach* (vol. 34, pp. 205-235). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6973-1_9
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400-425. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6%3C400::AID-ASIS2%3E3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6%3C400::AID-ASIS2%3E3.0.CO;2-Y)
- Ibeke, F. (2019). Chapter 4: Emergence of LIS in Spain and Portugal under Francophone Influence. In F. Ibeke, *European origins of Library and Information Science* (vol. 13, pp. 113-136). Emerald Publishing. <https://doi.org/10.1108/S2055-537720190000013006>
- Ibeke-SanJuan, F. (2012). The French conception of information science: "Une exception française"? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(9), 1693-1709. <https://doi.org/10.1002/asi.22670>
- Ingwersen, P. (1992). *Information retrieval interaction*. Taylor Graham.
- Ingwersen, P. (1995). Information and Information Science. In A. Kent (Ed.), *Encyclopedia of Library and Information Science* (vol. 56, pp. 137-174). Marcel Dekker.
- Ingwersen, P. (2001). Cognitive information retrieval. In M. E. Williams (Ed.), *Annual Review of Information Science and Technology* (vol. 34, pp. 3-51). Information Today.
- Kankam, P. K. (2019). The use of paradigms in information research. *Library & Information Science Research*, 41(2), 85-92. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2019.04.003>
- Kuhn, T. S. (2021). *A estrutura das revoluções científicas*. Guerra e Paz. (Original publicado em 1962)
- Maimone, G. D., & Silveira, N. C. (2007). Cognição humana e os paradigmas da Ciência da Informação. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, 6(1), 55-67. <https://doi.org/10.36311/1807-8281.2007.v6n1.748>
- Marques, M. B. M., & Gomes, L. I. E. (2020). Visão social e humana da ciência da informação: compreender o passado para construir o futuro. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, (6), 119-145. https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_6
- Masterman, M. (1970). The nature of a paradigm. In I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.), *Criticism and the growth of knowledge: Proceedings of the International Colloquium*

- in the *Philosophy of Science*, London, 1965 (pp. 59-90). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781139171434.008>
- Matheus, R. F. (2005). Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 10(2), 140-165.
- Monteiro, S. D., Vignoli, R. G., & Almeida, C. C. de. (2020). O Pós-Humano como paradigma emergente na Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 30(4), 1-28. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.54017>
- Moreiro González, J. A. (2005). *Conceptos introductorios al estudio de la información documental*. EDUFBA; Pontificia Universidad Católica del Peru.
- Rasmussen, C. H., Rydbeck, K., & Larsen, H. (2022). *Libraries, Archives, and Museums in Transition: Changes, Challenges, and Convergence in a Scandinavian Perspective*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003188834>
- Ribeiro, F., & Silva, A. M. da. (2016). The epistemological maturity of Information Science and the debate around paradigms. In M. Kelly & J. Bielby (Eds.), *Information cultures in the digital age: A festschrift in honor of Rafael Capurro* (pp. 111-124). Springer VS Wiesbaden. <https://doi.org/10.1007/978-3-658-14681-8>
- Rojas, M. A. R. (2020). La Ciencia de la Información Documental: una disciplina transdisciplinar. In M. B. Marques & L. E. Gomes (Eds.), *Ciência da Informação: Visões e tendências* (pp. 59-87). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8>
- Rosenberg, V. (1974). Opinion paper. The scientific premises of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 25(4), 263-269.
<https://doi.org/10.1002/asi.4630250409>
- Saldanha, G. S. (2008). Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. *Informação & Informação*, 13(2), 56-78.
<https://doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n2p56>
- Santos, S. M. D. (2022). *Teses e temáticas em Ciência da Informação no Brasil: Construindo diálogos de pesquisa com os paradigmas de Capurro* [Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/26745>
- Saracevic, T. (2018). Information Science. In M. J. Bates & M. N. Maack (Eds.), *Encyclopedia of Library and Information Sciences* (4th ed., pp. 2570-2586). CRC Press.
- Schrader, A. M. (1983). *Toward a theory of Library and Information Science* [Doctoral dissertation, Indiana University]. IUScholarWorks Repository.
<https://hdl.handle.net/2022/21341>
- Seadle, M., & Havelka, S. (2023). Information science: Why it is not data science. *Data and Information Management*, 7(1), 1-5. <https://doi.org/10.1016/j.dim.2023.100027>
- Shannon, C. E. (1948). A mathematical theory of communication. *Bell Labs Technical Journal*, 27(3), 379-423. <https://doi.org/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x>
- Shannon, C. E., & Weaver, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. University of Illinois Press.
- Shapiro, F. R. (1995). Coinage of the term *information science*. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 46(5), 384-385.
[https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199506\)46:5%3C384::AID-ASI8%3E3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199506)46:5%3C384::AID-ASI8%3E3.0.CO;2-3)

- Shera, J. H. (1961). Social epistemology, general semantics and Librarianship. *Wilson Library Bulletin*, 35(10), 767-770.
- Shera, J. H. (1968). An epistemological foundation for Library Science. In E. B. Montgomery (Ed.), *The foundations of access to knowledge: A symposium* (pp. 7-25). Syracuse University Press.
- Shera, J. H. (1970). *Sociological foundations of Librarianship*. Asia Publishing House.
- Smit, J. W. (2012). A informação na Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 3(2), 84-101. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i2p84-101>
- Silva, A. M. da. (2006). *A informação: Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Edições Afrontamento.
- Silva, A. M. da, & Paletta, F. C. (2022). *Ciência da Informação: Estudos de epistemologia e ética*. Atena Editora.
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2020). Ciência da Informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos... In M. B. Marques & L. E. Gomes (Eds.), *Ciência da Informação: Visões e tendências* (pp. 31-58). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8>
- Silva, C. G. da. (2013, novembro 4-6). *Perspectivas de investigação em Ciência da Informação* [Comunicação]. VI Encontro Ibérico EDICIC 2013: Globalização, Ciência, Informação: Atas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC. MEDIA.
- Sugimoto, C. R. (2014). 19: Academic Genealogy. In B. Cronin & C. R. Sugimoto (Eds.), *Beyond bibliometrics: Harnessing multidimensional indicators of scholarly impact*. MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9445.003.0024>
- Sugimoto, C. R., Ni, C., Russell, T. G., & Bychowski, B. (2011). Academic genealogy as an indicator of interdisciplinarity: An examination of dissertation networks in Library and Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(9), 1808-1828. <https://doi.org/10.1002/asi.21568>
- Vakkari, P. (2003). Task-based information searching. *Annual Review of Information Science and Technology*, 37(1), 413-464. <https://doi.org/10.1002/aris.1440370110>
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics: Or control and communication in the animal and the machine*. John Wiley.
- Wildemuth, B. M. (2017). Descriptions of phenomena or settings. In B. Wildemuth (Ed.), *Applications of social research methods to questions in Information and Library Science* (2.^a ed., pp. 28-33). Libraries Unlimited.
- Zins, C. (2006). Redefining Information Science: from "information science" to "knowledge science". *Journal of Documentation*, 62(4), 447-461. <https://doi.org/10.1108/00220410610673846>
- Zins, C. (2007). Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(4), 479-493. <https://doi.org/10.1002/asi.20508>
- Ørom, A. (2000). Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. *Journal of Documentation*, 56(1), 12-26. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007133>

Apêndice 1 — Aproximação Paradigmática das Produções Científicas Finais de Mestrado e de Doutoramento em CI da FLUC.

Tabela 1 – Aproximação Paradigmática das Produções Científicas Finais de Mestrado em CI (Identificadas Pelo Título e Ano de Defesa e Pela Autoria e Orientação) da FLUC. Fonte: elaboração dos autores.

Ano	Autoria	Orientação	Título	Paradigma(s)
2010	Freitas, C. V. de	Borges, M. M., & Gomes, S. A.	<i>A autenticidade dos objectos digitais</i>	F
2010	Lopes, L. M. S.	Borges, M. M.	<i>O papel do papel hoje face à tecnologia digital</i>	F
2010	Mangas, S. F. A.	Borges, M. M., & García López, G. L.	<i>Os limites da tolerância: Censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas</i>	F/S
2010	Neves, B. D. P.	Borges, M. M.	<i>Os sistemas de gestão de conteúdos aplicados à gestão da informação em bibliotecas universitárias</i>	F
2010	Antunes, A. D.	Borges, M. M.	<i>Revistas científicas no cosmos digital</i>	F
2010	Mesquita, A. G.	Borges, M. M.	<i>Serviços de referência: do tradicional ao digital nas bibliotecas dos institutos politécnicos públicos em Portugal</i>	S
2011	Santos, S. M. de J. L. S. dos	Borges, M. M.	<i>A biblioteca digital como recurso informacional: Uma análise da sua aplicabilidade ao apoio ao ensino-aprendizagem e à investigação na Universidade de Aveiro</i>	C/S
2011	Guerreiro, R. C. M.	Borges, M. M., & Lopes, A. T.	<i>A difusão das revistas científicas: os padrões de avaliação do ISI, SciELO e Latindex</i>	F
2011	Lima, S. C. B. de	Borges, M. M.	<i>A inevitabilidade do OPAC 2.0</i>	F
2011	Santos, S. D. F. dos	Borges, M. M., & Lopes, A. T.	<i>As revistas científicas e o direito de cópia</i>	F

2011	Carvalho, S. J. E. de C.	Borges, M. M., & Freitas, M. C. V. de	<i>Da custódia dos documentos à modernização administrativa: proposta de projecto de digitalização dos processos de obra do Arquivo Municipal da Mealhada</i>	F
2011	Dantas, T. R.	Borges, M. M., & Córdón García, J. A.	<i>Letras electrónicas: uma reflexão sobre os livros digitais</i>	F/C/S
2011	Simões, A. L. G.	Borges, M. M., & Freitas, M. C. V. de	<i>O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu: análise, tratamento arquivístico e difusão da informação</i>	F
2011	Ferreira, C. A. S.	Borges, M. M.	<i>Preservação da informação digital: Uma perspectiva orientada para as bibliotecas</i>	F
2011	Marques, C. S. F.	Borges, M. M.	<i>Publicação electrónica e os seus aspectos económicos e legais</i>	F
2011	Oliveira, M. E. R. de	Carvalho, J. R. de	<i>Uma abordagem à gestão do projecto "Saber para Todos", da Universidade de Coimbra: O impacto do iTunes University na educação superior: composições portáteis e pedagogias em rede</i>	F
2012	Lopes, L. da C. J. A.	Borges, M. M.	<i>A Web como ferramenta para a construção da inteligência coletiva</i>	S
2012	Oliveira, M. J. C. de	Borges, M. M.	<i>Análise do consumo de revistas electrónicas na Universidade de Coimbra</i>	F/C/S
2012	Veríssimo, J. M. D.	Borges, M. M.	<i>As bibliotecas universitárias face ao desafio do Google Scholar: ameaça ou oportunidade?</i>	F
2012	Gomes, S. M. de S. dos S.	Borges, M. M.	<i>As folksonomias nos OPAC das bibliotecas universitárias: o caso do Serviço de Bibliotecas e Documentação da FLUC</i>	S

2012	Miguéis, A. M. E.	Borges, M. M., & Lopes, A. T.	<i>Atitudes e percepções dos autores depositantes do repositório científico da Universidade de Coimbra</i>	C/S
2012	Santos, A. C. G. dos	Borges, M. M., & Carvalho, J. R. de	<i>Do espólio individual ao centro de recursos virtual: o Centro de Estudos de História Local e Regional Professor Salvador Dias Arnaut</i>	F
2012	Vasques, S. C. A.	Borges, M. M., & Freitas, M. C. V. de	<i>Informação, conhecimento e serviço público: um estudo de caso exploratório com contributos para a gestão da informação e do conhecimento na Câmara Municipal de Viseu</i>	S
2012	Ferreira, M. F. dos S.	Borges, M. M., & Freitas, M. C. V. de	<i>O arquivo de Antão Santos da Cunha: o percurso, a organização e a disponibilização de uma fracção da sua documentação pessoal</i>	F
2014	Amaral, J. M. R.	Borges, M. M.	<i>A comunicação científica na perspectiva da comunidade docente do Instituto Politécnico de Coimbra</i>	C/S
2014	Guiomar, T.	Borges, M. M.	<i>Gestão do Conhecimento: a importância da inovação e da competitividade numa organização do século XXI</i>	S
2014	Quaresma, H. M. N.	Borges, M. M., & Lopes, A. T.	<i>Inclusão digital e serviços de acesso à informação para deficientes visuais: A situação das bibliotecas da Universidade de Coimbra</i>	S
2014	Soares, L. H. L. A. D.	Freitas, M. C. V. de	<i>O arquivo pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: da análise biobibliográfica à organização da informação</i>	F

2015	Relva, V. E. da C.	Borges, M. M.	<i>A partilha de informação e aquisição de conhecimento nas redes sociais: A utilização do Facebook e do Google+ pelos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra</i>	S
2015	Maia, A. F.	Bebiano, A., & Lopes, A. T.	<i>Género e e-migração: inclusão das mulheres imigrantes na sociedade de informação. O caso de Viseu</i>	S
2015	Guedes, G. M. F.	Freitas, M. C. V. de, & Gomes, S. A.	<i>Identificação, organização e comunicação da informação em arquivos: O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra</i>	F
2015	Pinto, A. F. A.	Freitas, M. C. V. de	<i>O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Viseu: contributos para o estudo orgânico-funcional e o tratamento da informação</i>	F
2015	Almeida, F. R.	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>O impacto social da informação: a prestação do serviço de informação à comunidade</i>	S
2015	Gomes, J. F. D. F.	Borges, M. M., & Sanz Casado, E.	<i>Os rankings nacionais espanhóis e a sua aplicabilidade em Portugal</i>	F
2015	Fernandes, F. J. A. S. V.	Borges, M. M., & Sanz Casado, E.	<i>Representação das universidades portuguesas através dos rankings universitários internacionais (ARWU, QS e THE): validade, representação e posicionamento</i>	F
2015	Leitão, H. I. P.	Borges, M. M., & Simões, M. da G.	<i>Resumos científicos: Estudo exploratório dos resumos de artigos das revistas Nature e PLOS One na temática da saúde</i>	F
2016	Santos, D.	Freitas, M. C. V. de	<i>A conservação e a organização da informação nos arquivos: proposta de intervenção no arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer</i>	F

2016	Machado, L. M. O.	Simões, M. da G., & Souza, R. R.	<i>A presença da Web Semântica no output dos cursos de mestrado/doutoramento em Ciência da Informação (Portugal e Brasil, 2005-2015)</i>	F
2016	Silva, L. C. M. da	Borges, M. M., & Lopes, A. T.	<i>Altimetrias: Novas métricas para o trabalho científico</i>	F
2016	Paiva, C. M. dos S.	Marques, M. B. P. de S. M., Gomes, L. I. E.	<i>Da biblioteca de arte à gestão integrada da informação: o caso do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra</i>	F/S
2016	Silva, V. A. F.	Borges, M. M.	<i>Necessidades e desafios no acesso à informação clínica por parte de utilizadores externos: o caso do Centro Hospitalar São João, E.P.E.</i>	C/S
2016	Figueiredo, M. M. R.	Borges, M. M.	<i>O papel dos ebooks nas bibliotecas universitárias: O caso da Universidade de Aveiro</i>	C/S
2016	Pires, I.	Freitas, M. C. V. de	<i>Os arquivos organizacionais e a normalização da gestão de documentos eletrónicos: análise de normas nacionais e internacionais (2001-2016)</i>	F
2017	Lopes, L. M.	Freitas, M. C. V. de	<i>A importância do diagnóstico de conservação na preservação de espécies bibliográficas: um estudo prático com recomendações</i>	F
2017	Silva, P. F. P. da	Borges, M. M.	<i>As políticas de open data em Portugal: análise da sua implementação e impacto</i>	F
2017	Caetano, C. F.	Esteves, M. M. B. N. L.	<i>O contributo das bibliotecas públicas portuguesas para as Humanidades Digitais</i>	F/S
2017	Correia, M. D. R.	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>Sustentabilidade das bibliotecas de ensino superior: criação de um serviço para empresas nos Serviços de Documentação do Politécnico de Leiria</i>	S

2018	Jorge, A. P. dos S.	Gomes, S. A.	<i>A coleção quinhentista da Biblioteca Gulbenkian Paris: contributo para a elaboração de um catálogo de livro antigo</i>	F
2018	Gonçalves, D. J. M.	Borges, M. M.	<i>A instrução da literacia da informação nos serviços de referência: proposta de um curso de literacia à distância para a Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra</i>	C/S
2018	Marçal, Q. P. V.	Borges, M. M.	<i>A leitura no mundo digital: reflexões acerca do livro eletrónico</i>	S
2018	Soares, L. H. L. A. D.	Freitas, M. C. V. de	<i>Aprendizagem em ação: contributos para a preservação do arquivo pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer</i>	F
2018	Mendes, S. C. M.	Freitas, M. C. V. de	<i>Circular e observar: um estudo de caso na Biblioteca Itinerante de Cantanhede</i>	S
2018	Neves, M. I. A.	Borges, M. M., & Lopes, A. T.	<i>Construção de hemerotecas digitais: uma proposta de modelo</i>	F
2018	Silva, R. M. G. da	Borges, M. M.	<i>Literacia da informação em engenharia: a perceção dos profissionais da informação em Portugal e dos diretores dos cursos de engenharia do IPV-ESTGV</i>	C/S
2018	Miranda, D. P. S. M.	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>Marketing e comunicação em serviços de informação: estudo de caso da Câmara Municipal de Barcelos</i>	S
2018	Almeida, S. M. M. de	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>O valor económico da biblioteca pública: um estudo de caso</i>	S
2019	Ferreira, F. A. F.	Gomes, L. I. E.	<i>A coleção fotográfica da Casa de Infância Doutor Elysio de Moura: preservação e divulgação</i>	F

2019	Borges, M. do N. C. F.	Gomes, L. I. E., & Pais, C. do C.	<i>A infoliteracia na comunidade estudantil universitária: Estudo de caso e proposta de programa a implementar na biblioteca da EsACT</i>	C/S
2019	Leite, F. M. R. M.	Freitas, M. C. V. de	<i>A sociedade do conhecimento e o perfil do profissional da informação: Uma análise de incidência dos termos gestão de informação e gestão do conhecimento em programas de disciplina em Ciência da Informação em Portugal</i>	F/S
2019	Almeida, I. R. F. de	Simões, M. da G., & Carvalho, M. F. M.	<i>Análise comparativa da aplicação dos auxiliares comuns de forma (03), (031) e (038) da Classificação Decimal Universal</i>	F
2019	Lima, I. A. S.	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>As bibliotecas académicas e a inclusão social: Estudo de caso da Biblioteca Norte/Sul do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra</i>	S
2019	Siqueira, M. K. C. N. de	Lopes, A. T.	<i>Gamificação em arquivos: Usos e possibilidades na difusão da informação</i>	S
2019	Costa, A. R. O. da	Gomes, L. I. E.	<i>O arquivo de Marie-Louise Bastin: estudo científico e proposta de divulgação</i>	F/S
2019	Carvalho, M. F. M.	Simões, M. da G.	<i>Obra, expressão, manifestação e item nas FRBR, RDA e BIBFRAME</i>	F
2019	Simões, R. M. S. G.	Gomes, S. A.	<i>Uma oficina tipográfica na Europa de Quinhentos: os Giunta de Lyon: Estudo de dois exemplares desta oficina existentes em Portugal</i>	F
2020	Filipe, A. B. P. da S.	Borges, M. M.	<i>A avaliação da informação científica: Das métricas tradicionais às complementares</i>	F

2020	Cunha, S. S. S. S. B.	Freitas, M. C. V. de	<i>A contribuição das folksonomias na indexação de arquivos fotográficos: A coleção David Freitas do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora no Flickr</i>	S
2020	Santos, M. N. M. dos	Gomes, L. I. E.	<i>A informação digital: políticas e inteligência artificial no contexto da Ciência da Informação</i>	S
2020	Coelho, A. I. R. C. G.	Borges, M. M.	<i>A produção científica sobre taxonomias navegacionais facetadas: Estudo a partir de bases de dados da Ciência da Informação (2010-2018)</i>	F
2020	Maia, J. P.	Freitas, M. C. V. de	<i>Biblioteca de Tradução dos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Trabalho de projeto</i>	F
2020	Mota, A. C. E.	Gomes, L. I. E.	<i>Como comunicam as bibliotecas universitárias na Web 2.0: estudo aplicado na Universidade de Coimbra</i>	S
2020	Ferreira, B. L. B. N.	Borges, M. M., & Miguéis, A. M. E.	<i>Competências para gestores de repositórios institucionais: O caso do repositório científico da Universidade de Coimbra</i>	F/S
2020	Senso, A. R. A.	Freitas, M. C. V. de	<i>O ensino em Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento no Brasil e em Portugal: Uma análise comparada</i>	S
2020	Luro, M. F. P. dos R.	Freitas, M. C. V. de	<i>Repositórios institucionais enquanto arquivos e registos da memória organizacional: uma abordagem exploratória</i>	F/S
2020	Costa, R. I. F.	Freitas, M. C. V. de, & Martínez Ávila, D.	<i>Vocabulário controlado e relações semânticas sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes: construção de um modelo</i>	S

2021	Silva, A. L. G. da	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>A comunicação nas organizações culturais: Proposta de um modelo teórico de website para os serviços de informação</i>	F/S
2021	Paixão, E. M. B. P.	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>A visão sistémica e a abordagem holística da informação: a casa-museu João Pires de Campos</i>	S
2021	Moura, I. S. M.	Freitas, M. C. V. de	<i>Gestão documental na área da saúde: Trabalho de projeto no Hospital Colónia Rovisco Pais</i>	F
2021	Godinho, F. R. M.	Gomes, L. I. E.	<i>Hábitos de uso de informação académica digital dos estudantes universitários: estudo de caso na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra</i>	C/S
2021	Gonçalves, S. I. P.	Freitas, M. C. V. de	<i>Os arquivos definitivos, a sua identificação e organização: orientações teóricas e práticas</i>	F
2021	Conceição, N. M. L. da	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>Serviço de informação local ao cidadão: Estudo de caso do Município de Cantanhede</i>	S
2021	Silva, I. M. B. da	Gomes, L. I. E.	<i>Serviços de apoio à investigação em bibliotecas universitárias: Perceção dos utilizadores da Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra</i>	C/S
2022	Coxixo, C. M. da M. R.	Freitas, M. C. V. de, & Lopes, A. T.	<i>A gestão do correio eletrónico em contexto arquivístico: diretrizes e boas práticas</i>	F
2022	Moreira, M. C.	Freitas, M. C. V. de	<i>Arquivos de administração local em Portugal: Estudo exploratório</i>	F
2022	Teixeira, B. D. P.	Borges, M. M.	<i>Estratégias para o combate à desinformação: O papel da biblioteca pública</i>	S

2022	Almeida, A. S. C.	Borges, M. M.	<i>O profissional da informação no mercado de trabalho: perspectivas de estudantes e trabalhadores da Universidade de Coimbra</i>	S
2022	Duarte, A. P.	Borges, M. M.	<i>Os dados de investigação e o perfil dos profissionais da informação: Uma revisão da literatura</i>	F/S
2022	Matos, M. F.	Marques, M. B. P. de S. M.	<i>Marketing cultural e a promoção dos sistemas de informação: Estudo do caso da Universidade de Coimbra</i>	S
2022	Bastos, I. S. R. F.	Gomes, L. I. E.	<i>Proteção de dados e documentos administrativos: análise do RGPD e estudo de caso na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viana do Castelo</i>	F/S

Tabela 2 – Aproximação Paradigmática das Produções Científicas Finais de Doutoramento em CI (Identificadas Pelo Título e Ano de Defesa e Pela Autoria e Orientação) da FLUC. Fonte: elaboração dos autores.

Ano	Autoria	Orientação	Título	Paradigma(s)
2006	Borges, M. M.	Bebiano, R., & Sanz Casado, E.	<i>A esfera: Comunicação académica e novos media</i>	F/C/S
2008	Terra, A. L. S.	Santos, M. J. A., & Silva, A. M. da	<i>As políticas de informação e de comunicação da União Europeia: Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação</i>	S
2012	Marques, M. B. P. de S. M.	Santos, M. J. A., & Ribeiro, F.	<i>A satisfação do cliente de serviços de informação: As bibliotecas públicas da Região Centro</i>	S
2014	Estrela, S. C. L.	Santos, M. J. A., & Silva, A. M.	<i>A gestão da informação na tomada de decisão das PME da Região Centro: Um estudo exploratório e de multi-casos no âmbito da Ciência da Informação</i>	C/S

2014	Carvalho, M. C. L. de	Santos, M. J. A., & Silva, A. M.	<i>Estudo da mediação e do uso da informação nos arquivos distritais</i>	C/S
2019	Revez, J. M. R.	Borges, M. M., & Silva, C. G. da	<i>O papel das bibliotecas na investigação científica: Perceções, comportamento informacional e impacto</i>	C/S
2020	Corujo, L. M. N.	Freitas, M. C. V. de, & Bonal-Zazo, J.-L.	<i>Avaliação arquivística de informação eletrónica: Da emergência teórica ao consenso sobre um modelo</i>	F/S
2021	Silva, P. de A. M. da	Borges, M. M., & Martínez Ávila, D.	<i>Indexação de literatura: Quadro teórico e princípios gerais</i>	F/S
2021	Silva, F. D. da	Borges, M. M., & Maculan, B. C. M. dos S.	<i>Construção de taxonomia a partir das palavras-chave de documentos académicos: Um estudo na temática da política do ambiente</i>	F
2021	Pacheco, A. M. P.	Freitas, M. C. V. de, & Silva, C. G. da	<i>Metadados para a descrição arquivística digital: Proposta de um modelo para a autenticidade</i>	F
2021	Vieira, T. de O.	Freitas, M. C. V. de, & Schmidt, C. M. dos S.	<i>O património e as políticas arquivísticas: Uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil</i>	F
2021	Silva, A. M. D. da	Santos, M. J. A., Marques, M. B. P. de S. M., & Gouveia, A. do C.	<i>O sistema de informação Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: Perspetiva sistémica e visão holística da informação</i>	S
2022	Oliveira, S. A. F. M. R. P. R. de	Borges, M. M., & Borbinha, J. L. B.	<i>A Ciência da Informação em Portugal (1989-2016): Uma análise bibliométrica às fontes primárias de comunicação formal</i>	F
2022	Bittencourt, P. R.	Freitas, M. C. V. de, & Rodrigues, A. C.	<i>A prática na teoria: Enfoques e percepções sobre as três idades dos arquivos a partir da análise da literatura arquivística</i>	F

2022	Yanai, A. E.	Borges, M. M., & Barbalho, C. R. S.	<i>Análise bibliométrica da geração e proteção do conhecimento científico e tecnológico sobre espécies de plantas amazônicas</i>	F
2022	Machado, L. M. O.	Borges, M. M., Almeida, M., & Martínez Ávila, D.	<i>Entre a organização do que é conhecido e o conhecimento da sua organização: um estudo comparativo entre as abordagens ontológicas da Integrative Levels Classification e da Basic Formal Ontology</i>	F
2022	Lima, W. da C.	Borges, M. M., & Roque, L. G.	<i>Gestão de dados de investigação: Articulações e práticas para a partilha dos dados na universidade</i>	F/S
2022	Macedo, L. S. A. de	Freitas, M. C. V. de, & Silva, C. G. da	<i>Identificação e reunificação dos fundos madeirenses dispersos entre o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira e o Arquivo Nacional Torre do Tombo: Limites e possibilidades</i>	F
2022	Sousa, A. M. C. de	Borges, M. M., & Ribeiro, C. J. S.	<i>Integração de recursos informacionais do património cultural da saúde</i>	F
2022	Siqueira, M. N. de	Santos, M. J. A., & Marques, M. B. P. de S. M.	<i>Os arquivos nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das origens à ideia do arquivo comum: Elementos e perspectivas de um estudo orgânico-funcional</i>	S

Dois anos de vida com o Cartório das Propriedades: Fontes judiciais do ambiente construído de Lisboa do século XVIII e inícios do século XIX

Two years with the Properties Registry: Judicial sources of the built environment of Lisbon in the eighteenth and early nineteenth centuries

SANDRA M. G. PINTO

Investigadora Auxiliar, CHAM – Centro de Humanidades, NOVA-FCSH

sandramgpinto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7367-3148>

Artigo entregue em: 2 de maio de 2025

Artigo aprovado em: 28 de julho 2025

RESUMO

Neste artigo, realça-se a importância documental dos processos judiciais históricos, não tanto pelas informações individuais e particulares contidas em cada caso, mas sobretudo pela sua leitura e análise serial, imprescindível para compreender as próprias instituições que os produziram. Para esse fim, o estudo incide sobre os processos judiciais relativos a conflitos de construção do Cartório do Juízo das Propriedades, um tribunal específico da cidade de Lisboa no período moderno. É também explicado por que razão esses processos judiciais se encontram atualmente guardados no Arquivo Nacional/ Torre do Tombo, dentro do Fundo Geral dos Feitos Findos, e como podem ser acedidos.

PALAVRAS-CHAVE: História institucional; Fontes judiciais; Cartório das Propriedades; Lisboa; Período moderno.

ABSTRACT

This article highlights the importance of historical court records as primary documents. Rather than focusing on the individual and specific information contained in each case, it emphasizes a serial reading and analysis of these records to understand the institutions that produced them. To illustrate this, the study focuses on court records related to building disputes from Lisbon's Registry of the Properties Court, which was a judicial institution specific to the city during the early modern period. It also explains why these court records are currently held in the National Archive *Torre do Tombo*, within the *Fundo Geral dos Feitos Findos* collection, and how they can be accessed.

KEYWORDS: Institutional legal history; Court records; Properties Registry; Lisbon; Early modern period.

Introdução¹

Ao longo das últimas décadas, os processos judiciais do passado têm sido reconhecidos como fontes documentais imprescindíveis para a investigação das Histórias Social, Económica e Cultural. Através deles é possível examinar aprofundadamente a relação entre o direito e a sociedade nas relações humanas (Cockburn, 1975; Solomon, 1979; Ze'evi, 1998; Liliequist & Almbjör, 2012; Deceulaer, 2014; Gregory & Vendrame, 2024). Ao permitirem observar práticas e processos, os documentos judiciais têm, por isso, dado corpo ao tratamento dos conflitos e à sua resolução judicial ou extrajudicial, mas também ao conhecimento do pluralismo jurídico, dos usos e acesso à justiça, bem como à compreensão do agenciamento de indivíduos comuns e das mulheres (Kagan, 1981; Bossy, 1983; Sharpe, 1984; Cummins & Kounine 2016; Vermeesch et al., 2019). Os processos judiciais, dada a riqueza informativa que contêm sobre a vida e as pessoas reais, estão também associados

¹ Trabalho inserido no âmbito do Projeto Exploratório de Investigação CONFORM – *Vizinhos em Conflito pela Forma Construída: Explorando as Disputas Legais de Construção de Lisboa em Tempo de Transição Regulamentar*, aprovado no Concurso de Projetos de I&D em Todos os Domínios Científicos – 2022 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., com a referência 2022.05965PTDC (DOI: 10.54499/2022.05965.PTDC), e desenvolvido no CHAM, NOVA FCSH-UAç (UIDB/04666/2020).

à história do quotidiano e à micro-história, onde estudos de caso ou de pequena escala podem beneficiar as abordagens globais (Cohen, 2019). Sem dúvida que, nos estudos históricos sociojurídicos, a atenção tem sobretudo recaído sobre a justiça criminal. Mas, pouco a pouco, o contencioso civil tem despertado um interesse crescente, para o qual, saliente-se, existem muitos mais processos (Piant, 2007; Verscuren, 2015; Godwin, 2019).

No âmbito da História da Arquitetura, que pelas novas perspetivas de investigação se tende a transformar numa história cultural do ambiente construído (Stieber, 2003; Harris, 2015), as fontes judiciais não têm despertado interesse idêntico. Com efeito, neste âmbito, a exploração dos processos-cíveis relativos a conflitos de construção tem sido praticamente inexistente. E, no entanto, outros historiadores, ainda que poucos, já se debruçaram sobre os conflitos de vizinhança provocados pela atividade construtiva. Existem estudos para o período medieval (Serrano Ruano, 1997), período moderno (Palmitessa, 2003; Pakucs-Willcocks, 2011) e século XIX (Cappneau, 2010), validando a ideia de que os conflitos de construção foram recorrentes ao longo da história da humanidade e que, afinal, ainda existem (Jordan, 2006). Ademais, este tipo de fontes é bastante familiar entre os historiadores da Londres medieval (Shaw, 1996; Ciecieznski, 2009; Loengard, 2012; Jones, 2012; Rouse, 2017), devido à publicação, posterior digitalização e disponibilização *online* de registos e certificados judiciais dos séculos XIV, XV e XVI, relativos a conflitos entre vizinhos sobre edifícios, limites de propriedade, incomodidades e caminhos (Chew & Kellaway, 1973; Loengard, 1989). Todos estes estudos são valiosos para se comparar instituições judiciais e procedimentos legais, mas por não ser o seu propósito, raramente abordam os aspetos materiais ou formais das disputas entre vizinhos e a sua consequência no ambiente construído.

Em Portugal, as fontes judiciais têm igualmente servido de base para o desenvolvimento de vários estudos. O maior interesse historiográfico tem, contudo, recaído nos documentos da justiça eclesiástica, sobretudo da justiça inquisitorial do Tribunal do Santo Ofício. Este interesse é facilmente aferido, quer pelos inúmeros trabalhos sobre o tema², quer pelo elevado número de processos que se encontram em acesso aberto na base-de-dados *Digitarq* do Arquivo Nacional/Torre do Tombo³; algo que, em bom rigor, contribui

² É bastante vasta a produção historiográfica que se baseia nos processos inquisitoriais, pelo que se menciona apenas alguns trabalhos pioneiros, como os de Mea (1982) e Coelho (1987).

³ AN/TT [Lisboa]. (1536–1821). Tribunal do Santo Ofício. <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/25da8b00645545f38dc05c5353f282d0>. Ver também Pendse (2019).

para o aparecimento de mais estudos. Talvez por isso, ou em consequência disso, as justiças seculares não tenham recebido empenho análogo por parte dos investigadores. Não obstante, nestes últimos, existe uma semelhante propensão historiográfica pelo estudo dos processos-crime e pela análise da criminalidade, delinquência e violência, sobretudo no longo século XIX (Vaquinhas, 1990; Esteves, 2010; Silva, 2012; Costa, 2021). Bastante menos são, portanto, os estudos que versam sobre os processos-cíveis (Porto, 1991; Gomes, 2021).

Sobrejacente a este panorama historiográfico encontram-se os obstáculos criados pelas próprias fontes, seja pelo mau estado, falta de organização ou de catalogação dos acervos judiciais, seja ainda pela dimensão avassaladora dos processos judiciais — acompanhando e sobresscrevendo a expressão utilizada por Irene Vaquinhas (2011, p. 112). Tudo isto provoca problemas de capacidade, rapidez na leitura e no tratamento dos dados, levando, muitas vezes, a desincentivar o investigador. Daí que, como sugeriu António Manuel Hespanha (1993, p. 45), “se procurem estratégias de pesquisa mais produtivas e mais económicas, embora correndo o risco de perder alguma informação”, como “utilizar, não os processos, mas os registos dos tribunais”.

No entanto, é também devido ao tamanho dos acervos judiciais que os estudos baseados nestas fontes têm recorrido a abordagens quantitativas, embora estes não estejam totalmente isentos de críticas e desconfianças, em particular no que se refere aos aspetos percentuais ou representativos da conflitualidade e litigiosidade, vistos apenas pelos números de litigância⁴ (Garnot, 1989, 1991). Porém, dado o vocabulário altamente especializado e repetitivo, com muitos elementos padronizados, os processos judiciais revelam-se particularmente adequados para a análise serial e tratamento computacional, combinados com métodos qualitativos e estudos de caso (Piant, 2007), tornando-se, até, numa fonte relevante em vários projetos internacionais de história jurídica digital (Robertson, 2016).

Segundo o nosso conhecimento, em Portugal, até agora, não existiam bases-de-dados digitais de processos judiciais do passado, fosse de um cartório em particular, fosse de uma instância judicial. Existem, sim, outras iniciativas com vista à disponibilização digital de fontes históricas doutrinárias⁵

⁴ Para a diferença entre conflitualidade, litigiosidade e litigância veja-se, por todos, Hespanha (1983, pp. 45-47).

⁵ Como a base-de-dados criada por António Manuel Hespanha e Cristina Nogueira da Silva, inicialmente chamada de *Base de dados Ardies*, e recentemente renomeada como *Arquivo Digital*

e legislativas⁶, destacando-se, ainda, a base-de-dados de magistrados do período moderno, desenvolvida por Nuno Camarinhas⁷. O projeto CONFORM – *Vizinhos em Conflito pela Forma Construída: Explorando as Disputas Legais de Construção de Lisboa em Tempo de Transição Regulamentar*⁸, com o propósito específico de mostrar como a informação contida em processos judiciais de conflitos de construção é valiosa para compreender a história dos edifícios e do ambiente construído, surge assim como um exemplo a colmatar a referida lacuna no contexto português.

Este artigo centra-se, assim, nas fontes deste projeto de história digital. Os processos em causa, que até então estavam totalmente inexplorados, pertencem a um cartório judicial da cidade de Lisboa do período moderno, designado *Propriedades*, e encontram-se guardados no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, dentro do Fundo Geral dos Feitos Findos⁹. Este artigo inicia-se, pois, com a história arquivística deste fundo, seguindo de perto o relato feito pelo arquivista da Torre do Tombo e seu primeiro conservador, Pedro de Azevedo (1915)¹⁰. De seguida, explica-se o percurso desenvolvido pelos investigadores do projeto CONFORM na recolha e organização das fontes, cuja explicação procura ser útil e fornecer pistas para o acesso e manuseamento dos restantes cartórios do mesmo fundo. Por fim, ao cruzar fontes regulamentares com as informações obtidas pela leitura e análise serial daqueles processos, reconstitui-se parte da história do próprio Cartório das Propriedades.

António Manuel Hespanha, *Fontes para a História do Direito Português* (<https://novalaw.unl.pt/arquivo-digital-antonio-manuel-hespanha/>).

⁶ Caso dos seguintes: *CLIMA*, *Corpus Legislativo da Idade Média Anotado* (<https://www.ulusiada.pt/clima/>); *O Governo dos Outros*, que sucedeu à base *Ius Lusitaniae* (<http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>); *Fontes para a História do Direito Português: Lei e Jurisprudência* (<https://net.fd.ulisboa.pt/legis/>); *Diário do Governo Digital 1820-1910* (<https://digigov.cepese.pt/>). De iniciativa governamental existem as bases-de-dados *Legislação Régia* (<https://legislacaoeregia.parlamento.pt/>); *Debates Parlamentares* (<https://debates.parlamento.pt/>), e o próprio *Diário da República* (<https://diariodarepublica.pt/>).

⁷ *Memorial de Ministros, Letrados e lugares de letras. Portugal e ultramar, 1620-1830* (<https://memorialdeministros.weebly.com/>).

⁸ Ver nota 1. O projeto teve o seu início em março de 2023 e terminou em fevereiro de 2025. Para uma visão global, ver o *site* do projeto (<https://conform.omeka.net/>) que integra a base-de-dados (<https://conform.omeka.net/database>).

⁹ O conhecimento da existência deste cartório deve-se ao Dr. Pedro Pinto, para o qual se dirige os maiores agradecimentos.

¹⁰ Relato feito depois de estar “ano e meio” dedicado a este fundo; o qual, aliás, serviu de inspiração para este artigo.

1. O Fundo Geral dos Feitos Findos

A origem do Fundo Geral dos Feitos Findos remonta à reforma dos poderes públicos de 16 de maio de 1832, que determinou a separação entre a administração e a justiça, tendo sido extintos todos os tribunais, lugares e ofícios de justiça que não foram conservados pela própria lei¹¹. Na sequência, em janeiro de 1834, foi criada uma comissão, a Comissão do Exame da distribuição dos Cartórios dos Juízos Extintos, ou simplesmente Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos¹², para receber e examinar os processos dos cartórios dos juízos extintos da cidade de Lisboa, sobretudo os que estavam na dependência da Casa da Suplicação¹³. Esta comissão tinha de remeter os processos pendentes aos novos juízes e fazer depositar no Arquivo da Relação de Lisboa os processos findos, isto é, os processos concluídos, separados por cíveis e crime, e, arrolados por maços. Os processos recebidos e tratados mostram números assoberbantes: 618.871 em 1837; 800.000 em 1839. Ainda assim, a tarefa ficou incompleta aquando da dissolução daquela Comissão em 29 de agosto de 1844. Além destes, em 1858 existiam mais onze mil processos por classificar, como também processos de outros cartórios de juízos extintos posteriormente¹⁴.

Do astronómico trabalho da Comissão resultaram três coleções com processos judiciais: Fundo Geral (composto pelos processos-cíveis); Processos-Crime; e Inventários Orfanológicos ou *Post Mortem*¹⁵; tendo para cada um deles sido elaborado o respetivo índice alfabético (Saraiva, 2014, p. 18). Para

¹¹ Artigo 272.º do Decreto sobre a Reforma das Justiças, de 16 de maio de 1832 (Portugal, 1836, p. 145).

¹² AN/TT [Lisboa]. (1770–1870). Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos. <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/16d58c603fe144e586687cbf354780c4>.

¹³ Foi depois prevista a constituição de uma comissão equivalente para examinar, distribuir e arrecadar os processos dos cartórios dos juízos extintos da cidade do Porto, ficando, contudo, dependente da aprovação de orçamento. Ver portarias de 28 de maio e de 3 de setembro de 1839 (Portugal, 1839, pp. 102 e 336-337).

¹⁴ Em particular os cartórios de todas as Conservatórias Estrangeiras extintas em 1845, com exceção da inglesa extinta em 1848 (Azevedo, 1915, p. 195; Serrão, 1984, p. 370; Saraiva, 1989, p. 185).

¹⁵ AN/TT [Lisboa]. (s.d.). Fundo Geral dos Feitos Findos (atualmente sem link, código de referência PT/TT/FGFF); (1700–1800) Processos-Crime dos Feitos Findos (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/e78b015dd9a94f9eb723d1a97855d58d>); (1500–1832) Inventários *post mortem* dos Feitos Findos (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/29b29e27a5c74eb1b6ecfac46b33b67c>). Existe também uma outra coleção com os (1500–1877) Livros dos Feitos Findos (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/2963e7e23a864af385c24d04c4253492>), muitos deles de entrada, distribuição ou de porta daqueles processos, e que “por não terem qualquer designação, se torna impossível atribuir a alguns dos extintos cartórios” (Azevedo, 1915, p. 198).

os processos do Fundo Geral existem 28 livros-índice, ordenados pela letra do primeiro nome do autor do processo¹⁶, havendo, contudo, forma de distinguir os mais de cinquenta cartórios.

Tal como Pedro de Azevedo (1915, p. 197) prontamente apreciou, teria sido preferível que a comissão tivesse mantido a autonomia de cada cartório judicial. No entanto, é importante compreender que estes livros-índice tinham “por objetivo apenas a emissão de certidões ou a consulta dos processos e de modo algum a estruturação arquivística com fins científicos” (Serrão, 1984, p. 371).

Em 1887, por falta de espaço no Tribunal da Relação no edifício da Boa Hora, 20.000 maços, com dez a cinquenta processos e centenas de livros, foram movidos e instalados no edifício do extinto Convento da Estrela¹⁷. O mau estado físico deste edifício em 1910, com “vidraças a desfazerem-se e os vidros partidos”, manifestou-se profundamente no suporte material de vários processos, para além de “bandos de pardais” terem sido responsáveis pela destruição de “bastantes folhas de rosto dos autos que encimavam alguns maços” (Azevedo, 1915, p. 196). Foram efetuadas as necessárias obras de reparação e, em 1912, “todos os processos cíveis e crimes, julgados, prescritos e arquivados”, que estavam no antigo Convento da Estrela e ainda dependentes do Tribunal da Relação, passaram para a guarda da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.

Em 1915, esses 900.000¹⁸ processos judiciais foram designados de “Arquivo dos Feitos Findos” e passaram a constituir um anexo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁹. Por esta altura, os processos estavam “bem resguardados”, embora alguns tenham sido danificados por causa de uma

¹⁶ Em concreto, os processos cujos nomes dos autores começam pela letra A estão arrolados nos livros 1 a 3; pela letra B nos livros 4 e 5; pela letra C nos livros 5 e 6; pela letra D nos livros 7 e 8; pela letra E nos livros 8 e 9; pela letra F nos livros 10 e 11; pelas letras G e H no livro 12; pela letra J (que inclui a letra I) nos livros 13 a 20; pela letra M nos livros 21 a 24; pelas letras N, O e P no livro 25; pela letra P no livro 26; pelas letras R e S no livro 27, e pelas letras T, U, V, X e Z no livro 28. Recentemente todos os livros-índice foram digitalizados e encontram-se acessíveis *online*: AN/TT [Lisboa]. (após 1833). Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos, Índices do Fundo Geral. <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/bd8eb4d4d26845769a2ad60f2b390849>.

¹⁷ Não foram para o edifício do antigo Convento da Estrela, “os processos dos inventários, os livros do Registo Geral dos Testamentos, os livros do notário Soares de Brito e os processos da extinta Praça de leilões, isto por serem os três primeiros citados os mais procurados pelas partes e o último pelo estado de desorganização em que se achava” (Azevedo, 1915, pp. 195-196).

¹⁸ Número que Pedro de Azevedo (1915, p. 198) considerava ser “talvez com excesso”.

¹⁹ Ver Decreto. de 12 de outubro de 1912 (*Diário do Governo*: I Série, n.º 243/1912, p. 3603) e Decreto n.º 1659, de 15 de junho de 1915 (*Diário do Governo*: I Série, n.º 113/1915, pp. 544-545).

infiltração no telhado do edifício, cuja reparação ficou novamente a cargo daquela Inspeção (Azevedo, 1915, p. 199).

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo localizava-se, nesta altura, no edifício do Mosteiro de São Bento, tendo ganho novas instalações em 1990. Com esta transferência, os processos dos Feitos Findos foram também movidos para o atual edifício da Torre do Tombo (Rodrigues, 2024, p. 174 e 182). Desde então, os documentos do Fundo Geral dos Feitos Findos têm sido utilizados pelos investigadores, devido aos dados dos próprios processos judiciais, mas também, porque neles se encontram outros documentos, por vezes bastante anteriores à data dos litígios, seja como apensos originais, seja em públicas-formas, e ainda pela utilização de tipos documentais considerados excêntricos aos processos judiciais, como desenhos e mapas²⁰.

Mais recentemente, os serviços do Arquivo Nacional da Torre do Tombo têm procedido à separação das diversas judicaturas do Antigo Regime em fundos autónomos, reconstruindo cada juízo o melhor possível e reorganizando os processos judiciais do Fundo Geral dos Feitos Findos²¹. O Cartório das Propriedades ainda não foi alvo desta empreitada, como também nunca foi referido como núcleo ou coleção nos trabalhos de divulgação do conteúdo deste fundo (Serrão, 1984; Saraiva, 1989, 2014), conservando-se, por isso, com a disposição dada em meados do século XIX pela Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos.

2. Os processos judiciais do Cartório das Propriedades

O projeto CONFORM tem como fontes principais os processos judiciais do Cartório das Propriedades que se encontram inseridos no Fundo Geral dos Feitos Findos. Para os identificar foi necessário consultar primeiro os livros-índice²², procurando na listagem dos cartórios a palavra *Propriedades*²³,

²⁰ Ver, especialmente, o estudo de Pedro Pinto (2011).

²¹ Entre muitos exemplos possíveis, destaca-se, porque relacionado, a Correição Cível da Cidade de Lisboa (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b49e1a8d36d54543ab83fb72b166184c>), a Correição Cível da Corte (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/68dc0ed0b26b47f290d2b06e93f2d8ee>), o Juízo das Apelações e Agravos Cíveis (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b7aa9fef0f5e4fc68688b236870bd95f>), ou o Juízo da Inspeção de Bairros (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/ea712d20c3074c50b00cfddb10f562f6>). Sobre este último fundo, ver também Lima (1945).

²² Ver nota 16.

²³ Por norma, estas listagens (ou *index* dos cartórios) aparecem no início de cada livro-índice, embora nos livros com mais do que uma letra, possam estar localizadas dentro do livro ou, até, no

que por sua vez remete para os respetivos fólhos²⁴. Os fólhos dos livros-índice são genericamente compostos por duas colunas, escritas em letra miúda, onde, na primeira, surgem os nomes dos autores da ação e, na segunda, os nomes dos réus. Em alguns cartórios, como é o caso do das Propriedades, antes dos nomes dos autores encontra-se ainda o tipo da ação judicial, escrito de forma abreviada²⁵.

As duas colunas encontram-se separadas por duas indicações colocadas a meio da folha e com letra maior: uma refere-se ao nome do próprio cartório e a outra refere-se ao número do maço. Este esclarecimento é importante, pois um maço pode conter processos de vários cartórios, sendo necessário, por vezes, recuar algumas folhas do livro-índice até se encontrar o número do maço respetivo. Com estes dados, listaram-se todos os processos judiciais referentes ao Cartório das Propriedades, com a indicação da respetiva letra e maço, tendo-se chegado a um cômputo total de 1.695 processos distribuídos por 73 maços²⁶.

fim. A ordem dos cartórios é genericamente a mesma, ainda que possa haver desvios. O Cartório das Propriedades surge sempre depois do Cartório da Coroa e antes do Cartório da Ouvidoria das Alfândegas. É ainda importante referir que os processos relativos às letras X e Z não estão separados por cartórios, pelo que também não existe qualquer listagem, não havendo forma de os distinguir sem consultar todos os processos.

²⁴ Em concreto, o Cartório das Propriedades encontra-se arrolado em 12 livros-índice: AN/TT [Lisboa]. (após 1833). Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos, Índices do Fundo Geral, Índice da Letra A, Livro 2, fl. 28-31 (para a letra A); Índice das Letras B e C, Livro 5, fl. 97-97v (para a letra B); Índice da Letra C, Livro 6, fl. 3-3v (para a letra C); Índice das Letras D e E, Livro 8, fl. 88-88v (para a letra D) e fl. 166 (para a letra E); Índice da Letra F, Livro 11, fl. 15-17 (para a letra F); Índice das Letras G e H, Livro 12, fl. 53-53v (para a letra G) e fl. 186v (para a letra H); Índice das Letras I e J, Livro 16, fl. 119-127 (para as letras I e J, que não aparecem separadas); Índice da Letra L, Livro 20, fl. 78v-79v (para a letra L); Índice da Letra M, Livro 23, fl. 45-48v (para a letra M); Índice das Letras N, O e P, Livro 25, fl. 14v (para a letra N), fl. 77v (para a letra O), fl. 178-178v (para a letra P) e fl. 222v (para a letra Q); Índice das Letras R e S, Livro 27, fl. 65-66 (para a letra R) e fl. 180v (para a letra S); Índice das Letras T, U, V, X e Z, Livro 28, fl. 47v-48 (para a letra T) e fl. 125v-126 (para as letras U e V, que não aparecem separadas).

²⁵ Para interpretar estas abreviaturas é necessário ter algum conhecimento das várias ações judiciais. Por exemplo, se “Ex.^{am}”, “App.^{am}” e “Embg.^{os}” remetem sem dúvida para “Execução”, “Apelação” e “Embargos”, já as notações “à 1.^a” ou “10 dias” referem-se às ações de “Embargo à primeira” e “Assinação de dez dias”.

²⁶ Respetivamente: da letra A, 242 processos em 9 maços; da letra B, 48 processos em 2 maços; da letra C, 43 processos em 3 maços; da letra D, 59 processos em 2 maços; da letra E, 14 processos em 1 maço; da letra F, 169 processos em 6 maços; da letra G, 24 processos em 2 maços; da letra H, 8 processos em 1 maço; das letras J e I, 554 processos em 20 maços; da letra L, 66 processos em 3 maços; da letra M, 264 processos em 9 maços; da letra N, 4 processos em 1 maço; da letra O, 4 processos em 1 maço; da letra P, 51 processos em 3 maços; da letra Q, 2 processos em 1 maço; da letra R, 73 processos em 4 maços; da letra S, 15 processos em 2 maços; da letra T, 30 processos em 2 maços; das letras U e V, 25 processos em 1 maço. Foram também requisitados os dois maços da letra X e outros dois da letra Z (ver nota 23), que não continham qualquer processo do Cartório das Propriedades.

Para a consulta física dos processos utilizou-se na requisição a cota arquivística composta pela letra e pelo número do maço²⁷. Cada maço encontra-se atualmente distribuído por duas ou quatro caixas de cartão, geralmente três. Nos maços em que a totalidade dos processos não pertence ao mesmo cartório, é necessário verificar a proveniência de cada processo na respetiva folha de rosto. Nos processos do Cartório das Propriedades com folha de rosto, a palavra *Propriedades* surge sempre na parte superior direita, seguida do nome do escrivão proprietário do ofício. Atenção redobrada deve ser dada aos processos que já não têm folha de rosto, seja porque esta se degradou²⁸, seja porque provavelmente nunca foi feita.

Além disso, e contrariamente ao esperado, em quase todos os maços, os processos não se encontram ordenados nas caixas com a mesma ordem arrolada nos livros-índice. Tal implicou que a verificação dos processos, relativamente à listagem feita, se tornasse mais minuciosa e trabalhosa. Da mesma forma, nem todas as caixas estão numeradas²⁹. Todavia, os serviços do arquivo já procederam à numeração dos processos em algumas letras, sobretudo as que têm um número reduzido de processos³⁰, o que facilita bastante a sua identificação e as segundas requisições.

No âmbito do projeto, a tarefa de requisição esteve associada ao registo fotográfico dos processos. Iniciou-se pela letra A e seguiu-se a ordem alfabética. Porém, vários maços inteiros e outros processos específicos encontram-se hoje em mau estado, não tendo ido à sala de leitura e, em consequência, não foram fotografados. Da lista inicial, não se teve acesso a 291 processos³¹. Dos processos fotografados, um está hoje totalmente ilegível, com a tinta completamente sumida por ter estado em contacto com água³².

²⁷ Este trabalho foi desenvolvido essencialmente pelas bolsseiras do projeto à época, Ana Margarida Roberto e Sandra Osório da Silva, entre os meses de julho a agosto de 2023.

²⁸ Ver o que ficou dito sobre as más condições dos edifícios que guardavam estes processos no final do século XIX, início do XX.

²⁹ Caso das letras J, L, M, P, Q e R.

³⁰ Casos das letras H, O e Q, cuja numeração foi também acrescentada a lápis nos livros-índice.

³¹ Nomeadamente: 7 processos da letra A, maço 1259; 1 processo da letra A, maço 1261; 1 processo da letra A, maço 1262; 1 processo da letra C, maço 373; 2 processos da letra F, maço 768; 10 processos da letra F, maço 772; 18 (todos) processos da letra G, maço 146; 3 processos da letra G, maço 147; 47 (todos) processos da letra J, maço 2423; 23 (todos) processos da letra J, maço 2424; 36 (todos) processos da letra J, maço 2425; 9 (todos) processos da letra J, maço 2426; 12 (todos) processos da letra J, maço 2427; 16 (todos) processos da letra J, maço 2428; 3 processos da letra J, maço 2429; 38 (todos) processos da letra J, maço 2436; 5 processos da letra M, maço 1551; 6 processos da letra P, maço 274; 19 processos da letra P, maço 275; 4 processos da letra R, maço 262; 5 (todos) processos da letra T, maço 148; e 25 (todos) processos da letra T, maço 149.

³² Concretamente: AN/TT [Lisboa]. (s.d.). Feitos Findos, Fundo Geral, Letra A, Maço 1257, n.º 13.

No entanto, foram encontrados e fotografados outros 24 processos que não constavam nos livros-índice. O número total de processos fotografados foi, assim, de 1.427, tendo as fotografias sido organizadas em pastas individuais por processo.

A cada processo foi dado um identificador único, composto pela letra P (de Propriedades), a letra alfabética, o número do maço (com 4 dígitos) e o número do processo (com 2 dígitos)³³. Nos casos de processos não numerados pelos serviços do arquivo, o número do processo seguiu a ordem em que aparecem nos livros-índice, acrescentando-se depois os processos não listados.

A tarefa incluiu também o preenchimento de algumas colunas na tabela-de-dados relacional, criada para o efeito, com informação retirada da folha de rosto, nomeadamente o ano de início, o título do caso e o nome dos litigantes, bem como a dimensão de cada processo, pela contagem manual do número de fólios, obtendo-se um total de 63.856 fólios frente e verso³⁴. De facto, os processos variam muito em tamanho, tendo o menor apenas um fólio e o maior 694 fólios, com uma média de 45 fólios. Nesta contagem verificou-se ainda que 131 processos continham apenas cosidos, uns como documentos probatórios, outros como processos judiciais relacionados, embora autónomos. Como a estruturação dos dados não seria possível se esses 100 processos apenas se mantivessem agregados, os mesmos foram separados, o que fez aumentar o número de processos do projeto para 1.527³⁵. Por fim, com a leitura dos processos, percebeu-se que 23 processos não diziam respeito a disputas de construção³⁶, tendo sido registados incorretamente nos livros-índice. Como resultado o número total de processos do projeto foi reduzido para 1.504.

Os processos judiciais das disputas de construção do Cartório das Propriedades são, então, documentos compostos por folhas cosidas contendo

³³ Por exemplo: P.A1257.01 ou P.O0007.06. Ver a lista completa em <https://conform.omeka.net/list>.

³⁴ Correspondente a cerca de 185 gigabytes de imagens em formato JPG.

³⁵ A identificação destes processos encontra-se registada no próprio identificador único, pelo acrescento de mais um número, por exemplo, P.P0276.01.1 ou P.P0276.01.2, sendo que o primeiro corresponde ao primeiro processo apenso e o segundo ao segundo processo apenso do processo principal P.P0276.01.0.

³⁶ Uns processos são crime, outros são sobre partilhas e descendência, posse e domínio, morgados e vínculos. Concretamente: P.A1259.24; P.A1262.01; P.A1264.59; P.C0374.01; P.F770.09; P.F0770.37; P.F0770.38; P.F0771.11; P.J2422.36; P.J2430.02; P.J2430.19; P.J2431.01; P.J2432.18; P.J2434.19; P.J2437.07; P.J2437.08; P.J2437.10; P.J2439.15; P.L0281.14; P.L0281.15; P.M1554.02; P.M1555.02; e P.M1556.10.

várias partes e, genericamente, incluem: a folha de rosto; auto de abertura; petição do autor (uma das partes mais importantes, por explicar a ação e identificar os litigantes); auto de execução da ação (geralmente um embargo, uma notificação ou uma citação); contestação ou embargo da ação pelo réu; termos de procuração dos litigantes (nomeando o ou os advogados e procuradores); auto de vistoria; certificado de vistoria feito pelos peritos (geralmente os dois juízes do ofício de pedreiro e carpinteiro do respectivo ano, mas também oficiais louvados pelas partes); razoados dos advogados (que, consoante o tipo, podem incluir contrariedade, réplica e tréplica); inquirições de testemunhas; provas escritas originais ou traslados (caso de escrituras de título de propriedade, testamentos, inventários e cópias parciais de outros processos judiciais relacionados); termos de composição, obrigação ou desistência dos litigantes; sentença do juiz; e custas dos autos. A unir tudo isto, encontram-se vários despachos do juiz e vários escritos do escrivão relativos a todos os atos.

Além disso, alguns processos contêm outras partes, que decorrem do próprio processo e dos vários tipos de recursos utilizados. Os despachos e a sentença definitiva do juiz podiam ser embargados, sendo esse embargo decidido pelo mesmo julgador. Já os despachos do juiz também podiam ser agravados, o que implicava a subida de instância para decisão, com o processo a regressar à instância inferior para seguir o seu curso. Por fim, a sentença definitiva do juiz podia ser apelada, subindo para o juízo superior, daí saindo uma *sobre sentença* que também podia ser embargada, sendo esse embargo decidido no juízo superior.

Contrariamente ao esperado, vinte processos contêm elementos desenhados. Estes incluem vários tipos de representações como plantas, alçados, cortes, e também esboços geométricos para explicar as dimensões e a configuração dos lotes ou, até, a abertura de canos. Destes, uns são mais elaborados e rigorosos do que outros, uns são coloridos e feitos por especialistas, outros são riscados pelo escrivão ou pelos advogados no meio de peças escritas. No entanto, todos eles procuravam complementar e mostrar graficamente o que as palavras escritas não conseguiam descrever totalmente.

Tipologicamente, existem dois grandes grupos: os processos ordinários (feitos ou autos), que são de vários tipos, num total de 1.207; e os processos de execução, necessários para que a sentença ou sobre sentença passada em julgado, se reduza a efeito, num total de 293, aos quais se juntam mais quatro cartas de sentença, cuja execução não foi iniciada. Alguns casos de execução de sentença, por esta, em rigor, constituir uma nova ação na

primeira instância, deram origem a processos complexos que incluíram novas vistorias, inquirições de testemunhas, apresentação de provas escritas, agravos e até apelações para a instância superior.

Cronologicamente, os processos judiciais das disputas de construção levantados pelo projeto, abrangem 133 anos, ainda que com falhas em 29 anos, sendo apenas um do século XVII (de 1680), 1.240 do século XVIII (de 1701 a 1800) e 263 do século XIX (de 1801 até 1832) — ver Tabela 1.

Neste percurso feito pelo projeto CONFORM às fontes judiciais, importa ainda mencionar que a leitura pormenorizada dos processos possibilitou identificar e colmatar algumas lacunas materiais que, devido ao tempo ou à incúria, quase sempre são apresentadas por esta documentação. De facto, já foi mencionado o mau estado de conservação de alguns processos, que inclui folhas rasgadas ou perdidas. Em dois casos foi possível reverter a falta de informação. Num caso, a parte da folha de rosto de um processo da letra J, maço 2433, que se encontra rasgada, encontra-se colada à última folha de outro processo da mesma letra, mas de um maço diferente, nomeadamente o 2421. Noutro caso, os fólios finais, que contêm precisamente a decisão final, de um processo da letra M, maço 1549, encontram-se dobrados no meio de um outro processo, também da mesma letra, mas do maço 1551³⁷. Estas indicações poderão vir a ser úteis para os serviços de conservação e restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, quando estes, no meio de tanto trabalho, conseguirem dedicar alguma atenção a estes, para nós, valiosos processos.

³⁷ São concretamente os processos P.J2433.37 e P.J2421.30; P.M1549.17 e P.M1551.16.

Tabela 1 – Número dos processos judiciais pelo ano de início

Ano	Feitos	Exec.	Total	Ano	Feitos	Exec.	Total	Ano	Feitos	Exec.	Total
1680	1	0	1	1744	0	1	1	1789	10	2	12
				1745	0	0	0	1790	13	6	19
1701	0	1	1	1746	1	0	1	1791	27	11	38
1702	2	0	2	1747	2	1	3	1792	21	5	26
1703	0	0	0	1748	3	0	3	1793	24	3	27
1704	0	0	0	1749	4	1	5	1794	19	9	28
1705	0	0	0	1750	20	3	23	1795	25	10	35
1706	0	1	1	1751	35	1	36	1796	18	9	27
1707	1	0	1	1752	30	3	33	1797	20	10	30
1708	0	0	0	1753	26	5	31	1798	19	9	28
1709	0	0	0	1754	25	7	32	1799	11	4	15
1710	1	0	1	1755	17	2	19	1800	14	4	18
1711	0	0	0	1756	70	5	75	1801	15	1	16
1712	0	0	0	1757	114	10	124	1802	13	8	21
1713	12	1	13	1758	70	11	81	1803	17	7	24
1714	5	1	6	1759	57	12	69	1804	23	8	31
1715	4	0	4	1760	44	10	54	1805	21	6	27
1716	3	0	3	1761	40	9	49	1806	17	8	25
1717	5	0	5	1762	28	8	36	1807	9	2	11
1718	0	0	0	1763	27	4	31	1808	3	5	8
1719	0	0	0	1764	19	1	20	1809	6	1	7
1720	0	0	0	1765	26	3	29	1810	4	2	6
1721	1	0	1	1766	14	4	18	1811	3	2	5
1722	0	2	2	1767	12	3	15	1812	5	3	8
1723	0	0	0	1768	6	2	8	1813	7	0	7
1724	1	0	1	1769	6	2	8	1814	4	2	6
1725	0	0	0	1770	2	1	3	1815	6	0	6
1726	0	0	0	1771	3	1	4	1816	4	1	5
1727	0	0	0	1772	4	1	5	1817	3	2	5
1728	0	0	0	1773	2	1	3	1818	2	1	3
1729	0	0	0	1774	1	1	2	1819	4	1	5
1730	0	1	1	1775	1	1	2	1820	3	2	5
1731	1	0	1	1776	0	0	0	1821	1	2	3
1732	1	0	1	1777	0	0	0	1822	3	0	3
1733	0	0	0	1778	1	0	1	1823	1	2	3
1734	1	0	1	1779	0	0	0	1824	2	2	4
1735	0	1	1	1780	0	0	0	1825	2	1	3
1736	2	0	2	1781	0	0	0	1826	4	1	5
1737	0	0	0	1782	1	0	1	1827	1	2	3
1738	0	0	0	1783	1	0	1	1828	1	1	2
1739	0	0	0	1784	5	0	5	1829	1	2	3
1740	0	1	1	1785	9	3	12	1830	2	0	2
1741	1	0	1	1786	9	6	15	1831	0	0	0
1742	0	0	0	1787	10	5	15	1832	1	0	1
1743	0	0	0	1788	12	3	15	Total	1206	298	1504

Fonte: Projeto CONFORM.

3. O Cartório das Propriedades

O Cartório das Propriedades deriva da produção de documentos de uma instância judicial específica da cidade de Lisboa e ímpar em Portugal durante o período moderno, denominada Juízo das Propriedades. Apesar da designação, esta judicatura não resolvia litígios relacionados com o domínio ou posse das propriedades, que eram decididas pelos Juízos do Cível; deliberava, sim, sobre conflitos decorrentes de obras em curso, consideradas prejudiciais para os edifícios e servidões vizinhas.

O Juízo das Propriedades foi sub-rogado do da Almotaxaria e, por conseguinte, a sua origem remonta efetivamente ao período medieval e a uma das mais duradouras instituições concelhias, com jurisdição exclusiva. Em algumas vilas e cidades, como Lisboa, a instituição da Almotaxaria controlava três domínios importantes da vida urbana: o mercado, a limpeza urbana e as disputas de construção entre particulares. No último domínio, o almotacé atuava sempre que alguém o convocasse e a sua decisão era proferida no local da contenda. O processo era sumário, oral e gratuito, só havendo pagamento das escrituras quando algum dos litigantes as solicitava. Da sentença do almotacé havia recurso para instâncias superiores do concelho, juízes concelhios e vereadores (Pinto, 2016, pp. 292-297).

Nos primeiros anos do século XVI, a estrutura da Almotaxaria de Lisboa sofreu alterações, diferenciando-se da do resto do reino. Por decisão régia, os referidos três domínios passaram a ter oficiais especializados. Ao oficial responsável pelas disputas de construção, chamado de almotacé das Propriedades, foi exigido que fosse letrado, transformando-se assim em juiz das Propriedades³⁸. Já o domínio da Almotaxaria das Propriedades, destinado a julgar os “feitos d’amtres partes E contemdas das casas E eramcas E cousas depemdentes dellas”, ou “almotaxaria de casas E obras”³⁹, passou a ser conhecido como Juízo das Propriedades, apesar de conservar a natureza jurisdicional da instituição que lhe deu origem⁴⁰.

³⁸ Carta régia de 20 de abril de 1512 (AML-AH. (1398–1521). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Provimento de Ofícios, doc. 132).

³⁹ Regimento de Vereadores e Oficiais da Câmara de Lisboa de 1502, publicado por Santos & Viegas (1996, p. 150).

⁴⁰ Vale a pena citar um documento de 1665, publicado por Oliveira (1882-1911, VI, p. 559), onde esta transformação é claramente explicada: “dos juizes das propriedades, que são propriamente almotacés, no corpo da Ord., tit.º 68, d’onde se derivaram para serem juízes letrados, pela importancia das materias e causas das propriedades e edificios; ficando tambem distinctos entre si os almotacés das execuções da cidade e os almotacés das execuções da limpeza”.

Nesta época, o Juízo das Propriedades compreendia duas varas, sendo os juizes escolhidos por eleição pela Câmara de Lisboa. O tempo de serviço foi inicialmente quadrimestral, passando depois a anual, até se converter em trianual no início do século XVII⁴¹. O cargo de juiz das Propriedades funcionou muitas vezes como primeiro degrau na carreira da magistratura, dando acesso direto a outras judicaturas na cidade de Lisboa, como a dos Órfãos, a do Crime ou a do Cível⁴², que auferiam ordenados mais elevados⁴³. Porém, existiam deliberações régias que inibiam essas promoções⁴⁴, levando a Câmara a solicitar por diversas vezes a revogação daquelas ordens, dado que estas varas eram “de mui ténue rendimento e de grandíssimo trabalho”⁴⁵. Fosse pelos obstáculos criados na progressão da carreira, fosse pelos menores rendimentos, certo é que, na segunda metade do século XVII, eram poucos os licenciados ou bacharéis que se candidatavam ao cargo de juiz das Propriedades. Para resolver o problema, a Câmara de Lisboa aumentou o ordenado e reuniu as duas varas numa só⁴⁶, número que se manteve inalterado até à sua extinção.

As alterações institucionais do início do século XVI levaram também, por iniciativa régia, à duplicação da escrivania da Almotaçaria, sendo que uma ficaria responsável pelos registos das execuções e limpeza e a outra pelos feitos das Propriedades. Porém, tal intento não foi imediatamente alcançado, dado o ofício de escrivão da Almotaçaria ter sido comprado por Gonçalo Bernardes. Foi então necessário esperar até à morte deste, em 1521, para que passasse a haver dois escrivães na Almotaçaria, cujos cargos deve-

⁴¹ Carta régia de 20 de abril de 1512 (AML-AH. (1398–1521). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Provimento de Ofícios, doc. 132) e alvará régio de 6 de março de 1621, publicado por Oliveira (1882-1911, III, pp. 146-147).

⁴² Caso dos exemplos relatados pela Câmara ao Rei em 1650, publicados por Oliveira (1882-1911, V, pp. 260-263). Na base-de-dados *Memorial de Ministros* (ver nota 7) encontram-se listados 22 juizes que iniciaram a sua carreira no Juízo das Propriedades, 10 dos quais progrediram para outras judicaturas da cidade de Lisboa.

⁴³ Em meados do século XVII, os juizes das Propriedades auferiam de ordenado 50 mil réis, os juizes dos Órfãos 53 mil réis, ao passo que os restantes juizes da Câmara de Lisboa recebiam 80 mil réis. Documento publicado por Oliveira (1882-1911, VI, p. 30).

⁴⁴ Pela exigência destes juizes terem residência, serem casados ou ocuparem judicaturas noutros pontos do reino. Ver os documentos publicados por Oliveira (1882-1911, V, pp. 63-64, 338-339 e 504), como também Camarinhas (2012).

⁴⁵ Documentos publicados por Oliveira (1882-1911, V, pp. 63-64, 260-263 e 305; VI, pp. 29-31, 65-66 e 264-265).

⁴⁶ Consulta da Câmara ao Rei em 30 de outubro de 1664, publicada por Oliveira (1882-1911, VI, pp. 517-518).

riam ser concedidos por arrendamento⁴⁷. Em pouco tempo, sentiu-se também a necessidade de haver dois escrivães das Propriedades, não só por haver dois julgadores, mas sobretudo por se tratar de um juízo de “muyto negocio”. Com a devida autorização régia, este cargo foi duplicado⁴⁸.

Havendo dois juízes e dois escrivães, no início do século XVII, a Câmara de Lisboa procurou que o espaço da cidade fosse também dividido em dois, por uma linha definida pelo Paço da Ribeira, Rua dos Ourives do Ouro e Escudeiros, Rua Direita da Anunciada, Estrada Direita até ao termo de Sintra. Desta forma, um par ficava responsável pelas contendas ocorridas na parte poente e o outro par pelas contendas ocorridas na parte nascente⁴⁹. Porém, de acordo com os processos analisados pelo projeto, no século XVIII, tal divisão já não existia, se é que alguma vez chegou a ser implementada⁵⁰.

Os escrivães das Propriedades eram, portanto, o elemento mais estável da judicatura, não só devido à rotação trianual dos juízes das Propriedades, mas sobretudo porque estes se tornavam proprietários do cargo. Assim, eles exerciam o cargo durante toda a vida, podendo transmiti-lo hereditariamente, e ainda, mediante autorização régia, vendê-lo, arrendá-lo, passá-lo para serventuários e ter ajudantes⁵¹. Por esse motivo, quando as duas varas foram unificadas numa só, mantiveram-se em funções os dois escrivães no Juízo das Propriedades.

Com o registo escrito das ações judiciais decididas no Juízo das Propriedades foi criado o Cartório das Propriedades. Embora a lei geral estabelecesse que os casos levados aos almotacés e, por extensão, aos juízes das Propriedades em Lisboa, deveriam ser decididos oralmente⁵², progressivamente, os escrivães das Propriedades passaram a registar todos os atos no decurso dos processos,

⁴⁷ Cartas régias de 4 de setembro de 1508 de 6 de setembro de 1509, de 8 de setembro de 1509, de 1 de dezembro de 1513 e de 6 de março de 1521 (AML-AH. (1398–1521). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Provimento de Ofícios, docs. 104, 111, 113, 141 e 172).

⁴⁸ Carta régia de 18 de agosto de 1564, acordo camarário de 16 de maio de 1566 e carta régia de 27 de abril de 1587 (AML-AH. (1562–1634). Chancelaria Régia, livro 1º de Consultas, Respostas e Cartas de Filipe III, doc. 49A, (1495–1591). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Registo de Posturas, Regimentos, Taxas, Privilégios e Ofícios, doc. 181, e (1316–1623). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Quitações e Desistências, doc. 14).

⁴⁹ Assento camarário de 19 de setembro de 1619 (AML-AH. (1609–1630). Chancelaria da Cidade, livro 3º de Assentos do Senado, doc. 268).

⁵⁰ Como se verá, os casos compulsados no projeto pertencem apenas a um Cartório e cobrem geograficamente todas as zonas da cidade e termo de Lisboa.

⁵¹ Sobre a patrimonialização dos ofícios ver, por todos, Stumpf (2004). Ver ainda Hespanha (1982, pp. 384-403).

⁵² Em concreto: § 19 do Título XLIX do Livro 1 das Ordenações Manuelinas (Portugal, 1984, I, pp. 347-348) ou § 2 do Título LXVIII do Livro 1 das Ordenações Filipinas (Portugal, 1786, I, p. 322).

o que lhes permitia auferir os salários correspondentes às peças escritas⁵³. Aos escrivães competia registar e organizar as causas na primeira instância, bem como os recursos, fossem agravos interpostos no decurso da primeira instância, fossem apelações às sentenças definitivas, decididos na instância superior.

Com efeito, foi com as Ordenações Manuelinas de 1521 que o antigo privilégio concelhio da exclusiva jurisdição da Almotaria, que incluía o próprio recurso, foi quebrado. Sempre que as causas fossem avaliadas em mais de seis mil reais, os recursos passavam a ser decididos pelos desembargadores régios, ou seja, por magistrados de fora da estrutura camarária. Com a reforma dos tribunais superiores de 1582, os recursos mais elevados do Juízo das Propriedades subiam para a Casa da Suplicação (Pinto, 2020, pp. 610-612).

Em meados do século XVII, os desembargadores da Casa da Suplicação começaram sistematicamente a tomar conhecimento dos recursos mais altos do Juízo das Propriedades, fundamentando-se na própria lei do reino. Contra isso, impôs-se a Câmara de Lisboa, argumentando que tal “não se praticou em tempo algum a respeito da camara de Lisboa, aonde, por privilegios e provisões, a sua almotaria é isenta de toda a outra jurisdição, sem appellação nem agravo”, além de os seus vereadores serem eles próprios desembargadores⁵⁴. Da Câmara saíram vários apelos para que o Rei interviesse e que proibisse a quebra da “sua jurisdição e posse immemorial, privativa e inhibitiva a todos os mais tribunais para conhecer dos agravos e appellações interpostas em semelhantes casos dos juizes ou almotacés das propriedades”. A isto acrescentava-se a ação menos escrupulosa de alguns advogados das partes, que, para poderem enviar os recursos diretamente para os desembargadores da Casa da Suplicação, inflacionavam o valor das causas, avaliando-as “ainda que de pouca importancia a muita quantia”. Não obstante as razões invocadas, o Rei autorizou, em 1670, que as apelações, que por lei excedessem a alçada da Câmara de Lisboa, subissem à Casa da Suplicação, pois, por um lado o prólogo das Ordenações derogava os privilégios antigos, e por outro, nenhuma provisão moderna mencionava o privilégio invocado⁵⁵.

⁵³ Ver §§ 4 a 11 do Título LIII do Livro 1 das Ordenações Manuelinas (Portugal, 1984, I, pp. 363-364) ou com o §§ 4 a 11 do Título LXXII do Livro 1 das Ordenações Filipinas (Portugal, 1786, I, p. 339).

⁵⁴ De facto, por exigência régia, desde 1572, o presidente da Câmara de Lisboa tinha de ser fidalgo e os vereadores tinham de ser desembargadores. Em 1609, o presidente da Câmara passou a ter os mesmos privilégios dos presidentes dos conselhos e tribunais da cidade, passando a Câmara de Lisboa a designar-se por Tribunal do Senado ou Senado da Câmara (Ferro, 1996, p. 21).

⁵⁵ Consultas da Câmara ao Rei em 20 de junho de 1657, 13 de fevereiro de 1658, 8 de maio de 1663, 21 de abril e 6 de agosto de 1665, publicadas por Oliveira (1882-1911, VI, pp. 27-29; VII, pp. LXXXVI-LXXXIX; VI, pp. 425-426, 547, e 553-567).

Em 1675, oito escrivães das Apelações Cíveis da Casa da Suplicação intentaram uma ação judicial para impedir os escrivães das Propriedades, à época Manuel Teixeira e João de Freitas, de escrever os processos de apelação do Juízo das Propriedades que subiam à Casa da Suplicação. Mas tal intento não foi conseguindo, tendo os últimos ganho a causa⁵⁶. Os escrivães das Propriedades usavam, então, uma titulação que especificava claramente o âmbito espacial e jurisdicional da sua atuação: “Escrivão do Juízo das Propriedades nesta cidade de Lisboa e seu termo e das Apelações e Agravos dependentes delas nesta Corte e Casa da Suplicação”⁵⁷.

Contudo, em meados do século XVIII, o julgamento dos conflitos entre vizinhos provocados pela atividade construtiva era também exercido por outros juízos, sobretudo a Correição do Cível da Corte e a Correição do Cível da Cidade, e, por isso, registado por outros escrivães. Tal intromissão jurisdicional, que provocava quebras de rendimento aos proprietários do ofício de escrivão das Propriedades, à época João Álvares de Carvalho e José António Viegas, levou-os a queixarem-se diretamente ao Rei. Este mostrou-se-lhes favorável, ordenando por alvará de 26 de outubro de 1745, que o “conhecimento de todas as causas sobre edifícios e servidões”, fosse declarado privativo do Juízo das Propriedades, sob pena de nulidade do processo, custas, perdas e danos contra os outros escrivães⁵⁸.

O Juízo das Propriedades funcionou efetivamente até ao ano de 1775, conforme se pode verificar pelos processos compulsados no projeto, num total de 873. No entanto, um aviso régio de 22 de agosto desse mesmo ano declarava que esta judicatura já tinha sido extinta, com a frase “havendo por isso á muitos tempos cessado o exercício do Juizo das Propriedades”⁵⁹, apesar de não existir nenhum edital ou ordem anterior nesse sentido na documentação coeva. Para compreender esta situação, é, pois, necessário ter em conta o “terramoto político” — seguindo a feliz expressão de José Subtil (2007a) —, ocorrido com o grande terramoto de 1 de novembro de 1755.

No dia seguinte ao terramoto, um aviso régio ordenava que o Regedor da Casa da Suplicação, distribuisse os mais capazes desembargadores dos Agravos deste tribunal pelos doze bairros da cidade, encarregando-os de dirigir os trabalhos de desentulho das casas arruinadas, para delas retirar e mandar sepultar os mortos, além de estabelecer, em cada bairro, um local

⁵⁶ Ver processo P.J2431.19, fls. 1-41v.

⁵⁷ Entre outros casos possíveis, ver processo P.M1555.17, fl. 8.

⁵⁸ Alvará régio de 26 de outubro de 1745 (Portugal, 1819, II, pp. 506-508).

⁵⁹ Publicado por Silva (1828, p. 60) e por Oliveira (1882-1911, XVII, p. 526).

fechado para guardar os mantimentos encontrados⁶⁰. Dois dias depois, estes desembargadores eram já denominados por “ministros inspetores dos Bairros”⁶¹.

No final do mesmo mês, com vista a evitar que os limites dos terrenos das casas arruinadas pelo terramoto e demolidas pelo incêndio se confundissem, o que poderia dar origem a conflitos entre proprietários, foram aqueles ministros, “encarregados da Inspeção de cada hum dos Bairros”, em conjunto com oficiais de infantaria, incumbidos de realizar a descrição exata de cada bairro, “declarando-se nella, distincta, e separadamente a largura, e cumprimento de cada huma das Praças, Ruas, Becos e Edifícios públicos, que nelle se continhão; e cada huma das Propriedades particulares”⁶². Para a demarcação, as partes eram convocadas através da afixação desta ordem nos lugares públicos da cidade e todos os registos seriam anotados num livro. Tal deu origem aos *Tombos*⁶³ dos vários bairros (Subtil, 2011, pp. 231-232; Monteiro, 2010, pp. 79-81). Quando surgissem dúvidas insanáveis entre as partes sobre posse, mas não sobre domínio, os casos deveriam ser verbalmente sentenciados na Casa da Suplicação, pelo ministro inspetor, enquanto relator, com adjuntos a nomear pelo Regedor das Justiças, numa única instância que não admitia exceções dilatórias, perentórias ou materiais. Os escrivães das Correições do Cível da Corte e da Cidade, nomeados pelo Regedor das Justiças para o efeito, foram incumbidos de fazer o registo desses livros⁶⁴. No entanto, sabe-se que os escrivães do Cartório das Propriedades, concretamente João Álvares de Carvalho e o seu filho e ajudante Frutuoso Álvares de Carvalho, também contribuíram para esse registo⁶⁵.

O decreto de 29 de novembro de 1755 criou, assim, o Juízo da Inspeção dos Bairros, que funcionava como um juízo autónomo da Casa da Suplicação, cujos poderes foram ampliados em 1758. Incumbidos de tudo o que respei-

⁶⁰ Aviso de 2 de novembro de 1755, publicado por Freire (1758, pp. 44-49) e por Oliveira (1882-1911, XVI, pp. 156-157).

⁶¹ Aviso de 4 de novembro de 1755, publicado por Freire (1758, pp. 66-67).

⁶² Decreto de 29 de novembro de 1755, publicado por Silva (1830, pp. 401-402).

⁶³ Sobre as formalidades exigidas para os tombos, que eram muito mais do que simples inventários de propriedades, pois tinham o mesmo efeito jurídico que uma escritura, ver Pinto (2021, pp. 180-182).

⁶⁴ Ver nota 62.

⁶⁵ João Álvares de Carvalho trabalhou nos tombos do Bairro do Castelo, do Bairro da Ribeira e do Bairro da Rua Nova. Já Frutuoso Álvares de Carvalho trabalhou nos tombos do Bairro Alto e Bairro dos Remolares. Ver respetivamente, AN/TT [Lisboa]. (1756–1833). Juízo da Inspeção de Bairros de Lisboa, livro 1; livro 2; livro 14; livro 3; e livro 7. Talvez por isso, o último, entre os finais da década de 1770 e princípios da seguinte se identificasse apenas como “Escrivão da Inspeção dos Bairros”. Ver por exemplo os processos P.J2434.31, P.M1555.11, P.A1260.06.1.

tasse à execução do novo plano da reedificação da cidade, os ministros inspetores avaliavam e adjudicavam terrenos, mas também julgavam os agravos interpostos a essas avaliações⁶⁶, acabando ainda por fazer expropriações, promover vistorias, ordenar o embargo e demolição de obras realizadas contra o plano (Monteiro, 2010, pp. 190-192).

A opção de atribuir estas competências aos desembargadores da Casa da Suplicação, instituição que “passou, praticamente a governar a cidade devido em parte, ao colapso administrativo do Senado da Câmara” (Subtil, 2007b, p. 119), deveu-se à confiança e peso político que estes magistrados tinham “na administração pombalina, e também à maior sensibilidade jurídica das matérias a regular, que implicavam diretamente com direitos privados sobre os terrenos e edifícios existentes” (Monteiro, 2012, p. 192). Além disso, a este tribunal e a estes desembargadores competia os recursos enviados do Juízo das Propriedades.

Se tal provocou o afastamento da Câmara de Lisboa do processo de reconstrução da área destruída e, posteriormente, das próprias opções urbanísticas da restante cidade (Monteiro, 2010, p. 189), o Juízo das Propriedades, que, relembre-se, era uma judicatura específica daquele órgão, continuou, porém, a funcionar normalmente, julgando até nos anos seguintes ao terramoto, entre 1756 e 1761, mais de metade, ou seja 452, dos 873 processos julgados no Juízo das Propriedades e coligidos no projeto — ver Tabela 1. Aliás, o ano de 1757 foi verdadeiramente excecional, resultado natural das várias ações construtivas iniciadas com o objetivo de reparar os estragos causados pelo terramoto.

De facto, a 3 de dezembro de 1755 foi definida a proibição de construção de novos edifícios fora dos limites da cidade⁶⁷. Vinte e sete dias depois, essa proibição foi ampliada à edificação e reedificação das casas destruídas nos bairros afetados pelo terramoto, bem como noutros bairros, “cujas casas não padecerão total destruição”, ressaltando-se apenas “os concertos precisos para a reparação, e conservação das propriedades que os Terremotos, deixarão em estado de poderem servir os seus donos”⁶⁸.

⁶⁶ Decreto de 12 de junho de 1758, publicado por Silva (1830, pp. 624-625).

⁶⁷ Cujos limites eram: “banda do Poente fóra das Portas dos Quarteis de Alcantara, do Palacio, e Hospicio de Nossa Senhora das Necessidades, dos Arrebaldes do Senhor da Boa-Morte, e de S. João dos Bens Casados; e continuando do Casal do Pai e Silva, do Salitre, do Chafariz de Andaluz, da Carreira dos Cavallos, da Bemposta, de Santa Barbara, do Forno do Tijolo, da Cruz dos Quatro Caminhos, de Val de Cavallinhos, e de Santa Apollonia”. Edital de 3 de dezembro de 1755, publicado por Silva (1830, pp. 402-404).

⁶⁸ Edital de 30 de dezembro de 1755, publicado por Silva (1830, p. 406).

Ora, é dentro dessa ressalva que se inserem as inúmeras obras, não apenas de reparação, mas também de reedificação, que deram origem aos conflitos entre vizinhos julgados no Juízo das Propriedades. Além disso, como juízo competente e privativo destas matérias, chegou, inclusivamente, a chamar a si, conforme o alvará de 26 de outubro de 1745 permitia, dezassete casos de conflitos de obras submetidos erradamente a outros juízos⁶⁹.

O mencionado aviso régio de 22 de agosto de 1775 comprova mesmo a continuação do exercício do Juízo das Propriedades, não obstante invocar que este era feito “com transgressão das [...] Reaes Providencias, e Inspeções, e fraude dos Prospectos da Cidade”, e “permittindo obras contrárias às leis de Edificação, e que na conformidade dellas devem ser demolidas em necessario perjuizo das Partes enganadas”⁷⁰. Conclui-se, assim, que foi este aviso que verdadeiramente extinguiu o Juízo das Propriedades.

Resta, então, perceber por que razão só vinte anos após o terramoto e após tantas alterações estruturais, algumas das quais verdadeiramente extravagantes, é que o Juízo das Propriedades foi extinto. E por que razão foi essa extinção feita através de um aviso que a anunciava antes mesmo de o ser? A razão encontra-se nos escrivães das Propriedades. Com efeito, ao tempo do terramoto, estes ofícios continuavam a ser exercidos pelos mesmos escrivães que alcançaram o alvará de 1745⁷¹. Ora, tal como aconteceu no início do século XVI, também aqui foi necessário esperar pelo falecimento dos proprietários dos ofícios para se proceder à alteração institucional pretendida. O óbito de José António Viegas ocorreu a 9 de março de 1767 e o de João Álvares de Carvalho a 29 de julho de 1775⁷². Não é, pois, mera coincidência que o aviso régio de 22 de agosto de 1775 tenha sido emitido poucos dias depois da morte do último escrivão.

Em todo o caso, a alteração judicial só seria totalmente esclarecida num decreto posterior, de 15 de novembro de 1787⁷³. Nele, estabelecia-se que, dentro dos limites da cidade já mencionados, “nenhuns Julgadores possam

⁶⁹ Contam-se 20 casos iniciados noutras judicaturas e que foram remetidos para o Juízo das Propriedades: 10 da Correição do Cível da Cidade; 7 da Correição do Cível da Corte; 2 do Juízo dos Órfãos (Repartição do Meio e Repartição de Alfama); e 1 do Juízo da Inspeção dos Bairros (Mouraria) – ver respetivamente os processos P.F0770.27.0; P.M1555.38; P.J2433.13; P.J2429.01.1; P.R0260.22; P.A1260.16.0; P.C0372.16; P.R0261.01; P.D0262.12; P.M1556.03; P.F0771.09.0; P.F0768.05; P.M1553.05; P.J2438.02.0; P.L0281.24.0; P.J2438.02.1; P.F0769.01; P.F0767.09; P.J2438.02.2; P.F0770.29 –, sendo que apenas os três primeiros tiveram início antes do terramoto de 1755.

⁷⁰ Ver nota 59.

⁷¹ Ver nota 58.

⁷² Respetivamente: ADL. (1745–1779). Paróquia das Mercês, Registos de Óbito, livro 2, caixa 31, fl. 8; e (1762–1780). Paróquia da Pena, Registos de Óbito, livro 8, caixa 29, fl. 116v.

⁷³ Publicado por Silva (1828, p. 479).

tomar conhecimento de Embargos de Obra Nova, ou de questões algumas de servidões, e outros letígios, que erão da privativa competência do Juízo das Propriedades, porque tudo ficará pertencendo aos Inspectores dos Bairros da mesma Cidade com toda a jurisdição privativa, e exclusiva". Mas, este mesmo decreto acrescentava ainda que deveriam escrever, "nestas e nas mais dependências das Inspeções os dois escrivães do dito Juízo das Propriedades, com absoluta igualdade na sua distribuição".

Esta última indicação resultou dos vários pedidos dos herdeiros dos escrivães das Propriedades ao Regedor das Justiças e à Rainha, nomeadamente Frutuoso Álvares de Carvalho, filho de João Álvares de Carvalho, e que desde 1757 substituíra o pai nos seus impedimentos⁷⁴, e Agostinho José do Pilar, genro de José António Viegas⁷⁵. Estes alegavam que, ao ficarem sem exercício e porque os seus ofícios eram comprados, deixavam de ter forma de sustento. E como o Juízo da Inspeção dos Bairros tinha "a mesma natureza" dos seus ofícios, desejavam servir nele. Em 15 de dezembro de 1783, a Rainha anuiu ao pedido e, tendo ela já reduzido os doze inspetores para apenas três e os doze escrivães para apenas um, ordenou que os escrivães do antigo Juízo das Propriedades tivessem "exercício dos seus offícios em todas as causas, e dependências, que lhes competião não podendo outros alguns escrivães escrever nella; e todas as causas sobreditas, que atualmente penderem lhe serão também destruidas, sendo nullo o que em contrario se obrar"⁷⁶.

Assim se explica que, após a extinção formal da judicatura que lhe deu o nome ao Cartório das Propriedades, os seus escrivães tenham permanecido em funções por mais tempo, registando e organizando os processos relativos a matérias de edifícios e servidões, que agora eram submetidos a outras judicaturas. Desde logo, ao Juízo da Inspeção dos Bairros, o que levou à alteração da titulação para "Escrivão de um dos ofícios do Juízo das Propriedades de Lisboa e seu termo, Escrivão dos Agravos Ordinários que deste ofício sobem à Casa da Suplicação, e Escrivão da Inspeção e Reedificação da cidade de Lisboa nos Bairros de..."⁷⁷. Mas também às judicaturas que já

⁷⁴ Assim, mesmo se verifica em vários processos, a partir desse ano. Ver ainda AML-AH. (1756–1776). Chancelaria da Cidade, livro de Registo da Chancelaria da Cidade, 1756-1776, fl. 76; (1754–1761). Chancelaria Régia, livro 12º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl. 158-165v.

⁷⁵ Para esta relação, ver processo P.A1258.10.0.

⁷⁶ AN/TT. (1783–1790). Feitos Findos, Correição Cível da Corte, livro 24, fl. 2-2v.

⁷⁷ Ver, por exemplo, o processo P.A1262.31. Frutuoso Álvares de Carvalho registava os casos dos Bairros do Rossio, Rua Nova, Mouraria, Andaluz, Limoeiro e Remolares, e Agostinho José do Pilar os casos do Bairro Alto, Bairros de Santa Catarina, Mocambo, Castelo, Alfama e Ribeira. Tal era anunciado no próprio *Almanach de Lisboa* (ver por exemplo, ano de 1800, p. 288).

anteriormente recebiam as ações que deveriam ir para o Juízo das Propriedades, isto é, as Correições Cíveis da Cidade e da Corte⁷⁸. Não por acaso, todos estes juízos estavam na direta dependência da Casa da Suplicação. Contam-se, pois, 631 destes processos levantados pelo projeto.

Os processos analisados no âmbito do projeto permitem também perceber que os casos agrupados na palavra Propriedades, no Fundo Geral dos Feitos Findos, provêm apenas de um dos dois ofícios que existiam. Em concreto, os processos levantados correspondem aos do cartório que, em meados do século XVII, era de Tomé de Almeida Carvalho⁷⁹, tendo sido sucedido, desde 1670, por Manuel Teixeira⁸⁰, que o transmitiu ao seu filho mais velho, José Teixeira. Este, por sua vez, serviu desde 1693 até 1734, ano em que renunciou ao cargo⁸¹. O ofício foi, depois, comprado por João Álvares de Carvalho, que o ocupou desde 1734 até falecer em 1775, sucedendo-lhe o filho, Frutuoso Álvares de Carvalho, até 1817, ano em que já contava com um escrivão-ajudante, José Joaquim de Sousa⁸². Este último ocupou o cargo até 1832.

Porém, vários processos permitem ajudar a seguir o rasto do “ofício companheiro”⁸³. No século XVII, o ofício era ocupado por Domingos de Freitas, sendo depois exercido pelo seu irmão, João de Freitas, em nome e como tutor dos seus sobrinhos menores⁸⁴. Nas primeiras décadas do século XVIII, ocupava o cargo Alexandre António de Matos Coutinho⁸⁵, que, por ser também almoxarife das Munições das Fortalezas de Sesimbra, foi obrigado a abdicar

⁷⁸ Com efeito, por portaria do Regedor das Justiças de 4 de agosto de 1787, os distribuidores do Cível da Corte e da Cidade foram obrigados a fazer a distribuição das causas de embargos de obra nova aos dois escrivães das Propriedades, como até então faziam, porém com a diferença de que enviariam o caso para um dos três desembargadores e inspetores dos Bairros; tendo todos os distribuidores sido formalmente intimados a 4 de dezembro desse ano (AN/TT. (1783–1790). Feitos Findos, Correição Cível da Corte, livro 24, fl. 45 e 68v-69).

⁷⁹ Este escrivão encontra-se mencionado nos processos P.J2433.37; P.J2431.19; P.J2438.02.1.

⁸⁰ Ver nota 56. O único processo do século XVII, foi registado no cartório deste escrivão.

⁸¹ AML-AH. (1657–1735). Chancelaria Régia, livro 11º de Consultas e Decretos de D. João V, do Senado Oriental, fl. 184-212. Entre 1710 e 1714, serviu em seu lugar o escrivão Lino Coelho da Rosa. Ver os processos: P.J2421.31; P.J2421.36; P.J2434.04; P.J2434.06; P.J2421.41; P.J2434.01; P.J2434.03; P.J2434.08; P.J2421.30; P.M1553.04.1; P.M1553.04; P.J2434.10; P.J2421.33; P.J2421.34; P.J2434.09; P.J2421.44; P.J2434.02; P.J2421.32; P.J2431.16; e P.J2434.11.

⁸² Os processos de 1818 já são escritos por este escrivão. Ver processos A1257.04; A1263.43; D0263.36.

⁸³ Expressão coeva que os escrivães utilizavam para designar o outro cartório. Ver, por exemplo, processo P.A1258.10.7.

⁸⁴ Ver nota 56, fl. 7v.

⁸⁵ No mesmo período, o ofício foi também servido por João Álvares Couceiro. Ver sobretudo processo P.J2433.04, onde se encontram traslados de autos destes escrivães.

um dos dois cargos, renunciando ao primeiro⁸⁶. Seguiu-se José António Viegas, que tomou posse igualmente no ano de 1734 até 1762, ano em que, por motivo de doença, nomeou um serventuário, José do Vale Batista⁸⁷. Como proprietário, José António Viegas deixou o cargo por herança à sua filha Ana Joaquina Viegas⁸⁸, o qual foi assumido pelo seu marido Agostinho José do Pilar⁸⁹, até este falecer por volta de 1804⁹⁰. O último a ocupar este ofício foi João Egídio Mendes de Azevedo⁹¹.

Desconhece-se o paradeiro dos processos judiciais deste último cartório ou se estes ainda existem. O que se pode afirmar, pelos documentos incluídos nos processos judiciais escritos por João Álvares de Carvalho, é que José António Viegas nunca deixou de exercer o seu cargo, tendo registado várias ações. Além disso, os traslados de casos anteriores a 1755⁹² permitem concluir que, ao contrário do que se conjecturou inicialmente, o seu escritório não desapareceu no terramoto. No entanto, como até agora não apareceram outros vestígios, não é possível avançar com hipóteses mais concretas. Sabe-se apenas a localização de alguns dos processos mais recentes, os que foram registados por João Egídio Mendes de Azevedo, e que também se encontram arquivados no mesmo Fundo Geral dos Feitos Findos⁹³.

Efetivamente, a inclusão do cartório de João Álvares de Carvalho, um juízo específico da Câmara de Lisboa, no Fundo Geral dos Feitos Findos deve-se mais ao acaso histórico e às alterações estruturais que lhe seguiram, do que às novas visões administrativas e judiciais do liberalismo que fizeram extinguir os juízos do Antigo Regime. Ou seja, se os terramotos, físico e político, não tivessem acontecido, é provável que estes processos judiciais também estivessem hoje perdidos, pois não estando na dependência da Casa da Suplicação, não seriam recebidos pela Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos. Talvez tenha sido o que aconteceu aos processos escritos por José António Viegas.

⁸⁶ AN/TT [Lisboa]. (ca. 1730–1732). Chancelaria de D. João V, livro 79, fls. 175-175v.

⁸⁷ AML-AH. (1755–1764). Chancelaria Régia, livro 13º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl. 47-60v. Ver também o processo P.J2434.17.

⁸⁸ Esta filha era natural e legitimada, pois o pai nunca casou. AN/TT [Lisboa]. (ca. 1752) Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José, livro 4, fl. 411.

⁸⁹ Ver nota 75.

⁹⁰ AML-AH. (1804). Chancelaria Régia, livro de Consultas de 1804, fl. 457-459v. Em 1787, ocupava o cargo Manuel Bruno Caldeira de Mendanha (ver nota 78).

⁹¹ AN/TT [Lisboa]. (ca. 1817-1820). Chancelaria de D. João VI, livro 30, fl. 181v.

⁹² Entre outros possíveis, ver por exemplo os processos: P.L0282.12; P.C0372.17; P.A1258.10.1; P.A1258.10.2; P.A1258.10.3; P.A1258.10.4; P.A1258.10.5; P.A1258.10.6.

⁹³ Contam-se 298 processos, listados a partir dos livros-índice. Estes processos serão posteriormente alvo de estudo.

Encerramento

Partindo de um vasto fundo arquivístico e da recolha de documentos de um cartório específico, este artigo procurou demonstrar a importância da leitura serial das fontes judiciais para o conhecimento histórico das próprias instituições produtoras dos documentos.

Com efeito, e revisitando o ainda muito atual ensinamento de António Manuel Hespanha (1982, p. 20):

quem quiser fazer a história das instituições jurídicas tal como a vida real as conhece [...] tem que se preocupar, sobretudo, com os resultados da prática jurídica concreta, com essa massa de fenómenos jurídicos todos os dias repetidos [...]. São eles de facto, mais do que os textos das leis ou as obras de ponta da ciência jurídica a medula das instituições jurídicas concretas, o corpo de direito vivido.

O Cartório das Propriedades é, neste sentido, exemplar. A formulação do aviso régio de 22 de agosto de 1775 sugere que o Juízo das Propriedades já teria sido extinto há muito tempo, deduzindo-se daí, conforme aconteceu com outras instituições relacionadas, que tal extinção tivesse ocorrido logo após o terramoto de 1755⁹⁴. Mas não. A prática concreta, registada nos processos judiciais, comprova precisamente o contrário e que a sua extinção ocorreu apenas vinte anos depois. Além disso, esta prática ajuda a elucidar e a cruzar a história de duas instituições judiciais relacionadas com a construção da cidade: o Juízo das Propriedades e o Juízo da Inspeção dos Bairros. Ambas foram singulares no contexto português, tendo coexistido durante duas décadas, em que uma substituiu a outra, herdando, contudo, os seus escrivães. Ambas surgiram em dois períodos marcantes da história de Lisboa: a primeira sobreviveu a dois grandes terremotos que assolaram a cidade, o de 1531 e o de 1755; a segunda foi criada em para responder aos danos do último.

Neste contexto judicial encontrava-se o ambiente construído e um conjunto de pessoas que procuravam fazer valer os seus direitos edificatórios. Os processos judiciais do Cartório das Propriedades possibilitam, assim, conhecer as razões que estiveram na origem dos conflitos entre vizinhos, destacando-se, pelo elevado número, o aumento da altura dos edifícios que obstruíam a vista do mar ou a abertura de janelas que invadiam a privacidade.

⁹⁴ Assim mesmo considerei em trabalhos anteriores (Pinto, 2012, p. 187).

de dos vizinhos. Além disso, estes processos comprovam práticas construtivas que não são detetáveis nas fontes tradicionais da História da Arquitetura, como as obras realizadas pelos próprios proprietários, ou à noite, aos domingos e noutros dias santos. Estes processos mostram também o envolvimento de mulheres, sobretudo na qualidade de litigantes, em dois mundos historicamente dominados pelos homens: o jurídico e o da construção. Mas é ainda possível extrair destas fontes muitos outros aspetos pessoais e familiares dado que os processos contêm certidões de casamento e de óbito, bem como inventários de heranças e documentos relativos à habilitação de herdeiros. Nenhum destes assuntos, nem outros relacionados, foi explorado neste artigo, pois não era esse o objetivo. No entanto, uma vez que fazem parte do projeto CONFORM, a sua análise será desenvolvida noutros trabalhos.

Referências

Fontes manuscritas

ADL = Arquivo Distrital de Lisboa

(1745–1779). Paróquia das Mercês, Registos de Óbito, livro 2, caixa 31.

(1762–1780). Paróquia da Pena, Registos de Óbito, livro 8, caixa 29.

AML-AH = Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

(1316–1623). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Quitações e Desistências.

(1398–1521). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Provimto de Ofícios.

(1495–1591). Chancelaria da Cidade, livro 1º de Registo de Posturas, Regimentos, Taxas, Privilégios e Ofícios.

(1609–1630). Chancelaria da Cidade, livro 3º de Assentos do Senado.

(1756–1776). Chancelaria da Cidade, livro de Registo da Chancelaria da Cidade.

(1562–1634). Chancelaria Régia, livro 1º de Consultas, Respostas e Cartas de Filipe III.

(1657–1735). Chancelaria Régia, livro 11º de Consultas e Decretos de D. João V, do Senado Oriental.

(1754–1761). Chancelaria Régia, livro 12º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.

(1755–1764). Chancelaria Régia, livro 13º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.

(1804). Chancelaria Régia, livro de Consultas de 1804.

AN/TT = Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa]

(ca. 1730–1732). Chancelaria de D. João V, livro 79.

(ca. 1817–1820). Chancelaria de D. João VI, livro 30.

(após 1833). Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos, Índices do Fundo Geral.
(1783–1790). Feitos Findos, Correição Cível da Corte, livro 24.
(s.d.). Feitos Findos, Fundo Geral, letras A a Z [vários maços].
(1756–1833). Juízo da Inspeção de Bairros de Lisboa, livro 1; livro 2; livro 3; livro 7; livro 14.
(ca. 1752). Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José, livro 4.

Fontes Impressas

Decreto, de 12 de outubro do Ministerio da Justiça – Direcção Geral dos Eclesiásticos – 1.ª Repartição. (1912). *Diário do Governo*: I Série, n.º 243/1912, p. 3603.

Decreto n.º 1659, de 15 de junho do Ministério das Colónias – 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública. (1915). *Diário do Governo*: I Série, n.º 113/1915, p. 544-545.

Freire, F. J. (1758). *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas e offerecidas à Magestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor. Amador Patricio de Lisboa*.

Oliveira, E. F. de. (1822-1911). *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*. (17 vols.) Typographia Universal.

Portugal. (1786). *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*. (3 vols.). Na Real Imprensa da Universidade.

Portugal. (1819). *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603*. (2 vols.). Na Real Imprensa da Universidade.

Portugal. (1836). *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a Regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833, 2.ª série*. Imprensa Nacional.

Portugal. (1839). *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1839, 9.ª série*. Imprensa Nacional.

Portugal. (1984). *Ordenações Manuelinas*. (5 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Silva, A. D. (1828). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações – Legislação de 1775 a 1790*. Na Typografia Maignense.

Silva, A. D. (1830). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações – Legislação de 1750 a 1762*. Na Typografia Maignense.

S.n. (1800). *Almanach para o anno de 1800*. Na officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

Bibliografia

Azevedo, P. de. (1915). Ano e meio de vida do Arquivo dos Feitos Findos. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 1(5), 191-203.

Bossy, J. (Ed.). (1983). *Disputes and Settlements. Law and Human Relations in the West*. Cambridge University Press.

- Camarinhas, N. (2012). As residências dos cargos da justiça letrada. In R. Stumpf & N. Chaturvedula (Coord.), *Cargos e Ofícios nas Monarquias Ibéricas: Proveniente, Controlo e Venalidade (séculos XVII e XVIII)* (pp. 161-172). CHAM.
- Cappneau, A. (2010). *Conflicts et relations de voisinage dans les campagnes. Du Rhône au XIXe siècle*. L'Hamattan.
- Chew, H. M., & Kellaway, W. (Ed.) (1973). *London Assize of Nuisance, 1301-1431: A Calendar*. London Record Society. <https://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol10>
- Ciecieznski, N. J. (2009). *Defining a Community: Controlling Nuisance in Late-Medieval London* [Master thesis, University of South Florida]. Digital Commons: University of South Florida Repository. <https://digitalcommons.usf.edu/etd/1902>
- Cockburn, J. S. (1975). Early-modern assize records as historical evidence. *Journal of the Society of Archivists*, 5(4), 215-231.
- Coelho, A. B. (1987). *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*. Caminho.
- Cohen, T. V. (2019). *Roman Tales. A Reader's Guide to the Art of Microhistory*. Routledge.
- Costa, R. P. (2021). "Ofensivo da sua honra e consideração": Os processos judiciais de injúrias e ofensa à moral pública da comarca de Coimbra em finais do século XIX. *Revista Portuguesa de História*, 52, 347-365.
- Cummins, S., & Kounine, L. (Ed.) (2016). *Cultures of Conflict Resolution in Early Modern Europe*. Routledge.
- Deceulaer, H. (2014). Early Modern case records as historical sources and archival challenges. In S. Dubois, H. Deceulaer & L. Puccio (Eds.), *From case to file! Ancien Régime Case Files and their Prospects for Historical Research: Proceedings of the Workshop held at the State Archives in Belgium* (pp. 9-39). Algemeen Rijksarchief.
- Esteves, A. (2010). *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)* (2 vols.) [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM: repositório institucional da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/11894>
- Ferro, J. P. (1996). *Para a História da administração pública na Lisboa seiscentista. O Senado da Câmara (1671-1716)*. Planeta Editora.
- Garnot, B. (1989). Une illusion historiographique : justice et criminalité au XVIIIe siècle. *Revue Historique*, 281(2), 361-379.
- Garnot, B. (1991). Quantitatif ou qualitatif ? Les incendiaires au XVIIIe siècle. *Revue Historique*, 286(1), 43-52.
- Godwin, K. (2019). *Strategic Litigation: Legal Culture and Daily Life in Sixteenth-Century Normandy* [PhD Dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign]. IDEALS, Illinois Digital Environment for Access to Learning and Scholarship. <https://hdl.handle.net/2142/106212>
- Gomes, J. V. (2021). Juízos dos Órfãos do Antigo Regime e o Estado da Questão: História Institucional e Arquivo – Pistas para a Investigação do Tema na Madeira (Século XV-1834). *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, 1, 291-335.
- Gregory, J. L., & Vendrame, M. I. (2024). Os processos judiciais de medição e sua utilização na história: a produção do território e a apropriação de recursos na Serra de Taquari, Brasil Meridional, séculos XVIII e XIX. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 51(1), 413-444.
- Harris, D. (2015). Architectural History's Futures. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 74(2), 147-151.

- Hespanha, A. M. (1982). *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Almedina.
- Hespanha, A. M. (1993). Lei e Justiça: História e perspectiva de um paradigma. In A. M. Hespanha (Coord.), *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva* (pp. 5-58). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jones, S. R. (2012). The regulation of 'nuisance': civic government and the built environment in the medieval city. In M. C. Ribeiro & A. S. Melo (Ed.), *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia* (pp. 283-293). CITCEM.
- Jordan, C. (2006). *Neighbor Law. Fences, Trees, Boundaries & Noise*. Nolo.
- Kagan, R. (1981). *Lawsuits and Litigants in Castile 1500-1700*. University of North Carolina Press.
- Liliequist, J., & Almbjör, M. (2012). Early modern court records and petitions in Sweden (c.1400-1809): overview and research trends. *Frühneuzeit-Info*, 23(1+2), 7-23.
- Lima, J. P. (1945). Inspeção dos Bairros de Lisboa. *Anais da Bibliotecas e Arquivos*, 17(65-66, 67-68, 69-70), 30-38, 101-108, 151-158; 18(71-72), 157-209.
- Loengard, J. S. (2012). Common Law and Custom: Windows, Light, and Privacy in Late Medieval England. In S. Jenks, J. Rose & C. Whittick (Eds.), *Lawyers and Texts Studies in Medieval Legal History in Honour of Paul Brand* (pp. 279-298). Brill.
- Loengard, J. S. (Ed.) (1989). *London Viewers and their Certificates, 1508-1558: Certificates of the Sworn Viewers of the City of London*. London Record Society. <https://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol26>
- Mea, E. A. (1982). *Sentenças da Inquisição de Coimbra em metropolitanos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1567/1582)*. Arquivo Histórico Dominicano Português/ Movimento Bartolomeano.
- Monteiro, C. (2010). *Escrever direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*. AAFDL.
- Pakucs-Willcocks, M. (2011). "Alle die so jnn und kreiß der Mauren wonen werden hermanstaedter genannt": Neighbours and Neighbourhoods in Sixteenth-Century Sibiu. *Colloquia. Journal for Central European History*, 18, 51-67.
- Palmitessa, J. R. (2003). Arbitration of Neighborhood Ties and Honor: Building and Property Disputes before the Six-Man Council of Prague, 1547-1611. *The Sixteenth Century Journal*, 34(1), 123-145.
- Pendse, L. R. (2019). From Inquisition to E-Inquisition: A Survey of Online Sources on the Portuguese Inquisition. *Journal of Lusophone Studies*, 4(2), 261-272.
- Piant, H. (2007). Des procès innombrables, Éléments méthodologiques pour une histoire de la justice civile d'ancien Régime. *Histoire & Mesure*, 22(2), 13-38.
- Pinto, P. (2011). A Importância do Fundo dos Feitos Findos na Torre do Tombo para a História Local: O caso de Aveiro. *Patrimónios*, 9, 187-196.
- Pinto, S. M. G. (2012). *As Interações no Sistema das Operações Urbanísticas nos Espaços Urbanos Portugueses até Meados de Oitocentos* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral: Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/20466>
- Pinto, S. M. G. (2016). A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média. In J. L. I. Fontes, L. F. Oliveira, C. Tente, M. Farelo & M. G. Martins (Coord.), *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes* (pp. 287-312). Instituto de Estudos Medievais.

- Pinto, S. M. G. (2020). *Ius commune and juridical conflicts in the early-modern almotaçaria of Lisbon on construction laws and disputes between neighbours*. *GLOSSAE. European Journal of Legal History*, 17, 597-627.
- Pinto, S. M. G. (2021). Judges as Mapmakers: How to Create an Estate Map in Early-Nineteenth-Century Portugal. *Imago Mundi*, 73(2), 179-204.
- Porto, N. (1991). Usos locais do Direito Nacional entre o Código Civil e a República (Processos judiciais de uma aldeia rural portuguesa). *Ler História*, 22, 109-133.
- Robertson, S. (2016). Searching for Anglo-American Digital Legal History. *Law and History Review*, 34(4), 1047-1069.
- Rodrigues, A. (2024). A Torre do Tombo: de Arquivo da Coroa a Arquivo Nacional. Contextos institucionais a partir da legislação promulgada (séc. XVI-2012). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Extra 1*, 163-208.
- Rouse, B. (2017). Nuisance Neighbours and Persistent Polluters: The Urban Code of Behaviour in Late Medieval London. In A. Brown & J. Dumolyn (Eds.), *Medieval Urban Culture* (pp. 75-92). Brepols.
- Santos, M. R., & Viegas, I. M. (Coord.). (1996). *A evolução municipal de Lisboa, Pelouros e Vereações*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Saraiva, M. T. (1989). O Arquivo dos Feitos Findos. *Memória: Revista Anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 1, 183-188.
- Saraiva, M. T. (2014). *Partilha de Conhecimentos (Serviço Público: de Todos para Todos)*. Arquivo Nacional Torre do Tombo. <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2022/01/04-Partilha-de-conhecimentos.pdf>
- Serrano Ruano, P. (1997). Las demandas particulares como limitación de las construcciones privadas en el Occidente islámico medieval: dos ejemplos relacionados con actividad jurídica del *cadi* 'Iyâd. In P. Cressier., M. Fierro Bello & J.-P. Van Staëvel (Eds.), *L'urbanisme dans l'Occident Musulman au Moyen Age. Aspects Juridiques* (pp. 17-38). CSIS/Casa de Velázquez.
- Serrão, J. (Coord.). (1984). Arquivo dos Feitos Findos. In J. Serrão (Coord.), *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea: Arquivo Nacional da Torre do Tombo II* (pp. 367-396). Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Sharpe, J. A. (1984) *Crime in Early Modern England, 1550-1750*. Pearson Education Limited.
- Shaw, D. (1996). The Construction of the Private in Medieval London. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 26(3), 447-466.
- Silva, S. S. (2012). *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)* (2 vols.). CHAM.
- Solomon, R. (1979). Legal History and the Role of Court Records. *The American Archivist*, 42(2), 195-198.
- Stieber, N. (2023). Editorial - Architecture between Disciplines. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 62(2), 176-177.
- Subtil, J. (2007a). *O Terramoto Político (1755-1759) – Memória e Poder*. Universidade Autónoma Editora.
- Subtil, J. (2007b). Memórias e poder: O terramoto de 1755. In A. C. Araújo, J. L. Cardoso, N. G. Monteiro, W. Rossa & J. V. Serrão (Org.), *O terramoto de 1755: Impactos Históricos* (pp. 209-224). Livros Horizonte.

- Subtil, J. (2011). *Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Juruá Editora.
- Stumpf, R. (2014). Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português. *Topoi (Rio J.)*, 15(29), 612-534.
- Vaquinhas, I. (1990). *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918* (2 vols.) [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral: Repositório Científico da UC. <https://hdl.handle.net/10316/696>
- Vaquinhas, I. (2011). Os processos judiciais e a história. In F. M. Ferreira, F. A. Mendes & J. V. Capela (Coord.), *Justiça na Res Publica (Sécs. XIX-XX). Ordem, Direitos Individuais e Defesa da Sociedade* (pp. 109-123). CITCEM.
- Vermeesch, G., van der Heijden, M., & Zuiderduijn, J. (Eds.). (2019). *The Uses of Justice in Global Perspective, 1600-1900*. Routledge.
- Verscuren, A. (2015). *The Great Council of Malines in the 18th century. An Aging Court in a Changing World?* Springer.
- Ze'evi, D. (1998). The Use of Ottoman Sharia Court Records as a Source for Middle Eastern Social History: A Reappraisal. *Islamic Law and Society*, 5, 35-56.

Educar para a missão: A presença das Irmãs de São José de Cluny em Coimbra e o Colégio da Rainha Santa Isabel (1875-1941)

Educating for the mission: The presence of the Sisters of Saint Joseph of Cluny in Coimbra and the Queen Saint Elisabeth College (1875-1941)

FILIFE MIGUEL DE ANDRADE CAMPOS

Doutorando em História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra

filipeandrade37@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9350-2290>

Artigo entregue em: 24 de outubro de 2024

Artigo aprovado em: 25 de março 2025

RESUMO

No âmbito das celebrações dos 150 anos da fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel, de Coimbra, e dos 400 anos da canonização da sua padroeira, apresenta-se o seguinte artigo, que tem como finalidade dar a conhecer a história desta instituição de ensino, confiada à Congregação das Irmãs de São José de Cluny, a partir de 1930. A presença das religiosas na cidade não começou no Colégio da Rainha Santa Isabel, nem este foi fundado por elementos deste instituto, pelo que reconstruiremos o percurso da congregação e da instituição de ensino até os seus destinos se cruzarem. Em 1941, as religiosas transferiram o Colégio para as atuais instalações. Recorremos a documentação da congregação e do Colégio que se encontra

sediada no Arquivo da Universidade de Coimbra e no Acervo Histórico do Colégio da Rainha Santa Isabel.

PALAVRAS-CHAVE: São José de Cluny; Congregação missionária; Educação; Coimbra.

ABSTRACT

On the celebration of the 150th anniversary of the establishment of the Queen Saint Elisabeth College in Coimbra, and the 400th anniversary of the canonization of its patron saint, this article aims to present the history of this educational institution, entrusted to the Congregation of the Sisters of Saint Joseph of Cluny since 1930. The presence of the religious in the city did not begin at the Queen Saint Elisabeth College, nor was it founded by members of this institute, and therefore we will reconstruct the journey of the congregation and the educational institution until their destinies crossed. In 1941, the religious transferred the College to its current facilities. We have used the documentation of the congregation and the College, which is housed in the Archive of the University of Coimbra and in the Historical Archive of the Queen Saint Elisabeth College.

KEYWORDS: St Joseph of Cluny; Missionary congregation; Education; Coimbra.

Introdução

A fundação da Congregação das Irmãs de São José de Cluny remonta ao dia 12 de maio de 1807. Fundada em França, pela Madre Ana Maria Javouhey, a congregação afirmou-se como um dos primeiros institutos missionários femininos, na História da Igreja Católica, votado às valências da educação, evangelização, missionação e enfermagem (Vieira, 2000, pp. 474-476).

O presente trabalho tem como finalidade conhecer o percurso histórico das Irmãs de São José de Cluny em Coimbra e como se tornaram responsáveis pela gestão do Colégio da Rainha Santa Isabel. Para isso, e atendendo à escassez de trabalhos sobre a história desta congregação francesa em Portugal, faremos uma breve incursão ao percurso da sua fundadora, Ana Maria Javouhey, e às origens, carisma e ação do seu instituto que fez chegar os primeiros agentes a Portugal em 1881, com um objetivo muito bem definido:

preparar missionárias para enviar para as colónias portuguesas em África¹. Quando as religiosas se instalaram em Coimbra, em 1896, já o Colégio da Rainha Santa Isabel existia desde 1875².

As fontes mais relevantes para o estudo histórico da vida de Ana Maria Javouhey e da sua congregação são as suas *cartas* (Javouhey, 2001), e os anais históricos da congregação, publicados em 1878, após 25 anos de investigação da Irmã Leontina Fontaine (Fontaine, 2002).

Sobre a vida, missão e espiritualidade de Ana Maria Javouhey, são conhecidas duas teses de doutoramento, feitas em duas universidades europeias (Lecuir-Nemo, 2001; Cornuel, 2020), e uma obra de Georges Goyau, membro da Academia Francesa, onde atribui à fundadora da congregação a proto-iniciativa de promoção da independência das colónias francesas através do seu projeto de formação humana e cristã destinada aos escravos (Goyau, 1929). São ainda conhecidos alguns trabalhos que a congregação divulga sobre a vida da sua fundadora³. No entanto, são praticamente inexistentes trabalhos historiográficos em Portugal sobre a história e presença da congregação no nosso país, destacando-se apenas as referências contidas na *História Religiosa de Portugal* (Azevedo, 2002, pp. 353-397) e uma entrada no *Dicionário da História Religiosa de Portugal* (Azevedo, 2000, pp. 474-476). Com efeito, pela escassez evidente de estudos acerca deste instituto no nosso país, justifica-se a necessidade e pertinência deste contributo para o conhecimento da história da presença da congregação em Portugal, votando-se particular atenção à chegada das religiosas a Coimbra e à consolidação da sua ação na cidade, que se tornou mais expressiva com a aceitação da guardiania do Colégio da Rainha Santa Isabel, fundado em 1875, e assumido pelas religiosas, em 1930, por legado de Otávia Neves, então diretora e proprietária do Colégio (Cordeiro, 2024, p. 31).

Selecionámos a janela cronológica compreendida entre 1875, ano em que o colégio foi fundado, e 1941, quando este foi transferido para o edifí-

¹ Governo Civil de Coimbra. (1901). Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino. In *Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto Convento de Santa Clara em Coimbra* (fl. 2). Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ ACD/GCC – Governo Civil de Coimbra (F); Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto Convento de Santa Clara em Coimbra (DC), 1901, fl. 2 – cota AUC – I-1ªE-23-5-4.

² Colégio da Rainha Santa Isabel – Acervo Histórico (doravante CRSI – Acervo Histórico). (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*. (p. 6). CRSI.

³ Tome-se como referências (Richomme, 2005; Merlaud, 2009; Auduc, 2019; Silva, 2019).

cio onde se encontra sediado atualmente⁴. Não ignoramos o facto de a presença deste instituto em Portugal ter sido interrompida pela legislação anticlerical da Primeira República (Neto, 2011, pp. 129-148), o que significa que a presença das religiosas no país teve duas fases distintas: 1881 a 1911 e a partir de 1922 até aos nossos dias (Vieira, 2000, pp. 475-476). Destaca-se, neste processo, a publicação do decreto de Hintze Ribeiro de 18 de abril de 1901⁵. Antes dele a presença das religiosas podia ser tolerada, mas era ilegal (Lopes, 2013, p. 278).

No anexo, divulgamos os *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino* e o *Regulamento dos Institutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*. A descoberta destes documentos no fundo do Governo Civil de Coimbra, do Arquivo da Universidade de Coimbra, motivou o presente trabalho⁶. Recorremos igualmente ao Acervo Histórico do Colégio da Rainha Santa Isabel, fundamental para a concretização deste estudo, pelo acesso a fontes manuscritas mas também iconográficas.

1. A vida de Ana Maria Javouhey e a fundação da Congregação

Nascida a 10 de novembro de 1779, em Jallanges, na região da Borgonha, Ana Maria Javouhey passou a sua infância e juventude sob as circunstâncias tumultuosas da Revolução Francesa⁷, tendo vivido a sua fé numa realidade difícil e adversa à religião. Desde cedo, sentiu que estava vocacionada para uma vida diferente. Além de ter ajudado o clero católico francês, que vivia na clandestinidade, submeteu-se a duas experiências goradas, em dois conventos femininos, entre os anos de 1800 e 1803 (Vieira, 2000, p. 474).

Em 1805, fundou uma escola para crianças pobres, em Chalon, tendo contado com a ajuda de suas três irmãs para erguer este projeto. Dois anos depois fundou a congregação, tomando hábito e professando juntamente com suas irmãs e mais cinco jovens. O seu instituto foi consagrado ao orago do seu oratório: São José. Em 1812, após terem adquirido uma casa em Cluny, as religiosas passaram a ser conhecidas como irmãs de São José de Cluny (Vieira, 2000, p. 474).

⁴ CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*, cit., p. 6.

⁵ Ver explicação na página 9.

⁶ Governo Civil de Coimbra. (1901). *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*, op. cit., fls. 1-8.

⁷ Sobre este tema consulte-se (Vovelle, 2007).

Mulher de grande sensibilidade para perceber a realidade que a envolvia, empenhou-se em encontrar respostas para os desafios do seu tempo, tendo a congregação, sob a sua liderança, passado a dedicar-se ao cuidado dos órfãos e à escolarização de crianças pobres. Os bons resultados numa escola de Paris, através da metodologia inovadora que lá se implementara, valeu à congregação o convite da esfera mais alta do estado francês, feito em 1816, para assumir o governo das casas de educação e hospitais que se situavam nas colónias deste país. Estavam lançados os alicerces que confeririam rapidamente o carisma missionário à congregação (Vieira, 2000, p. 474).

O primeiro destino missionário das religiosas foi a ilha de Reunião, em 1817, seguindo-se o Senegal, em 1818, e Guiana, Martinica e Guadalupe, em 1822. No mesmo ano, as primeiras irmãs chegaram à Serra Leoa e à Gâmbia (Javouhey, 2001, vol. 1, p. 41). Nestas regiões, e noutras onde residiram posteriormente, a congregação empenhou-se na valorização e promoção das populações locais, tendo tido especial atenção para com as pessoas escravas⁸, empenhando-se veementemente na sua libertação e integração na sociedade como pessoas livres. Ana Maria Javouhey foi pioneira no processo de aceitação de formação de clero nativo, realidade que até então era recusada por Roma. Sob a sua proteção foram ordenados os primeiros três sacerdotes negros da Igreja Católica, em 1840 (Vieira, 2000, p. 474).

Entre 1816 e 1843, data em que regressou definitivamente a França, a Irmã Ana Maria fundou e administrou várias missões. Quando faleceu, em 15 de julho de 1851, a congregação já contava 1200 religiosas, distribuídas por 140 comunidades, sediadas em vários continentes (Vieira, 2000, p. 474).

A congregação foi aprovada em 1854, apesar das suas constituições só terem sido viabilizadas de forma definitiva em 1899. A regra sofreu a primeira alteração em 1924 e outra após o II Concílio do Vaticano, que foi aprovada em 1983 (Vieira, 2000, p. 475).

2. A presença da Congregação em Portugal e seus domínios (1881-1910)

A escassez de missionários em Portugal, para enviar para os seus domínios em África, era um problema crónico no país do século XIX. Apesar de hostil às ordens religiosas, o regime liberal, então vigente, acabou por

⁸ Sobre o projeto político da França para a sua sociedade colonial na época moderna, leia-se (Bethencourt, 2015, pp. 290-292).

reconhecer a utilidade destas instituições pias, pelo menos direcionada para o serviço das missões. Eram necessários religiosos para proceder à “missão civilizadora” dos povos africanos, apanágio da visão europeia sobre estes⁹. As autoridades religiosas portuguesas e o próprio papa Leão XIII, numa carta dirigida aos bispos portugueses, em 5 de abril de 1892, apelaram para a necessidade de um ímpeto missionário em Portugal, vocacionado para as suas colónias. Em 1894, no primeiro volume da revista *Portugal em África*, publicada pelos Espiritanos, pugnava-se pela mesma causa, defendendo que as missões religiosas eram “o primeiro, mais eficaz e mais económico factor de civilização ultramarina” (Gonçalves, 2002, p. 363).

As autoridades civis começaram a reconhecer a importância dos religiosos nesta tarefa. Mouzinho de Albuquerque, comissário régio em Moçambique, admitiu-o no seu relatório afeto aos anos de 1896 a 1898:

Tudo isto (trabalho profissional, moralização dos indígenas [...]) poderíamos aproveitar das Missões. Mas só o clero regular as tem fundado e mantido prósperas. A grande objeção que tenho ouvido é serem na maioria estrangeiros. Ora isso é a consequência fatal de não haver em Portugal ordens regulares. (Correia, 1936, p. 54)

A perseverança e posição conjunta de autoridades civis e eclesiásticas fizeram regressar os religiosos a Portugal, a partir de 1870, que de imediato se mobilizaram para o recrutamento e formação de missionários, tendo para isso criado as estruturas necessárias. A sua presença era ilegal, comprovando a valência anticongregacionista do regime liberal, mas tolerada por necessidade de recrutamento de recursos humanos votados à assistência (Lopes, 2013, p. 278). Para África seguiram Franciscanos, Espiritanos e Jesuítas. Ao Oriente chegaram os Salesianos. Pela primeira vez, irrompem congregações missionárias femininas que seguem os mesmos passos, das quais se destacaram as Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, as Franciscanas Missionárias de Maria e as Irmãs de São José de Cluny (Gonçalves, 2002, p. 364).

As últimas eram patrocinadas pela Associação Auxiliar da Missão Ultramarina, tendo entrado em Portugal por solicitação dos Espiritanos (que já tinham missões em Angola) à madre-geral Maria de Jesus Bajard para enviar religiosas para esta geografia. As diligências para a sua entrada em Portugal foram feitas pela marquesa de Monfalmil e Terena, presidente da Associação Auxiliar da Missão Ultramarina (Vieira, 2000, p. 475).

⁹ Sobre este tema, leia-se (Evans, 2018, pp. 839-848).

As primeiras irmãs chegaram a Lisboa em outubro de 1881, sob a direção da Madre Maria da Natividade. Foram recebidas provisoriamente pelas Irmãs de São Vicente de Paulo e mais tarde pelas Dominicanas de Benfica. Finalmente, o Governo cedeu às Irmãs da Missão, assim conhecidas na altura, os espaços do extinto Convento de Santa Teresa de Carnide, ainda decorria o ano de 1881 (Vieira, 2000, p. 475).

O propósito da sua presença em Portugal está firmado de forma clara nos estatutos das religiosas de São José de Cluny: “[...] preparar mestras, catechistas e enfermeiras, especialmente destinadas à propaganda de Fé e civilização no Ultramar, e aos actos de beneficência e caridade inherentes a essa propaganda”¹⁰.

Congregação constituída apenas por elementos do sexo feminino, a ela estavam afetas as irmãs da Missão e as aspirantes a irmãs, que eram “as alunas aprovadas no ensino elementar e complementar, e irmãs a aspirantes, maiores ou emancipadas, que no ensino, superior ou normal derem provas cabais de aptidão para o serviço missionário”¹¹.

No que concerne ao vestuário das religiosas, os estatutos determinavam o uso no quotidiano “de um vestido azul escuro, toucado branco e mantilha preta”¹². No entanto, salvaguardava-se a possibilidade de utilização de outro tipo de vestuário nas escolas elementares e complementares, se aprovado pelo conselho diretor da Associação¹³.

Apesar de algumas vicissitudes, a congregação conheceu uma rápida expansão no território português. Foram fundadas comunidades em Tentúgal (1885); Braga (1887); Viana do Castelo (1889); Guimarães (1890); o Instituto de São Patrício em Lisboa, que passou a ser a casa mãe em Portugal (1891); São Miguel – Açores (1893); um orfanato em Angra do Heroísmo (1894); Coimbra - Convento de Santa Clara-a-Nova e em Angra do Heroísmo, asilo de idosos (1896); e um hospital na mesma cidade açoriana (1902). Nas possessões ultramarinas foram fundadas as seguintes missões – em Angola: Lândana, no rio Congo (1883), Humpata e Moçâmedes (1885), Luanda e Huíla (1887), Luali e Caconda (1892), Cabinda e Malange (1893); em Moçambique: Boroma e Lourenço Marques (1890), segunda comunidade em Lourenço Marques que era um hospital (1893), Inhambane e Cabeceira (1895) e Moçambique (1897) (Vieira, 2000, pp. 475-476).

¹⁰ Governo Civil de Coimbra. (1901). *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*, op. cit., fl. 2.

¹¹ *Ibidem*, fl. 2v.

¹² *Ibidem*, fls. 5-5v.

¹³ *Ibidem*, fl. 5v.

De todas estas comunidades, estabeleceram-se como casas de formação de aspirantes os “Institutos de São Patrício, em Lisboa, de Santa Teresa de Jesus, em Carnide, de Santa Clara, em Coimbra, de Nossa Senhora de Monserrate, em Viana do Castelo, e de São Francisco Xavier, em Ponta Delgada”¹⁴. Foi adotado um reglamento de funcionamento e administração do ensino comum. Cada uma destas comunidades tinha, no entanto, funções específicas. O Instituto de São Patrício era

destinado à sede de conselho directôr e a todos os serviços respeitantes ao embarque e repatriação das Irmãs da Missão, ao seu tratamento em caso de doença ou invalidez, ao ensino pensionista, e à escola infantil gratuita para crianças pobres, instituída pela Associação Auxiliar da Missão em 2 de março de 1896¹⁵.

O Instituto de Santa Clara, “no edificio do extincto convento de Santa Clara”¹⁶ em Coimbra, dedicava-se “ao ensino preparatório das Irmãs”¹⁷. O Instituto de Santa Teresa de Jesus, em Carnide, era “destinado ao ensino superior ou normal”¹⁸. Em 1899, estas três escolas missionárias já contavam 314 alunas (Gonçalves, 2002, p. 364).

Em Coimbra, as religiosas instalaram-se no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova a pedido do Bispo-Conde D. Manuel de Bastos Pina, que pretendia criar um colégio feminino de preparação para as Missões Ultramarinas. As irmãs tomaram posse dos espaços a 1 de julho de 1896 e a escola abriu em fevereiro do ano seguinte com meia centena de alunas. Com efeito, foi debelado o perigo de venda dos edifícios e cercas do Mosteiro a particulares ou da sua transformação em quartel (Rebelo, 2019, p. 32; Rebelo, 2020, p. 287).

A escola infantil, ou primária rudimentar, acolhia crianças pobres com idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos. Para serem admitidas tinham de apresentar a sua certidão de idade, atestado de pobreza, que era redigido pelo respetivo administrador do concelho ou pelo pároco, e um documento que atestasse que eram saudáveis e vacinadas¹⁹. O seu currículo

¹⁴ Governo Civil de Coimbra. (1901). *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*, op. cit., fl. 5.

¹⁵ *Ibidem*, fl. 5.

¹⁶ *Ibidem*, fl. 5.

¹⁷ *Ibidem*, fl. 5.

¹⁸ *Ibidem*, fl. 5.

¹⁹ Governo Civil de Coimbra. (1901). *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*, op. cit., fl. 7v.

previa o ensino de “noções elementares de leitura, escripta, contabilidade, doutrina christã, costura, meia, marca, e mais prendas ao alcance d’estas creanças”²⁰.

No ensino auxiliar de pensionistas eram admitidas alunas entre os 4 e os 15 anos de idade. Era constituído por um currículo disposto em nove classes²¹, iniciando-se com a classe infantil, que dava os primeiros passos no país. O ensino infantil fora implementado timidamente por João Franco, na reforma de 1894, prevendo a abertura de classes infantis nas principais cidades do país. Em 1901, Hintze Ribeiro criaria escolas infantis para crianças com idades compreendidas entre os 4 aos 6 anos (Carvalho, 2011, p. 667). No entanto, o impulso determinante seria dado pelos republicanos, pelo decreto de 29 de março de 1911, que definiu o objetivo do ensino infantil: “a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro aos sete anos de idade” (Carvalho, 2001, p. 667).

A admissão de alunas e aspirantes nos Institutos da Associação era da competência exclusiva do conselho diretor da mesma Associação. Os estatutos previam que tanto as aspirantes como as Irmãs da Missão deveriam entregar à Associação uma pequena pensão ou dote, em conformidade com o seu património, “de acôrdo entre ellas e o consêlho directôr da Associação, que poderá dispensar estes subsídios, quando o julgue conveniente”²².

As aspirantes tinham de frequentar e completar com sucesso o ensino preparatório e superior. O primeiro era constituído por um currículo compreendido em duas fases: a escola elementar primária e a escola complementar. Na primeira etapa, as alunas encetavam a sua escolaridade aprendendo e assimilando noções básicas de leitura e escrita da língua portuguesa, matemática, doutrina e moral cristãs, bem como exercícios de várias tipologias de costura. Na segunda etapa do ensino preparatório procedia-se à consolidação dos ensinamentos nestas áreas do conhecimento e era introduzida a leção de conteúdos de geometria, desenho, história e geografia²³.

Concluído o ensino preparatório, as alunas transitavam para o ensino superior ou normal onde aprofundavam o conhecimento nas áreas em que

²⁰ *Ibidem*, fl. 7v.

²¹ Consulte-se o anexo, onde se encontra o currículo discriminado por áreas de saber e conteúdos. Governo Civil de Coimbra. (1901). *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*, op. cit., fls. 6v-7.

²² *Ibidem*, fls. 6-6v.

²³ Governo Civil de Coimbra. (1901). *Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino*, op. cit., fl. 5v.

havia sido iniciadas na formação do ensino preparatório e outros saberes considerados relevantes como a aprendizagem das línguas inglesa e francesa, contabilidade, música, canto, higiene, física, química e farmacologia²⁴.

As comunidades de Viana do Castelo e de Ponta Delgada (São Francisco Xavier) eram especialmente destinadas “à collocação das Irmãs, cuja saúde deteriorada lhes não permita continuarem a prestar os seus serviços no Ultramar, e ao ensino auxiliar pensionista”²⁵.

Em 18 de abril de 1901, foi publicado um decreto de Hintze Ribeiro que legalizava e regulava a constituição de institutos religiosos destinados à beneficência, ao ensino, prestação de cuidados de saúde, e à propagação da fé e civilização no ultramar, que em simultâneo condicionava muitos aspetos característicos da vida religiosa (Lopes, 2013, p. 278). Ao abrigo deste decreto, foram legalizados 56 associações, sendo 47 femininas. Todos os estatutos destas associações foram aprovados, no *Diário do Governo*, nos meses subsequentes à publicação deste decreto governamental (Lopes, 2013, p. 278). No *Diário do Governo*, em 21 de outubro de 1901, foram aprovados e publicados os estatutos de várias associações destinadas às missões: Associação Missionária Portuguesa, Associação dos Padres Seculares da Missão de São Vicente de Paulo, Associação das Irmãs de São Vicente de Paulo, Associação das Missionárias de Maria, Associação dos Missionários do Espírito Santo, Associação Fé e Pátria e Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino (Irmãs de São José de Cluny). Deste modo, estes institutos obtiveram enquadramento oficial tendo permitido a sua existência legal, condição que se constituiu indispensável para obter apoios e negociar com o Governo (Gonçalves, 2002, pp. 364-365).

Foi este contexto de enquadramento legal da presença das Irmãs de São José de Cluny no país que provocou a entrada dos seus documentos estatutários, transcritos em anexo, no Governo Civil de Coimbra.

3. O Colégio da Rainha Santa Isabel e o regresso das religiosas a Coimbra (1875-1941)

O Colégio da Rainha Santa Isabel foi fundado em 1875, por Ludovina Neves e sua irmã²⁶, cujo nome não é revelado pela documentação consul-

²⁴ *Ibidem*, fls. 5v-6.

²⁵ *Ibidem*, fl. 5.

²⁶ CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). Álbum fotográfico. CRSI.

tada. Estas vieram morar para Coimbra com a mãe e o irmão, que, à data, frequentava a universidade. As duas irmãs começaram por criar um projeto de ensino familiar, na rua do Norte, onde recebiam alunas para a instrução primária. Para além da instituição recém-fundada, existia apenas mais um colégio feminino na cidade, o das Ursulinas²⁷, dirigido por estas religiosas²⁸.



Fotografia 1 – Ludovina Neves, fundadora do Colégio da Rainha Santa Isabel.
Fonte: CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). Álbum fotográfico. CRSI.

²⁷ Conhecido como Colégio de São José dos Marianos por se ter instalado no edifício desse extinto colégio universitário carmelita, ou Convento das Ursulinas, o edifício é atualmente hospital militar de Coimbra.

²⁸ CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*, op. cit., p. 1.

Passados poucos anos, o espaço onde estas senhoras haviam encetado a sua atividade educativa já era manifestamente insuficiente para acolher o número de alunas que iam admitindo. Tomaram a decisão de transferir o seu colégio para a parte central do edifício do Colégio dos Trinitários, situado na rua José Falcão ou da Trindade, como era conhecida (Cordeiro, 2024, p. 31) na sua antiga designação. A mudança de instalações permitiu dotar o projeto de um internato e de externato, com algumas salas de aula, entre outros recursos. Aqui afluíam alunos de ambos os sexos provenientes de famílias da cidade, mas também de fora, devido à crescente fama que o colégio captava, paulatinamente²⁹.

Já com idade, a diretora legou o seu cargo à sua sobrinha mais velha, Otávia Neves, enquanto a sua segunda sobrinha, a Irmã Ludovina da Providência (Cordeiro, 2024, p. 31), ingressou na congregação das irmãs de São José de Cluny, entretanto reinstalada em Portugal, a partir de 1922, aquando da inauguração da comunidade religiosa de Anadia (Vieira, 2000, p. 476). Em 1928, o colégio foi dotado do seu Alvará, com o número 722, documento que continua em vigor³⁰. Desgastada pela ação dos anos, Otávia Neves solicitou à madre geral da congregação das Irmãs de São José de Cluny que assumisse a direção do Colégio. O pedido foi aceite e, em 1930, a madre geral instituiu uma comunidade no Colégio da Rainha Santa Isabel liderada pela Madre Maria de Jesus Vila Real, marcando o regresso da congregação à cidade. A fonte refere-se a esta madre superiora como “muitíssimo competente, empreendedora, grande prestígio social”³¹. Um retrato datado de 1931, da comunidade religiosa com alunas, revela que, pelo menos oito irmãs residiam no Colégio, juntamente com duas irmãs conversas, que viviam e serviam nas casas religiosas, identificadas por um véu distinto das demais³².

²⁹ CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*, op. cit., pp. 2-3.

³⁰ CRSI – Acervo Histórico. (1928). *Alvará do Colégio da Rainha Santa Isabel*. CRSI.

³¹ CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*, op. cit., p. 4.

³² CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). Álbum fotográfico. CRSI.



Fotografia 2 – Comunidade religiosa do Colégio da Rainha Santa Isabel com alunas (1931).

Fonte: CRSI. – Acervo Histórico. (s.d.). Álbum fotográfico. CRSI.

As irmãs perceberam que era necessário encontrar um novo espaço para esta instituição que não cessava de crescer em número de alunas e em pedidos de ingresso. Mandaram construir, afastado do centro académico, um edifício de raiz onde se encontra hoje em funcionamento o Colégio da Rainha Santa Isabel, na atual rua do Brasil.

O processo não foi fácil. Os donos do terreno não o queriam vender, inicialmente. Aliás, a direção do Seminário de Coimbra também não queria um colégio feminino tão próximo dos seus muros. Diplomáticamente, a Madre Maria de Jesus Vila Real conseguiu transpor estas barreiras. A 3 de março de 1938, comprou o terreno da colina para poder proceder à edificação do novo colégio. No dia 4 de julho de 1939, foi lançada a primeira pedra do novo edifício, numa cerimónia presidida pelo Bispo-Conde D. António Antunes, tendo sido inaugurado no dia 4 de julho de 1941 (Cordeiro, 2024, pp. 31-32). Em 31 de julho do mesmo ano, o colégio foi transferido para o novo edifício, sendo a Madre Maria de Jesus a superiora³³.

³³ CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*, op. cit., p. 6.



Fotografia 3 – Bênção da primeira pedra do novo edifício do Colégio da Rainha Santa Isabel, 4 de julho de 1939.
Fonte: CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). Álbum fotográfico. CRSI.

Estes acontecimentos não passaram despercebidos à imprensa local que descreveu os episódios com considerável precisão. O *Diário de Coimbra*, do dia 2 de julho de 1939, domingo, dava conta que na terça-feira seguinte, dia 4 de julho, seria lançada a “primeira pedra para a construção dum grande edifício nesta cidade – o Colégio da Rainha Santa Isabel”³⁴. Acrescentava que a nova infraestrutura teria capacidade para albergar 150 alunos internos e 300 externos. Os jardins e recreios do colégio ocupariam uma área de 16 500 metros quadrados³⁵. O mesmo acontecimento foi tratado na primeira página do *Correio de Coimbra*, do dia 8 de julho de 1939, tendo sido feita uma descrição detalhada do momento³⁶.

Apesar de desconhecermos o currículo que era lecionado no colégio, durante as primeiras décadas da sua existência, o prestígio e excelência desta instituição de ensino são comprovados pelas referências ao aumento constante do número de alunos e à necessidade de mudança do colégio para um espaço maior, por duas vezes. Também é conhecida a identidade católica de que o

³⁴ Correia, V. (Dir.). (1939). *Colégio da Rainha Santa*. Diário de Coimbra.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Carvalho, H. de. (Dir.). (1939). *O novo edifício do Colégio de Santa Isabel*. Correio de Coimbra.

colégio fora dotado desde a sua origem e que nunca perdeu até aos nossos dias (Cordeiro, 2024).



Fotografia 4 – Subida da rampa de acesso ao novo e atual edifício do Colégio da Rainha Santa Isabel, efetuada pela comunidade religiosa e alunas, 31 de julho de 1941.

Fonte: CRSI – Acervo Histórico. (s.d.). Álbum fotográfico. CRSI.

4. Os alunos e os professores do Colégio (1903-1941)

Desconhece-se o número de alunos que o Colégio teve nos primeiros anos da sua existência, assim como os professores e disciplinas lecionadas. A partir de 1903, as fontes revelam que foram matriculados alunos externos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos de idade. A contabilização dos alunos atesta o crescimento paulatino e consolidado da instituição, já mencionado, ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

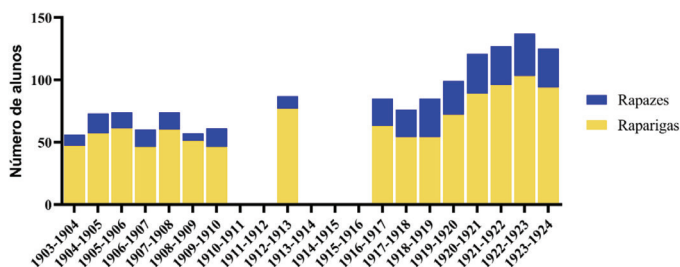


Gráfico 1 – Matrículas de alunos no Colégio em regime de externato (1903-1924).

Fonte: CRSI – Acervo Histórico. (1903). *Livro de Matrículas – Externato n.º 1*. CRSI.

A fonte consultada é omissa no que respeita a informações de matrículas de alunos nos anos letivos 1910-1911, 1911-1912, 1913-1914, 1914-1915 e 1915-1916. Esta ausência de informação pode indiciar a suspensão das atividades letivas nestes anos. Não é de estranhar tal situação se atendermos ao contexto de grandes transformações e de instabilidade política que o país vivenciava (Ramos et al., 2009, pp. 577-603). A implantação da República e a ideologia laicista e anticlerical do novo regime podem certificar as dificuldades de sobrevivência que esta instituição de ensino particular, declaradamente católica, viveu.

Apesar das vicissitudes, o Colégio continuou a receber um número crescente de alunos. Na década de 30, com a atividade regulada por alvará, de que a instituição foi dotada em 1928, o número de alunos diminuiu. Num inquérito respondido pelo Colégio, em 1940, proveniente da Inspeção Geral do Ensino Particular, dava-se conta de que esta instituição de ensino coimbrã tinha lotação autorizada de 60 alunos externos, de ambos os sexos, sendo 15 do sexo masculino e 45 do sexo feminino³⁷. O mesmo questionário revela que a instituição, apesar de ser mista, tinha espaços definidos para garantir a separação de sexos³⁸. Estes números autorizados pela tutela contrastam com a contabilização, a ultrapassar a centena de matrículas, do início da década de 20. As condições e o espaço disponível nas instalações onde o Colégio então funcionava justificam quer o limite de lotação quer a necessidade de construção de um edifício novo para albergar este projeto educativo, em afirmação na cidade.

Os livros de matrículas e de frequência revelam-nos que, na década de 30, o Colégio era dotado de um externato misto, com oferta educativa que compreendia várias fases da escolarização. Funcionava o ensino primário elementar e complementar, organizado em quatro anos de escolaridade³⁹. Desde o ano letivo de 1930-1931, até ao último ano de funcionamento no Colégio da Trindade, o Colégio registou 72 alunos matriculados, tendo sido 45 de crianças do sexo feminino e 27 do sexo masculino⁴⁰. Todos eram residentes na cidade de Coimbra. As matrículas eram efetuadas em novembro. Alguns alunos transitavam de ano em março, fazendo dois anos escolares num ano letivo. Quando tal acontecia, ficava escrito na matrícula individual

³⁷ CRSI – Acervo Histórico. (1937). *Livro de Contratos do Colégio da Rainha Santa Isabel*. CRSI.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ CRSI – Acervo Histórico. (1930). *Instrução Primária. Matrícula, Frequência e seus resultados* (livro n.º 3), op. cit. CRSI.

⁴⁰ *Ibidem*.

que o aluno era “distinto”, como forma de justificar esta ação⁴¹. O quadro seguinte revela o número de alunos existente na instituição nos anos que antecederam a mudança de instalações.

Anos Letivos	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total de alunos
1930-1931	7	0	1	2	10
1931-1932	2	8	3	1	14
1932-1933	1	5	8	4	18
1933-1934	0	2	4	9	15
1934-1935	2	9	3	3	17
1935-1936	4	4	7	8	23
1936-1937	5	5	6	5	21
1937-1938	4	4	12	9	29
1938-1939	6	1	10	10	27
1939-1940	5	5	5	9	24
1940-1941	3	1	10	7	21

Tabela 1 – Alunos do Ensino primário elementar e complementar (1930-1941).

Fonte: CRSI – Acervo Histórico. (1930). *Instrução Primária. Matrícula, Frequência e seus resultados* (livro n.º 3). CRSI.

Era lecionado também o curso secundário, organizado em dois ciclos, composto cada um por três anos de escolaridade. Os seis anos de curso secundário eram frequentados apenas por raparigas⁴². Portanto só se aceitavam rapazes ainda crianças. Nos primeiros três anos (1.º ciclo do curso secundário) as alunas frequentavam as seguintes disciplinas: Português, Francês, Ciências Geográfico-Naturais, Matemática, Desenho e Trabalhos Manuais, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Canto-Coral e Lavoros. Do 4.º ao 6.º ano, o currículo era constituído pelas disciplinas de Português-Latim, Inglês, História, Ciências Físico-Naturais, Matemática, Higiene, Educação Moral e Cívica, Canto-Coral e Educação Física⁴³, as mesmas que eram ministradas no ensino oficial. No quadro seguinte, expõe-se o número das alunas que frequentaram os seis anos do curso secundário, entre os anos letivos de 1936-1937 a 1940-1941.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² CRSI – Acervo Histórico. (1936a). *Frequência das alunas do Curso Secundário*, op. cit.

⁴³ *Ibidem*.

Anos Letivos	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	Total de alunas
1936-1937	2	2	9	7	3	3	26
1937-1938	6	2	4	5	7	6	30
1938-1939	10	6	3	0	4	11	34
1939-1940	10	5	6	3	0	3	27
1940-1941	11	12	8	5	2	2	40

Tabela 2 - Alunas do Curso Secundário (1936-1941).

Fonte: CRSI – Acervo Histórico. (1936a). *Frequência das alunas do Curso Secundário*. CRSI.

Somados os alunos do ensino primário e os do secundário, entre os anos letivos de 1936-1937 e 1940-1941, verificamos que nos anos 1938-1939 e 1940-1941 a lotação autorizada é ultrapassada. Das 157 alunas que frequentaram o curso secundário, entre 1936 e 1941, apenas 22 eram internas⁴⁴. Destas, sete eram de famílias da cidade, oito eram de vários concelhos do distrito de Coimbra e duas de Torres Vedras. Com uma aluna registava-se a matrícula das seguintes proveniências: Leiria, Lisboa, Nelas, Covilhã e Mogadouro. Estes dados revelam que, na década de 30, o Colégio já era conhecido e local escolhido para frequência de alunas de algumas famílias residentes em lugares situados muito para além dos limites do distrito de Coimbra⁴⁵.

No que concerne ao corpo docente, dispomos, como fonte credível, apenas das informações que se encontram no já mencionado inquérito da Inspeção Geral do Ensino Particular, datado de 1940. Como é expectável, o corpo docente era constituído só por mulheres diplomadas em áreas das disciplinas lecionadas no Colégio. Eram oito, com idades compreendidas entre os 28 e os 73 anos. As professoras com mais idade eram as do ensino primário, com 70 e 73 anos. A média das idades das docentes era de 37 anos, contrastando, por isso, a idade das professoras do ensino primário com a das docentes do curso secundário, manifestamente mais jovens⁴⁶. Algumas docentes residiam no Colégio. Nesse ano, o Colégio deu conta ao ministério da tutela que tinha dois diretores: o Doutor Ferrand Pimentel de Almeida, docente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e

⁴⁴ CRSI – Acervo Histórico. (1936b). *Livro das alunas internas (livro n.º 4)*. CRSI.

⁴⁵ CRSI – Acervo Histórico. (1936b). *Livro das alunas internas (livro n.º 4)*, op. cit.

⁴⁶ CRSI – Acervo Histórico. (1937). *Livro de Contratos do Colégio da Rainha Santa Isabel*, op. cit.

Maria dos Prazeres de Sousa Botelho e Mello, nome de batismo da Madre Maria de Jesus Vila Real, natural de Lisboa, e Professora no Colégio⁴⁷.

Apesar de não termos fontes que o comprovem, é de considerar a forte possibilidade de haver religiosas da Congregação entre os elementos do corpo docente. Sabemos que, posteriormente ao período em análise neste trabalho, várias irmãs foram professoras do Colégio⁴⁸.

6. Conclusão

As religiosas da Congregação de São José de Cluny, fundada em 1807, em França, chegaram a Portugal em 1881 com o propósito de formar missionárias portuguesas para enviar para as colónias deste país. A primeira comunidade religiosa da congregação, em Coimbra, abriu em 1896, instalando-se no extinto mosteiro de Santa Clara-a-Nova e era votada à lecionação do ensino preparatório de aspirantes ao ingresso na congregação. No outro lado do rio, na rua do Norte, existia, desde 1875, o Colégio da Rainha Santa Isabel, fundado por Ludovina Neves e sua irmã.

Após a implantação da República, as religiosas foram expulsas do país e o carisma do novo regime criou obstáculos à existência do Colégio da Rainha Santa Isabel, instituição de leigas católicas. Apesar das adversidades, este projeto prosperou e desenvolveu-se nas primeiras duas décadas do século XX, comprovado pelo crescimento do número de alunos, tendo justificado a transferência das instalações do Colégio para a parte central do extinto Colégio da Trindade.

Em 1928, a então diretora do Colégio, Otília Neves, dotou a instituição de alvará e solicitou aos órgãos dirigentes da congregação de São José de Cluny, entretanto regressada ao país, que assumisse a direção da sua instituição de ensino. A resposta ao pedido foi favorável e, em 1930, a madre-geral da congregação instituiu uma comunidade no Colégio da Rainha Santa Isabel liderada pela Madre Maria de Jesus Vila Real, marcando o regresso da congregação à cidade.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ Tome-se como exemplo a Madre Maria João de Brito. Nascida em Braga, a 6 de novembro de 1922, ingressou na vida religiosa com 18 anos e fez a profissão no dia 17 de março de 1943. Licenciada em Filosofia Românica, pela Universidade de Coimbra, lecionou em vários colégios da congregação, entre estes, o Colégio da Rainha Santa Isabel, onde foi também superiora. Aí faleceu no dia 18 de outubro de 1968. CRSI – Acervo Histórico. (1968). *Necrológio da Madre Maria João de Brito*. CRSI.

O crescente número de solicitações de ingressos no internato e no externato levou a superiora da comunidade a encetar a procura de um local para a construção de um edifício com capacidade para responder à crescente procura. Comprou o terreno para este fim a 3 de março de 1938. No dia 4 de julho de 1939, foi lançada a primeira pedra do novo edifício, numa cerimónia presidida pelo Bispo-Conde D. António Antunes, tendo sido inaugurado no dia 4 de julho de 1941. Em 31 de julho do mesmo ano, o colégio foi transferido para o novo edifício.

O Colégio teve, pelo menos desde o início do século XX alunos de ambos os sexos, em regime de externato. O internato, que funcionou desde a transferência para as instalações do Colégio dos Trinitários, era apenas feminino. A oferta educativa do Colégio era vasta, abrangendo as etapas de formação desde a educação infantil ao curso secundário.

Este trabalho abre novas portas à investigação, ficando agora por apurar a história do Colégio, desde que se instalou no atual edifício, a oferta educativa, os professores, alunos e pessoal não docente. Relativamente ao período em análise no presente artigo, futuramente, será interessante trabalhar a proveniência social dos alunos, os seus resultados académicos e a composição e ação da comunidade religiosa do Colégio da Rainha Santa Isabel, desde 1930. Não o fizemos pela proximidade do período cronológico selecionado em relação ao tempo presente.

Referências Bibliográficas

- Auduc, G. (2019). *Um coração sem fronteiras. Ana Maria Javouhey - Fundadora da Congregação das Irmãs de São José de Cluny*. Paulus.
- Bethencourt, F. (2015). *Racismos. Das Cruzadas ao século XX*. Temas & Debates – Círculo de Leitores.
- Carvalho, H. de. (Dir.). (1939). *O novo edifício do Colégio de Santa Isabel*. Correio de Coimbra.
- Carvalho, R. de. (2001). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1903). *Livro de Matrículas – Externato n.º 1*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1928). *Alvará do Colégio da Rainha Santa Isabel*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1930). *Instrução Primária. Matrícula, Frequência e seus resultados (livro n.º 3)*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1936a). *Frequência das alunas do Curso Secundário*. CRSI.

- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1936b). *Livro das alunas internas (livro n.º 4)*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1937). *Livro de Contratos do Colégio da Rainha Santa Isabel*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (1968). *Necrológico da Madre Maria João de Brito*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (s.d.). *Álbum fotográfico*. CRSI.
- Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra – Acervo Histórico. (s.d.). *Fundação do Colégio da Rainha Santa Isabel*. CRSI.
- Cordeiro, Ir. M. da G. (2024). *Os Alicerces da Construção. Colégio da Rainha Santa Isabel*. Província Portuguesa das Irmãs de São José de Cluny.
- Cornuel, P. (2020). *La sainte entreprise. Vie et voyages d'Anne-Marie Javouhey (1779-1851)*. Alma Editeur.
- Correia, J. A. (1936). *A dilatação da fé no Império Português*. Agência Geral das Colónias.
- Correia, V. (Dir.). (1939). *Colégio da Rainha Santa*. Diário de Coimbra.
- Fontaine, Ir. L. (2002). *Anais Históricos da Congregação de São José de Cluny*. 1878.
- Gonçalves, N. da S. (2002). A dimensão missionária do catolicismo português. In C. M. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal (volume 3)* (pp. 353-397). Círculo de Leitores.
- Governo Civil de Coimbra. (1901). Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino. In *Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto Convento de Santa Clara em Coimbra*. Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ ACD/GCC – Governo Civil de Coimbra (F); Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto Convento de Santa Clara em Coimbra (DC), 1901, fl. 2 – cota AUC – I-1ªE-23-5-4.
- Goyau, G. (1929). *Un grand "homme". Mère Javouhey apôtre des noir*. Librairie Plon.
- Javouhey, A. M. (2001). *Correspondência. 1798-1851*. (4 volumes). Província Portuguesa de São José de Cluny.
- Lecuir-Nemo, G. (2001). *Anne-Marie Javouhey. Fondatrice de congrégation des sœurs de Saint-Joseph de Cluny (1779-1851)*. Éditions Karthala.
- Lopes, M. A. (2013). Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX). *Estudos do Século XX*, (13), 257-280.
- Merlaud, A. (2009). *Génio e Audácia. Ana Maria Javouhey. Vida e obra de uma grande missionária*. Província Portuguesa da Congregação de São José de Cluny.
- Neto, V. (2011). A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 129-148). Tinta-da-china.
- Ramos, R., Monteiro, N. G., & Sousa, B. V. (Coords.). (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Rebelo, A. M. R. (2019). A excepcional importância da acção do Prof. Doutor Sousa Gomes na presidência da Confraria da Rainha Santa Isabel. In A. M. R. Rebelo (Coord.), *Homenagem ao Prof. Doutor Francisco José de Sousa Gomes* (pp. 23-39). Confraria da Rainha Santa Isabel.

- Rebelo, A. M. R. (2020). A Confraria e o Culto à Rainha Santa. In A. M. R. Rebelo & C. M. Urbano (Coords.), *Isabel, Rainha e Santa: Pervivência de um culto centenário* (pp. 273-306). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Richomme, A. (2005). *Ana Maria Javouhey*. Província Portuguesa da Congregação de São José de Cluny.
- Silva, Ir. M. do R. (2019). *A missionária audaciosa. Ana Maria Javouhey*. Editora Paulus.
- Vieira, M. do P. S. A. (2000). Irmãs de São José de Cluny. In C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (pp. 474-476). Círculo de Leitores.
- Vovelle, M. (2007). *A Revolução Francesa, 1789-1799*. Edições 70.

ANEXO DOCUMENTAL⁴⁹

1901 DEZEMBRO, 30, Coimbra – *Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto convento de Santa Clara de Coimbra*.

Governo Civil de Coimbra. (1901). Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino. In *Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto Convento de Santa Clara em Coimbra*. Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ACD/GCC – Governo Civil de Coimbra (F); Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto Convento de Santa Clara em Coimbra (DC), 1901, fls. 1-8 – cota AUC – I-1ªE-23-5-4.

[Capa] 1901

Regulamento da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino com sede no extinto convento de Santa Clara de Coimbra

Approvado por Alvará de 30 de Dezembro de 1901 sob n.º 14.

[fl. 1] Ex.mo Snr Governador Civil
do districto de Coimbra

⁴⁹ No presente Anexo Documental procurámos seguir, na generalidade, as normas de transcrição de Costa, A. de J. da. (1993). *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

A Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino, tendo já apresentado ao Governo de Sua Magestade os seus Estatutos, que junta por copia, vem respeitosamente submeter à aprovação de V. Ex.^a o Regulamento dos seus Institutos de educação e ensino e de preparação e formação de mestras, catechistas e enfermeiras, destinadas à propagação da Fé e civilização no Ultramar, em conformidade com o disposto no Decreto de 18 de Abril de 1901 e

Pede a V. Ex.^a se sirva conceder
a sua aprovação ao referido Regulamento.

E. R. M.^{cê}
Pela direcção da Associação Auxiliar da Missão
A Presidente
Marqueza de Rio Maior

Pela Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino
O Conselho director interino
Irmã Joanna de Salles
Irmã Maria Christina
Irmã Maria José da Pureza
Irmã Maria Bersilia
Irmã Xavier José de Santa Maria

[fl. 2] Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino

Cap.º 1
Natureza e fins da Associação

Art.º 1

A Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino, organizada em conformidade com o Decreto de 18 de Abril de 1901 é uma Associação de character religioso, que tem por fim preparar mestras, catechistas e enfermeiras, especialmente destinadas à propoganda de Fé e civilização no Ultramar, e aos actos de beneficencia e caridade inherentes a essa propaganda.

Art.º 2

Esta Associação é subordinada à Associação Auxiliar da Missão Ultramarina e sujeita às auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguesas em tudo o que

respeita ao espirital, e às leis do paiz e à superentendencia do Estado, em tudo o que respeita às suas funções temporaes.

Art.º 3

A Associação é constituída por Irmãs da Missão e por aspirantes a irmãs.

§. 1.º - Fazem parte da Associação as irmãs da Missão e as aspirantes existentes nos Institutos de São Patrício, em Lisboa, de Santa Teresa de Jesus, em Carnide, de Santa Clara em Coimbra, de Nossa Senhora de Monserrate, em Viana do Castelo, e de São Francisco Xavier, em Ponta Delgada; bem como as irmãs que actualmente prestam serviços, por determinação official, em Loanda (collegio e escola official) – em Mossamedes (idem, ibidem) na Huilla (asylo e missão) – em Caconda (idem, ibidem) – em Malange (idem, iem, idem e escola official) – em Cabinda (asylo e missão) – em Chiloango (missão e escola) – em Luali (asylo em missão) – em Lourenço Marques (hospital e escola Maria Amelia) – em Boroma (missão) – em Inhambane (hospital e escola official) – [fl. 2v.] em Cabaceira (asylo e escola) – em Moçambique (hospital e escola official) – em Quelimane (idem, idem); e por convite particular em Braga (asylo) – em Guimarães (idem) – em Angra do Heroismo (asylo da Infancia Desvalida e asylo de Mendicidade).

§. 2.º - As Irmãs da Missão poderão exercer o seu ministerio em qualquer parte da Monarchia Portuguesa, aonde os seus serviços forem reclamados.

§. 3.º - São consideradas aspirantes as alunas approvadas no ensino alementar e complementar, e irmãs a aspirantes, maiores ou emancipadas, que no ensino, superior ou normal derem provas cabaes de aptidão para o serviço missionario a que são destinadas, depois de umas e outras cumprirem a disposição dos §§.ºs 1.º e 2.º dos Art.º 5 dos Estatutos da Associação.

Art. 4.º

O serviço missionario das irmãs é essencialmente de caridade e gratuito sem que a Associação prescinda dos subsidios com que o Estado deva concorrer para a sua sustentação e desenvolvimento, em correspondencia com os serviços por ellas prestados à religião e à patria nas colonias portuguezas, e com as despesas possoaes das irmãs empregadas officialmente n'aquelles serviços.

Art. 5.º

Todo o pessoal da Associação é do sexo feminino.

§. 1.º - As menores de 21 anos não serão admittidas como aspirantes a irmãs, sem previa auctorisação por escripto de seus paes ou superiores

legaes para seguirem a vida missionaria, e sem assignarem uma declaração, de que aspiram e desejam seguir aquella vida.

§. 2.º - Esta declaração será repetida quando passarem à classe de irmãs da Missão, e accrescentada com a fixação do tempo, durante o qual se obrigam ao serviço das Missões.

§. 3.º - Terminado o tempo do seu compromisso, podem as irmãs [fl. 3] renova-lo de acordo com o conselho director.

§. 4.º - A irmã que faltar ao cumprimento d'aquella obrigação pagará à Associação as despesas feitas com a sua preparação ou formação.

Cap.º 2.º Da Direcção

Art.º 6.º

A Direcção superior da Associação pertence à Direcção da Associação Auxiliar da Missão, e por delegação d'esta a um Conselho Director composto da superiora da casa ou instituto central da Associação, de duas assistentes e de duas vogaes.

§. unico – O Conselho Director poderá ser augmentado, se o desenvolvimento da Associação assim o exigir.

Art.º 7.º

Ao Conselho Director compete:

1.º - gerir os negocios da Associação em todas as manifestações da sua vida social, e nomear o respectivo pessoal.

2.º - formular os regulamentos internos que julgar necessario para o funcionamento da Associação de conformidade com as leis do paiz.

3.º - superintender na administração interna de todos os estabelecimentos ou institutos sociaes, e na distribuição dos rendimentos da Associação.

4.º - fornecer à Direcção da Associação Auxiliar da Missão todos os documentos e esclarecimentos para as contas da gerencia da Associação.

5.º - admittir, quando a necessidade o exigir, auxiliares externas, e retribuir os seus serviços conforme o respectivo ajuste.

6.º - propôr à direcção da Associação Auxiliar da Missão todos os alvitres que julgar necessario para a prosperidade e desenvolvimento da Associação, e promover a execução d'esses alvitres.

[fl. 3v.] §. unico – A correspondencia com as Auctoridades civis ou ecclesiasticas, e com as repartições publicas, será assignada pela superiora da casa central, ou por quem a representar nas outras casas ou institutos

sociaes, e em quaesquer outros estabelecimentos, em que as irmãs prestem serviços na parte respeitante a estes estabelecimentos.

Cap.º 3.º
Do ensino escolar

Art.º 8.º

O ensino ministrado nas escolas da Associação será sempre subordinado às leis do paiz que regulam a instrução publica e aos preceitos especiaes tendentes a assegurar os beneficios da propaganda da Fé e civilização nas colonias portuguesas, em conformidade com o respectivo regulamento.

§. unico – A Associação poderá admittir pensionistas, em comum ou em secções separadas, e estabelecer escolas primarias rudimentares para creanças pobres nos seus estabelecimentos ou institutos.

Cap.º 4.º
Disposições Geraes

Art.º 9.º

Para a formação das Irmãs da Missão manterá a Associação, tanto na metropole como no Ultramar, as casas ou estabelecimentos, que os seus recursos permittirem.

Art.º 10.º

O Conselho Director não poderá fazer aquisição alguma gratuita ou onerosa sem auctorisação expressa da direcção da Associação Auxiliar da Missão, e nos termos das leis vigentes.

Art.º 11.º

Em caso de dissolução da Associação todos os seus bens passarão para [fl. 4] a Associação Auxiliar da Missão, e, se esta tambem se dissolver, para o Real Padroado Ultramarino.

§. unico – Os bens pessoaes das irmãs não serão considerados bens sociaes, e pertencerão sempre a estas.

Art. 12.º.

A sede da Associação é em Lisboa, e a sua casa ou estabelecimento principal no Instituto de São Patrício (Escadinhas de S. Chrispim).

Art.º 13.º

Qualquer alteração n'estes estatutos, será feita em conformidade com as leis do paiz.

Pela direcção da Associação Auxiliar da Missão:
A Presidente

O Conselho director interino.

[fl. 5] =Cópia=

Regulamento dos Institutos da Associação das Irmãs da Missão do
Padroado Ultramarino.

Cap.º 1.º

Art.º 1.º

“A Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino realiza a preparação de mestras, catechistas e enfermeiras destinadas à propaganda da Fé e civilização no ultramar, em três casas ou institutos: - 1.º em Lisboa – Instituto de São Patrício – às Escadinhas de S. Chrispim; - 2.º em Coimbra – Instituto de Santa Clara, no edificio do extinto convento de Santa Clara; - 3.º em Carnide – Instituto de Santa Teresa de Jesus, - O 1.º é destinado à sede de conselho directôr e a todos os serviços respeitantes ao embarque e repatriação das Irmãs da Missão, ao seu tractamento em caso de doença ou invalidez, ao encino pensionista, e à escola infantil gratuita pãra crianças pobres, instituida pela Associação Auxiliar da Missão em 2 de março de 1896. – O 2.º é destinado ao ensino preparatório das Irmãs. – O 3.º é destinado ao ensino superior ou normal.

§. 1.º - Os institutos de Nossa Senhora de Monserrate, em Viana do Castello, e de S. Francisco Xavier, em Ponta Delgada, são especialmente destinados à collocação das Irmãs, cuja saúde deteriorada lhes não permita continuarem a prestar os seus serviços no Ultramar, e ao ensino auxiliar pensionista.

§. 2.º - As Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino usarão o mesmo traje que têm usado desde que estão ao serviço da Associação Auxiliar da Missão Ultramarina, e que consta de um vestido azul escuro, tou [fl. 5v.] cado branco e mantilha preta.

§. 3.º - Nas escolas elementares e complementares poderá usar-se outro traje, se o consêlho director da Associação o julgar conveniente.

Art.º 2.º

O ensino preparatório comprehende: - a) A escola elementar primária;
- b) A escola complementar.

§. 1.º A escola elementar primária comprehende: - exercicios de linguagem – leitura, calligraphia, calque ou imitação das linhas elementares do alphabeto minúsculo e formação de todas as letras d'este alphabeto. – Arithmética – algarismos, aprender a contar e exercicios sobre addição, subtracção, multiplicação e divisão. – Elementos de doutrina christã, de moral e de civilidade. – Costura, meia, poncto de bainha, posponcto, poncto de luva, poncto furtado e de serzidura. Marca, poncto de cruz, de ilhó, de casa. Crochet – baixo e em relêvo.

§. 2.º A escola complementar comprehende: - Leitura, escripta, orthographia, grammatica, arithmética e systema-métrico. Geometria elementar e desenho línear, história pátria e chorographia de Portugal, elementos de geographia, doutrina christã, noções preliminares de moral e civilidade. Prendas próprias do sexo feminino.

Art.º 3.º

O ensino superior ou normal comprehende: - Leitura e recitação, ensino do método physiológico (João de Deus), modo de ensinar a escripta, calcando e imitando. Grammatica e redacção, estylistica e applicações. História universal e geographia geral com applicação especial ao conhecimento das colónias e possessões portuguezas. Língua francêsa e inglêsa. Arithmética, álgebra e geometria elementares; noções de contabilidade e escripturação. Noções de [fl. 6] botânica, de literattura e história natural. Hygiene, physica, química e pharmacologia. Catecismo e história sagrada. Desenho de ornato, à vista e modelação. Pintura, Solfejo, piano e canto coral. Agricultura e jardinagem. Trabalhos de agulha e lavôres, taes como: - bordado a branco, Richilieu, matiz, ouro, escumilha. Renda de Peniche, irlandêsa, macramé, frioleisa. Trabalhos de phantasia: varão, froco sôbre espêlho, escâma de corvina, etc... Flôres de papel, pânno, cêra, sêda, papel de arroz, sola. Corte de objectos de roupa branca e de côr. Coser à máchina. Consertos diversos. Lavar e engommar e roupa. Aprendizagem de tôdo o arranjo doméstico. – Tirocínio especial de habilitação pâra mestras e catechistas.

§. unico – As Irmãs destinadas a enfermeiras poderão ir practicar em hospitaes dirigidos por senhôras.

Art.º 4.º

São consideradas aspirantes a Irmãs da Missão as alumnas approvadas no ensino elementar e coplementar, e Irmãs da Missão as aspirantes que no ensino superior ou normal derem provas cabaes de aptidão pâra o serviço

missionário a que são destinadas, depois de umas e outras cumprirem as disposições dos §§ 1.º e 2.º do Art.º 5.º dos Estatutos da Associação, e que sejam maiores ou emancipadas.

§. 1.º A admissão de alumnas nos Institutos da Associação é da competência exclusiva do consêlho directôr da mêsmã Associação.

§. 2.º Tanto as aspirantes cômô as Irmãs da Missão concorrerão pãra os encargos da Associação com uma pequêna pensão ou dote, em harmonia com os seus havêres, de acôrdo entre ellas e o consêlho directôr da Associação, que poderá dispensar estes [fl. 6v.] subsídios, quando o julgue conveniente.

Cap.º 2.º

Art.º 5.º

O ensino auxiliar de pensionistas divide-se em 9 classes, com os seguintes progrãmmas:

1.ª classe, ou classe infantil

Exercícios de linguagem – leitura pelo méthodo de João de Deus – calligraphia – calque ou imitação das linhas elementares do alphabeto minúsculo – formação de tôdas as lêttras d’este alphabeto – aritmética: algarismos, aprender a contar, exercícios sobre addição, subtracção e multiplicação, tabuada. Elementos de doutrina. Noções preliminares de moral e civilidade. Exercícios de gymnástica e de canto.

2.ª classe (Instrucção Primária – 1.º grau)

Leitura. Calligraphia, imitação em papel pautado de exemplares de bastardinho e de cursivo, cópia. Arithmética: operações fundamentaes com as provas, exercícios sobre a numeração, assentar dinheiro, tabuada. Grammática: conhecimento práctico das palavras variaveis e invariaveis. Doutrina christã.

3.ª classe (Instrucção Primária – 2.º grau)

Leitura – Escripta – Ortographia – Grammática – Arithméticae systema métrico – Geometria elementar e Desenho lineár – História Pátria e Chorographia de Portugal – Doutrina Christã e Moral.

4.ª classe (Língua Portuguesa)

Leitura correctã sôbre trechos e prosa e verso – interpretação do sentido dos textos – Grammática portugêsa – Exercícios de anályse grammatical e lógica – Estylistica e applicações.

5.ª classe (Curso Superior)

Língua portuguesa – orthographia – exercícios desenvolvidos de redacção, a saber: reproduções, cartas, narra [fl. 7] ções e descrições – Geographia Geral e História Universal – Arithmética – Noções elementares de physica, chimica, zoologia, mineralogia, geologia, botânica, litteratura e mythologia – Catecismo e História Sagrada.

6.ª classe (Línguas estrangeiras)

Exercícios repetidos e graduaes de pronuniação, leitura, orthographia e traducção. Recitação de fábulas e de poesias – Retroversões – Exercícios de conversação – Grammática.

7.ª classe (Desenho e pintura)

Desenho e ornato, de figura, de perspectiva, à vista e modelação – Pintura a aguarella, a óleo, sobre setim, velludo, etc.

8.ª classe (Piano, solfejo e canto coral)

Solfejo e piano, conforme os livros e método do Conservatório.

9.ª classe (Lavôres)

Costura: poncto de bainha, posponcto, poncto de luva, poncto adeante, fazer pregas, franzir, perfilar, fazer ilhós. Consertos diversos das peças mais simples de roupa branca. Marca: poncto de cruz, de ilhó, de casa. Crochet: baixo e em relevo. Renda de Peniche, à forquilha, frioleira, irlandêsa, macramé. Bordados: a branco, Richelieu, a lãs, a matiz, a ouro, a escumilha, sobre filó. Trabalhos de phantasia: xarão, froco sobre espelho, escâma de corvina, etc. Flôres de pânno, sêda, velludo, sola, papel de arroz e de cêra. Fructos de cêra.

§. 1.º O curso regular das pensionistas comprehende somente o ensino da instrucção primária, 1.º e 2.º grau, francês, desenho linear, tudo pelos compêndios approvados pelo Govêrno, e lavôres, menos as flôres e bordados de luxo.

§. 2.º As outras classes constituem cursos especiaes e facultativos, dependentes de accordo entre as pensionis [fl. 7v.] tas os seus representantes e o consêlho directôr da Associação.

§. 3.º Nos institutos auxiliares de pensionistas só se admittem algumas que não tenham menos de 4 annos de idade, nem mais de 15, e que, alem da certidão de idade, apresentem também documento legal por onde mostrem que estão vaccinadas e que não teem moléstia contagiosa.

§. 4.º As pensionistas podem ser internas, externas e semi-internas.

Cap.º 3.º

Art.º 6.º

Nas escolas infantis ou primárias rudimentares, gratuitas, para crianças pobres, admittem-se crianças desde a idade de 5 aos 12 annos, depois de apresentarem a sua certidão de idade, attestado de pobreza, passado pelo respectivo administradôr do concêlho, ou párocho da freguesia, e documento por onde mostrem que não padecem moléstia contagiosa que estão vaccinadas.

§. único. A instrucção nestas escolas comprehende as noções elementares de leitura, escripta, contabilidade, doutrina christã, costura, meia, marca, e mais prendas ao alcance d'estas crianças”.

Pela Direcção da Associação Auxiliar da Missão, A Presidente(a) Marquiza de Rio Maior. – Pela Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino – O Conselho Director interino = (a) Irmã Joanna de Salles – (a) Irmã Maria Christina – (a) Irmã Maria José da Pureza – (a) Irmã Maria Bertília – (a) Irmã Xavier José de Sancta Maria.

Está conforme – Secretaria do Governo Civil de Coimbra, 30 de Dezembro de 1901.

O secretário Geral:

Manuel Mano (?)

Approvado por Alvará n.º 14 de 30 de Dezembro de 1901.

Miscelánea de arte y poder en las encuadernaciones heráldicas de la Biblioteca Arzobispal de Granada

Miscellany of art and power in the armorial bindings of the Archbishop's Library of Granada

CARLOS DÍAZ-REDONDO

Investigador contratado, Universidad de Salamanca

charlierdiaz@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1391-3429>

ELVIRA-JULIETA MIGUÉLEZ GONZÁLEZ

Profesora Titular de Universidad, Universidad de Salamanca

ejulieta@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3923-494X>

Artigo entregue em: 17 de novembro de 2024

Artigo aprovado em: 26 de fevereiro de 2025

RESUMEN

La Biblioteca Arzobispal de Granada, emplazada en el Seminario Mayor "San Cecilio" e integrada en la Red de Bibliotecas de la Archidiócesis, cuenta entre sus fondos con encuadernaciones históricas de alto valor artístico y destacados antiguos poseedores. Este binomio se manifiesta en un conjunto de libros datados entre los siglos XVI y XVIII, ricamente ornamentados con elementos heráldicos. Para contribuir a la divulgación de este patrimonio bibliográfico desconocido y dotar a la colección arzobispal de un nuevo instrumento de descripción, se presenta la identificación, el análisis técnico de los elementos

de construcción, la descripción ornamental y la valoración del estado de conservación de una muestra ilustrativa de cinco encuadernaciones de tipo heráldico. Se estudian asimismo las procedencias de estos ejemplares, poniendo en relación esta colección con los fondos conservados en otras bibliotecas.

PALABRAS CLAVE: Antiguos poseedores; Biblioteca Arzobispal de Granada, España; Conservación; Encuadernación heráldica; Patrimonio bibliográfico.

ABSTRACT

The Archbishop's Library of Granada, located in the Major Seminary "San Cecilio" and integrated into the Archdiocesan Library Network, treasures historical bindings of high artistic value and outstanding former owners among its holdings. This binomial is manifested in a set of books dated between the 16th and 18th centuries, richly ornamented with heraldic elements. With the aim of contributing to the dissemination of this unknown bibliographic heritage and providing the archiepiscopal collection with a new description tool, the identification, technical analysis of the construction elements, ornamental description and evaluation of the conservation state of an illustrative sample of five armorial bindings are presented. The provenance data of these specimens is also studied, relating this collection to those preserved in other libraries.

KEYWORDS: Provenance information; Archiepiscopal Library of Granada, Spain; Conservation; Armorial bindings; Bibliographic heritage.

1. Introducción

La Biblioteca Arzobispal de Granada, también conocida como Biblioteca de la Curia Eclesiástica, está compuesta por alrededor de 5.500 obras impresas entre los siglos XVI y XX, que suponen un conjunto aproximado de 8.000 volúmenes.

Si bien apenas se conocen datos acerca de su historia y del contexto en el que comenzó a formarse, pues solo ha sido estudiada desde un prisma puramente bibliográfico (Morales Raya, 1980), parece que esta colección tiene su origen en las donaciones realizadas por los diferentes arzobispos que fueron ocupando la cátedra granadina. Creció progresivamente gracias al ingreso de pequeños fondos pertenecientes a instituciones desaparecidas

vinculadas administrativamente a la Archidiócesis. Debido a acontecimientos históricos aciagos para la Iglesia católica, como el extrañamiento de la Compañía de Jesús en 1767 a través de la Pragmática Sanción de Carlos III o las consecutivas desamortizaciones que tuvieron lugar a lo largo del siglo XIX, en la colección arzobispal ingresaron, al menos en parte, las bibliotecas de los colegios jesuitas de Carmona o Antequera entre otros, o la del convento franciscano de San Luis el Real de La Zubia.

Sabemos también que la biblioteca debió de reorganizarse a finales del siglo XVIII, poco tiempo después del nombramiento como arzobispo en 1776 de don Antonio Jorge y Galván (1717-1787), ya que muchos libros tienen, adherida a la contratapa, una etiqueta con un exlibris impreso que dice: «De la Biblioteca Arzobispal de Granada. Año de 1780». La presencia en los lomos de tejuelos topográficos de papel con cartelas impresas de color azul y antiguas signaturas manuscritas con tintas de anilina -que no concuerdan con las originales ni con las actuales y que, en ocasiones, presentan tachaduras y correcciones-, induce a pensar en una nueva reorganización que probablemente, por la estética de estas etiquetas, debió tener lugar a mediados del siglo XX.

Históricamente, este fondo estuvo alojado en una sala del Palacio de la Curia, anejo al Palacio Arzobispal. No obstante, tras el voraz incendio que arrasó buena parte de ambos edificios la noche del 31 de diciembre de 1982, la biblioteca, que solamente sufrió leves daños por humedades resultado de la extinción del fuego (Arzobispado, 1983, pp. 309 y ss.), se transfirió por completo, por voluntad del arzobispo don José Méndez Asensio, a las dependencias del Seminario Mayor “San Cecilio”, donde en la actualidad se encuentra instalada en armarios compactos que facilitan su organización y conservación.

La temática de la colección gira en torno a ramas de conocimiento íntimamente ligadas al ejercicio profesional de los arzobispos, tanto desde el punto de vista legislativo como desde el punto de vista académico y pastoral: Teología, Moral, Leyes y Cánones, Magisterio de la Iglesia, Filosofía e Historia. En cuanto a sus encuadernaciones, a excepción de un pequeño número de ejemplares que responden a los estilos artísticos plateresco, barroco y neoclásico, predominan las de pergamino, tanto flexibles como encartonadas, así como la pasta española sin ornamentación de interés.

En la actualidad, la Biblioteca Arzobispal se gestiona desde la Biblioteca Diocesana de Granada, cabecera de la Red de Bibliotecas de la Archidiócesis. Está totalmente catalogada -al menos la sección histórica- y es accesible a través tanto del catálogo propio de la Red como del Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español (CCPB).

2. Objetivos y metodología

El objetivo general de la investigación fue la localización y análisis de las encuadernaciones histórico-artísticas de la colección para la confección de un repertorio. Éste a su vez persigue dos fines concretos: por un lado, contribuir a la visibilidad del fondo bibliográfico arzobispal y, por otro, dotar a la colección de un instrumento de descripción que facilite la investigación en torno a sus ejemplares. Se formuló asimismo como objetivo el establecimiento de relaciones con otras colecciones, tomando como vínculo los datos de procedencia de las obras.

Para llevar a cabo el estudio, se ha utilizado una metodología empleada en investigaciones previas, como las realizadas en la biblioteca de la Universidad de Salamanca (Miguélez González, 2008; 2009), de la Catedral de esta misma ciudad (Díaz-Redondo & Miguélez González, 2014), o de la Universidad de Santiago de Compostela (Díaz-Redondo & Miguélez González, 2019). De esta forma, se ha recurrido a la observación directa de las fuentes primarias, es decir, los propios libros. Así, se examinaron los armarios compactos donde se conserva la colección para elaborar un primer inventario en el que se tomó nota del título, el lugar de impresión, el impresor, la fecha de publicación, la signatura topográfica, el estilo de ornamentación, la época, el estado de conservación de los ejemplares explorados, así como otros aspectos que podían resultar de interés. Se identificaron así 77 encuadernaciones con alto valor histórico-artístico, que suponen apenas el 1 % de los cerca de 8.000 volúmenes que componen el fondo.

Partiendo de estos datos, aplicando un criterio que bascula entre la singularidad y el estado de conservación de los ejemplares, se seleccionó una muestra de encuadernaciones que comparten un rasgo ornamental común, esto es, la presencia de elementos heráldicos como principal aparato decorativo. Si bien en el fondo existen encuadernaciones circunscritas a otros estilos artísticos, se decidió posponer su estudio ya que, por su estado de conservación, requieren una revisión más profunda y un análisis más detallado que se presentará en sucesivos trabajos.

La muestra escogida se ha analizado en torno a cuatro aspectos, empleando una estructura descriptiva basada en la ficha desarrollada por Carpallo Bautista (2002, pp. 278-319). En primer lugar, se ha procedido a realizar la identificación de la obra, habiéndose consignado la mención de título y responsabilidad, la mención de publicación, la descripción física, el número de control en CCPB, la signatura topográfica y el número de registro, además de las antiguas signaturas cuando existían. Para su redacción, se ha seguido la catalogación

existente en CCPB, basada en el estándar ISBD(A), cotejándose después con las fuentes de información principales. En segundo lugar, se han detallado los aspectos técnicos relacionados con el montaje y la materialidad del ejemplar, habiéndose examinado los recubrimientos, las tapas, la nervatura, el lomo, las cabezadas, las guardas y los elementos externos, como cierres, registros, digitales, etc. En tercer lugar, se ha descrito la ornamentación de los planos, el lomo, la bordura y los cortes, para determinar la estructura ornamental, las técnicas empleadas, así como el estilo decorativo en que pueden encuadrarse. Para la identificación de los superlibros y otros elementos heráldicos ha resultado fundamental la consulta del repertorio OHR (Olivier et al., 1924), si bien para aquellos vinculados con la Casa Real española se ha acudido al estudio de Moreno Gallego (2008) sobre el fondo de encuadernaciones heráldicas que se conserva en Real Biblioteca. Por lo que respecta a la descripción de los papeles de guardas, se ha recurrido a las obras de Doizy (1996) y del maestro papelero Vélez Celemín (2012). Finalmente, se ha realizado una valoración del estado de conservación de cada ejemplar, poniéndose de manifiesto las causas de alteración que fueron observadas.

Como material de apoyo, se ha aportado documentación fotográfica realizada por los autores que recoge un plano general de la encuadernación, así como diferentes detalles que se juzgaron relevantes para el estudio. Antes de tomar las fotografías, todos los ejemplares se limpiaron con la ayuda de una brocha de pelo suave y un trapo de algodón para retirar en medida de lo posible la suciedad exterior y el polvo acumulado en planos y cortes. A continuación, las encuadernaciones se dispusieron con los planos abiertos sobre un soporte de cartón que aseguraba el cuerpo del libro, con el fin de evitar tensiones en las costuras y procurar la integridad de las obras. En último término, las fotografías se trataron digitalmente con el software Adobe Photoshop para mejorar aspectos como el enfoque, la luz, la saturación del color o el contraste.

3. La encuadernación heráldica

Caracterizada por la representación de escudos de armas, blasones, crestas o cualquier otro emblema heráldico de un individuo o institución en las cubiertas o en el lomo del libro (Checa Cremades, 2003, p. 456 y ss.), la denominada “encuadernación heráldica” ha obtenido una gran consideración a lo largo de los tiempos pues fue empleada como símbolo de poder económico y distinción social. Íntimamente ligada a la encuadernación de bibliófilo

(Carpallo Bautista, 2017, p. 96), sus dueños solían pertenecer a la realeza, nobleza, alta jerarquía eclesiástica o burguesía pudiente, y la mayoría de ellas no destacaban por el contenido de las obras, sino más bien por la belleza y riqueza de su encuadernación.

No deberíamos considerarla un estilo de ornamentación definido y vinculado a un movimiento artístico, pues los elementos heráldicos tal y como los conocemos hoy se han empleado indistintamente desde el siglo XIV, casi siempre conjugados con las estructuras propias definidas en los estilos predominantes de otros movimientos artísticos, desde el mudéjar al modernismo (*Enciclopedia de la encuadernación*, 1998, p. 151). Partiendo de este fundamento, de las claves evolutivas establecidas por Moreno Gallego (2012, p. 75 y ss.) y de las diferencias que Yeves Andrés (2008, p. 13 y ss.) observa en función del uso y finalidad de los diseños, podría hablarse de hasta ocho tipos decorativos con ornamentaciones heráldicas.

a. Encuadernaciones heráldicas de superlibros, es decir, el empleo de la heráldica como marca de propiedad de un individuo. En estos casos, la decoración se materializa a través de un escudo de armas que identifica al propietario del ejemplar dispuesto en los planos, generalmente dorado y ocupando la parte central de la tapa. Ligado inseparablemente al movimiento bibliófilo de los siglos XVIII y XIX y al deseo de unificar estéticamente las colecciones, se trata del tipo decorativo más común. En ocasiones, los superlibros se conjugan con la aplicación de otros elementos decorativos, como piezas o figuras heráldicas, cifras o anagramas, en las esquinas de los planos o los entrenervios del lomo.

b. Encuadernaciones heráldicas de exdono, es decir, el empleo de la heráldica como símbolo de donación. En este tipo decorativo, la marca heráldica dispuesta en planos representa a la persona o institución que donó el libro, su biblioteca o una parte de ella a otra institución que, por lo general, es una institución de carácter educativo. El donante puede haber marcado él mismo los ejemplares con sus armas con el fin de que su acto no caiga en el olvido, o bien haberlo hecho la institución al recibir el legado como una muestra de reconocimiento.

c. Encuadernaciones heráldicas de autor, es decir, el empleo de la heráldica como reconocimiento de creación. En este tipo decorativo, la heráldica alude directamente a la persona sobre quien recae la

mención de autoría de la obra contenida en la encuadernación, o bien al comitente que ordenó escribirla. Así, en ocasiones, se observa un pequeño número de ejemplares de una materialidad más noble y marcados en los planos con las armas del autor, reservados de una tirada para ser ofrecidos a personalidades de relevancia. Paralelamente, este tipo de ornamentación se da en algunos libros de horas, así como en las cartas de ejecutoria, ligadas a declaraciones de mayorazgo, de hidalguía, de certificación de armas, etc., marcadas con las armas del otorgante o de su familia. Estas representaciones suelen además encontrar un reflejo en los frontispicios, portadas u otros paratextos que abren el libro.

d. Encuadernaciones heráldicas de mecenazgo, es decir, el empleo de la heráldica como testigo de protección o encargo de una obra. En este tipo decorativo, las encuadernaciones presentan en sus planos el escudo de armas del personaje mecenas que costeó la edición de la obra.

e. Encuadernaciones heráldicas de dedicatoria, es decir, el empleo de la heráldica como gesto de gratitud. Encontramos las armas del personaje al que se le dedicó la obra, bien como muestra de agradecimiento, ya sea como búsqueda de un posicionamiento en el mercado, o bien con el fin de ganar protección o auxilio económico del dedicatario o lograr que corriese con los gastos de la obra. Se trataría de un tipo decorativo muy ligado al anterior.

f. Encuadernaciones heráldicas institucionales, es decir, el empleo de la heráldica como testimonio de distinción por parte de una institución. A finales del siglo XIX y principios del XX, algunas entidades educativas premiaban a sus mejores discípulos con ejemplares que portaban en las cubiertas las armas institucionales. Podían presentar asimismo las armas de la persona que costeó la edición, impresión o encuadernación, que solía ser un protector que ayudaba a sustentar económicamente esa referida institución.

g. Encuadernaciones heráldicas eclesiásticas, es decir, el empleo de la heráldica como signo de estatus en la Iglesia. Encontramos este tipo de ornamentación en libros litúrgicos, como ceremoniales o pontificales, que generalmente se imprimían y encuadernaban en

Roma con gran exquisitez de técnicas y materiales. Estas encuadernaciones se ofrecían como regalo a los nuevos prelados en el momento de su nombramiento como obispos u arzobispos, marcando las cubiertas con un auténtico despliegue heráldico que simbolizaba el cambio de posición en el escalafón eclesiástico, así como el nuevo poder y responsabilidad adquiridos.

h. Encuadernaciones heráldicas decorativas, es decir, el empleo de la heráldica como ornamento sin contexto. Raramente encontraremos la representación de motivos heráldicos con un único fin decorativo, sin que exista una intención evidente de relacionar un determinado ejemplar con la marca heráldica, y ésta con la persona o institución a la que representa. Puede darse en encuadernaciones vestidas con pieles reutilizadas, o bien en los modelos retrospectivos de finales del siglo XIX y principios del XX, en los que la ornamentación se emplea con el propósito de recrear estilos decorativos ya caducos.

Si bien es cierto que las encuadernaciones con decoración heráldica han despertado el interés de los historiadores del libro por su riqueza material y suntuosidad ornamental, no todo termina en el análisis técnico y artístico. En los últimos años, estos ejemplares se están empleando como fuente de información para realizar arqueología del libro en tanto que la información de procedencia que aportan resulta fundamental para reconstruir colecciones y trazar la historia propia de cada ejemplar.

Uno de los primeros proyectos en abordar el uso de la heráldica en la encuadernación fue el catálogo virtual “British Armorial Bindings” (Morris & Oldfield, 2012), puesto en marcha en el año 2012 por la Sociedad Bibliográfica de Londres en colaboración con el sistema de bibliotecas de la Universidad de Toronto. Este recurso permite acceder a más de 3.300 marcas heráldicas empleadas entre los siglos XVI y XX por casi dos mil antiguos poseedores para marcar una colección que supera las 12.000 encuadernaciones.

En España, entre las iniciativas más relevantes que se están llevando a cabo en la actualidad podemos citar el proyecto “Encuadernaciones heráldicas en la BNE”, lanzado recientemente por la Biblioteca Nacional. Se trata, por un lado, de un recurso colaborativo, a través del que un investigador puede acceder y consultar la colección de encuadernaciones heráldicas conservadas en la institución. Y, por otro, de un canal de comunicación que persigue

darle voz al usuario, quien, a través de una sencilla interfaz, puede visualizar diferentes encuadernaciones heráldicas que integran la colección de la institución, acceder al registro del ejemplar y a la obra completa en la Biblioteca Digital Hispánica, e introducir información que ayude a los técnicos en la identificación de los elementos heráldicos y, por tanto, de la persona a la que representan.

4. Resultados

A continuación, se presenta el análisis técnico, ornamental y del estado de conservación de una muestra de cinco encuadernaciones que, de acuerdo con la clasificación anterior, encajan en los tipos decorativos “heráldica de exdono”, “heráldica de superlibros” y “heráldica eclesiástica”.

4.1 Encuadernación heráldica de exdono, con las armas de Felipe V, rey de España

En: Biblia Sacra : vulgatae editionis / Sixti Quinti ... iussu recognita atque edita.

Romae : ex typographia Apostolica Vaticana, 1592.

[12], 1131, [23] páginas ; Folio.

CCPB000277985-4.

GR-ARZ A-20 -- R. 25 -- Olim: 14-9-8.

Esta encuadernación, que podemos encuadrar en el tipo “heráldica de exdono”, tiene las tapas de madera recubiertas con piel chagré teñida de rojo cereza. Éstas permanecen unidas al cuerpo del libro con los seis núcleos con los que se han cosido los cuadernillos. El lomo, redondeado y con cajo, está pegado directamente a la piel y reforzado internamente con llaves de pergamino. Presenta al exterior seis nervios sencillos y dos tejuelos: uno, en piel verde, en el que se ha dorado el título de la obra; y el otro, de papel, con la antigua signatura topográfica. Las cabezadas, manuales, de un capitel y con cordoncillo, están montadas al aire y tejidas con dos hilos de seda, de color crudo y azul. Las guardas, cosidas, están marmoleadas siguiendo el estilo de peines “old dutch” u “holandés antiguo”, en color granate, amarillo, azul, verde y blanco. Este patrón decorativo, producido especialmente en Alemania durante el siglo XVIII, se importó

a otros países europeos por medio de comerciantes holandeses. El diseño se consigue estirando los pigmentos en el agua, pasando después un peine con numerosas púas mientras se realizan movimientos semicirculares. Se logran así numerosas columnas de arquillos superpuestos y pequeños remolinos que forman frisos.

La encuadernación tiene además cierres de manecilla de metal, conservados y funcionales, y dispone de cintas de registro o señuelos, de color verde y rojo. La encuadernación no es contemporánea a la fecha de impresión de la obra, ya que a juzgar por los materiales de construcción y los elementos decorativos que analizaremos a continuación, puede afirmarse que data sin lugar a duda de la primera mitad del siglo XVIII.



Figura 1 – GR-ARZ A-20. Planos. Fuente: Fotografía de los autores.

La ornamentación responde, tanto por su estructura decorativa como por los motivos empleados en su desarrollo, al estilo rococó de encaje. Está dorada y es simétrica en ambas tapas, que están enmarcadas por una orla realizada con un filete de hilo fino, una rueda de diente de rata y dos florones diferentes combinados de manera alternativa. En las esquinas se observan florones sueltos con conchas y jarrones con flores mientras que en el centro se han dispuesto las grandes armas del primer rey de la Casa de Borbón en España, Felipe V (1683-1746).



Figura 2 – GR-ARZ A-20. Armas de Felipe V. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 3 – GR-ARZ A-20. Corte delantero y cierre. Fuente: Fotografía de los autores.

Los nervios están resaltados con filetes de hilo fino y en el centro de los entrenervios se repite un hierro en forma de estrella acompañado de un hierro vegetal en los ángulos. La bordura lleva una sencilla rueda de palmetas. Los cortes están dorados con pan de oro y bruñidos.



Figura 4 – GR-ARZ A-20. Cabezada superior. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 5 – GR-ARZ A-20. Guardas de peines con remolinos. Fuente: Fotografía de los autores.

El estado de conservación de la obra es aceptable. Presenta polvo y suciedad general, deshidratación acentuada en bordura y cajo, manchas de humedad, oxidación de los elementos metálicos, rozaduras en planos y bordura con desaparición de la flor de la piel, pérdida de materia y de los digitales.

4.2 Encuadernación heráldica con superlibros de Louis-Henri de Loménie, conde de Brienne

En: Athanasii Kircheri e Soc. Iesu obeliscus Pamphilius hoc est interpretatio noua & hucusque intentata obelisci Hieroglyphici quem ... ex veteri Hippodromo Antonini Caracallae Caesaris in Agonale forum transtulit ... Innocentius X.

Romae : typis Ludouici Grignani, 1650.

[64], 560 [i.e. 558], [30] páginas, [2] hojas de grabados ; Folio.

CCPB000226278-9.

GR-ARZ A-255 -- R. 198 -- Olim: 9-7-12 ; 11-3-26.

Esta encuadernación, que podemos encuadrar en el tipo “heráldica de superlibros”, tiene las tapas de cartón recubiertas con piel de badana teñida de marrón. Se unen al cuerpo del libro por los seis núcleos con los que se han cosido los cuadernillos. El lomo del ejemplar, redondeado y con cajo, está pegado directamente a la piel y reforzado en su interior con llaves de pergamino.

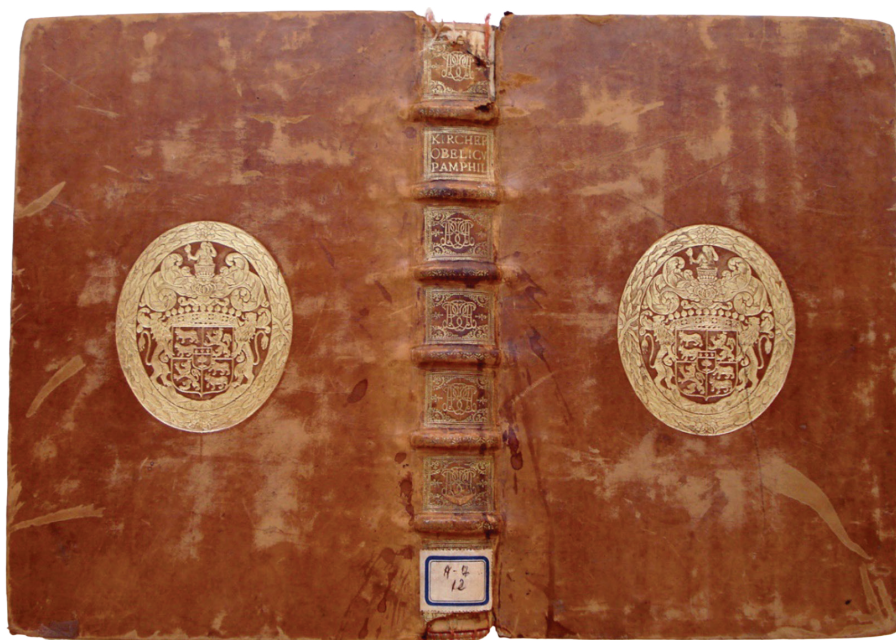


Figura 6 – GR-ARZ A-255. Planos. Fuente: Fotografía de los autores.

Presenta exteriormente seis nervios y un tejuelo de papel adherido en el pie, con la antigua signatura topográfica. Las cabezadas, manuales, de dos capiteles y con cordoncillo, están montadas al aire y tejidas con tres hilos de seda de color amarillo, azul y rojo. Las guardas, cosidas, son de papel verjurado blanco. En la guarda fija delantera lleva adherido el exlibris de papel de la biblioteca, fechado en 1780.



Figura 7 – GR-ARZ A-255. Escudo dorado de la familia Loménie. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 8 – GR-ARZ A-255. Corte y cabezada inferior. Fuente: Fotografía de los autores.

En cuanto a la ornamentación, se trata de una decoración sencilla pues ambas tapas presentan únicamente una plancha estampada en oro, identificada en el repertorio OHR (Olivier et al., 1924, tomo 10, plancha 1076) como el escudo de armas de Louis-Henri de Loménie (1636-1698), conde de Brienne:

Escudo cuartelado. El 1º y el 4º, en oro, dos vacas pasantes de gules puestas en palo, astadas, acollaradas, clarinadas y uñadas de azur, que son las armas de los Béon. El 2º y el 3º, en plata, un león de gules con la cola anudada, horquillada y puesta en sotuer, armado, lampasado y coronado de oro y de azur, que son las armas de Luxemburgo. Sobre el todo, en oro, un árbol arrancado de sinople y el jefe de azur cargado con tres losanges de plata, que son las armas de los Loménie. Por timbre, la corona condal de once perlas, y saliente, un yelmo de frente con lambrequines, tocado por la corona condal de siete perlas. Como cimera, una doncella desnuda asomando de un balde, peinándose con la siniestra mientras sujeta un espejo con la diestra. Escudo sostenido por dos leones afrontados e inserto en una corona floral de forma ovalada.



Figura 9 – GR-ARZ A-255. Anagrama del conde. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 10 – GR-ARZ A-255. Exlibris adherido a la guarda. Fuente: Fotografía de los autores.

Los nervios presentan una paleta vegetal esquematizada, mientras que los entrenervios están encasillados con dos filetes de hilo fino y una paleta perlada. Las casillas portan hierros de esquina de tipo floral abstracto en los ángulos, un pequeño hierro con forma de espiga en los laterales, y en el centro un anagrama formado por dos letras B y dos letras L, encaradas y entrelazadas, que responden a las iniciales de la familia. En la segunda casilla se encuentra, dorado, el autor y el título de la obra.

El estado de conservación de la obra es aceptable. El ejemplar presenta polvo y suciedad general, manchas de humedad y salpicaduras de tinta en cortes, rozaduras con pérdida de la flor de la piel tanto en planos como en bordura, desaparición de la cabezada superior, así como algunos desgarros y pérdida de materia en cabeza y pie del lomo.

4.3 Encuadernación heráldica eclesiástica, con armas de la Iglesia Primada de Toledo

En: Defensa christiana, politica y verdadera de la primacia de las Españas que goza la Santa Iglesia de Toledo contra un manifiesto que ... ha publicado la Santa Iglesia de Sevilla : dividida en tres partes ... / su autor el doctor Nicasio Sevillano.

En Madrid : en la Imprenta Real : por Joseph Rodríguez de Escobar..., 1726.

[44], 558, [2] páginas, [1] hoja de grabado ; Folio.

CCPB000058911-X.

GR-ARZ A-257 -- R. 200 -- Olim: 6-2-16.

Esta encuadernación, que podemos encuadrar en el tipo “heráldica eclesiástica”, tiene las tapas de cartón recubiertas con piel chagré teñida de rojo. Están unidas al cuerpo del libro con los cinco núcleos con los que se han cosido los cuadernillos. El lomo del ejemplar, redondeado y con cajo, pegado directamente a la piel, presenta al exterior cinco nervios y un tejuelo de papel con la antigua signatura topográfica. Las cabezadas, manuales, de un capitel y con cordoncillo, van montadas al aire y tejidas con hilos de seda, de color crudo y granate. Las guardas, cosidas, son de papel xilográfico o “dominoté”. Estos papeles, de origen francés, se caracterizan por estar impresos mediante la técnica de la xilografía. Así, el diseño decorativo se ejecutaba sobre una plancha de madera de la que se retiraba la materia excedente con una gubia o un buril. Una vez entintada y aplicada la matriz sobre el papel, se remataba aplicando colores con pinceles, esponjas u otros útiles improvisados. El papel que nos ocupa está ornamentado con un diseño vegetal de ramajes, flores y pequeños puntos en tonos morado, amarillo y marrón.



Figura 11 – GR-ARZ A-257. Planos. Fuente: Fotografía de los autores.

Desde el punto de vista ornamental, su diseño responde al estilo barroco, en el que predomina, además de la heráldica, la decoración de encaje, que

está dorada y es simétrica en ambas tapas. En ellas se desarrolla una estructura rectangular formada por una orla floral creada con una rueda con volutas y pequeñas florecillas, y una rueda de roleos y hojas, delimitadas por filetes de hilo fino. La decoración de las esquinas está compuesta por un pequeño florón, espirales, pequeños círculos, hierros en espiral, y redondeles con un punto dorado en su interior. Todo ello da como resultado una delicada decoración de encaje que apunta al ombligo de la tapa en los ángulos. En el centro del plano aparece, estampado a volante, el superlibros dorado con las armas de la Iglesia Primada de Toledo. La bordura del escudo, timbrado por una corona de cinco florones y cuatro perlas triples y surmontado por un capelo, la cruz de doble brazo trebolada y cordones episcopales de borlas dispuestos en tres órdenes, presenta la leyenda: «Ecclesiae Hispaniarum Primatis. Stemma Sanctae Toletanae». Esta plancha, que se encuentra ligeramente empastada desmereciendo la decoración antes descrita, es reproducción del grabado calcográfico que antecede a la portada y representa la descendencia de la Virgen María para la imposición de la casulla a San Ildefonso. Los entrenervios están encasillados con dos filetes de hilo fino y una paleta de diente de rata. En los ángulos de las casillas se observan espirales formando una voluta; mientras que en el eje vertical y horizontal aparecen pequeños círculos y espigas. Los nervios van resaltados con una paleta punteada, decoración apenas perceptible por el estado de conservación del ejemplar. Asimismo, la bordura está decorada con una rueda compuesta por formas semicurvas y tres pequeños círculos que se asemeja a una ornamentación de tipo vegetal. Los cortes aparecen dorados y bruñidos, con las primeras y últimas hojas cinceladas con un punzón punteado.



Figura 12 – GR-ARZ A-257. Plancha dorada en cubierta. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 13 – GR-ARZ A-257. Grabado calcográfico que abre la obra. Fuente: Fotografía de los autores.

El estado de conservación de la obra es aceptable. El ejemplar presenta polvo y suciedad general, manchas de humedad, ligeras alteraciones por factor biótico, deshidratación, pérdida de materia y rozaduras con pérdida de la flor de la piel, algunos desgarros, virado del color de la piel en el lomo del libro y manchas de acidez en guardas generadas por el contacto con la piel de la encuadernación.



Figura 14 – GR-ARZ A-257. Corte de cabeza superior. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 15 – GR-ARZ A-257. Guardas “dominoté” con diseño vegetal. Fuente: Fotografía de los autores.

4.4 Encuadernación heráldica con superlibros de Samuel-Jacques Bernard, conde de Coubert

En: *Annales ecclesiastici / auctore Caesare Baronio ... ; una cum critica historico-chronologica P. Antonii Pagii ... & epistola consularis Henrici card. Norisii additur praeterea Dissertatio hypatica ejusdem Pagii ... ; tomus primus.*

Lucae : typis Leonardi Venturini, 1738.

[2], 842 páginas ; Folio.

CCPB000145416-1.

GR-ARZ A-1125.

Esta encuadernación, que podemos encuadrar en el tipo “heráldica de superlibros”, tiene las tapas de cartón recubiertas con piel de badana teñida de color marrón. Éstas quedan unidas al cuerpo del libro con los seis núcleos vegetales con los que se han cosido los cuadernillos. El lomo, redondeado y con cajo, pegado a la piel, presenta exteriormente seis nervios. Las cabezadas, manuales, de dos capiteles y con cordoncillo, están montadas al aire y tejidas con tres hilos de seda de color azul, amarillo y granate. Adherida en la contratapa, se observa una etiqueta de papel con el exlibris de la Biblioteca Arzobispal, datado en 1780.

En cuanto a las guardas, cosidas, son de papel marmoleado en colores amarillo, verde, granate y azul, con un patrón decorativo conocido como “persillé”. Estos diseños, de origen francés y muy propios del siglo XVII, se realizaban moviendo los pigmentos en el agua con la ayuda de un peine de

púas, empleándose agua de hiel para dejar a la vista el blanco del papel. Los movimientos generaban formas que semejan un follaje, razón por la que el patrón también se conoce como “hoja de roble”.



Figura 16 – GR-ARZA-1125. Planos. Fuente: Fotografía de los autores.

A diferencia de las encuadernaciones barrocas, las de estilo neoclásico son estéticamente muy sencillas. Por lo general, suelen llevar dos o tres filetes de hilo fino, a veces rematados en sus esquinas con pequeños florones con pétalos y, a lo sumo, una rueda fileteada con motivos bien definidos, delineados y estilizados como elemento ornamental en la tapa. En contraposición, el lomo del libro suele estar mucho más ornamentado. Asimismo, suelen llevar dorada la bordura y los cortes tintados o dorados.

En este caso, la ornamentación es dorada y simétrica, enmarcando ambas tapas con tres filetes de hilo fino que quedan rematados en las esquinas con un diminuto florón con cinco pétalos. En el centro, se ha aplicado una plancha en dorado, identificada en el repertorio OHR (Olivier et al., 1927, tomo 10, plancha 1043) como el escudo de armas de Samuel-Jacques Bernard (1651-1739), conde de Coubert: «En campo de azur, un ancla de plata siniestrado en el jefe de una estrella de lo mismo, rayonada de oro. Por divisa, la de la Orden de San Luis: *Ballicae Virtutis Praemium*». En el lomo del libro, ricamente ornamentado, los nervios están resaltados con paletas vegetales, mientras

que los entrenervios van encasillados con un filete de hilo fino y una paleta de diente de rata. En la segunda casilla aparece un tejuelo de piel roja con el nombre del autor y el título de la obra. En la tercera casilla, se muestra otro tejuelo de piel roja con la numeración del tomo en dorado. Está además decorado con hierros con hojas de laurel en los ángulos y una flor con seis pétalos en la parte superior e inferior. En la quinta casilla, se observa un tercer tejuelo de piel verde con la numeración (I-I00) y pequeños florones en los ángulos. En el resto de las casillas la ornamentación se ordenaría de la siguiente manera: hierros de esquina triangulares con decoración floral, florón central de forma romboidal con decoración abstracta vegetal, rodeado de pequeñas flores con cinco pétalos y estrellas y, en el centro, una flor de palma. En la bordura aparece una rueda esquematizada de tipo vegetal mientas que los cortes están tintados en rojo y bruñidos.



Figura 17 – GR-ARZ A-1125. Armas doradas en cubierta. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 18 – GR-ARZ A-1125. Guardas de estilo "persillé". Fuente: Fotografía de los autores.

El estado de conservación de la obra es aceptable. El ejemplar presenta polvo y suciedad general, ligeras alteraciones por factor biótico, manchas de sustancias no identificadas, desgarrros y rozaduras con pérdida de materia y de la flor de la piel, y manchas de acidez en guardas.

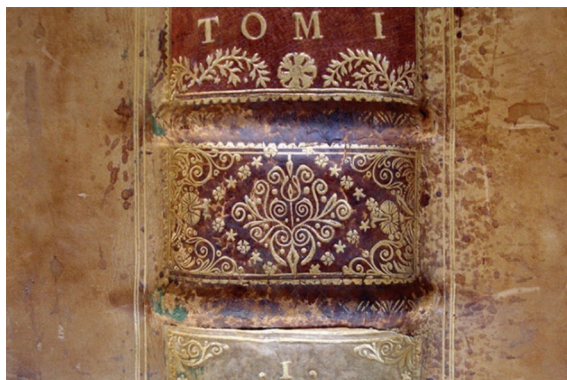


Figura 19 – GR-ARZ A-1125. Decoración de los entrenervios. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 20 – GR-ARZ A-1125. Corte de cabeza y cabezada. Fuente: Fotografía de los autores.

4.5 Encuadernación heráldica de exdono, con las armas de Carlos III, rey de España

En: Tratado de la regalía de amortización : en el qual se demuestra por la série de las varias edades, desde el nacimiento de la Iglesia en todos los siglos y Países Católicos, el uso constante de la autoridad civil, para impedir las ilimitadas enagenaciones de bienes raíces en Iglesias ... / escribale D. Pedro Rodriguez Campomanes.

Madrid : en Imprenta Real de la Gazeta, 1765.

[8], X, [2], 296 páginas ; Folio.

CCPB000058348-0.

GR-ARZ A-832 -- R. 1373.

Esta encuadernación, que podemos encuadrar en el tipo “heráldica de exdono”, tiene las tapas de cartón recubiertas con piel de badana teñida de marrón. Están unidas al cuerpo del libro con los seis núcleos vegetales que unen los cuadernillos que lo conforman.



Figura 21 – GR-ARZ A-832. Planos. Fuente: Fotografía de los autores.

El lomo del ejemplar está pegado directamente a la piel y reforzado con llaves de tela de algodón blanco. En su exterior podemos observar seis nervios y dos tejuelos, uno de ellos de piel aserrada con el apellido del autor y el título de la obra abreviado en dorado; y el otro, de papel, con la antigua signatura topográfica del ejemplar. Las cabezadas, manuales, de un capitel y con cordoncillo, están montadas al aire, tejidas con dos hilos de seda de color azul y amarillo. Asimismo, dispone de una cinta de señuelo o registro de seda azul.

Las guardas, cosidas, son de papel marmoleado con un diseño de remolinos en tonos granate, amarillo y azul sobre el blanco del papel. Este estilo, muy utilizado en Francia en el siglo XVII, se conseguía removiendo las gotas de pigmento en el agua con la ayuda de una aguja o palillo, realizando movimientos circulares. Esto daba como resultado un característico patrón decorativo al que se ha denominado de “espirales” o “caracolas”.

Desde el punto de vista ornamental, observamos nuevamente una decoración muy sencilla, de estilo neoclásico, simétrica en ambas tapas y dorada, que consiste en un enmarcado con tres filetes de hilo fino y, en el centro, las armas del rey Carlos III (1716-1788), estampadas con prensa de volante. El protagonismo recae sobre el lomo del libro, que aparece cuajado de oro.



Figura 22 – GR-ARZ A-832. Escudo de Carlos III. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 23 – GR-ARZ A-832. Decoración vegetal del lomo. Fuente: Fotografía de los autores.

Los entrenervios están encasillados con dos filetes dorados de hilo fino. En el centro de estos se muestra un florón con tres flores con pétalos, la central de mayor tamaño, y en las esquinas, pequeños hierros con ramas. En la segunda casilla se ha dispuesto un tejuelo de piel roja con el apellido del autor y el título abreviado de la obra. La bordura se ha ornamentado con una rueda de elementos vegetales. Los cortes del libro están tintados de rojo y, además, bruñidos.

El estado de conservación de la obra es aceptable. El ejemplar presenta polvo y suciedad general, manchas de tinta, manchas de acidez en guardas ocasionadas por contacto con la piel de la encuadernación, ligeras alteraciones causadas por factor biótico, así como desgarros y rozaduras con pérdida de la flor de la piel y de materia, especialmente en cantos y puntas.



Figura 24 – GR-ARZ A-832. Cabezada con cordocillo y señuelo. Fuente: Fotografía de los autores.



Figura 25 – GR-ARZ A-832. Guardas de caracolas. Fuente: Fotografía de los autores.

5. Discusión y conclusiones

La descripción y análisis de estas cinco encuadernaciones con decoración heráldica contribuye a la divulgación de una parte del fondo bibliográfico arzobispal que, hasta el momento, resultaba desconocido desde el punto de vista artístico. Supone además un instrumento de descripción para la biblioteca que puede resultar de utilidad en el desarrollo de futuras investigaciones.

Gracias a la evaluación del estado de conservación de los ejemplares podemos corroborar que la colección se encuentra perfectamente conservada en la actualidad. No se han observado graves alteraciones más allá de las que, por la edad de las obras, son naturales e inherentes en este tipo de colecciones históricas. Es cierto que algunos libros presentan daños por humedades, pero éstos son resultado de los métodos de extinción del incendio que arrasó el Palacio Arzobispal en la nochevieja de 1982.

En último término, a través de la identificación de las marcas de propiedad, siguiendo la línea de trabajo de la Biblioteca Nacional de España, este estudio representa una aportación a la reconstrucción de la historia propia de estos ejemplares y de las colecciones de las que provienen.

En este sentido, podemos establecer relaciones con otros fondos, contribuyendo especialmente a la comprensión de las bibliotecas de dos personajes ilustres en la Francia de los luises cuyas marcas de propiedad hemos podido analizar en GR-ARZ A-255 y GR-ARZ A-1125: Louis-Henri de Loménie, conde de Brienne (1636-1698), secretario de Estado de Luis XIV, y Samuel-Jacques Bernard, conde de Coubert (1686-1753), superintendente de la reina Marie Leszczyńska y secretario de Estado de Luis XV.

Cabe señalar que la biblioteca del conde de Coubert se nutrió de la biblioteca de su hermano, Gabriel Bernard, conde de Rieux, barón y señor de Livinière, que fue rematada el 27 de febrero de 1747 en su domicilio de la rue Notre-Dame-des-Victoires según se desprende del catálogo de la venta (Rieux & Barrois, 1747). Tras realizar la identificación de la marca de propiedad, podemos concluir que los ejemplares de una y otra se diferencian por una peculiaridad en el superlibros: el de Samuel-Jacques lleva la divisa de la Orden de San Luis envolviendo el escudo de la familia Bernard, reflejo de su estatus como gran cruz y maestro de ceremonias; el de su hermano Gabriel, no. Otras encuadernaciones de Coubert, similares a la estudiada y marcadas con la misma plancha, se encuentran en la Biblioteca del Instituto de Francia, con signatura FOL Y-80 C, y en la Biblioteca Universitaria Sainte-Geneviève de París, con signatura FOL B 292 (1-4) (INV 376/379 FA).

El ejemplar procedente de la biblioteca de Louis-Henri de Loménie, conde de Brienne (GR-ARZ A-255), es probablemente una de las obras más atractivas de la colección arzobispal de Granada, pues además de la bella factura de la encuadernación, contiene en el pie de la portada una dedicatoria manuscrita del autor del texto, el erudito jesuita Atanasio Kircher (1601-1680), al dueño del libro, su coetáneo: «Beneficiis prouocatus donabat author». Una encuadernación hermana se encuentra en la Biblioteca Histórica de la Universidad Complutense, con signatura BH FLL/21286.

Intuimos que tanto el ejemplar del conde de Coubert como el del conde de Brienne ingresaron en la colección arzobispal de Granada en un mismo momento. El ejemplar marcado con las armas de los Loménie procede con toda seguridad de la biblioteca de Coubert, pues éste adquirió buena parte de la biblioteca de los Loménie, subastada en Londres el 28 de abril de 1724 (Birley, 1962, pp. 105 y ss.), momento en que el hijo de Louis-Henry de Brienne se desprendió de la biblioteca familiar, organizando su subasta en Londres. De esta manera, ambos ejemplares procederían de la biblioteca de Coubert.

Por otro lado, dos encuadernaciones de similar manufactura a la procedente de la Iglesia Primada de Toledo (GR-ARZ A-257), con los mismos hierros, la misma plancha de superlibros estampada en cubierta, y vistiendo la misma obra, se encuentran en la Biblioteca Histórica de la Universidad Complutense de Madrid, con signaturas BH DER/14446 y BH DER/14447. Otra más se encuentra en la Biblioteca de Palacio Real, con signatura RB V/918, si bien éste ejemplar parece ornamentado con mayor celo y presenta unas guardas de brocado verde. La Biblioteca Histórica de la Universidad de Granada custodia otro ejemplar más, con signatura BHR/B-049-189, aunque en este caso varía el tipo y color de la piel de recubrimiento.

6. Referencias

- Arzobispado de Granada. (1983). Nota de prensa. A las 24 horas del incendio... *Boletín eclesiástico de las diócesis de Almería, Granada, Guadix-Baza, Jaén, Málaga*, (Año XI, 2), 309-312.
- Biblioteca Nacional de España. (2024). *Encuadernaciones heráldicas en la BNE*. <https://comunidad.bne.es/proyectos/encuadernaciones-heraldicas/>
- Birley, R. (1962). The library of Louis-Henri de Loménie, Comte de Brienne, and the Bindings of the Abbé Du Seuil. *The Library* 1962 s5-XVII, 17(2), 105-131.
- Carpallo Bautista, A. (2002). *Análisis documental de la encuadernación española: repertorio bibliográfico, tesauo, ficha descriptiva*. AFEDA.

- Carpallo Bautista, A. (2017). *Esbozos de la encuadernación artística española*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Checa Cremades, J. L. (2003). *Los estilos de encuadernación: (siglos III d.J.C.-XIX)*. Ollero Y Ramos.
- Díaz-Redondo, C., & Miguélez González, E. J. (2014). Panorámica de encuadernaciones históricas y artísticas en el Archivo y Biblioteca de la Catedral de Salamanca. In M. Casas Hernández (Coord.), *La catedral de Salamanca. De fortis a Magna* (pp. 2855-2980). Diputación Provincial de Salamanca y Cabildo Catedral.
- Díaz-Redondo, C., & Miguélez González, E. J. (2019). *Encuadernaciones artísticas en el fondo del Colegio de Monterrey: un estudio exploratorio* [Comunicación]. 2ª Jornadas de Gestión del Patrimonio Bibliográfico, Universidade de Santiago de Compostela. <https://repositoriorebiun.org/handle/20.500.11967/391>
- Doizy, M.-A. (1996). *De la dominoterie à la marbrure: Histoire des techniques traditionnelles de la décoration du papier*. Art et métiers du Livre/Éditions.
- Enciclopedia de la encuadernación*. (1998). Ollero y Ramos.
- Miguélez González, E. J. (2008). *La encuadernación artística de la Biblioteca Histórica de la Universidad de Salamanca: estilos y técnicas*. Universidad de Salamanca.
- Miguélez González, E. J. (2009). El influjo renacentista en las encuadernaciones de la Biblioteca Histórica de la Universidad de Salamanca. *Anales de Documentación: Revista de Biblioteconomía y Documentación*, (12), 181-208.
- Ministerio de Cultura de España. (2024). *El Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico del Ministerio de Cultura estrena nuevo OPAC*. <https://ccpbe.cultura.gob.es/CCPB/ccpbopac/>
- Morales Raya, R. (1980). *Biblioteca de la Curia granadina: impresos castellanos de los siglos XVI y XVII: selección de impresos castellanos del siglo XVIII* [Tesis doctoral inédita]. Universidad de Granada.
- Moreno Gallego, V. (2008). *Super Libros Reales: guía para la identificación heráldica en la Real Biblioteca*. Patrimonio Nacional.
- Moreno Gallego, V. (2012). Claves evolutivas en la encuadernación heráldica de Patrimonio Nacional. In M. L. Vildriero (Ed.), *Grandes Encuadernaciones en las Bibliotecas Reales: siglos XV-XXI* (pp. 75-94). Patrimonio Nacional.
- Morris, J., & Oldfield, P. (2012). *British Armorial Bindings – Interim Site*. British Armorial Bindings. <https://armorial.library.utoronto.ca/>
- Olivier, E., Hermal, G., & Roton, R. (1924). *Manuel de l'amateur de reliures armoriées françaises (tomo 10, plancha 1043)*. Ch. Bosse.
- Red de Bibliotecas de la Archidiócesis de Granada. (2024). *Catálogo Colectivo Redba Granada*. <https://www.redbagranada.es/>
- Rieux, G. B. de, & Barrois, J.-M. (1747). *Catalogue des livres de la bibliothèque de feu Monsieur le Président Bernard de Rieux*. chez Barrois.
- Vélez Celemín, A. (2012). *El marmoleado: del papel de guardas a la obra de arte*. Ollero Y Ramos.
- Yeves Andrés, J. A. (2008). *Encuadernaciones heráldicas de la biblioteca Lázaro Galdiano*. Ollero Y Ramos; Fundación Lázaro Galdiano.

Nota de agradecimiento

Esta investigación ha sido posible gracias al apoyo de D. Sergio Fajardo López, bibliotecario y archivero diocesano de Granada, y a la colaboración de D.^a Almudena Baena Martínez y D.^a Carmen Salido Martínez, bibliotecarias del Seminario Mayor “San Cecilio”, a quienes expresamos nuestra gratitud por su inestimable ayuda.

Monarquia e arquiépiscopado: As duas mortes de D. Diogo de Sousa, arcebispo e senhor de Braga (1505-1532)

Monarchy and archbishopric: The two deaths of D. Diogo de Sousa, archbishop and lord of Braga

ISABEL DOS GUIMARÃES SÁ

Professora Catedrática da Universidade do Minho, Departamento de História

isabeldosguimaraessa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5714-5188>

Artigo entregue em: 22 de abril de 2025

Artigo aprovado em: 1 de agosto 2025

RESUMO

As “duas” mortes de D. Diogo de Sousa (arcebispo: 1505-1532), a primeira quando se esperava a morte do arcebispo, que sobreviveu, e a segunda o seu óbito, permitiram ao rei D. João III intervir na execução do testamento. A documentação gerada pela intervenção dos oficiais régios, chefiados pelo seu irmão D. Henrique, permite também uma estimativa do rendimento da arquidiocese. A situação financeira crítica da coroa, sobretudo nos anos em que se decidia a questão das Ilhas de Moluco, fez com que o rei se mantivesse atento aos recursos económicos do arcebispado, com o intuito de os colocar ao serviço de membros da sua família.

PALAVRAS-CHAVE: Poder régio; Senhorios eclesiásticos; Rendimento da arquidiocese; Monarquia; Microanálise.

ABSTRACT

The “two” deaths of D. Diogo de Sousa (archbishop: 1505-1532), the first when he was expected to die, later recovering, and the second when he passed away, allowed King D. João III to intervene in the execution of his will. The documentation generated by the intervention of royal officials, led by his brother D. Henrique, also allows an estimate of the archdiocese’s income. The critical financial situation of the crown, especially in the years when the question of the Moluccan Islands was being decided, prompted the king to keep an eye on the economic resources of the archbishopric, with the intention of putting them at the service of members of his close family.

KEYWORDS: Royal power; Ecclesiastical lordships; Income of the archdiocese; Monarchy; Micro-analysis.

Analisaremos aqui as expectativas e tensões em torno da morte de um arcebispo do primeiro quartel do século XVI, D. Diogo de Sousa, arcebispo e senhor de Braga nos anos compreendidos entre 1505 e 1532. Analisaremos dois momentos distintos: o primeiro constituiu um rebate falso e no segundo o arcebispo faleceu. Na primeira ocorrência, o arcebispo estava muito doente e esperava-se a sua morte iminente, preparando-se o rei para evitar através da ação do corregedor de Entre Douro e Minho que criados e populares efetuassem um saque do paço arquiépiscopal; na segunda, o falecimento do arcebispo provocou a intervenção da coroa na execução do seu testamento prerrogativa que, ao que tudo indica, lhe competia.¹ Ambas as ocasiões permitem discernir as expectativas que o passamento dos arcebispos criava, não só entre os membros da sua casa, mas também ao nível da coroa, que ansiava pelo regresso da arquidiocese à sua mão. O direito canónico estipulava que a jurisdição transitasse para o cabido em sede vacante, devendo este nomear um vigário capitular até à entrada em exercício de novo bispo (Carneiro, 1896, pp. 166-170). Em Portugal, como é bem sabido, desde o reinado de D. Manuel I que o rei nomeava na prática os bispos do reino, que competia ao papa confirmar (Paiva, 2006, pp. 38-42). A cidade de Braga e seu termo constituíam, contudo, um senhorio eclesiástico, e, ao contrário dos senhorios

¹ Afirma Bernardino Carneiro, escrevendo em 1863, que a inventariação dos bens do arcebispo compete ao *governo* (1896, p. 376). Como veremos, a coroa fê-lo a seguir à morte do arcebispo D. Diogo de Sousa, pelo que se presume ser essa a tradição. Este e outros pontos da relação do direito canónico com a práxis da monarquia portuguesa necessitam ainda de estudo.

laicos onde a sucessão se fazia por via dinástica, a falta de um herdeiro imediato gerava um vazio de poder.

Em tempos de estado pré-fiscal, a outorga de terras e rendas constituía um dos principais recursos que os reis podiam utilizar para distribuir rendimentos e proceder a um delicado jogo de equilíbrios entre a coroa e as principais forças do Reino. No reinado de D. João III, as dificuldades económicas que se fizeram sentir pela década de 1530, agravaram-se quando o Tratado de Saragoça (1529) obrigou a pagar uma elevada soma a Carlos V pela cedência das ilhas de Moluco. A necessidade de dar estado aos seus cinco irmãos varões conduziu a uma acumulação de benefícios eclesiásticos em dois destes, o cardeal D. Afonso e mais tarde D. Henrique (Paiva, 2006, p. 121). É nessa lógica que devemos integrar a intervenção do rei D. João III no arcebispado de Braga.

A abordagem seguida neste artigo analisa as forças em confronto através de uma lógica de micro poderes, que encara vários atores em simultâneo, distinguindo entre aqueles considerados principais, o bispo e o rei, e os secundários, representados pelos agentes respetivos ou eventuais atores terceiros. Trata-se de um lugar de análise que privilegia a ação tal como ela é reportada nos documentos. No caso deste estudo, os atos que estes últimos referem têm particular incidência no desenrolar dos acontecimentos, e dizem respeito a lógicas confrontacionais que opunham os interesses do rei aos do arcebispo de Braga. A documentação, para além de resultados efetivos das ações dos dois atores principais, bispo e rei, permite discernir intenções numa configuração em que o rei, neste caso D. João III, tinha o arcebispado em mira para melhorar as finanças da coroa, mormente através da nomeação de um membro da sua família próxima como arcebispo. Pretende-se dissecar a anatomia de processos em que o rei, mau grado as limitações a que a sua interferência estava sujeita devido às prerrogativas senhoriais do arcebispado, teve alguma margem de manobra para interferir nas suas dinâmicas internas.

Começaremos por referir a trajetória do arcebispo D. Diogo e a forma como a historiografia tem analisado o tema, lançando em seguida um olhar sobre os seus poderes enquanto arcebispo de uma vasta arquidiocese, e senhor da cidade de Braga. Prosseguiremos com a abordagem dos dois momentos já referidos: no primeiro, temos a reação régia perante a expectativa da morte do arcebispo, e no segundo, as diligências da coroa por ocasião da morte de D. Diogo. Ambos deixam entrever as lógicas de atuação da coroa em momentos de viragem, em que lhe era possível exercer alguma influência sobre o arcebispado e o senhorio, embora, como se verá, em modalidades diferenciadas. Por último, analisam-se as informações sobre o

rendimento do arcebispado que os documentos gerados pela morte do arcebispo permitem conhecer.

Vida e obra de um arcebispo renascentista

D. Diogo de Sousa é uma figura conhecida, que dá o nome a várias instituições da cidade de Braga. Trata-se também de um personagem muito tratado na historiografia portuguesa, pelo impacto que teve na “modernização” urbanística da cidade (Bandeira, 2000; Maurício, 2000); na história de arte e arquitetura (Bessa, 2003, 2008, 2013, 2016; Martins *et al.*, 2021); nas encomendas de bens móveis, sobretudo alfaia litúrgica (Aguiar, 2012); pelo seu papel na fundação da Misericórdia e do principal hospital da cidade (Bessa, 2011; Paiva, 2014) e ainda pela sua importância na história da cultura letrada e do ensino (Costa, 1962, 1993; Nascimento, 1998). Apesar de serem conhecidas as divergências que por várias vezes causaram fricções entre o arcebispo e o rei, as relações entre a coroa e D. Diogo enquanto arcebispo e senhor da cidade ainda se encontram por estudar em profundidade.² Este trabalho abordará, no entanto, apenas os dispositivos acionados pela coroa perante a expectativa do seu passamento, ficando para outra ocasião o estudo das tensões entre o arcebispo e a coroa ao longo do período em que governou a arquidiocese e a cidade.

Pela importância que deteve enquanto arcebispo, a vida e obra de Diogo de Sousa encontra-se relativamente bem documentada (Cunha, 1989, pp. 287-305). Conhece-se a sua filiação na melhor fidalguia do reino: era filho do senhor de Figueiró e Pedrógão, João Rodrigues de Vasconcelos, e de D. Branca da Silva, filha de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior e de Ouguela. A avó paterna era filha de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, cujo brasão e nome D. Diogo usou.³ Contudo, a data e lugar do nascimento são imprecisos; talvez Figueiró dos Vinhos cerca de 1461 (Costa, 1962, p. 6; 1993, pp. 17-18). A trajetória de D. Diogo apresenta um cosmopolitismo relativamente comum aos altos dignitários da Igreja de inícios do século XVI: parece ter estudado em Paris e Salamanca, esteve

² São particularmente úteis para o estudo dos poderes em Braga os trabalhos de história medieval no período que antecede a prelatura de D. Diogo. Entre outros, os da autoria de José Marques (1988), e, mais recentemente, Raquel Martins (2024). Sobre as divergências de D. Diogo e o rei, sobretudo Costa (1962, 1993).

³ Dados genealógicos em Bessa (2008, p. 77), seguindo Moraes (1943, p. tomo I, vol. II, pp. 139-141).

em Roma por duas vezes em missões oficiais ao serviço do rei, ambas antecipando a sua nomeação como prelado: a primeira antes de ser escolhido para a diocese do Porto, que governou entre 1496-1505, e a segunda na embaixada de obediência ao papa Júlio II, regressando já como arcebispo de Braga. Aportado a Lisboa vindo de Roma, D. Diogo chegaria em outubro de 1505, altura em que se ateou a famosa peste que se prolongaria pelo ano de 1506, dando origem ao célebre massacre de cristãos-novos ocorrido na Páscoa desse ano (Góis, 1949, p. parte I, pp. 223 e 229). O arcebispo deve ter rumado a Braga pouco depois, porque a 22 de novembro de 1505 fez a sua entrada na cidade, onde viveria o resto da vida. Andava então à roda dos 44 anos de idade. Morreria na cidade em junho de 1532, tendo sido um dos poucos bispos portugueses que residiram de forma mais ou menos permanente nas suas dioceses durante as primeiras décadas do século XVI, a maioria preferindo acompanhar o rei e a sua corte, sendo apelidados bispos-cortesãos (Paiva, 2006, p. 209).

Os poderes do arcebispo: entre a arquidiocese e o senhorio da cidade de Braga

No tempo de D. Diogo de Sousa a arquidiocese de Braga cobria um vastíssimo território: eram 218 km de largura desde a foz do rio Neiva até à fronteira com Castela, em Paradela, e 110 de comprimento desde o rio Douro até à fronteira norte, em Bragança (Soares, 1997, pp. 17-18). Fronteiras que nada tinham de perenes relativamente aos arcebispos anteriores e posteriores. A começar pelo tempo da sua prelatura, dera-se uma reconfiguração importante do ponto de vista da homogeneização do território em 1512. Com efeito, D. Diogo trocava o arcediagado de Olivença (que incluía também as vilas de Campo Maior e Ouguela) com o bispo de Ceuta pela administração ou comarca de Valença, que correspondia às terras compreendidas entre os rios Minho e Lima (Almeida, 1968, vol. II, p. 597). De facto, foi entre 1512 e 1545 que a arquidiocese registou a sua maior dimensão, a ponto de nesta última data se constituir uma nova diocese a partir do seu território transmontano, a diocese de Miranda.⁴

No que toca à administração da justiça, em 1460 o arcebispado encontrava-se dividido apenas em duas comarcas, Braga e Trás-os-Montes. Todavia, na prelatura de D. Diogo, o arcebispado passaria a contar com quatro comar-

⁴ Sobre a reforma das dioceses levada a cabo por D. João III, Dias (1996).

cas: Braga, Valença, Vila Real e Chaves (Soares, 1997, p. 34). Entre as circunscrições do arcebispado, avultam as câmaras eclesiásticas, repartições que se ocupavam da administração da arquidiocese na vertente espiritual, com competências vastas e diversificadas, entre as quais a certificação e nomeação de clérigos para benefícios ou paróquias (Paiva, 2016a, p. 207). Não é fácil compreender a multiplicidade de circunscrições eclesiásticas existente, tanto mais que o Censual mandado elaborar por D. Diogo de Sousa entre 1508 e 1512, que se conhece por cópia de 1520, fala em igrejas e não em paróquias ou freguesias, podendo estas deter mais do que um templo, uma vez que o cômputo incluiu capelas, ermidas e mosteiros, ascendendo a um total de 1347. Entre estas, 459 eram da colação do arcebispo, que nomeava ainda 61 pessoas, entre dignidades da Sé de Braga e da comarca de Valença (chantres, arcediagos, mestres-escola, tesoureiros, prebendeiros e tercenários).⁵ Todo este território e as suas igrejas conferiam a D. Diogo de Sousa um imenso poder sobre os seus habitantes, sobretudo face ao clero da arquidiocese.

Além do governo da diocese, o arcebispo era senhor de Braga. O senhorio eclesiástico incluía a cidade e termo de Braga, bem como dezoito coutos, alguns deles bem distantes, situados em Trás-os-Montes, como o couto de Ervededo, junto a Chaves, o de Dornelas, junto à vila de Montalegre, e os de Provesende e S. Mamede de Riba-Tua, estes dois últimos perto de Vila Real.⁶ Durante os séculos finais da Idade Média, o estatuto do senhorio oscilou entre a tutela régia e o senhorio pleno do arcebispo, mero e misto império, que a coroa muitas vezes solicitou para si. No período que nos ocupa, as relações entre o arcebispo e o rei estavam reguladas pelo contrato de 1477, segundo o qual o senhorio tinha voltado a ser eclesiástico, pelo qual competia ao rei apenas a apelação dos feitos crime, — e não os do cível — bem como a cobrança de peitas e fintas quando as lançasse para todo o reino.⁷ O arcebispo detinha assim poderes plenos na nomeação de todo o oficialato da cidade, juízes, oficiais e tabeliães, e encontrava-se isento de correição.⁸ Dessa forma, as suas obrigações efetivas resumiam-se a

⁵ *Censual de D. Diogo de Sousa*, em cópia de 1520, excertos publicados por Costa, 1962.

⁶ Lista completa dos coutos em Costa, 1993, p. 40.

⁷ É melhor conhecida a turbulência política durante a segunda metade do século XV, relativa ao período anterior à chegada de D. Diogo (Costa, 1993, p. 43; Marques, 1983). Para a compreensão das oscilações de poder entre rei e arcebispo durante o período medieval, é fundamental a leitura da tese de doutoramento de Raquel Martins, que publica o contrato de 1474 (2024), de que citamos a p. 414.

⁸ Sobre o regime jurídico dos senhorios, Hespanha (1994, pp. 388-438).

reunir tropas para a guerra, ainda que devesse gratidão e lealdade ao rei pelo facto de a sua nomeação competir a este último.⁹

O arcebispo designava noventa e oito oficiais da cidade e arquidiocese: em Braga, indigitava dois alcaides-mores, três tabeliães, o carcereiro do secular, o juiz dos órfãos, o ouvidor, entre muitos outros; no segundo grupo, o provisor e vigário, seus imediatos no governo, os oficiais de justiça tanto eclesiástica como régia, os escrivães de muitos desses ofícios, e vários tabeliães.¹⁰ Elencamo-los aqui para precisar os vastos poderes do arcebispo, em matérias eclesiásticas, que lhe competiam pela sua natureza de prelado, mas também em muitas outras que julgaríamos prerrogativas de âmbito régio. Simultaneamente um servidor da Igreja e um agente político do rei (Paiva, 2006, p. 183), o arcebispo foi o principal interlocutor da corte enquanto senhor de Braga, e, embora por vezes tivesse resistido às tentativas de ingerência da monarquia, originando vários momentos de crispação em que defendeu as suas prerrogativas, manifestou sempre a sua gratidão para com os monarcas que serviu.

Enquanto senhor eclesiástico, o arcebispo intervinha nas dinâmicas internas da câmara municipal, em parceria com o rei; escolhia o ouvidor, que, depois da respetiva confirmação régia, teria a incumbência de lhe presidir. Rei e arcebispo partilhavam entre si a construção e manutenção dos edifícios da cidade: a este último competiam a casa da câmara, o açougue, e o mercado, enquanto só o rei poderia autorizar a instalação do pelourinho e da forca (Capela, 2004, p. 66). Neste contexto, leigos e eclesiásticos misturavam-se nas duas principais instituições da cidade. Sabe-se que na segunda metade do século XV eram frequentes as ligações pessoais e de parentesco entre oficiais da câmara, servidores do arcebispo e membros do cabido, verificando-se também que alguns desempenharam funções em mais do que uma dessas três instituições (Martins, 2015, p. 87-89).¹¹

Antes de prosseguir, deve ser salientada a reduzida dimensão demográfica da cidade e seu termo. Não existem cálculos fiáveis relativamente aos quantitativos populacionais, uma vez que as fontes existentes misturam fogos com habitantes. Não obstante, a população cresceu durante a prelatura de

⁹ “Carta de D. Manuel I para o arcebispo de Braga, mandar preparar gente com cavalo para partirem para África com D. Duarte [1513-03-29]”, Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa] (doravante AN/TT). (1513-03-29). Corpo Cronológico, parte I, mç. 12, n.º 95, código de referência: PT/TT/CC/1/12/95.

¹⁰ *Censual de D. Diogo de Sousa*, em cópia de 1520, excertos publicados por Costa, 1962, p. 44-53.

¹¹ Embora esta informação se reporte a um período anterior à presença de D. Diogo em Braga, não existem para já indícios que nos levem a supor que a situação tenha mudado.

D. Diogo de Sousa, talvez um indício de que as dinâmicas económicas que criou atraíram pessoas à cidade. É provável que o número de habitantes da cerca urbana em 1527 ficasse aquém dos quatro mil, e que o seu termo lhe acrescentasse cerca de cinco mil pessoas, em números redondos (Costa, 1962, p. 23).¹² Não se conhece muito sobre Braga no tempo de D. Diogo a nível de economia e sociedade, em contraste com uma abundante bibliografia sobre aspetos religiosos. A importância da cidade decorria em grande medida do seu passado romano, em que fora capital de província do império. Em 1505, a arquidiocese era já uma instituição milenar, que ditava a importância de Braga. No entanto, o que se sabe sobre a cidade no início do século XVI deixa entrever algum distanciamento da corte. As visitas que recebeu dos reis da dinastia de Avis resumem-se a uma breve passagem do rei D. Manuel I no regresso de Santiago de Compostela em 1502, e do futuro cardeal-rei D. Henrique, que estanciou alguns meses em Braga quando foi arcebispo da diocese (1533-1540), para nunca mais voltar.¹³ Que se saiba, foram as únicas presenças na cidade de reis em exercício ou futuros reis ao longo de todo o período moderno.

O arcebispo moribundo e o saque ritual

O episódio que narraremos ilustra as expectativas criadas pela morte do arcebispo. Reporta-se a uma carta dirigida ao rei, escrita no momento em que se esperava que D. Diogo morresse devido a doença grave, escrita em janeiro de 1523, na qual relata uma tentativa por parte de um grupo de pessoas não identificadas, entre criados do arcebispo e populares, de saquear o paço arquiépiscopal na presumida iminência da morte do arcebispo.¹⁴ O

¹² Cálculo efetuado multiplicando por 4,5 o número de fogos da cidade (848) e do termo (1091).

¹³ Ferreira (1931, pp. 358-359). A acreditar num documento posterior, o rei D. Manuel esteve na cidade quando do regresso da sua peregrinação de Santiago de Compostela ("Do sumário de testemunhas que se tirou, e porque consta, que o Senhor rei D. Manuel quando veio em romaria a S. Tiago de Galiza mandou baixar suas varas entrando em Braga", 9 de maio de 1570, ADB, Coleção Cronológica, doc. 1899). Sobre a romagem, ver Góis (1949, parte I, pp. 158-159), embora este não detalhe o itinerário do rei na volta da Galiza.

Quanto ao infante D. Henrique, foi inicialmente nomeado administrador da diocese, aos 21 anos, em 30 de abril de 1533, até ter idade para ser arcebispo, tendo entrado na cidade de Braga em 1537 (Almeida, 1968, vol. II, p. 598).

¹⁴ "Carta de António Correia, corregedor de Entre Douro e Minho, para o rei dizendo estar pronto para assistir à arrecadação dos bens do arcebispo de Braga" [Porto, 1523-01-09], AN/TT [Lisboa]. (data). Corpo Cronológico, parte I, mc. 29, n.º 3, código de referência: PT/TT/CC/1/29/3.

papel do corregedor, proibido de entrar na cidade exceto se convocado pelo arcebispo, resumia-se a reportar ao rei o que nela se passava, sendo-lhe necessário informar-se por espiões que colocava no seu interior. Esta prerrogativa senhorial limitava em muito a interferência régia, dado que coarctava a competência dos corregedores, oficiais de sua nomeação, em vigiar o exercício da justiça pelas instâncias locais.¹⁵

O ato de invadir os paços episcopais e de tentar roubar o seu recheio nada tinha de invulgar, embora não se conheça nenhum outro caso para território português. O vazio de poder deixado pela morte dos bispos era frequentemente pretexto para aquilo a que Carlo Ginzburg apelidou “saques rituais”, momentos em que a ordem política era subvertida dando a azo a comportamentos desregrados, próprios de momentos de suspensão das regras estabelecidas (1991). O roubo do recheio dos palácios também se registava na altura da morte dos papas, como sugere o exemplo da morte de Rodrigo Bórgia, Alexandre VI. Johan Burchard narra no seu diário que César Bórgia, filho deste, então impossibilitado por doença de comparecer junto do pai, ordenou aos seus homens que retirassem valores em prata e dinheiro dos seus aposentos, cujo acesso foi interditado de forma violenta aos demais, sendo o saque depois estendido aos criados, deixando ficar apenas algumas almofadas, tapeçarias apenas às paredes, e cadeiras de braços (1921, pp. 179-180).

O relato do corregedor de Entre Douro e Minho interessa por vários motivos. É um dos poucos documentos que narra acontecimentos sem os esconder através de fórmulas retóricas, descrevendo “comportamentos de bastidores”, para usar a expressão do sociólogo Erwin Goffman (1973). O corregedor referia que tinha recebido do rei um regimento a participar-lhe como devia proceder em caso de morte do arcebispo o que confirma que o saque era uma possibilidade efetiva, e o representante do monarca devia estar pronto a intervir.¹⁶ Não tendo o rei jurisdição sobre a cidade de Braga, senhorio eclesiástico, o seu corregedor devia permanecer no seu exterior. Por essa razão António Correia dizia ter-se instalado em Prado, que, segundo afirmava, era o lugar de sua jurisdição mais próximo da cidade. O arcebispo, doente, chamara-o e pedira-lhe proteção contra o eventual saque, dizendo que tinha feito testamento e lhe queria entregar os seus bens móveis em dinheiro e prata, a cuja inventariação já procedera. Contudo, o corregedor afirmava que alguns

¹⁵ Ordenações Manuelinas (1984, p. livro I, tit. XXXIX, pp. 247-269).

¹⁶ Ver nota 1, que esclarece, ainda que subsistam dúvidas sobre estes processos, as competências régias na morte dos arcebispos. O regimento referido pelo corregedor não foi encontrado.

criados mais influentes de D. Diogo o tinham imediatamente demovido do seu propósito. Em resposta, e prevendo o pior, António Correia tinha-se deixado ficar na cidade “dissimuladamente”. Como se verá, os acontecimentos seguintes dar-lhe-iam razão. Esta passagem é importante, porque esclarece que a presença do corregedor no interior de Braga podia ocorrer apenas se chamado pelo arcebispo, e era limitada à audiência concedida por este.

Conta ainda o corregedor que os criados, julgando o arcebispo morto, uma vez que apenas o físico tinha acesso à sua câmara, começaram a movimentar-se para recolher o que podiam; no entanto, a possibilidade de saquear o paço tinha atraído outros homens, e gerou-se a confusão, dando origem a uma rixa entre eles (jogando “às punhadas por apanharem seu quinhão”). O corregedor interveio então, conseguindo pacificar o motim já de madrugada, duas horas depois da meia noite. Entretanto, o arcebispo tinha redigido, a instâncias dos homens de sua casa, uma cédula em que ordenava que no dia seguinte à sua morte o provisor e o protonotário repartissem quatro mil cruzados pelos criados. O corregedor, no entanto, argumentando que o dinheiro seria mal repartido, conseguiu que o arcebispo admitisse que tinha feito a cédula contra sua vontade e a inutilizasse. É importante ainda notar que os bens do arcebispo eram referidos pelo corregedor como sendo “fazenda de Sua Alteza”, uma vez que os oficiais da coroa detinham a tutela sobre a parte dos espólios episcopais correspondente aos bens da mitra, sendo da competência do corregedor efetuar as diligências necessárias à sua transmissão (Paiva, 2016b, pp. 398, 455). Não obstante as limitações de ordem jurisdicional derivadas do estatuto de senhorio eclesiástico da cidade de Braga, o rei não só estava atento ao que se passava no paço arquiépiscopal, como conseguiu intervir de forma eficaz através do seu corregedor.

Escapou arcebispo à morte, e viveu mais nove anos; o corregedor evitou o pior, e o rei não saiu prejudicado na sua “fazenda”. António Correia prosseguira em seguida para o Porto no desempenho do seu ofício, de onde escreveria ao rei o relato que acabámos de referir. Para obviar a ulteriores riscos, afirmava ter deixado homens dissimuladamente na cidade depois da sua partida, porque o arcebispo era “muito velho”.

Capela e testamento

Alguém já chamou, no seguimento dos trabalhos de Jacques Le Goff (1991), Lester K. Little (1978), e também de Jacques Chiffolleau (2011), a atenção para a importância dos recursos económicos consagrados pelos

indivíduos à salvação eterna, a “economia da salvação”.¹⁷ Com efeito, torna-se difícil perceber as economias anteriores aos inícios do século XIX sem ter em conta que a riqueza se concentrava em quantidades muito significativas nas instituições religiosas, e só depois circulava em outros circuitos económicos. Rendas de bens imóveis e dinheiro eram dedicados a assegurar celebrações litúrgicas que tinham como principal objetivo encurtar os tempos de estadia no purgatório. A crença na salvação da alma tinha como consequência a concentração de propriedade em instituições religiosas, aumentando o seu poderio económico. Existiam duas formas fundamentais de transferência de recursos para as instituições encarregadas de zelar pela salvação eterna do defunto: a fundação de capelas, ou a transmissão de bens no testamento, fazendo das almas herdeiras universais, ou legatárias de parte do património do defunto (Araújo, 1997; Rosa, 2012). As instituições de capelas deviam ser efetuadas através de escritura notarial e podiam incluir a construção de espaços próprios, como se verificava no caso de D. Diogo, ainda que muitas vezes dissessem respeito apenas à instituição de missas e outros serviços litúrgicos. Os contratos de fundação de capelas podiam ser independentes dos testamentos, embora os testadores pudessem aproveitar este último para as fundar, articulando os dois processos.

D. Diogo, no entanto, operou uma separação clara entre o contrato de fundação da capela e testamento. No primeiro, tratou do *locus* onde decorreriam as celebrações em prol da salvação da sua alma, os serviços religiosos com carácter de perpetuidade. Para o segundo, D. Diogo reservou os aspetos transitórios: a organização do seu funeral, os assuntos relacionados com o pagamento a criados e oficiais ou as dívidas pendentes, e todas as mais despesas, não necessariamente de carácter sagrado. A escritura da capela foi feita dois anos antes de morrer, em 4 de maio de 1530.¹⁸ Nela declarava que a capela se encontrava já construída: não raro acontecia os indivíduos validarem obras em curso apenas nos momentos que julgavam adequados ou prementes. O arcebispo sentia que era tempo de formalizar o que vinha fazendo há muito tempo — desde 1513, a crer na lápide que ainda se encontra na capela, ou 1508, tomando como certa a referência que se lhe faz no regimento do Hospital de S. Marcos (Sá & Paiva, 2004, p. 41).

¹⁷ Entre os trabalhos que utilizam abordagem semelhante, Araújo (1997) e Davis (2019).

¹⁸ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB). (1531-01-01). Instituição da Capela de Jesus da Misericórdia e Senhora da Piedade sita nos claustros da Sé de Braga, Mitra Arquiepiscopal de Braga – Registo Geral: 1353-1856 – Registo Geral: 1758/1759, 1 cad., código de referência: PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/060664.

A instituição da capela precedeu a elaboração do testamento, que D. Diogo viria a efetivar apenas poucos meses antes da morte. A prioridade que lhe concedeu não espanta, uma vez que D. Diogo tecia considerações no início da sua escritura que iam muito para além da intenção de dispor dos seus bens terrenos:

[...] donde fica claro a grande obrigação, que temos e devemos de ter, assim em nosso entendimento e vontade, como em fazer obras santas, e virtuosas especialmente os prelados, que são ministros de Deus sobre a terra, e obrigados por virtuosa vida, e exemplo fazer entrar as almas a eles encomendadas naquela vida que não tem fim. E porque eu conheço minhas culpas, erros, e negligências passadas, e assim que não fui digno nem merecedor deste dinheiro que me foi dado para com ele negociar a fazenda de Deus vendo-me agora entrar em idade de setenta anos pela qual se diz que o mais para diante é trabalho e dor [...]¹⁹

Este excerto demonstra uma acentuada consciência das suas obrigações enquanto prelado por parte de D. Diogo de Sousa, bem como o carácter sagrado que atribuía à sua riqueza, que lhe tinha sido concedida para “negociar a fazenda de Deus”, objetivo que a sua muita idade tornava premente.

O teor da escritura, pelas suas motivações religiosas, esclarece a precedência que lhe foi dada em relação ao testamento. Algumas das muitas celebrações eucarísticas da capela tinham por intuito rezar pela alma dos reis de Portugal, a quem D. Diogo começava por manifestar gratidão pelos reis que servira — D. João II, D. Manuel I e D. João III — enumerando as honras que deles tinha recebido. D. João II, que o tinha feito deão da capela real e por cuja recomendação fora nomeado bispo do Porto pelo papa; D. Manuel I, que, quando do seu segundo casamento, o tinha feito capelão da rainha D. Maria, e o enviara a Roma a dar obediência ao papa Alexandre VI; D. João III, por sua vez, quando casara com Catarina de Áustria, nomeara-o capelão-mor. Relembrava D. Diogo todas estas benesses no intuito de as agradecer e se mostrar reconhecido, mas também de pugnar pelo bem-estar espiritual dos três monarcas.

O arcebispo manifestava o desejo de ser enterrado na capela, dando conhecimento de que a sepultura estava já construída. Interditava, no entanto, outras inumações que não as dos capitulares da Sé no seu interior, e

¹⁹ ADB, Instituição da Capela de Jesus..., fls. 1v-2 (sublinhados nossos).

informava que algumas dignidades e cónegos já aí jaziam. A capela haveria de ter cinco sacerdotes de missa ao seu serviço exclusivo, de preferência sabendo latim, com um deles a coordenar e vigiar as obrigações dos restantes. Incluía também um sacristão, com ordens menores, que teria a seu cargo toda a manutenção dos bens materiais da capela, incluindo as pratas respetivas, tanger os sinos, fazer hóstias, com um ordenado anual de quatro mil réis. E ainda, a promessa de que se tomasse ordens sacras, ocuparia um dos lugares de capelão. O registo esclarece que as capelas dos arcebispos D. Gonçalo Pereira (arcebispo: 1326-1348) e D. Lourenço Vicente (arcebispo: 1374-1397) não tinham sinos, o que demonstra a vontade de D. Diogo em ultrapassar os seus antecessores em matéria de visibilidade. Tangê-los implicava alguma coordenação, pelo que o arcebispo regulamentava em testamento o seu toque de modo a não se sobrepor ao dos sinos da catedral, fazendo-os soar antes ou depois destes últimos.

Todas as horas canónicas, sem exceção, se rezariam na capela. Haveria duas missas diárias; a primeira seria de *requiem*, acabada a hora de prima, com um responso no final, durante o qual se rezariam três orações: a primeira por alma dos reis de Portugal já falecidos, a segunda pela do arcebispo, e a terceira pela de todos os fiéis defuntos. Já a segunda missa obrigatória incluiria também três orações: a primeira seria relativa à festa do calendário litúrgico a que dizia respeito; a segunda pelo rei D. João III e pelos reis de Portugal vindouros, e, finalmente, contra os perseguidores da Igreja, o que não deixava de ser adequado a tempos de contestação protestante. Além destas missas diárias, haveria quatro missas cantadas por semana. Uma delas, que teria lugar às quartas-feiras, assumia um significado especial: seria celebrada “pelos confrades, e benfeitores da misericórdia enquanto a dita confraria durar, porquanto nós ordenamos esta confraria, e a fizemos assentar, e celebrar seus ofícios nesta capela de Jesus da Misericórdia, que fundamos de novo”²⁰. É esta uma afirmação cabal de que foi o arcebispo que fundou a confraria cuja criação José Pedro Paiva situou por volta de 1512-1513 (2014), e de que esta se confundia com a própria capela fúnebre de D. Diogo. No entanto, como referido, a Misericórdia é já mencionada em 1508, no regimento que o arcebispo deu ao novo hospital de S. Marcos.

D. Diogo viveria cerca de ano e meio depois da escrituração da sua capela, tendo feito testamento a 14 de novembro de 1531²¹. Fê-lo através de documento cerrado, isto é, cosido com linha branca e selado com cinco

²⁰ ADB, Instituição da Capela de Jesus...”, fl. 4v.

²¹ Publicado por Maurício, 2000, vol. II, pp. 305-315.

sinetes postos em cera vermelha com as armas do arcebispo. Este tipo de testamento permanecia secreto até depois do falecimento do seu autor, e nem o notário tinha conhecimento do seu conteúdo, limitando-se a assinar por fora juntamente com outras seis testemunhas. No caso vertente, o tabelião limitou-se a perguntar ao arcebispo se o pequeno embrulho era de facto o seu testamento, o que este confirmou, afirmando também existir outro exemplar idêntico, sendo as duas cópias guardadas em lugares diferentes. No interior do testamento, declarava D. Diogo ter sido o único que tinha escrito em toda a sua vida, e que assim que falecesse deviam encarregar uma pessoa para o levar a el-rei²². Estes cautelosos procedimentos indiciam um ato premeditado, em que o arcebispo não só blindava o conhecimento do seu testamento a terceiros, como se precavia contra eventuais falsificações. Precauções que não estranham, dada a cobiça, que, como vimos, os bens dos prelados suscitavam.

A seguir à invocação, parte obrigatória em qualquer testamento, D. Diogo tratava de assuntos terrenos: nomeava os seus testamenteiros (em número de cinco); ordenava e regulamentava o pagamento das moradias e serviços aos seus criados após o funeral e descrevia os seus procedimentos de contabilidade no registo de rendas e dinheiros, bem como as despesas, entre outros assuntos. Os testamenteiros eram quase todos membros do clero: dois pertenciam à sua parentela, sendo designados por sobrinhos: o deão de Coimbra, Jerónimo Rodrigues Ribeiro, e António de Menezes. Os três restantes eram os seus imediatos na hierarquia do governo do arcebispado: o provisor, o doutor João de Coimbra, o vigário, o doutor Rui Gomes, e João Carneiro, mestre-escola e seu camareiro.

O corpo de D. Diogo seria inumado em pontifical e mitra, com o hábito de S. Francisco por baixo, com cordão e descalço, vestido diretamente sobre o corpo despido, isto é, sem camisa. Vinham em seguida as disposições relativas aos seus rituais fúnebres: os ofícios, as missas, os trintários, mas também a vinculação de numerosos figurantes. D. Diogo convocava para as suas cerimónias fúnebres doze disciplinantes *vestidos*, isto é, indivíduos totalmente cobertos por lobs que seguiriam o cortejo autoflagelando-se; a

²² Esta afirmação contradiz o que se referiu para a “primeira morte” do arcebispo, em que este declarou ao corregedor ter feito testamento (ver alínea “O saque ritual”). É provável que, a ter existido, o próprio arcebispo o tenha destruído, ou que se tratasse de um documento informal, que o arcebispo oficializou apenas em 1531, ano também referido no interior do documento, quando D. Diogo afirmou ter pago aos seus criados até ao S. João anterior (Maurício, 2000, vol. II, p. 310). Não era raro que os testadores tivessem os seus testamentos prontos, ou pelo menos preparados, para os rematarem nas ocasiões que considerassem adequadas.

confraria da Misericórdia, como se disse instalada há décadas na sua capela de Jesus, receberia duzentos cruzados (80.000 reais), para comprar pão para distribuir pelos pobres; todos os seus criados, assim moradores como aposentados (os que não viviam no paço) receberiam dó e um mês de moradia. Constituíam um velho costume senhorial conceder aos dependentes meios para fazer face às despesas do luto, oferecendo-lhes vestuário, ou tecidos, ou pagando em espécie. No caso, os criados receberam em dinheiro, enquanto os oficiais receberam tecidos para “panos de dó”. Em especial, muitos homens e mulheres do povo foram agraciados com os panos que tinham servido para tapar a sepultura do defunto, que viriam a ser retirados depois de cumprido um ano do seu falecimento.

O testamento constituía ocasião de abundantes dádivas de esmolas aos mais variados tipos de pobres da época, na sua maioria distribuídas por ocasião do funeral. Também o grupo dos pobres se constituía em categorias diferenciadas e hierarquizadas, porque se escolhia entre eles e se lhes ofereciam esmolas, também em espécies variadas. Estas divisões implicavam uma seleção dos pobres consoante o seu merecimento, que podia dizer respeito ao seu estatuto social. Vinte e quatro pobres, doze homens e doze mulheres, seriam vestidos dos pés à cabeça: eles com lobs, pelotes, becas e carapuças, elas com hábitos e mantilhas. Outros pobres seriam agraciados, em número de cem homens e cem mulheres, desde que assistissem às missas ou ofícios por alma do arcebispo.

Os rituais fúnebres de D. Diogo, tal como os do período medieval, incluíam vários momentos fundamentais: o dia do enterro, o mês e o ano, em consonância com o que se julgava serem as principais etapas da decomposição do corpo (Mattoso, 1996, p. 221). Este número significativo, de duzentos pobres, foi arrolado em lista entretanto desaparecida, e a distribuição das esmolas coube ao então provedor da Misericórdia, Fernão Boto (Maurício, 2000, vol. II, p. 401). Nada foi deixado ao acaso, quer por razões de contabilidade, quer para fixar a identidade dos pobres selecionados para receber a esmola nesses três momentos distintos. D. Diogo agrupou os restantes recetores de caridade que incluiu no seu testamento em várias outras categorias: alforriou todos os seus escravos, deixou resgates de quinze mil reais cada para resgatar doze cativos, e ajudas de casamento de igual quantia para doze raparigas pobres de boa fama, desde que efetivassem o matrimónio. Outras esmolas consistiram em doar panos de armar para a sé catedral, colchões e roupas de cama para o hospital de S. Marcos e para os frades de S. Frutuoso.

O arcebispo considerava ainda no seu testamento a doação de ornamentos para a catedral, comprados com o remanescente dos legados. D. Diogo

dispunha ainda de uma capela privada, a “de casa”, cuja prata deixava à Sé. Ainda entre os seus legados, duas cruzes de prata, uma para a igreja de Viana da Foz do Lima e outra para a de Valença (a primeira, de resto, já encomendada). A prioridade concedida tanto a benfeitorias caritativas como ao apeirechamento de objetos litúrgicos, em detrimento de parentes, estava de acordo com o *ethos* do arcebispo. Apesar de poder nomear herdeiros, D. Diogo não pretendia beneficiar a sua família em testamento, preferindo colocar os seus bens ao serviço da “fazenda de Deus”, pelo que a família de sangue foi contemplada de forma discreta. D. Diogo deixou como legatários apenas dois dos seus parentes: legou cem mil réis a sua irmã D. Catarina, e apenas vinte mil a uma sobrinha, D. Lucrécia, então no convento de S. Clara do Porto. Somas substanciais, mas que ficavam muito aquém dos bens que ficaram por morte do arcebispo. Baltasar Carneiro, capelão e camareiro do arcebispo, por sua vez, receberia todas as suas roupas e objetos pessoais, contanto que não fossem de ouro ou prata.

A execução das últimas vontades

De quando D. Diogo morreu, quase dez anos depois da já distante noite de 1523 em que o corregedor impedira o saque do paço arquiiepiscopal, subsistem numerosos atos notariais que formalizam a execução do seu testamento, documentando de forma oficial os procedimentos relativos ao cumprimento das disposições nele contidas. Era a D. Henrique, irmão mais novo do rei, futuro bispo de Évora, cardeal e rei de Portugal, que a gente do arcebispo defunto viria a ter de prestar contas. Na altura era um jovem sem idade para ser arcebispo — tinha 21 anos —, mas fora nomeado administrador da arquidiocese em finais de abril de 1533, ainda que exercesse essa função de longe, por intermédio dos seus agentes. O mais importante de entre eles foi Francisco de Babo, residente em Braga, que desempenhara já as funções de recebedor do arcebispado em vida de D. Diogo de Sousa, agora encarregue de apresentar contas ao infante D. Henrique, que constituiria o seu principal interlocutor e da corte régia no período em que a execução do testamento decorreu.²³

²³ “Carta de Francisco de Babo, recebedor do arcebispo de Braga, ao secretário de Estado sobre continuar a sua ocupação de recebedor e arrendar as terras do dito arcebispo, sem embargo de ser morto o arcebispo” [1532-07-17], AN/TT [Lisboa]. (1532-07-17). Corpo Cronológico, parte I, mc. 49, n.º 46, código de referência: PT/TT/CC/1/49/46. Sobre as contas da execução do testamento que enviou por ordem do infante D. Henrique (Maurício, 2000, vol. II, pp. 315-316).

A coroa arrestou todos os bens de D. Diogo a seguir à sua morte, e o corregedor elaborou um inventário que enviou ao rei, aguardando em seguida ordens deste para começar a pagar dívidas contraídas, mas também moradias e serviços dos membros da casa. O intervalo entre a morte, o inventário e a ordem do rei para se proceder a pagamentos criou algumas tensões no arcebispado. A 7 de julho de 1532, o provisor e o corregedor enviaram o inventário, e chamaram a atenção do rei para o “desamparo” em que se encontravam aqueles que precisavam de ser pagos.²⁴ Ainda durante o mesmo mês, a 28, o provisor queixava-se amargamente ao rei de que o corregedor apesara toda a fazenda do arcebispo. Em primeiro lugar, insinuava que D. Miguel da Silva, bispo de Viseu (1526-1547), ficava com as cartas que dirigia ao rei, por ser parente chegado do defunto arcebispo, de quem era primo direito. E, o que era grave, o corregedor tinha congelado todos os bens do arcebispo, e não tinha ficado um único real para pagar as despesas do enterro e do saímento, no montante de cem mil reais, que se tinham ficado a dever. Também os criados não tinham sido pagos, e o provisor pedia que ao menos o rei desse ordem para pagar as despesas fúnebres. Havia ainda as tenças dos desembargadores, do vigário-geral (no valor de vinte mil reais cada), e do próprio signatário, o provisor, que estavam por pagar.²⁵

O provisor comentava ainda o estado de saúde dos cinco testamenteiros. A situação não era brilhante: o vigário-geral, o doutor Rui Gomes, estava velho e doente, João Carneiro, mestre-escola e camareiro, tinha falecido, António de Menezes estava acamado há nove meses. Quanto ao deão de Coimbra, Jerónimo Rodrigues Ribeiro, apesar das muitas cartas que lhe tinha escrito, não tinha sequer vindo ao arcebispado. Quanto ao testamenteiro que assinava a carta, o provisor do arcebispado, o doutor João de Coimbra, há mais de um ano que o seu estado de saúde não lhe permitia cavalgar besta. Um panorama desolador, que dá conta das contingências que processos deste tipo enfrentavam, peçados de obstáculos, e dando origem a demoras e dificuldades. A execução do testamento de D. Diogo confirma a ausência de dois dos cinco testamenteiros, o pagamento de trinta mil reais a António de Meneses, e aos doutores João de Coimbra e Rui Gomes (Maurício, 2000, vol. II, p. 406).

²⁴ “Carta do provisor de Braga dando parte ao rei remeter ao mesmo senhor o inventário da fazenda e dinheiro que se achou por morte do arcebispo e que não tinha dado cumprimento a coisa alguma dos seus legados enquanto Sua Alteza o não determinar” [1532-07-07]. AN/TT [Lisboa]. (1532-07-07). Corpo Cronológico, parte I, mç. 49, n.º 41, código de referência: PT/TT/CC/1/49/41.

²⁵ “Carta do provisor de Braga dando parte ao rei da morte do arcebispo e que o corregedor tinha apreendido toda a fazenda do dito arcebispo” [1532-07-28]. AN/TT [Lisboa]. (1532-07-28). Corpo Cronológico, parte I, mç. 49, n.º 51, código de referência: PT/TT/CC/1/49/51.

Era habitual a coroa proceder desta forma, arrestando todos os bens dos bispos, e vigiando a execução do seu testamento (Paiva, 2016b, pp. 398, 455). As idas e vindas dos caminheiros à corte representaram uma despesa significativa da execução do testamento. António de Menezes, um dos testamenteiros, cobrou-se até das estadias que fez na corte para tratar de assuntos relativos ao testamento, recebendo a soma substancial de sessenta mil reais, a acrescentar aos trinta mil já embolsados (Maurício, 2000, vol. II, pp. 425-427).

Quanto valia o arcebispado de Braga?

D. João III mandou elaborar uma estimativa do valor das rendas do arcebispado no ano anterior ao da morte do arcebispo, embora não se saiba se o documento foi escrito antes ou depois da morte deste, porque não se encontra datado, nem assinado.²⁶ As duas possibilidades encontram-se em aberto: por um lado, a muita idade do arcebispo (que já tinha estado às portas da morte em 1523), permitia pensar que a nomeação de outro arcebispo estaria para breve; por outro, o ano a que pertencem os rendimentos, anterior ao da morte de D. Diogo, deixa supor que se pode tratar de uma estimativa elaborada depois desta última, mas referente ao ano anterior. O interesse de D. João III em apurar o rendimento da arquidiocese não levanta dúvidas. O rei, a braços para dar *estado* aos seus muitos irmãos (Buescu, 2008), tinha a arquidiocese no seu horizonte próximo e queria saber quanto valia. De facto, D. João III nomearia para a prelatura bracarense o seu irmão D. Henrique (arcebispo: 1533-1539), e mais tarde o seu filho natural, Duarte (arcebispo: 1542-1543). A década de 1520 fora também particularmente difícil para o rei, a braços com a questão das Ilhas de Moluco, que implicou a compra destas a Carlos V por uma soma avultada. Nessa ocasião D. João III pediu uma contribuição de dez mil cruzados a D. Diogo de Sousa, que declarou não possuir essa soma, ficando-se pela entrega de dois mil cruzados em dinheiro, completando-a através da oferta ao rei de mais de oitenta e seis quilos em prata da sua mesa.²⁷

²⁶ “Rol do rendimento que tem o Arcebispado de Braga” [1531-01-01]. AN/TT [Lisboa]. (1531). Corpo Cronológico, parte II, mc. 166, n.º 57, código de referência: PT/TT/CC/2/166/57.

²⁷ Carta do arcebispo D. Diogo de Sousa ao rei de 11 de novembro de 1528, em *As Gavetas da Torre do Tombo* (1964, pp. IV, 108-109). O inventário das peças então doadas encontra-se publicado em Costa (1993, pp. 86-89).

O autor anónimo do documento tinha perfeita noção da variabilidade do rendimento, e estimou-o em números redondos, exceto quando pôde avançar quantitativos mais precisos. A tabela 1 segue a estrutura do documento que lhe está na base. Os rendimentos do arcebispado foram divididos em três categorias: as rendas recebidas em Braga pelo arcebispo (num total de 5 206.229 reais), as dos “vodos” (correspondentes a 410.000 reais), que este não cobrava, e as “apartadas”, isto é, aquelas que eram recebidas diretamente por pessoas a quem ele as tinha outorgado, e que, portanto, não passavam pelo paço episcopal (equivalentes a 560.000 reais). No total, o documento estimava a renda anual do arcebispado em 6 176.229 reais (cerca de 15.450 cruzados).

	Montantes (reais)	Géneros (medidas)
Rendas recolhidas pelo arcebispo		
Arrendamento do arcebispado	4 370.279	
Chancelaria do arcebispado, em Braga	±140.000	
Chancelaria e confirmações de Valença	60.000	
Celeiro de Braga	337.050	6741
Rendimento das Câmaras		
S. Vítor (Braga)		1344
S. Martinho de Dume (parte do arcebispo)		857
S. Frutuoso		739
S. Estêvão de Penso		628
Soma destas medidas	180.900	3518
Câmara de Moure	30.000	
Cera de Dornelas	18.000	
Vinha, palha e lenha, em casa	70.000	
Rendas de vodos (não cobradas)		
Idem, comarca de Braga	300.000	
Idem, comarca de Vila Real	110.000	
Pagamentos diretos a particulares	520.000	
Chancelaria miúda de Bragança	25.000	
Chancelaria miúda de Vila Real	7.000	
Chancelaria miúda de Chaves	8.000	
Total	6 176.229	

Tabela 1 - Rendimento do arcebispado de Braga em 1531.

Fonte: “Rol do rendimento que tem o Arcebispado de Braga”. Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa]. (1531-01-01). Corpo Cronológico, parte II, mç. 166, n.º 57, código de referência: PT/TT/CC/2/166/57.

O arcebispado dividia-se em várias áreas de recebimento de rendas, sendo a mais importante a de Braga (ver tabela 1). O documento listava em primeiro lugar o contrato das rendas respetivas, o que permite concluir

que, tal como muitos senhores da época e tal como faziam os demais bispos, o arcebispo delegava a sua cobrança em rendeiros. Em seguida, referiam-se as “medidas” (provavelmente de pão, embora o documento seja omissivo quanto aos cereais ou produtos em que poderiam consistir).²⁸ O documento referia também as rendas das chancelarias: a do arcebispo rendia a soma variável de 140 mil reais, uma vez que o autor do documento afirmava que era necessário esperar pelo fim do ano para apurar o valor total, uma vez que este dependia do total de documentos exarados. No arcebispado de Braga, a burocracia constituía uma fonte de rendimentos não negligenciável. As chancelarias de Valença, Bragança, Vila Real e Chaves, embora as três últimas fossem concedidas diretamente aos vigários respectivos, rendiam um total de 85 mil reais. Havia também os “vodos” que o autor da estimativa afirmou não se cobrarem, embora fossem devidos ao arcebispo, estimados num total de 410 mil reais. Não sabemos em que consistiam estes pagamentos, mas Santa Rosa Viterbo (1769) alude a antigos diretos arquiépiscopais — “votos” — devidos ao arcebispo em “vodos” de pão, vinho, e outras exações sobre enterros e impostos de transmissão de propriedades dos defuntos, supostamente recolhidos pela clerezia do arcebispado e entregues ao prelado. Por fim, o autor do documento enumerava as rendas que iam diretamente para pagar a pessoas a quem o arcebispo as concedia, num valor total de 560 mil reais. Eram nove pessoas, entre as quais poucas se podem identificar, com exceção da irmã do arcebispo, D. Catarina, então viúva do cronista Duarte Galvão, e D. Diogo de Sousa (provavelmente o seu filho ilegítimo), que recebia o maior montante (110.000 reais).²⁹

Os rendimentos do arcebispo de Braga ficavam muito aquém dos de Évora, calculados em cerca de 13,4 contos relativamente ao ano de 1565 (34 anos depois dos de Braga), razão que, de resto, esteve também na base da decisão do rei, em 1540, de a transformar num arcebispado. O próprio D. João III admitiu então que a recém-criada arquidiocese de Évora dispunha de rendas muito superiores às de Braga, cidade que o rei reconhecia também ser mais pequena e menos populosa do que a primeira. De resto, as vozes eram unânimes em reconhecer a supremacia eco-

²⁸ Não nos foi possível convertê-las em unidades de medição atuais, mas o valor atribuído por unidade foi de cinquenta reais.

²⁹ Contudo, D. Rodrigo da Cunha refere que este filho se chamava Pero e não Diogo (1989, p. 305). Sobre a irmã de D. Diogo de Sousa, D. Catarina da Silva, segunda mulher de Duarte Galvão e então sua viúva, Morais (1943, tomo I, vol. II, p. 141).

nómico-financeira da nova arquidiocese eborense (Polónia, 2005, pp. 74, 91-92). Por certo, Évora era por esses anos uma cidade de corte, razão que por si só ditava a sua importância não só económica, mas também política. Razões que, de certo modo, também motivaram a transferência para a diocese de Évora do irmão do rei, o infante D. Henrique, arcebispo de Braga, assim que esta vagou por morte do seu também irmão o cardeal D. Afonso em 1540 (Paiva, 2007).

O arcebispo parece ter tido uma noção clara de que os rendimentos da arquidiocese deviam ser reinvestidos para benefício desta, pelos investimentos que fez durante a sua prelatura. É certo que tinha a preocupação de colocar as suas armas nas peças de prata que encomendou, ou nos edifícios mandados construir, mas todas essas obras se destinavam a permanecer na diocese. Atos de engrandecimento próprio, sem dúvida, mas que também podem ser vistos como assinaturas, constituindo assim marca perene do seu encomendador. De resto, a obra do arcebispo em prol da cidade foi memorializada nos anos seguintes à sua morte pelo seu secretário, o cônego Tristão Luís, falecido em 1565, que pretendeu valorizar para a posteridade a ação do arcebispo, escrevendo um extenso rol das construções que o arcebispo tinha mandado edificar ou reparar, bem como das alfaias litúrgicas adquiridas.

É singular que D. Diogo tivesse sempre pugnado por colocar a riqueza acumulada ao serviço de Deus e do rei. A mesma atitude se pode observar em todo o seu mecenato, numa atuação de que o próprio era consciente, ao afirmar que tinha transformado uma aldeia de barro numa cidade de pedra, investindo tempo e dinheiro.³⁰ A escala das obras realizadas pressupõe igualmente uma administração capaz do arcebispado e das suas rendas. É nesse contexto que deve ser entendido o censal que organizou, destinado a tomar contas aos rendimentos a cobrar. A riqueza que o arcebispo conseguira acumular, contudo, deve ser entendida numa lógica económica que privilegiava a salvação da alma em detrimento dos bens materiais, que só podiam ser usufruídos durante uma vida breve, por um “hóspede de poucos dias”, para usar as suas próprias palavras.³¹ Por essa razão, declarou não ter um só palmo de terra, nem estar interessado em deixar heranças. Raro num homem que, apesar de tudo, pertencia à primeira nobreza do Reino.

³⁰ ADB, *Rerum Memorabilium*, II, fls. 106-106v, publicado em Costa, 1993, p. 83.

³¹ ADB, *Rerum Memorabilium*, III, fls. 178-179, publicado em Costa, 1962, p. 39.

Os meandros da ingerência régia nos momentos anteriores ou posteriores à morte do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa não deixam dúvidas sobre a dificuldade de a monarquia intervir na cidade em vida deste. Por várias vezes o arcebispo protestou contra as tentativas de ingerência da coroa naqueles que considerava ser os seus direitos.³² Contudo, o poder régio tinha no falecimento do arcebispo uma das poucas oportunidades de intervenção. Em última instância, era ao rei que competia a provimento do arcebispo, e devia estar atento à transferência de poderes em caso do seu passamento. Vimo-lo em dois momentos distintos, o primeiro durante um rebate falso, através da vigilância operada pelo seu corregedor, que, apesar de não ter jurisdição para entrar em Braga exceto se convocado pelo arcebispo, estava atento à possibilidade de este falecer, e conseguiu evitar um saque. O arcebispo, contudo, sobreviveu, mantendo-se à frente da arquidiocese e foi apenas num segundo momento, quando D. Diogo morreu, que o rei supervisionou de perto a execução do seu testamento, por intermédio do seu irmão, o futuro cardeal D. Henrique, inicialmente nomeado administrador do arcebispado e depois seu arcebispo. A necessidade de controlar os recursos da arquidiocese pela família real fez com que o rei nomeasse no arcebispado membros da sua parentela próxima, nomeando arcebispo mais tarde o seu filho natural D. Duarte.

O arcebispado de Braga constitui assim um exemplo da intenção régia de sobrepor os membros da sua família aos de outras famílias aristocráticas, um hábito frequente no período medieval, neste caso tornado premente pelas dificuldades financeiras da coroa. Preocupação que, de resto, se revelaria circunstancial, dado que a seguir à morte de D. Duarte, a família real veria cada vez mais limitadas as suas necessidades de dispor dos senhorios para beneficiar parentes próximos. Sendo a descendência de D. João III limitada a um único neto, o rei D. Sebastião, e com a coroa nas mãos dos Filipes, Braga deixou de ser cobiçada pelos monarcas da dinastia de Avis. As duas mortes de D. Diogo de Sousa, contudo, permitem-nos um olhar mais circunstanciado sobre as dinâmicas em torno da difícil relação entre monarquia e arcebispado, dificultadas pelo facto de a cidade de Braga constituir um senhorio eclesiástico. Apenas a morte do arcebispo permitia a entrada de oficiais régios na cidade, pelo que a execução do seu testamento constituía uma ocasião singular para o rei fazer prevalecer os seus objetivos. Neste contexto, torna-se difícil falar de centralização do poder real, mas de um jogo subtil de equilíbrios entre poderes, ao sabor das oportunidades que as circunstâncias possibilitavam.

³² O assunto necessita de aprofundamento, mas é abordado em Costa, 1962 e 1993.

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

ADB. (1570-05-09). Coleção Cronológica, doc. 1899, “Do sumário de testemunhas que se tirou, e porque consta, que o Senhor rei D. Manuel quando veio em romaria a S. Tiago de Galiza mandou baixar suas varas entrando em Braga”.

ADB. (1531). Instituição da Capela de Jesus da Misericórdia e Senhora da Piedade sita nos claustros da Sé de Braga, Mitra Arquiepiscopal de Braga – Registo Geral: 1353/1856 – Registo Geral: 1758/1759, 1 cad., código de referência: PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/060664.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa] (AN/TT [Lisboa])

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1513-03-29). Corpo Cronológico, parte I, mç. 12, n.ºs 95 e 97.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1518-07-29). Corpo Cronológico, parte I, mç. 23, n.º 94.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1523-01-09). Corpo Cronológico, parte I, mç. 29, n.º 3, código de referência: PT/TT/CC/1/29/3.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1531-01-01). Corpo Cronológico, parte II, mç. 166, n.º 57, código de referência: PT/TT/CC/2/166/57.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1531-01-01). Corpo Cronológico, parte II, mç. 166, n.º 57, código de referência: PT/TT/CC/2/166/57.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1532-07-07). Corpo Cronológico, parte I, mç. 49, n.ºs 9, 41, 46 e 51; códigos de referência: PT/TT/CC/1/49/9, PT/TT/CC/1/49/41, PT/TT/CC/1/49/46 e PT/TT/CC/1/49/51

Fontes impressas

Burchard, J. (1921). *Pope Alexander VI and his court: Extracts from the Latin diary of Johannes Burchardus – Bishop of Orta and Civita Castellana, Pontifical Master of Ceremonies*. N. L. Brown. <http://archive.org/details/PopeAlexanderVIAndHisCourt>

Carneiro, B. J. da S. (1896). *Elementos de Direito Ecclesiastico Portuguez e seu respectivo processo*. (5.^a ed.). Imprensa da Universidade.

Cunha, R. da. (1989). *História eclesiástica dos arcebispos de Braga* (2 vols.). s.n.

Góis, D. de. (1949). *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*. Edição nova conforme a de 1566. (4 partes). Imprensa da Universidade.

- Fundação Calouste Gulbenkian. (1984). *Ordenações Manuelinas*. (5 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rego, A. da Silva (Coord.). (1964). *As Gavetas da Torre do Tombo. Volume IV. Gaveta XV, Maços 1-15*. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Viterbo, J. de S. R. de. (1769). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. (II vol., 2.^a ed). Em Casa do Editor A. J. Fernandes Lopes.

Estudos:

- Aguiar, D. E. V. (2012). *D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Almeida, F. de. (1968). *História da Igreja em Portugal*. (4 vols.). Livraria Civilização Editora.
- Araújo, A. C. (1997). *A morte em Lisboa: Atitudes e representações, 1700-1830*. Editorial Notícias.
- Bandeira, M. S. de M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: Leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta*, XLIX(103 (116)), 19-58. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Bessa, P. (2003). D. Diogo de Sousa e a pintura mural na Capela-Mor da igreja de S. Salvador de Bravães. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 2, 757-781. <http://hdl.handle.net/1822/8493>
- Bessa, P. (2008). *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal* [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8305>
- Bessa, P. (2011). D. Diogo de Sousa «fundador» das Misericórdias do Porto e de Braga: rumos do gosto em obras da sua encomenda. In N. M. Ferreira-Alves (Coord.), *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa: Vol. II* (pp. 507-514). Cepese. <http://hdl.handle.net/1822/19401>
- Bessa, P. (2013). *O «PAÇO»: Os Paços Arcebispaes de Braga desde o período tardomedieval e até finais do século XVI*. Universidade do Minho: CECS. <https://hdl.handle.net/1822/34437>
- Bessa, P. (2016). D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e o seu provisor, Doutor João de Coimbra: Modos de habitar em Braga na primeira metade do século XVI. In A. Ribeiro (Ed.), *Ao Tempo de Vasco Fernandes* (pp. 129-138). DGPC/Museu Nacional Grão Vasco.
- Buescu, A. I. C. (2008). *D. João III: 1502-1557*. Temas e Debates.
- Capela, J. V. (2004). O Município de Braga entre dois poderes: D. Manuel I e o Arcebispo e Senhor de Braga, D. Diogo de Sousa. In N. Amorim, I. Pinho & C. Passos (Coord.), *III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época. Actas: 24 a 27 de outubro de 2001*. (vol. 1, pp. 63-70). Câmara Municipal de Guimarães.
- Chiffolleau, J. (2011). *La comptabilité de l'au-delà: Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge, (vers 1320-vers 1480)*. Albin Michel.

- Costa, Pe. A. J. da. (1962). D. Diogo de Sousa: Novo Fundador da Cidade de Braga (A propósito do V Centenário do seu nascimento). In *O distrito de Braga: boletim cultural de etnografia e história*, ano 1, pp. 17-116.
- Costa, Pe. A. J. da. (1993). D. Diogo de Sousa: Novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura. In Portugal. Academia Portuguesa da História, ed. lit., *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da catedral* (pp. 17-117). Academia Portuguesa da História.
- Davis, A. J. (2019). *The medieval economy of salvation: Charity, commerce, and the rise of the hospital*. Cornell University Press.
- Dias, J. J. A. (1996). *Gentes e espaços: Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, J. A. (1931). *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III-sec. XX): Vol. II*. Mitra Bracarense.
- Ginzburg, C. (1991). Saques rituais. Preâmbulo de uma investigação em curso. In C. Ginzburg, *A Micro-História e Outros Ensaio*. Livro 1 (pp. 143-167). Difel.
- Goffman, E. (1973). *La présentation de soi*. Ed. de Minuit.
- Hespanha, A. M. (1994). *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal - séc. XVII*. Livraria Almedina.
- Le Goff, J. (1991). *La naissance du Purgatoire*. Gallimard.
- Little, L. K. (1978). *Religious poverty and the profit economy in medieval Europe*. P. Elek.
- Marques, J. (1983). Braga nos finais da Idade Média: Subsídios para o seu estudo. In Marques, J. (1988). *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, M., Mar, R., & Ribeiro, M. do C. (2021). *O antigo Paço dos arcebispos de Braga*. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.59>
- Martins, R. (2015). Power networks in Braga (Portugal) in late fifteenth century: Town council, archbishop and the cathedral chapter relationships. In R. Martínez Peñín (Ed.), *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries* (pp. 75-89). Edicions de la Universitat de Lleida; Universidade do Minho, Unidade de Arqueologia.
- Martins, S. R. de O. (2024). *O poder de governar. Instituições, ideologias e representações em Braga, nos finais da Idade Média (séc. XIV e XV)* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade do Minho.
- Mattoso, J. (1996). O imaginário do além-túmulo nos «exempla» peninsulares da Idade Média. In J. Mattoso (Ed.), *O reino dos mortos na idade média peninsular* (pp. 217-231). Ed. João Sá da Costa.
- Maurício, R. (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): Urbanismo e arquitectura* (vols. 1-2). Magno Ed.
- Morais, C. A. de. (1943). *Pedatura Lusitana: Nobiliário de Famílias de Portugal* (vols. 1-6). Liv. Fernando Machado.
- Nascimento, A. A. (1998). D. Diogo de Sousa (1460-1532), bispo do Porto, homem de livros e leitor de Savonarola. *Humanitas*, L, 701-708.
- Paiva, J. P. (2006). *Os bispos de Portugal e o império (1495-1777)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paiva, J. P. (2007). Um príncipe na diocese de Évora: O governo episcopal do cardeal infante D. Afonso (1523-1540). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 127-174. https://doi.org/10.14195/1645-2259_7_5

- Paiva, J. P. (2014). O arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga. In B. Reis (Ed.), *500 Anos de História das Misericórdias. Congresso Internacional. Atas* (pp. 79-88). Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Paiva, J. P. (2016a). As estruturas do governo diocesano. In J. P. Paiva (Ed.), *História da Diocese de Viseu* (vol. 2, pp. 206-224). Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paiva, J. P. (2016b). O governo da diocese e as relações entre poderes. In J. P. Paiva (Ed.), *História da Diocese de Viseu* (vol. 2, pp. 319-479). Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Polónia, A. (2005). *O Cardeal Infante D. Henrique Arcebispo de Évora. Um prelado no limiar da viragem tridentina*. Ed. de autor.
- Rosa, M. de L. (2012). *As almas herdeiras: Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sá, I. dos G., & Paiva, J. P. (Eds.). (2004). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A fundação das misericórdias: O reinado de D. Manuel I* (vol. 3). União das Misericórdias portuguesas.
- Soares, A. F. S. N. (1997). *A Arquidiocese de Braga no século XVII: Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais, 1550-1700*. s.n.

Agradecimentos: a autora agradece a Nuno Gonçalo Monteiro e José Pedro Paiva a leitura prévia deste texto, bem como as sugestões dos revisores anónimos, que em muito contribuíram para a sua versão final. Erros e omissões são da sua inteira responsabilidade.

Os profissionais da informação da Região do Algarve: 2020-2025

Information professionals in the Algarve Region: 2020-2025

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor associado com agregação da
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos
carlosguardado@edu.ulisboa.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

ALEXANDRA CENTENICO

Técnica superior da
Câmara Municipal de Loulé, Divisão de Arquivo e Documentação
alexandracentenico@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6754-0226>

Artigo entregue em: 12 de setembro de 2025
Artigo aprovado em: 16 de outubro de 2025

RESUMO

No contexto da Sociedade da Informação e das estratégias nacional e europeia da transição digital para a década 2020-2030, a gestão da informação assume um valor crítico para as organizações, que dependem cada vez mais de profissionais da informação qualificados. Volvidos cinco anos sobre a recolha dos primeiros dados sólidos sobre os profissionais da informação na Região do Algarve, aplica-se de novo um inquérito tendo em vista a sua identificação e caracterização, numa abordagem comparativa entre 2020 e 2025, procurando conhecer o seu número, sexo, idade, formação e categoria profissional.

Este é um estudo descritivo e explicativo, orientado pelo paradigma pragmático e assente em métodos mistos, com recurso à investigação documental e ao inquérito por questionário, aplicado em maio de 2025, que procura responder à seguinte questão de investigação: Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos da Região do Algarve, entre 2020 e 2025, em termos de número, nível etário, sexo, formação e categoria profissional? Em termos de resultados, foi possível identificar 161 profissionais da informação, em que 21,7% tem formação superior especializada na área da ciência da informação, e em que a maioria se encontra na carreira profissional de assistente técnico. Em conclusão, esta é uma população com acentuada feminização e envelhecida.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivista; Gestor de Informação; Profissão; Profissional da Informação; Rede de Arquivos do Algarve.

ABSTRACT

In the context of the Information Society and national and European strategies for digital transition for the decade 2020-2030, information management is of critical importance to organizations, which increasingly depend on qualified information professionals. Five years after the collection of the first solid data on information professionals in the Algarve Region, a new survey is being conducted to identify and characterize them, using a comparative approach between 2020 and 2025, seeking to determine their number, gender, age, training, and professional category. This is a descriptive and explanatory study, guided by a pragmatic paradigm and based on mixed methods, using documentary research and a questionnaire survey, conducted in May 2025, which seeks to answer the following research question: Who works in information management as their profession in the archives of the Algarve Region between 2020 and 2025 in terms of number, age group, sex, education, and professional category? As results, it was possible to identify 161 information professionals, 21,7% of whom have specialized higher education in the field of information science, and the majority of whom are in the professional career of technical assistant. In conclusion, this is a population with a marked feminization and aging.

KEYWORDS: Algarve Archives Network; Archivist; Information Manager; Information Professional; Profession.

Introdução

A gestão dos serviços de informação e memória tem uma relação direta com as políticas públicas para a informação, bem como com os equipamentos, instrumentos e recursos disponíveis (Silva, 2019), particularmente as pessoas, o centro da qualidade das organizações, como defende Møller (2004). Deste modo, importa conhecer de que profissionais da informação e de que formação (Frias & Travieso, 2008) dispõem, dado o seu papel no acesso à informação, no reforço da participação cívica e na consolidação da cidadania, em projetos de modernização administrativa e de gestão da qualidade, bem como na promoção de políticas de integridade pública, contribuindo decisivamente para os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda UN2030* (ONU, 2015). Assim, o objetivo desta investigação é conhecer os profissionais da informação (Ribeiro, 2004) que exercem funções nos arquivos da Região do Algarve e que integram a Rede de Arquivos do Algarve, designadamente número, nível etário, sexo, formação e categoria profissional, na procura de responder à seguinte questão de investigação: *Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos da Região do Algarve, entre 2020 e 2025, em termos de número, nível etário, sexo, formação e categoria profissional?* Depois de alguns estudos prévios para o contexto nacional português (Ribeiro, 1995; Peixoto, 2000, 2019; Peixoto et al., 2006; Peixoto et al., 2006; Freitas & Marinho, 2014, 2016, 2019; Marinho, 2022), porém com resultados pouco consolidados, em virtude das percentagens de não respondentes e da escassez interpretativa, surgiram dados e estudos mais consolidados para a Região do Algarve a partir de 2020, tendo por base, em primeiro lugar, a dissertação de mestrado de Centenico (2021), *Os profissionais da informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal*. Este estudo, para além de visar a obtenção do grau de mestre por parte da sua autora, integrou-se num objetivo maior, isto é, num projeto de investigação desenvolvido pela equipa de Information Science do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sobre a caracterização e a identificação dos profissionais da informação nos arquivos municipais em Portugal, que atualiza, sistematiza e discute os dados anteriores. Este estudo (Silva et al., 2023), bem como a comunicação “Os profissionais da informação nos arquivos municipais portugueses: um estudo comparado entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Comunidade Intermunicipal do Algarve”, apresentada no *XIV Encontro EDICIC: Diálogos na Ciência da Informação* (Silva et al., 2024), atualizam os dados de idêntica comunicação apresentada em 28 de outubro de 2021, via plataforma Zoom, no *XII Encuentro EDICIC - Asociación de Educación e Investigación en Ciencia*

de la Información de Iberoamérica y el Caribe, em San José (Costa Rica), organizado pela Escuela de Bibliotecología y de Ciencias de la Información da Universidad de Costa Rica de que não se publicaram os resultados.

Volidos cinco anos sobre o primeiro levantamento sistemático de dados sobre a identificação e a caracterização dos profissionais da informação nos arquivos municipais da Região do Algarve, procura-se, com este estudo, apresentado no âmbito do *IX Encontro de Arquivos do Algarve* (Faro, 2 de junho de 2025), a sua atualização, bem como uma primeira identificação e caracterização dos profissionais da informação dos arquivos de outras entidades que, para além dos 16 municípios — Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António — integram a Rede de Arquivos do Algarve, designadamente: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), a Unidade Local de Saúde – Algarve (Hospital de Faro), a Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, (EMARP), a Turismo do Algarve, o Arquivo Distrital de Faro e Universidade do Algarve.

1. Revisão da Literatura

A Região do Algarve é uma região demograficamente deprimida (451 mil habitantes), que apresentava em 2020, em termos de resultados, segundo os dados apresentados no *XII Encuentro EDICIC* (Costa Rica) e por Centenico (2021), 14 dos 16 municípios com arquivo municipal, porém com apenas 10 abertos ao público, e 81 profissionais da informação (Tabela n.º 1):

Tabela n.º 1 – Profissionais da informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALGARVE - NUTS III (2020) (n=81)

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	11	14	10	32	5	6	1	2	27	54	81
Percentagem (/81)	13,6%	17,3%	12,3%	39,5%	6,2%	7,4%	1,2%	2,5%	30,9%	69,1%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	1	1	3	1	12	4	1	8	34	8	8
Percentagem (/81)	1,2%	1,2%	3,7%	1,2%	14,8%	4,9%	1,2%	9,9%	42,0%	9,9%	9,9%

Quantidade e faixas etárias						
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos	
Totais	2		12		29	
Porcentagem (/81)	2,5%		14,8%		35,8%	
				29,6%		17,3%
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM						
Notas: a) b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Totais	14	2	10	4	6	8
Porcentagem (/14)	87,5%	12,5%	71,4%	28,6%	42,9%	57,1%

a) Castro Marim e Monchique não possuem Arquivo Municipal.
 Fonte: Adaptado de Centenico (2021, pp. 80-116; Silva et al., 2023, p. 51).

25 profissionais da informação encontravam-se na categoria de técnicos superiores (apesar de 31 disporem de formação superior), 42 na de assistentes técnicos e 11 como assistentes operacionais. Nota-se uma distribuição desigual dos profissionais da informação, com 30,9% do sexo masculino *versus* 69,1% do sexo feminino, aumentando na categoria de assistente técnico, alcançando as mulheres 39,5%, em sintonia com tendência nacional, que apresenta o valor de 33,7% dos profissionais da informação do sexo feminino *versus* 11,9% do sexo masculino nesta categoria. Porém, em termos nacionais, verifica-se um resultado idêntico de feminização da profissão, com 31,3% do sexo masculino *versus* 68,7% do sexo feminino (Silva et al., 2023).

Dois dos 14 arquivos municipais não dispunham de técnicos superiores com formação em ciência da informação; 14 tinham formação superior em outra área científica distinta da ciência da informação; dos 81 profissionais que trabalhavam nos arquivos municipais, 50 tinham o 12.º ano ou nível de escolaridade inferior, baixando, regra geral, a escolaridade à medida que se subia na idade; quase metade (39) dos profissionais da informação tinha idade igual ou superior a 51 anos.

Em termos de formação, predominava, em 2020, o 12.º ano (42%), seguindo-se a pós-graduação em ciência da informação (14,8% = 12), a que se somavam um licenciado, três mestres e um doutor em ciência da informação. No entanto, o total de profissionais da informação com formação em ciência da informação era de 20,9%, isto é, na proporção de um para cada cinco trabalhadores.

Quanto à idade, prevaleciam as faixas etárias entre os 41 e os 60 anos, com 65,4%, destacando-se a faixa 41-50 anos com 35,8%, o que evidencia uma tendência para o envelhecimento destes profissionais.

Em suma, notava-se em 2020 a escassez de profissionais da informação e a falta de formação na área da ciência da informação, a par do não reconhecimento da necessidade de um serviço e equipamento de Arquivo Municipal em alguns municípios. Também não se reconhecia a necessidade de qualificação superior e especializada em ciência da informação dos profissionais que quotidianamente gerem a informação nos municípios. Por fim, mantinha-se a tendência de a formação superior na área ser ainda a do título de pós-graduação (Curso de Especialização) requerida pelo decreto-lei n.º 247/91, revogado em 2008 pelo decreto-lei n.º 121.

De modo idêntico, os estudos internacionais, sobretudo desenvolvidos no contexto das associações profissionais, vêm registando, ainda que tal remonte à década de 80 do século XX, a tendência para a feminização da profissão, isto é, daqueles que exercem funções quotidianamente em serviços de informação, bem como para o seu envelhecimento (ALIA, 2014; Rosa & Henke, 2017). A título de exemplo, no contexto da American Library Association, 19% dos profissionais da informação é do sexo masculino, face a 81% do sexo feminino, e a média de idades situava-se em 48 anos em 2017 (Rosa & Henke, 2017). Deste modo, os profissionais da informação norte-americanos apresentam uma tendência para o envelhecimento, como envelhecidos se encontram os profissionais da informação australianos (ALIA, 2014) e do Reino Unido (Hall et al. 2015; Reddington, 2023). Assim também o atesta, para o caso dos Estados Unidos da América, um estudo realizado pela Society of American Archivists através da aplicação de um inquérito por questionário em 2021, que apresenta a feminização da profissão de arquivista, com 71% do sexo feminino face a 23% do sexo masculino (Skinner & Hulbert, 2022), com a atualização do estudo (Skinner, 2023), dois anos depois, distribuindo-se os respondentes, por género, 68% mulheres e 26% homens, entre outros.

No Reino Unido, idêntico estudo levado a cabo conjuntamente pelo Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP) e pela Archives and Records Association (ARA) em 2015, obteve conclusões similares: 21,9% dos profissionais da informação são do sexo masculino face a 78,1% do sexo feminino (Hall et al., 2015).

Por sua vez, a Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística (FESABID) desenvolveu um estudo para a Rede de Bibliotecas Públicas de Navarra, uma região mais próxima, quer em termos de dimensão territorial (10.391 Km²) quer em termos populacionais (683.525 hab.; densidade populacional 66 hab./km²) (Datos.macro.com, 2025) da Região do Algarve, com 467.495

habitantes e a densidade populacional de 94,3 hab./km² (Silva et al., 2023). O *Estudio sobre la situación del personal que presta sus servicios en la Red de Bibliotecas Públicas de Navarra* também revela o envelhecimento dos profissionais da informação no exercício de funções, segundo os dados obtidos através das respostas dos 183 inquiridos (Bernardo Suárez, 2023).

Em termos de formação, no caso da Austrália, mais de metade dos profissionais da informação não possui qualificações (ALIA, 2014), enquanto no Reino Unido 61,4% dos profissionais da informação tem diploma de pós-graduação, sendo de sublinhar o valor de 50,5% em ciência da informação (Hall et al., 2015). 52% dos arquivistas inquiridos no âmbito do estudo realizado pela Society of American archivists revela possuir o grau de mestre na área de *Library and Information Science* (LIS) (Skinner & Hulbert, 2022; Skinner, 2023).

2. Metodologia

Este é um estudo empírico, exploratório e descritivo, de natureza qualitativa, orientado pelo paradigma pragmático (Mertens, 2010), que assenta em métodos mistos (Creswell, 2014; Flick, 2018) para a identificação dos arquivos e, sobretudo, a identificação e a caracterização dos seus profissionais. Para tal, recorre-se à investigação documental (Silva, 2021), quer para uma breve revisão da literatura, quer para a análise e a interpretação dos dados, e ao inquérito por questionário, aplicado aos arquivos da Rede de Arquivos do Algarve no mês de maio de 2025 de modo a poder compará-los com os dados recolhidos em 2020, objeto de estudos anteriores. A população em estudo é constituída pelos profissionais da informação dos arquivos da Rede de Arquivos do Algarve: 16 municípios, uma empresa municipal, quatro organismos da Administração Central indireta do Estado e uma instituição de ensino superior. Partindo dos dados de estudos anteriores, designadamente do primeiro levantamento sistemático dos profissionais da informação dos arquivos municipais da Comunidade Intermunicipal do Algarve, efetuado em 2020 (Centenico, 2021; Silva et al., 2023; Silva et al., 2024), pretende-se efetuar a sua atualização e sequente análise numa perspetiva evolutiva, entre 2020 e 2025. Em suma, este estudo pretende responder à seguinte questão de investigação: *Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos da Região do Algarve, entre 2020 e 2025?*

3. Os profissionais da informação dos arquivos da Região do Algarve (2025)

Em virtude do contexto descrito para os arquivos municipais e dos profissionais que neles desempenham a sua atividade quotidianamente, qual a situação, em 2025, dos arquivos municipais, bem como dos demais arquivos e respetivos profissionais da informação da Rede de Arquivos do Algarve? Como se caracterizam os profissionais da informação dos arquivos da Rede de Arquivos do Algarve quanto ao número, ao sexo, à formação, à idade e à carreira profissional? É a realidade dos profissionais da informação dos demais arquivos idêntica ou distinta da dos profissionais dos arquivos municipais na Região do Algarve? Que evolução fizeram os arquivos municipais no âmbito da qualificação dos seus recursos humanos entre 2020 e 2025? Qual o significado dos resultados obtidos em 2025 respeitantes aos arquivos municipais da Região do Algarve no contexto nacional (junho de 2023)? Estas são algumas das questões que pretendemos responder, na sequência da aplicação de um inquérito por questionário durante o mês de maio de 2025, volvidos cinco anos depois da sua aplicação em 2020.

3.1. Nos Arquivos Municipais

Dos 16 municípios inquiridos em 2025, um não respondeu por ausência do único trabalhador a desempenhar funções no Arquivo Municipal, com pós-graduação em ciência da informação.

Através da aplicação do inquérito por questionário, em maio de 2025, foi possível identificar 105 profissionais da informação que exercem funções nos arquivos municipais da região (Tabela n.º 2), tendo ficado por identificar, na ausência de resposta por parte de um município e dado o conhecimento empírico dos autores, muito provavelmente um profissional da informação. Deste modo, estes valores não são relevantes para a análise e a interpretação dos resultados.

Tabela n.º 2 – Profissionais da informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALGARVE - NUTS III (2025)
(n=105)

Municípios	Téc. Superior		Assist. Técnico		Assist. Operacional		Coord. Técnico		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Albufeira	1	4	4	2	0	2	0	0	13
Alcoutim	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Aljezur	0	1	0	0	0	0	0	0	1
C. Marim	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Faro	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Lagoa	1	1	0	1	1	0	0	0	4
Lagos	0	1	2	9	0	2	0	0	14
Loulé	2	5	3	10	0	1	0	0	21
Monchique	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Olhão	2	3	0	2	1	1	0	0	9
Portimão	0	3	2	7	0	1	1	0	14
São Brás de Alportel	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Silves	1	0	1	4	1	0	0	1	8
Tavira	0	2	1	1	0	2	0	0	6
V. Bispo	Não respondeu								
V. Real St. António	1	3	1	2	0	1	0	0	8
Totais	9	25	15	41	3	10	1	1	105
Totais por categoria	34		56		13		2		105

Fonte: Elaboração dos autores.

Em termos do número de profissionais da informação em exercício de funções nos municípios algarvios, o Arquivo Municipal de Loulé destaca-se com 21 profissionais da informação, o mesmo número que apresentava em 2020, seguindo-se, ainda com valores acima dos dois dígitos, os Arquivos Municipais de Lagos e Portimão, com 14 cada, e Albufeira, que regista 13. No caso de Portimão, este aumento também se justifica pela inclusão, em 2025, de três profissionais do Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Museu de Portimão, serviço de informação ausente do estudo em 2020.

Em 2025, acentua-se a feminização da profissão, passando de 30,9% do sexo masculino *versus* 69,1% do sexo feminino, para 26,7% do sexo masculino *versus* 73,3% do sexo feminino. Para estes valores contribuíram mais notadamente os Arquivos Municipais de Albufeira (5 masculinos *versus* 8 femininos), Lagos (2 masculinos *versus* 12 femininos) e Portimão (3 masculinos *versus* 11 femininos), que, consequentemente, fizeram subir o número de técnicos superiores respetivamente de seis para 13, sete para 14 e sete para 14.

Em termos de formação, predominava, em 2020, o 12.º ano (42%), que sobe para 45,7% em 2025, seguindo-se a pós-graduação em ciência da informação (12,4% = 13), que baixa ligeiramente em termos percentuais, apesar de crescer uma unidade face a 2020 (14,8% = 12). O número de

licenciados em ciência da informação passa de um para quatro, e o de mestres de três para sete, mantendo-se um doutor em ciência da informação (Tabela n.º 3).

Tabela n.º 3 – A formação dos profissionais da informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALGARVE - NUTS III (2025) (n=105)

	Doutoramento CDI	Doutoramento outra área	Mestrado CDI	Mestrado outra área	Pós-Graduação CDI	Pós-Graduação outra área	Licenciatura / Bacharelato CDI	Outra Licenciatura	12º ano	Curso Técnico Profissional BAD	9º ano	Outra Formação	Totais
Formação CDI	1		7		13		4			4			29
Outra formação		0		3		5		10	48		10	0	76

Fonte: Elaboração dos autores.

O total de profissionais da informação com formação em ciência da informação é de 27,6% (2025) face a 20,9%, em 2020. Destaque-se ainda o aumento do número de técnicos superiores a exercer funções nos Arquivos Municipais, que passaram de 25 (2020) para 34 em 2025. Desta categoria profissional tínhamos, em 2020, 17 com formação especializada em ciência da informação, número que aumentou para 25 em 2025. No entanto, nove dos profissionais da informação com licenciatura, pós-graduação ou mestrado aguardam ainda poder ascender à carreira profissional de técnico superior, face a 14 em 2020.

Quanto à idade, destaca-se a faixa etária 51-60 anos, com 39%, situando-se em 55,2% os profissionais da informação com idade igual ou superior a 51 anos, quando os valores eram em 2020 respetivamente de 29,6 e 46,9%.

3.2. Nos arquivos de outras entidades da Rede de Arquivos do Algarve

Das entidades inquiridas, para além dos arquivos municipais, que integram a Rede de Arquivos do Algarve, apresentam-se de seguida os dados acerca dos profissionais da informação relativos à Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão e a quatro organismos da Administração Central indireta do Estado — O Arquivo Distrital de Faro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, a Turismo do Algarve e a Unidade Local de Saúde Algarve —, não tendo sido possível obter a resposta da Universidade do Algarve onde atua um profissional da informação com formação em ciência da informação.

Da gestão da informação destas entidades ocupam-se diariamente 57 profissionais, destacando-se a Unidade de Saúde Local — Algarve com 44, porém apenas com um técnico superior. Segue-se o Arquivo distrital de Faro com sete profissionais da informação, quatro dos quais técnicos superiores, o que se justifica pela sua missão e natureza.

Nestas entidades, acentua-se a feminização da profissão (78,9%), aproximando-se da que encontramos no contexto das Bibliotecas Públicas em Portugal (Silva et al, 2024), face a 21,1% de profissionais da informação do sexo masculino.

No que diz respeito à sua formação, apenas sete (12,2%) profissionais têm formação em ciência da informação: seis têm a pós-graduação, um possui mestrado, sendo estes números influenciados positivamente muito por via do Arquivo Distrital de Faro.

Tabela n.º 4 – Idade dos profissionais da informação dos arquivos de outras entidades da Rede de Arquivos do Algarve por *nível etário* (2025) (n=57)

OUTRAS ENTIDADES	21-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	≥ 61 anos	Totais
Arquivo Distrital de Faro	0	2	2	1	2	7
CCDR - Algarve	0	0	1	1	1	3
Turismo do Algarve	0	0	2	0	0	2
Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão	0	0	0	1	0	1
Unidade Local de Saúde - Algarve	5	5	12	11	11	44
Universidade do Algarve						
Totais	5	7	17	14	14	57

Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto à idade, 49,1% dos profissionais da informação que exercem funções nos arquivos destas entidades da Rede de Arquivos do Algarve tem idade igual ou superior a 51 anos (Tabela n.º 4).

3.3. No conjunto dos arquivos da Rede de Arquivos do Algarve

Considerando o conjunto dos profissionais da informação dos arquivos municipais e dos arquivos das demais entidades que integram a Rede de

Arquivos do Algarve, é possível identificar 162 profissionais da informação que diariamente consideram a informação como o objeto da sua profissão. 40 (24,7%) são do sexo masculino e 122 (75,3%) são do sexo feminino, evidenciando uma acentuada feminização da profissão (Tabela n.º 5), com valores mais elevados do que os apresentados em dois estudos para os Estados Unidos da América de 71% (Skinner & Hulbert, 2022) e 68% (Skinner, 2023), aproximando-se, porém, do valor de 78,1% de profissionais da informação do sexo feminino no Reino Unido (Hall et al., 2015).

Destes, 42 são técnicos superiores. O maior número de profissionais da informação situa-se, porém, na categoria profissional de assistente técnico (84), na relação aproximada de 1/3 do sexo masculino (33,3%) face ao sexo feminino.

36 (22,2%) têm formação em ciência da informação (face ao valor nacional de 25,1% – sendo este valor mais elevado nos arquivos da Administração Central indireta), destacando-se 19 com pós-graduação, oito com mestrado, quatro com licenciatura e um com doutoramento, a que se juntam quatro com o curso técnico-profissional de BAD. Ou seja, mais de metade dos profissionais da informação não possui as qualificações especializadas necessárias e desejáveis em ciência da informação, como se verifica no caso dos profissionais da informação australianos (ALIA, 2014). Do lado oposto, reconhece-se que 61,4% os profissionais da informação do Reino Unido possuem pós-graduação, 50,5% em ciência da informação (Hall et al., 2015), valor idêntico a 52% dos arquivistas da Society of American archivists com o grau de mestre em ciência da informação (Skinner & Hulbert, 2022; Skinner, 2023). Estes devem ser dois exemplos a seguir pelas comunidades de prática que atuam na gestão da informação em Portugal.

Tabela n.º 5 – Os profissionais da informação da Rede de Arquivos do Algarve por categoria profissional e sexo (2025) (n=162)

	Técnicos Superiores		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Coordenadores Técnicos		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Arquivos Municipais	9	25	15	41	3	10	1	1	105
Entidades Rede Arquivos Algarve	2	6	6	22	4	15	0	2	57
Totais PI Algarve	11	31	21	63	7	25	1	3	162
Totais por categoria PI no Algarve	42		84		32		4		162

Fonte: Elaboração dos autores.

Dos 162 profissionais da informação, 56 possuem formação superior, apesar de apenas 42 (25,5%) estar na categoria de técnico superior, isto é, 75% dos que possuem uma licenciatura ou outro grau académico (Tabela n.º 6).

Tabela n.º 6 – A formação dos profissionais da informação da Rede de Arquivos do Algarve (2025) (n=162)

	Doutoramento CDI	Doutoramento outra área	Mestrado CDI	Mestrado outra área	Pós-Graduação CDI	Pós-Graduação outra área	Licenciatura / Bacharelato CDI	Outra Licenciatura	12º ano	Curso Técnico Profissional BAD	9º ano	Outra Formação	Totais
Arquivos Municipais	1	0	7	3	13	5	4	10	48	4	10	0	105
Entidades Rede Arquivos Algarve	0	0	1	0	6	0	0	6	33	0	2	9	57
Totais PI Algarve	1	0	8	3	19	5	4	16	81	4	12	9	162
Formação CDI	1		8		19		4			4			36
Outra formação		0		3		5		16	81		12	9	126

Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto à idade, destaca-se a faixa 51-60 anos (55), com 53,1% com idade igual ou superior a 51 anos (Tabela n.º 7), indicador só por si do envelhecimento dos profissionais da informação da Rede de Arquivos do Algarve. Estes são valores em consonância com os apresentados acima para o caso dos profissionais da informação da Austrália (ALIA, 2014), dos Estados Unidos da América (Rosa & Henke, 2017), do Reino Unido (Hall et al., 2015; Reddington, 2023) e da Região de Navarra, em Espanha (Bernardo Suárez, 2023).

Tabela n.º 7 – Os profissionais da informação da Rede de Arquivos do Algarve por nível etário (2025) (n=162)

	21-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	≥ 61 anos	Totais
Arquivos Municipais	3	11	33	41	17	105
Entidades Rede Arquivos Algarve	5	7	17	14	14	57
Totais	8	18	50	55	31	162

Fonte: Elaboração dos autores.

Conclusão

Considerando o objeto do presente estudo — os profissionais da informação da Região do Algarve que exercem funções nas diversas entidades que integram a Rede de Arquivos do Algarve — é uma população envelhecida,

que reforça esta tendência desde 2020, que, quando na posse de formação especializada, entrou nos arquivos muito pela via da formação em ciência da informação ministrada na Região do Algarve a partir de 2003, que terminaria em 2015, por questões externas, designadamente impostas pela A3ES. Contudo, seria relevante perceber de que modo os profissionais de informação com idade igual ou superior a 51 anos contribuem, positiva ou negativamente, para o desempenho das instituições onde exercem funções, quer em termos de resultados quer em termos de impacto. Se, por um lado, poderão sofrer desatualização de competências, de natureza tecnológica e não só, dado o decréscimo da frequência de ações de formação; por outro lado, a sua experiência acumulada, bem como o seu *know-how* organizacional contribuem decerto para a qualidade da gestão da informação, justificando, quando tal acontece, o seu lugar de coordenação/chefia. Neste sentido, importaria voltar a questionar os responsáveis de cada serviço acerca da sua idade, como fizemos em 2019, mas que não considerámos em 2025.

Em alguns municípios, os profissionais da informação não são valorizados, assim como os equipamentos arquivos municipais, testemunhando-o o facto de alguns municípios não terem ainda o “departamento” de arquivos municipais ou, quando o têm, este não está aberto ao público, não cumprindo efetivamente a sua missão. Por outro lado, o número reduzido dos profissionais da informação com formação em ciência da informação (isto é, sem a qualificação específica necessária e desejável) permite reforçar esta ideia.

Os resultados globais evidenciam uma tendência de feminização da profissão, que se acentua com os dados das entidades maioritariamente da administração central indireta, e que é, por sua vez, consequência também do facto de o número de mulheres a estudar no ensino superior ser superior ao dos homens, mais acentuadamente no campo da ciência da informação. Todavia, existe um reconhecimento profissional, de que é exemplo a sua seleção para os lugares de responsabilidade, coordenação ou chefia.

Deste modo, em resposta ao âmagio da questão norteadora deste estudo — *Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos da Região do Algarve, entre 2020 e 2025?*

Em suma, um reduzido número de profissionais da informação com formação especializada, maioritariamente superior, na área da ciência da informação. Uma população maioritariamente do sexo feminino, envelhecida como verificámos para os casos da Austrália, dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da Região de Navarra (Espanha), que necessita de um rejuvenescimento de modo a melhor poder enfrentar os desafios da transição

digital, mas que enfrenta dificuldades quando a formação profissional conferente de grau mais próxima se encontra disponível apenas em Lisboa.

Contudo, alguns profissionais da informação apresentam formação superior, que não se reflete em lugares de carreiras condizentes, permanecendo na carreira profissional de assistente técnico. Positivamente, entre 2020 e 2025 aumentou o número de profissionais da informação na carreira de técnico superior, em resposta à qualificação necessária dos recursos humanos da Administração Pública, mas também como consequência eventual da publicação da Portaria n.º 112/2023 e dos desafios que esta trouxe às autarquias locais, quer para a sua implementação na representação e na consequente avaliação da informação, quer com a exigência da elaboração de planos de preservação digital num curto período de tempo. Todavia, os valores em termos de formação superior especializada em ciência da informação são ainda baixos, como se verifica nos profissionais da informação australianos, e encontram-se distantes do valor cima de 50% verificado para os Estados Unidos da América e Reino Unido.

Referências bibliográficas

- Australian Library and Information Association (ALIA). (2014). *Future of the Library and Information Science Profession: Library and Information Professionals*. <https://read.alia.org.au/future-library-and-information-science-profession-library-and-information-professionals>
- Bernardo Suárez, A. (2023). *Estudio sobre la situación del personal que presta sus servicios en la Red de Bibliotecas Públicas de Navarra*. Gobiernos de Navarra. Departamento de Cultura y Deporte, & Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística (FESABID). <https://www.culturana Navarra.es/imagenes/documentos/estudio-sobre-la-situacion-del-personal-que-presta-sus-servicios-en-la-red-de-bibliotecas-publicas-de-navarra-475-es.pdf?t=20231010224002>
- Centenico, A. I. J. (2021). *Os profissionais da informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da ULisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50545>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. (4th ed.). Sage.
- Datos.macro.com (2025). <https://datosmacro.expansion.com/ccaa/navarra>
- Decreto-Lei n.º 121 do Ministério das Finanças e da Administração Pública. (2008). Diário da República: I série, n.º 133, pp. 4347-4403. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/121-2008-456561>
- Decreto-Lei n.º 247 do Ministério das Finanças. (1991). Diário da República: I série A, n.º 156, pp. 3510-3515. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/247-1991-668103>

- Flick, U. (2018). *Doing triangulation and mixed methods*. (2nd ed.). Sage.
- Freitas, C., & Marinho, V. (2014). *Arquivos Municipais: nótulas ao 4.º inquérito nacional*. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064>
- Freitas, C., & Marinho, V. (2016). *Arquivos Municipais: nótulas ao 5.º inquérito nacional*. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1567>
- Freitas, C., & Marinho, V. (2019). *Arquivos Municipais: nótulas ao 6.º inquérito nacional*. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/2040>
- Frías, J. A., & Travieso, C. (Eds.). (2008). *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Universidad de Salamanca.
- Hall, H., Raeside, R., Chen, T., Dutton, M., Irving, C., & Ryan, B. (2015). *Mapping the library, archives, records, information and knowledge management and related professions in the United Kingdom: final report*. Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), & Archives and Records Association (ARA). <https://doi.org/10.6084/M9.FIGSHARE.6849896>
- Marinho, V. (2022, outubro 21-22). 7º Inquérito aos Arquivos Municipais [Comunicação]. 14º Encontro Nacional de Arquivos Municipais (ENAM), Marinha Grande. <https://www.flickr.com/photos/badpt/52/448313171/in/album-72177720303067905/>
- Mertens, D. M. (2010). *Research and evaluation in education and psychology: Integrating diversity with quantitative, qualitative and mixed methods*. (3rd ed.). Sage.
- Møller, C. (2004). *Calidad personal: la base de todas las demás calidades*. Gestión 2000.
- Organização das Nações Unidas (ONU); Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda UN2030*. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Peixoto, A. M. (2000). *Arquivos Municipais: Situação: Informação recolhida entre abril de 1998 e março de 2000*. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivos-municipais/article/view/23>
- Peixoto, A. M. (2019, outubro 18-19). *Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia* [Ata]. Actas 13.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais, Cascais. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1970>
- Peixoto, A. M., Sabóia, J., & Peixoto, P. A. (2006). 2.º Inquérito aos Arquivos Municipais. BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/91>
- Peixoto, A. M., Rodrigues, F., & Sabóia, J. (2011). *Arquivos Municipais: nótulas ao 3.º Inquérito*. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/5>
- Portaria n.º 112 do Ministério da Coesão Territorial e da Secretaria de Estado da Cultura. (2023). *Diário da República: I série*, n.º 82, pp. 3-133 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/112-2023-212304607>
- Reddington, M. (Coord.). (2023). *A Study of the UK's Information Workforce 2023: Mapping the library, archives, records, information management and knowledge management and related professions in the United Kingdom & Ireland*. CILIP – The Library and Information Association & ARA – Archives and Records Association. <https://www.cilip.org.uk/page/workforcemapping>
- Ribeiro, F. (1995). Os Arquivos Municipais Portugueses: Considerações em torno de um inquérito. *Cadernos de Estudos Municipais*, (2/3), 11-42.

- Ribeiro, F. (2004, abril 26-30). *O perfil profissional do arquivista na sociedade da Informação* [Comunicação]. VI Jornadas Luso-Caboverdianas em Ciências Sociais – Portugal e Cabo Verde: dois povos, duas nações – uma história comum, Porto. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>
- Rosa, K., & Henke, K. (2017). *2017 ALA Demographic Study*. ALA Office for Research and Statistics. <http://hdl.handle.net/11213/19804>
- Silva, C. G. (2019). O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal: 1976-2018. In A. C. Rodrigues et al. (Eds.), *Seminário Arquivos Fluminenses no contexto Ibero-Americano* (pp. 27-48). L. E. T. Leite.
- Silva, C. G. (2021). Investigação Documental. In P. S. Gonçalves, J. P. Gonçalves & C. Marques (Eds.), *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp. 103-123). Pactor.
- Silva, C. G., Centenico, A., & Corujo, L. M. N. (2024). Os profissionais da informação nos arquivos municipais portugueses: um estudo comparado entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Comunidade Intermunicipal do Algarve. In C. G. da Silva, J. Revez & L. Corujo (Eds.), *Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV Encontro EDICIC* (pp. 287-293). Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri; EDICIC. <https://doi.org/10.51427/10451/64777>
- Silva, C. G., Gonçalves, J. P., Corujo, L. & Revez, J. (2023). *Os profissionais de informação nos Arquivos Municipais em Portugal: identificação e caracterização*. Edições Colibri, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <http://doi.org/10.51427/10400.5/95596>
- Silva, C. G., Gonçalves, J. P., Revez, J., & Corujo, L. (2024). *Os profissionais de informação nas Bibliotecas Públicas em Portugal: identificação e caracterização*. Edições Colibri, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <http://doi.org/10.51427/10451/57698>
- Skinner, M. (2023). *A*CENSUS II: Archives Administrators Survey*. Ithaka S+R. <https://sr.ithaka.org/wp-content/uploads/2023/01/SR-Report-ACENSUS-II-Archives-Administrators-013123.pdf>
- Skinner, M., & Hulbert, I. (2022). *A*CENSUS II All Archivists Survey Report*. Ithaka S+R. <https://sr.ithaka.org/wp-content/uploads/2022/08/SR-Report-ACENSUS-II-All-Archivists-Survey-08222022.pdf>

O que lê um guarda dos cárceres do Santo Ofício de Coimbra: A biblioteca de António de Moraes da Costa (1769)

What a prison guard of the Holy Office of Coimbra reads: The library of António de Moraes da Costa (1769)

ISABEL DRUMOND BRAGA

Professora associada com agregação

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, CIDEHUS-UÉ e CH-ULisboa

isabeldrumondbraga@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7035-6497>

Artigo entregue em: 16 de maio de 2025

Artigo aprovado em: 28 de julho 2025

RESUMO

Não obstante a posse de livros não significar necessariamente a sua leitura, o estudo das bibliotecas particulares permite apurar gostos e tendências, sem esquecer os interesses profissionais. A partir dos catálogos resultantes do edital de 1769 da Real Mesa Censória procedeu-se ao levantamento das bibliotecas dos oficiais menores dos tribunais de distrito da Inquisição portuguesa, tendo-se encontrado apenas um. Nesse sentido, procurou-se conhecer a livraria de António Moraes da Costa, guarda dos cárceres secretos do Santo Ofício que, antes de ingressar no tribunal, foi boticário. Para o efeito, contaram-se e identificaram-se as obras que possuía e verificou-se que não se tratava de uma biblioteca profissional. A escassez de catálogos de livros por parte de servidores do Santo Ofício, tal como acontece em outros grupos socioprofissionais, permite equacionar a

representatividade da documentação, pondo em causa a média de uma biblioteca para cada 1000 habitantes, para o Portugal da segunda metade do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca; Guarda dos cárceres; Real Mesa Censória; Santo Ofício.

ABSTRACT

Although owning books does not necessarily mean reading them, studying private libraries allows us to ascertain tastes and trends, as well as professional interests. Using the catalogues resulting from the 1769 edict of the Real Mesa Censória (Royal Censorship Board), a survey was carried out of the libraries of the minor officials of the district courts of the Portuguese Inquisition, and only one was found. In this sense, we sought to learn about the library of António Morais da Costa, a guard of the secret prisons of the Holy Office who, before joining the court, was an apothecary. We counted and identified his books and verified that it was not a professional library. The scarcity of book catalogues by servants of the Holy Office, as is the case in other socio-professional groups, allows us to consider the representativeness of the documentation, calling into question the average of one library for every 1,000 inhabitants for Portugal in the second half of the 18th century.

KEYWORDS: Library; Prison guard; Real Mesa Censória; Holy Office.

A posse de livrarias na Época Moderna: estado da questão

Possuir livros e deles beneficiar implicava o domínio da leitura. Na época moderna, sabiam ler a maioria dos nobres, membros da Igreja, grandes mercadores e proprietários de terras, a par de alguns homens dos ofícios artesanais. Por vezes, a falta de uso das capacidades de leitura e de escrita, especialmente entre alguns membros da aristocracia, era responsável por situações de retorno a uma mera suficiência alfabética, uma vez que tinham a possibilidade de recorrer a escrivães (Magalhães, 1994, pp. 512-514). No Portugal do século XVIII, é desconhecido o número de pessoas alfabetizadas. Sabe-se, contudo, que, tal como acontecia em outras partes da Europa, apenas uma minoria da população gozava dessa prerrogativa. Esta realidade era mais significativa nos meios urba-

nos do que nos rurais e atingia de forma mais eloquente os homens do que as mulheres¹.

Com uma taxa de alfabetização baixa, o número de bibliotecas não poderia ser particularmente relevante. De qualquer modo, as casas religiosas, as residências dos nobres e as de várias instituições possuíam bibliotecas, outrora designadas por livrarias, de amplitude e conteúdo muito diversificados (Braga, 2001, pp. 534-536). As das casas clericais têm merecido alguma atenção (Mesquita, 1993; Rocha, 1996; Braga, 2010; Santos, 2019), o mesmo se pode afirmar relativamente às particulares de eclesiásticos (Cardoso, 1995; Oliveira, 1995; Fernandes, 2000; Oliveira, 2007; Oliveira, 2010; Alves, 2014). Tem igualmente havido interesse pelas livrarias de diversos membros da casa real, de elementos da nobreza (Carvalho, 2003; Rodrigues, 2003; Buescu, 2016) e dos grupos intermédios. Neste caso, são particularmente relevantes as chamadas bibliotecas profissionais (Marquilhas, 2000, pp. 167-192; Oliveira, 2002, pp. 131-141; Martínez Pereira, 2003, p. 116; Antunes, 2004; Dias, 2007, pp. 114-123; Braga, 2012, pp. 263-276). Neste universo, claramente predominam as bibliotecas masculinas, uma vez que a posse de livros por parte das mulheres foi sempre muito menos significativa, quer em Portugal (Santos, 2008) quer no estrangeiro (Guillaume-Alonso, 1999; Baranda Leturio, 2003; Cátedra, & Rojo, 2004; Prieto Bernabé, 2004; Staves, 2007). Não obstante, a relação entre o feminino e os livros não se reduz à posse e leitura de obras, pensemos nas viúvas que se mantiveram à frente de tipografias ao longo do século XVIII².

Uma estimativa realizada com base nas listas de livros enviadas à Real Mesa Censória, à qual voltaremos, permite-nos apurar que, em 1769, com 633.432 fogos e cerca de 3.167.160 pessoas (Ferro, 1995, p. 32) havia uma biblioteca para cada 950 habitantes³, o que, como veremos *infra*, é uma

¹ Algumas estimativas para avaliar e extrapolar os níveis de alfabetização, a partir do estudo e análise das assinaturas, são importantes, mas não deixam de apresentar fragilidades como os próprios autores reconhecem. Recorde-se que saber assinar não significa necessariamente saber escrever, enquanto ler e escrever evidenciam competências alfabéticas diferenciadas. De qualquer modo, este tipo de abordagem tem sido usado entendendo a capacidade de assinar como medida universal de comparação, permitindo distinguir entre assinantes e não assinantes, por vezes entendidos como alfabetizados e analfabetos (Magalhães, 1994, pp. 85-86). Vejam-se alguns trabalhos como os de Silva, 1991 e Santos, 2004.

² Esta realidade é da maior relevância e é visível em toda a Europa, embora não se encontrem muitas obras aprofundadas sobre o tema. Vejam-se, por exemplo, as observações de Kennedy, 1999, pp. 78-98.

³ Em 1964, Maria Adelaide Salvador Marques apresentou uma estimativa de uma biblioteca para cada 1000 habitantes, considerando que a população portuguesa era, então, de cerca de 2.500.000

percentagem subvalorizada, ao mesmo tempo que as assimetrias eram significativas entre o litoral e o interior e entre leigos e eclesiásticos.

Controlando as leituras: a Real Mesa Censória

Até à criação da Real Mesa Censória, a censura de livros funcionava de forma tripartida, sendo necessárias as licenças do Ordinário, isto é, do bispo; do Desembargo do Paço e do Santo Ofício da Inquisição. Caso a obra fosse de um religioso, o autor teria ainda que possuir uma outra, do superior da ordem a que pertencia. O sistema era, compreensivelmente, moroso (Martins, 2005). No intuito de melhor controlar e centralizar os mecanismos censores, D. José I e o marquês de Pombal optaram pela criação, em 5 de abril de 1768, de um novo organismo, a Real Mesa Censória. Este tribunal tinha jurisdição sobre a censura de livros e sobre a fiscalização do uso dos mesmos (Tavares, 2018). Assim se compreende o edital de 10 de julho de 1769, pelo qual se determinou a fiscalização das leituras através da entrega obrigatória das listas de livros impressos e manuscritos em poder de mercadores de livros, livreiros, impressores e particulares. O desrespeito desta ordem e as eventuais omissões e falsificações são desconhecidos, limitando, portanto, o conhecimento acerca da eficácia do edital (Marques, 1983, pp. 188-194).

Das determinações referidas resultaram, para Portugal continental, 3334 catálogos (Marques, 1983, p. 196) das chamadas livrarias, propriedade de homens de diversas profissões (advogados, boticários, legistas, médicos, mercadores, músicos, professores e alguns artesãos, tais como cabeleireiros, carpinteiros, confeiteiros, etc.) e de mulheres leigas e religiosas, a par de inventários das bibliotecas de conventos, mosteiros e recolhimentos. Aparentemente, faltam as listas de Braga e de Ourém. A média de 25 livros por biblioteca (Marques, 1983, p. 196), esconde grandes assimetrias. Tendo em conta as comarcas portuguesas de então, Maria Adelaide Salvador Marques verificou que a da Estremadura, onde se incluía a Corte e a Universidade de Coimbra, apresentou 1046 catálogos; seguindo-se a da Beira com 1021; a de Trás-os-Montes, com 390; a de Entre Douro e Minho, com 659. As províncias do Alentejo e do Algarve, com baixas densidades populacionais, revelaram-se particularmente pobres em bibliotecas, uma vez que a primeira deu a conhecer 94 e a segunda apenas 14. Dito de outro modo, das comarcas com fronteira marítima chegaram 2001 catálogos,

peças e que haviam chegado à Real Mesa Censória 2420 catálogos de bibliotecas. Veja-se Marques, 1964, p. 61. Estes dados foram igualmente apresentados por Gouveia, 1993, p. 422.

ou seja, 62,1 por cento, contra 1223, isto é, 37,9 por cento, das comarcas interiores (Marques, 1983, pp. 201-207)⁴.

Dos 3334 catálogos, 1890 pertenciam a leigos (Marques, 1983, p. 207), representando 56,6 por cento das bibliotecas. Destas procurámos identificar e estudar as dos funcionários menores do Santo Ofício, isto é, despenseiros, guardas dos cárceres, meirinhos e porteiros, de entre outros. Contudo, o levantamento efetuado revelou-se frustrante, uma vez que apenas se encontraram as livrarias de um contínuo e de um porteiro, ambos do Conselho Geral, e a de um guarda dos cárceres do Tribunal da Inquisição de Coimbra. Esta realidade alerta-nos para o que recentemente se tinha apurado relativamente às bibliotecas pessoais de monjas e freiras⁵. Ou seja, importa interrogar a fiabilidade destes números, uma vez que é pouco credível que, nos tribunais de Coimbra, Évora e Lisboa, apenas um dos funcionários menores possuísse livros. Fixemo-nos na biblioteca deste guarda dos cárceres secretos.

António Morais da Costa: dados biográficos

António Morais da Costa, natural de Coimbra, onde foi batizado em 23 de junho de 1720, era morador na mesma cidade e filho do sapateiro José da Costa e de Luísa de Morais. Era neto, por via paterna, de Manuel da Costa e de Maria Teixeira e, por via materna, de Manuel João e de Clara de Morais. Estava casado com Antónia Teresa Rosa, filha de Manuel Vidal de Araújo, guarda dos cárceres do Santo Ofício, e de Rosa Maria da Conceição. Em 1757, foi objeto de provanças ao habilitar-se a guarda dos cárceres do Santo Ofício, atividade antes desempenhada pelo sogro, que falecera. Muito embora a função tenha sido concedida a Manuel Correia Falcão, homem da vara do meirinho do Santo Ofício, este não se mostrou interessado, abrindo uma possibilidade para o suplicante. Na candidatura, António Morais da Costa referiu desejar ser provido “para com o seu rendimento poder remediar as grandes necessidades que padece a mulher do dito guarda defunto, que está na companhia do suplicante, que pela sua pobreza não a pode

⁴ Em 1964, a autora tinha estudado esta matéria a partir de 2420 catálogos de bibliotecas. Entre estes, 122 pertenciam a leigas e religiosas. Predominavam as obras em português, latim, castelhano e francês, sendo os números das que se apresentaram em outros idiomas muito reduzidos. Veja-se Marques, 1964, pp. 73-85.

⁵ Nesse caso, verificou-se que, em 1769, apenas 56 freiras eram possuidoras de livros para seu uso. Veja-se Braga, 2025.

sustentar”⁶. Eis uma alusão à condição de viúva pobre e, presumivelmente, idosa, da sogra⁷, que acabara em casa da filha e do genro, o qual se afirmou igualmente sem meios.

Durante a habilitação, realizada pelo comissário Tomé Coelho Ferreira, assistido pelo notário Luís Ferreira da Costa, foi apurado que a família do candidato a guarda dos cárceres era constituída por pessoas de boa vida e costumes e de “inteiros cristãos-velhos e de limpo sangue e gerações sem raça de infecta nação nem fama ou rumor em contrário”⁸. Se a estas conclusões se chegou pela audição das testemunhas também não se deixou de alegar que os sogros foram ambos habilitados para que o pai de sua mulher pudesse ser guarda dos cárceres do Santo Ofício. Foi igualmente referido que sua mãe era irmã legítima de Brízida de Moraes, a qual tivera um filho, Batista da Costa Aureliano Pereira da Cunha, que fora habilitado e desempenhava as funções de tesoureiro do fisco do Santo Ofício⁹. Ou seja, estamos perante os habituais casos de vários membros de uma mesma família desempenharem funções na Inquisição.

À data da habilitação, 1757, António Moraes da Costa, tinha 37 anos, era boticário e, segundo o próprio, pobre. Preferiu trocar essa atividade profissional pela de guarda dos cárceres. Efetivamente, a Inquisição era uma instituição que excluía – aos que por lá passavam enquanto réus – e que promovia socialmente – aos que conseguiam obter altos cargos. Mesmo os ofícios menores, tal é o caso do de guarda dos cárceres, a par dos de despenseiro, meirinho e porteiro, podiam ser objeto de patrimonialização e de venalidade e de afirmação social entre os leigos, não apenas por atestarem

⁶ Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa] (AN/TT [Lisboa]). (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206. Atualizou-se a grafia dos documentos.

⁷ Recordemos que, na Época Moderna, pobre era, segundo a teorização de Jean-Pierre Gutton, em texto já com alguns anos, mas que continua operativo, todo aquele que vivia apenas do seu trabalho porque a qualquer momento podia tornar-se indigente. Atendendo à total ausência de meios de segurança social, quem não tinha bens, ou seja, a esmagadora maioria da população, e simultaneamente, não trabalhava era, naturalmente, pobre e, consequentemente, cliente da caridade particular e da caridade institucional. O autor tipificou três categorias de pobres, a saber, doentes, velhos e viúvos, fazendo notar que a maioria dos carenciados pertencia ao sexo feminino. Veja-se Gutton, 1971, pp. 1-46. Mais recentemente, outros autores também se detiveram na contextualização de pobre e de pobreza. Veja-se, para Portugal, Lopes, 2000, pp. 13-17 e Hespanha, 2010, pp. 233-234.

⁸ AN/TT [Lisboa]. (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206.

⁹ AN/TT [Lisboa]. (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206.

a pureza de sangue como por permitirem uma acumulação de riqueza, ainda que, por vezes, de forma fraudulenta¹⁰.

A biblioteca de António de Moraes da Costa

Foi na condição de guarda dos cárceres secretos do tribunal da Inquisição de Coimbra que, em 1769, António de Moraes da Costa fez o inventário da sua biblioteca, em cumprimento do edital da Real Mesa Censória. A sua atividade profissional estava regulamentada pelo Regimento do Santo Ofício de 1640¹¹, no qual se definiu que os guardas do cárcere secreto deveriam ser de sangue limpo, de boa vida e costumes e saberem ler e escrever. Profissionalmente, cabia-lhes manter os corredores dos cárceres limpos, entregar roupa lavada aos presos, semanalmente ou a cada quinze dias; tratar com caridade, mas sem familiaridade, os presos; e, a mando do alcaide, deveriam chamar o médico, o cirurgião ou o barbeiro para cuidar de algum que estivesse enfermo. Dois dos guardas teriam que dormir no cárcere, a todos cabia vigiar os presos, impedir contactos entre os mesmos, verificar, à entrada, se possuem alguma arma com que se pudessem magoar, ou outros objetos proibidos; fechar a porta do pátio, à noite, e nunca poderiam comer com os detidos, receber ofertas dos próprios ou de parentes¹² (Franco & Assunção, 2004, tít. XV, pp. 281-282).

Vejam os como se compunha a livraria deste guarda dos cárceres secretos, e de que modo refletia as suas duas atividades profissionais. A biblioteca era composta por 67 obras em 74 volumes, da autoria de 49 autores identificados. Onze livros foram catalogados como anónimos e houve sete autores que ficaram representados com dois títulos, a saber, António Arbiol (1651-1726), António Carvalho da Costa (1650-1715), Emanuele Tesauro (1591-1677), Eustachius Zanottus (1710-1761), Fernando de Lacerda (1628-1685), Gaspar Cardoso de Sequeira (15?-16?) e Joaquim da Encarnação (1724-1789). Duas autoras constam desta biblioteca: Soror Tomásia Maria Micaela de Loureiro e Lacerda, com *Obséquio beneditino: para as religiosas*

¹⁰ Sobre a afirmação social dos que desempenhavam ofícios menores no Santo Ofício, veja-se Lopes, 2011 e Feitler, 2016. Sobre a prevaricação dos detentores destes ofícios, veja-se Martins, 2015.

¹¹ Os anteriores regimentos tinham codificado as obrigações dos alcaides e dos guardas dos cárceres. Veja-se, regimento de 1552, relativo aos alcaides e referindo pontualmente os guarda, caps. 99 a 118; regimento de 1613, tít. XIX, caps. 1-8, alusivo aos guardas (Franco & Assunção, 2004, pp. 127-128, 197).

¹² Sobre os cárceres do Santo Ofício e a relação entre os guardas e os presos, veja-se Braga, 2015.

[...] *tributare todos os annos ao Gloriosissimo [...] Principe dos Patriarchas S. Bento*, Coimbra: Officina de Luis Secco Ferreira, 1751; e uma religiosa não identificada, autora de uma obra em 16.º, referida como *Pratica de alguns motivos eficazes compostos por huma religioza*, editada em Coimbra, em 1759, livro do qual não encontrámos exemplares.

O guarda dos cárceres era possuidor de dois manuscritos, um dos quais sobre farmacopeia, e 65 livros impressos em várias cidades europeias de diversos países: Coimbra ocupou o primeiro lugar com 24, seguiu-se Lisboa com 19 e Évora com três; em Espanha, pontuou Barcelona, com três impressões e, com uma cada, Madrid, Osuna, Salamanca, Saragoça e Valencia; referência ainda para Paris, com dois livros, e Antuérpia, Bolonha e Pádua com um cada. Sem local indicado foram elencadas seis obras. As datas das publicações ficaram compreendidas entre 1567 e 1767. Isto é, a obra mais antiga desta biblioteca era a de Thomas Hibernico, *Flores Bibliae Sive Loci Communes Omnium Fere Materialium Ex Veteri Ac Novo Testamento Excerpti et alphabetico ordine digesti*, a F. Thoma Hibernico, nunc[ue] demum castigati, Antuerpiae: ex officina Christophori Plantini, 1568 (Antuerpiae: excudebat Christophorus Plantinus, -- 1567), erradamente catalogada como publicada em Veneza em 1550; e a mais recente o livro de João Batista de Castro (1700-1775), *Roteiro Terrestre de Portugal, em que se expoem, e ensinam por jornadas, e summarios não só as viagens, e as distancias, que ha de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reyno, mas as derrotas por travessia de humas a outras povoações delle*, Coimbra: na Officina de Luiz Secco Ferreira, 1767. A distribuição por séculos dá-nos uma obra editada no século XVI, nove na centúria seguinte e 50 em Setecentos. De sete livros não se indicaram as datas das edições.

Em alguns momentos, foi referido que aos livros faltavam folhas, tais foram os casos de uma cartilha anónima em português e, de dois em latim, um contendo orações e outro da autoria do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583) intitulado *De institutione grammatica libri tres*, Olyssippone: excudebat Ioannes Barrerius, 1572. Não se sabe se se tratava desta ou de outra edição. A biblioteca contou com cinco livros *in folio*, 18 em 4.º, 22 em 8.º, 11 em 12.º, três em 16.º, outros tantos em 24.º e um em 32.º. Não foi dada informação do tamanho de quatro livros.

Se bem que os autores estrangeiros tenham ficado representados nesta biblioteca, por vezes a leitura dos mesmos foi feita em traduções portuguesas. De qualquer forma, António de Moraes da Costa lia em latim e em castelhano, uma vez que 14 livros estavam escritos no primeiro idioma e sete no segundo. Em português, ou bilingues, caso dos dicionários, encontraram-se 46 obras.

Os temas representados na biblioteca foram, sem surpresa, maioritariamente de cariz religioso. Neste caso, contam-se 30 livros. Como sistematizou Marina Roggero, “i libri per l’anima si sarebbero imposti come salutare cibo quotidiano per ogni lettore” (2021, p. 107), o que era verdade para leigos e religiosos. Mas outros assuntos interessaram ao guarda dos cárceres: as artes e ciências ficaram representadas com 18 títulos, incluindo vários de medicina e farmacopeia, a que se juntam as belas-letras, com 15, e a história com quatro.

Em matérias religiosas, as leituras de António de Morais da Costa compreenderam livros de autores como António Arbiol (1651-1726), Juan Eusébio de Nieremberg (1595-1658), Francisco Xavier (1506-1552), Manuel Bernardes (1644-1710), Manuel de Deus (1686-1730) e Tomás de Kempis (c. 1380-1471), de entre outros. Isto é, escritores frequentemente de séculos anteriores, lidos maioritariamente em edições setecentistas. Estas obras compreenderam breviários, exercícios devotos, guias espirituais, hagiografias, literatura ascética e mística, livros de horas, martirólogos, de entre outros.

No que se refere às artes e ciências, contam-se diversos textos de astronomia, como por exemplo, António Galhardo da Costa (1650-1715), *Via astronomica: primeira [-segunda] parte...*, Lisboa: na officina de Francisco Villela, 1676-1677; de matemática, tal foi o caso de Manuel de Campos (c. 1681-1737?), *Synopse trigonometrica dos casos que communmente occorrem em huma e outra trigonometria plana e esférica: com as analogias respectivas e praxes logarithmicas que lhes correspondem, para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus de Lisboa Occidental*, Lisboa Occidental: na officina de Antonio Isidoro da Fonseca 1737; e até dois almanaques, um de Jerónimo Cortez, de 1686, de que não se localizou nenhum exemplar¹³, e o de Teobaldo de Jesus Maria (1669-17?), *Prognostico, e lunario perpetuo, tirado das doutrinas do Sarrabal Milanez, calculado do meridiano das nobelissimas cidades, e Corte de Lisboa, em quanto às lunações somemte; com os Eclipses, e noticia de seus efeitos*, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

As obras de medicina e de farmacopeia catalogadas foram as de Andrés Laguna (1499-1559), autor de *Pedacio Dioscorides anazarbeo, Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos, traduzido de lengua griega en la vulgar castellana & ilustrado con claras y substantiales annotationes, y con las figuras de innumeras plantas exquisitas y raras*, en Anuers: en casa de Iuan Latio, 1555, numa edição de Salamanca, publicada em

¹³ Sobre este tipo de publicações e a autoria das mesmas, veja-se Braga, 2005.

1750, embora só tenhamos encontrado a de Madrid: en la imprenta de Domingo Fernandez de Arrojó: se hallará en la librería de Luis Correa..., 1733; Benito Matamoros Vazquez Gallego, *Selectarum medicinae disputationum: tomus I. In quo praeter ea quae de febrium theoria, coctione & putredine & alijs ex professo disputantur; plura etiam alia difficillima ad vtranque medicinae partem spectantia obiter disquiruntur*, Vrsae: apud Ioannem Serrano de Vargas & Vreña, Vniuersitatis typographum, 1622; e do oratoriano Tomás Vicente Tosca (1651-1723), três dos nove volumes do *Compendio mathematico en que se contienen todas las materias mas principales de las ciencias que tratan de la cantidad*, en Valencia: por Antonio Bordazar, 1707-1715, embora tenha referido tratar-se de uma tradução do francês, não datada e em português; sem esquecer o manuscrito intitulado *Pecúlio de várias regras da farmácia para o bom acerto da feitura dos medicamentos*, in 4.º, certamente de uso corrente, enquanto foi boticário.

A literatura, aqui entendida de forma ampla, compreende desde textos literários como *Vida e fabulas do insigne fabulador grego Esopo: de novo juntas, e tradusidas cõ breues applicações moraes a cada fabula por Manuel Mendes da Vidigueyra*, Lisboa: na Officina de Frâncisco Villela, 1684, passando por Gonçalo Fernandes Trancoso (1515-1596), *Histórias proveitosas, que contém contos de proveito e exemplo...: leva no fim a polícia e urbanidade christã*, Lisboa: Officina de Filippe de Sousa Villela, 1710. Neste apartado incluímos também os instrumentos de normalização da língua falada e escrita. Refiram-se as obras dos lexicógrafos Jerónimo Cardoso (1508-1569), *Dictionarium latino lusitanicum, et vice versa lusitanico latinum: cum adagiorum feré omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione: & Ecclesiasticarum vocabulorum interpretatione: item de monetis, ponderibus, & mensuris, ad praesentem usum accomodatis, Hieronymum Cardosum lusitanum congesta; recognita vero omnia per Sebastianum Stokhamerum germanum Qui libellum etiam de proprijs nominibus regionum, populorum, illustrium virorum, fluviorum, montium, ac aliorum complurium nominum, & rerum scitu dignatum, historijs, & fabulis poeticis refertum, in usum & gratiam lusitanicae pubis concinnavit, & ex integro adiecit*, Ulyssipone: ex officina Petri Craesbeeck, 1630; e a nona edição de Bento Pereira (1606-1681), *Prosodia in vocabularium bilingue latinum, et lusitanum*, Eborae: Typ. Academiae, 1741.

Numa época em que a epistolografia era uma tarefa quase diária para uma parte da população alfabetizada, não se estranham obras como a de Emanuele Tesaurò (1591-1677), *Arte de cartas misiuas, o methodo general para reducir al papel quantas materias pide el politico comercio que escriuió en toscano... D. Manuel Thesaurò...; y traduce en español D. Marcelo Migliauaca...*,

em Valencia: por layme de Bordazar: expensas de Iuan de Baeza..., 1696; enquanto o peso da parenética continuava a ser marcante, consequentemente, a preparação dos pregadores pressupunha não apenas a leitura de sermões, mas também de obras sobre retórica, como por exemplo, as de Cipriano Soares, *De arte rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone, & Quintiliano praecipue de prompti. Ab eodem authore recogniti & multis in locis locupletati*, Conimbricae: Typographia In Collegio Artiu Societ Jesv, 1710; e de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares, *Arte de rethorica, que ensina a fallar, escrever, e orar escrita em portuguez para intelligencia dos que não sabem a lingua latina pello doutor Manoel Pacheco de Sampayo Valladares... com huma rhetorica particular para uso dos pregadores*, Lisboa: na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1750.

A história, em especial história religiosa, ficou representada, com obras como, por exemplo, a tradução de Domingos Lopes Coelho, *Historia da prodigiosa, e admiravel vida do apostolo valenciano, Profeta & Anjo do Apocalypsi o glorioso S. Vicente Ferrer recopilada e escrita no idioma portuguez das que escrevéraõ os Padres Mestres Frey Francisco Gavalda & Frey André Ferrer de Valdecebro...*, Lisboa: na Officina Real Deslandesiana, 1713¹⁴.

Tendo em atenção as bibliotecas de outros boticários, que comparações se podem extrair da realidade aqui apresentada? José Pedro de Sousa Dias estudou os catálogos das oito livrarias dos boticários de Lisboa e seu termo, tendo apurado que todos possuíam uma forte componente profissional, com obras em latim, português e castelhano. Em todos estavam presentes as farmacopeias de D. Caetano de Santo António, *Farmacopeia Lusitana*, com edições de 1704, 1711, 1725 e 1754¹⁵; e de Manuel Rodrigues Coelho, *Farmacopeia Tubalense*, publicada nos anos de 1735, 1751 e 1760; a par de outras obras congéneres apenas presentes em algumas das livrarias. Os boticários possuíam em média 34 livros (Dias, 2007, pp. 114-123). Ora, a biblioteca de António Morais da Costa era maior, não registava obras relativas à farmácia química e o único autor comum às dos boticários de Lisboa e seu termo era Andrés Laguna, com o citado livro *Pedacio Dioscorides anazarbeo...*, editado pela primeira vez em 1555 e, mais tarde, em 1677.

¹⁴ AN/TT [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 135, cat. 2563.

¹⁵ D. Caetano de Santo António (16?-1730) foi autor da primeira farmacopeia redigida por um português, na língua nacional e editada em Portugal. A obra, publicada em Coimbra, em 1704, conheceu outras edições em Lisboa: 1711, 1725 e 1754 (póstuma). Da primeira edição para a segunda deram-se importantes alterações, nomeadamente a introdução da farmácia química, por influência das leituras das obras dos franceses Nicolás Lémery (1645-1715) e Moyse Charras (1619-1698). A obra foi dedicada ao conde de Redondo, D. Tomé de Sousa Coutinho, um entusiasta dos medicamentos químicos (Dias & Pita, 1994, pp. 23-25; Pita, 1996, pp. 169-172; Dias, 2007, pp. 90-97; Pita & Pereira, 2008, pp. 101-107; Pita, 2019, pp. 11-24, 63-453).

Comparando a biblioteca do guarda do cárcere com as dos dois outros funcionários menores, designadamente a de António Ribeiro dos Santos¹⁶, porteiro, e a de José Marques Pessoa¹⁷, contínuo, ambos servidores do Conselho Geral, podemos verificar que estamos perante livrarias mais pequenas – a do primeiro era constituída por 30 obras e a do segundo por 49 –, que a maioria dos livros era de temática religiosa e que se encontram escassos autores em comum.

Na posse do porteiro encontravam-se 17 títulos de temática religiosa e 13 de história. Um único autor foi comum às duas livrarias: Manuel Bernardes (1644-1710), neste caso representado com duas obras. Consta apenas um livro de autoria feminina, o de Maria de Jesus de Ágreda (1602-1665), monja da Imaculada Conceição e escritora de sucesso, cuja obra, póstuma, *Mystica ciudad de Dios*, teve a primeira edição em Madrid, em 1670, conhecendo traduções para várias línguas. Em português, a primeira ocorreu em 1730, sob o título *Mystica cidade de deos: breve compendio da vida, e myterios de Maria*, Lisboa Ocidental: Oficina da Música, 1730. Porém, o livro presente na livraria em estudo foi outro: *Exercicios Espirituaes Que Praticou, e Deixou Escritos a Veneravel Madre Maria de Jesus de Agreda...*, Coimbra: Officina de Luis Seco Pereira, 1730. No que se refere às obras de história, algumas delas de temas religiosos, destaquem-se algum dos volumes de Agostinho de Santa Maria (1642-1728), *Santuario Mariano*, e *Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prégadores, & dos devotos da mesma Senhora...*, Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galrao, 1707-1723; André de Barros (1675-1754), *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por Antonomasia o Grande: aclamado no mundo por Principe dos Oradores Evangelicos, Prégador Incomparavel dos Augustissimos Reys de Portugal, Varão esclarecido em Virtudes, e Letras Divinas, e Humanas; Restaurador das Missões do Maranhão, e Pará...*, Lisboa: na nova Officina Sylviana, 1746; Fernando de Meneses, *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até á sua ruina*, Lisboa Occidental: na Officina Ferreiriana, 1732; Pedro Mariz (1565-1615), *Dialogos de varia historia: em que sumariamente se regem muytas causas antiquas de Hespanha, e todas as mais que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a dignidade real*, [Lisboa?]: Na Officina de José Filippe e Manuel Soares, 1758; sem esquecer vários números da *Gazeta de Lisboa*, de 1741.

¹⁶ AN/TT [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 117, cat. 364.

¹⁷ AN/TT [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 124, cat. 1490.

Comparando com a livraria de José Marques Pessoa, podemos verificar que apenas um autor era comum ao catálogo do guarda dos cárceres secretos, isto é, Juan Eusébio de Nieremberg (1595-1658), embora com obras diferentes. Se bem que a maioria dos livros tivesse como tema a religião, a diversidade de assuntos que interessaram ao contínuo do Conselho Geral foi mais significativa. Refira-se um exemplar em mau estado, sem título nem data, de *D. Quixote*, de Miguel de Cervantes (1547-1616); a primeira história de Portugal redigida em francês da autoria de Jacques Le Quien de La Neufville (1647-1728), *Histoire générale de Portugal*, Paris: chez Anisson, 1700; um exemplar da obra de Filipe Nunes (15?-16?), de *Arte da pintura, symmetria, e perspectiva, composta por Filippe Nunes, natural de Villa-Real, novamente impressa, com boas estampas, correcta, e accrescentada com o seu Index*, Lisboa: na Officina de João Baptista Alvares, 1767; ou ainda uma obra catalogada como anónima, de cozinha, em francês, in 4.º, editada em Paris, no ano de 1737¹⁸.

Os livros do guarda dos cárceres: uma biblioteca profissional?

Partindo do princípio de que a mais significativa das funções dos livros era a utilidade que tinham para os seus leitores, importa perceber se a livraria de António de Morais da Costa pode ser considerada uma biblioteca profissional. Lamentavelmente, a forma de constituição ficou omissa, matéria que é relevante pois, regra geral, resulta de aquisições, ofertas pessoais e institucionais, legados e trocas¹⁹. De qualquer forma, apreciaria os livros, tanto mais que guardava alguns truncados, sem folhas no princípio ou no fim. A morte do sogro poderá ter sido um momento em que obteve alguns e, aparentemente, adquiriu outros posteriormente, uma vez que a data da obra mais recente era muito próxima do momento da redação do catálogo enviado à Real Mesa Censória.

¹⁸ Editado em Paris, naquela data e naquele formato, encontra-se de François Massialot, (1660?-1733), *Nouvelle instruction pour les confitures, les liqueurs et les fruits [Texte imprimé]... avec la manière de bien ordonner un fruit. Suite du Nouveau cuisinier royal et Bourgeois... Nouvelle édition, revue, corrigée et beaucoup augmentée*, Paris: Veuve Prudhomme, 1737 e, em 12.º, a obra de Louis Liger (1658-1717), *Le Ménage des champs et de la ville, ou Nouveau cuisinier français, accomodé au goût du tems, contenant tout ce qu'un parfait chef de cuisine doit sçavoir pour servir toutes sortes de tables,... avec une instruction pour faire toutes sortes de pâtisseries...* [par L. Liger.] Nouvelle édition, Paris: C. David, 1737.

¹⁹ Para Florença, entre 1588 e 1607, conhecem-se os livros adquiridos a crédito pelas religiosas da cidade ao livreiro Piero Morosi. Num total de 1101 livros, 511 destinaram-se às casas femininas. Fora deste cômputo ficaram os que foram obtidos por homens e oferecidos às religiosas. Veja-se Gehl, 1996, pp. 67-82.

Se os livros que compuseram a livraria foram maioritariamente de temática religiosa, o que não destoou do que era comum na época, também é certo que os restantes não evidenciam apenas um foco de interesse, como a medicina e, em especial, a farmacopeia. O número de obras relativas a estes temas acabou por ficar diluído no total, apesar de António de Morais da Costa ter sido boticário. Outra observação prende-se com o facto de não haver um único livro relativo, ainda que vagamente, à segunda função, a de guarda dos cárceres, nem sequer o regimento do Santo Ofício de 1640.

A biblioteca de António de Morais da Costa não se afasta do que se conhece para as leituras da época. Uma forte presença de obras de temas religiosos, a par do crescente interesse pela literatura e, em menor escala, pela história (Braga, 2001). Apesar de ter desempenhado duas atividades laborais, as leituras não permitem evidenciar uma biblioteca profissional, não obstante a presença de alguns títulos, mormente de um dos manuscritos. Contudo, as quatro obras de medicina e de farmacopeia não se impuseram no cômputo total.

Finalmente, enfatize-se que os catálogos resultantes do decreto de 1769 não podem, nem de forma aproximada, representar a totalidade dos leitores da época, que possuíam livros. Não é plausível que nos tribunais de Coimbra, Évora e Lisboa apenas um dos funcionários menores possuísse obras. Ou, se incluirmos os servidores do Conselho Geral do mesmo nível, três. O mesmo se pode afirmar em relação aos boticários de Lisboa e seu termo, apenas oito; ou às religiosas de todo o reino, apenas 56. Ou porque não foram redigidos ou porque não chegaram ao presente, torna-se claro que não correspondem à totalidade das pessoas que possuíam livraria. Se tivermos em atenção que não se encontraram os catálogos dos que desempenharam altos cargos no Santo Ofício, a conclusão robustece-se. Portanto, a análise dos catálogos por grupos socioprofissionais permitirá fundamentar cada vez mais esta posição.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 117, cat. 364; cx. 124, cat. 1490; cx. 135, cat. 2563.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa]. (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206.

Fontes impressas

- Franco, J. E., & Assunção, P. de. (2004). *As metamorfoses de um polvo: religião e política nos regimentos da Inquisição portuguesa (Séc. XVI-XIX)*. Prefácio.
- Franco, J. E., & Fiolhais, C. (Dir.); Borges, A. M., Pita, J. R., & Ribeiro, L. G. (Coord.). (2019). *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. Primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem*. Círculo de Leitores.

Bibliografia

- Alves, A. R. (2014). A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14, 209-230.
- Antunes, A. de A. (2004). *Espelho de cem faces: o “universo relacional” de um advogado setecentista*. Annablume, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Baranda Leturio, N. (2003). Las lecturas femeninas. In V. Infantes de Miguel, F. Lopez & J.-F. Botrel (Dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España 1472-1914* (pp. 159-170). Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Braga, I. D. (2001). As realidades culturais. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (Dir.), *Nova História de Portugal* (vol. 7, pp. 465-565). Editorial Presença.
- Braga, I. D. (2025, abril 3-4). *Bibliotecas particulares de freiras: resistência ou ortodoxia no Portugal do século XVIII?* [Comunicação]. Congreso Internacional Resistencias y Violencias en las Sociedades Atlánticas, ss. XVI-XX, Valladolid.
- Braga, I. M. R. M. D. (2005). *Cultura, Religião e Quotidiano: Portugal (século XVIII)*. Hugin Editores.
- Braga, I. M. R. M. D. (2010). Os Monges de São Vicente de Fora na Época Moderna. In S. C. Saldanha (Coord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora: arte e história* (pp. 35-53). Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.
- Braga, I. M. R. M. D. (2012). *Bens de hereges. Inquisição e cultura material: Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Braga, I. M. R. M. D. (2015). *Viver e morrer nos cárceres do Santo Ofício*. A Esfera dos Livros.
- Buescu, A. I. (2016). *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Burke, P. (2002). *Historia social del conocimiento: de Gutenberg a Diderot*. Paidós.
- Caravale, G. (2022). *Libri pericolosi: censura e cultura italiana in età moderna*. Editori.
- Cardoso, A. M. de B. (1995). *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Cardeal Saraiva*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- Carvalho, J. A. de F. de (2003). El club de los señores de las bibliotecas muertas? Nota a propósito de la librería del primer marqués de Niza en el Portugal en mediados del siglo XVII. In A. Castillo Gómez (Ed. Lit.), *Libro y lectura en la Península Ibérica y América (siglos XIII a XVIII)* (pp. 165-188). Junta de Castilla y León.
- Castillo Gómez, A. (2016). *Leer y oír leer: ensayos sobre la lectura en los Siglos de Oro*. Iberoamerica.

- Cátedra, P. M., & Rojo, A. (2004). *Bibliotecas y lecturas de mujeres: siglo XVI*. Instituto de Historia del Libro y de la Lectura.
- Cayuela, A. (2003). Las justificaciones y críticas de la lectura. In V. Infantes, F. Lopez & J.-F. Botrel (Dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España 1472-1914* (pp. 171-179). Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Dias, J. P. S. (2007). *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa setecentista*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Dias, J. P. S., & Pita, J. R. (1994). A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos Mosteiros e Conventos da Lisboa Setecentista. In M. P. Basso & J. M. Neto, *A Botica de São Vicente de Fora* (pp. 19-25). Associação Nacional de Farmácias.
- Feitler, B. (2016). Ofícios e estratégias de acumulação: o caso do despenseiro da Inquisição de Lisboa, António Gonçalves Prego (1650-1720). *Topoi*, 17(33), 468-489.
- Fernandes, M. de L. C. (2000). *A biblioteca de Jorge Cardoso (†1669), Autor do Agiólogo Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ferro, J. P. (1995). *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Editorial Presença.
- Gehl, P. F. (1996). Libri per donne: le monache clienti del libraio Fiorentino Piero Morosi (1588-1607. In G. Zarri (Dir.), *Donna, disciplina, creanza cristiana dal XV al XVII secolo: studi e testi a stampa* (pp. 67-82). Edizioni di Storia e Letteratura.
- Gouveia, A. C. (1993). Estratégias de interiorização da disciplina. In J. Mattoso (Dir.); A. M. Hespanha (Coord.), *História de Portugal: o Antigo Regime* (vol. 4, pp. 415-449). Editorial Estampa.
- Guillaume-Alonso, A. (1999). Des bibliothèques féminines en Espagne (XVI^e-XVII^e siècles): quelques exemples. In D. de Courcelles & C. Val Julián (Coord.), *Des femmes et des livres: France et Espagne XIV^e-XVII^e siècles* (pp. 61-75). École des Chartres.
- Gutton, J.-P. (1971). *La Société et les pauvres: l'exemple de la généralité de Lyon (1534-1789)*. Société d'Édition Les Belles Lettres.
- Hespanha, A. M. (2010). *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Annablume.
- Kennedy, M. (1999). Women and reading in eighteenth-century Ireland. In B. Cunningham & M. Kennedy, *The experience of Reading: Irish historical perspectives* (pp. 78-98). Rare Books of the Library Association of Ireland and Economic and Social History of Ireland.
- Lopes, B. (2011). Família e Transmissão de cargos no Santo Ofício: o meirinho da Inquisição de Évora. In Z. C. Santos (Coord.), *Família, espaço e património* (283-299). CITCEM. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10700.pdf>.
- Lopes, M. A. (2000). *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra (1750-1850), vol. 1*. Palimage Editores; Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- Magalhães, J. P. de. (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Universidade do Minho.
- Marques, A. H. de O. (1998). *História de Portugal, vol. 2*. Presença.

- Marques, M. A. S. (1964). *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspetos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Universidade de Coimbra.
- Marques, M. A. S. (1983). Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória. In M. Antunes, *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte* (pp. 185-212). Brotéria; Livraria A. I.
- Marquilha, R. (2000). *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Martínez Pereira, A. (2003). Historia de la formación y evolución de las bibliotecas. In V. Infantes de Miguel, F. Lopez & J.-F. Botrel (Dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España 1472-1914* (pp. 114-122). Fundación Gernán Sánchez Ruipérez.
- Martins, J. F. (2015). *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Martins, M. T. E. P. (2005). *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Mesquita, L. M. S. (1993). *Braga e a cultura portuguesa dos finais da Época Moderna: a biblioteca dos oratorianos* (2 vols.) [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Oliveira, A. de. (2002). Uma declaração de bens de João Pinto Ribeiro como titular de ofício público. In A. de Oliveira, *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII* (pp. 131-141). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, A. de. (2010). Livrarias de professores da Universidade de Coimbra. In A. de Oliveira, *Pedaços de História Local* (vol. 2, pp. 129-338). Palimage.
- Oliveira, J. A. M. P. de. (1995). *A paixão da história na biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Oliveira, R. J. C. P. de. (2007). *Uma vida no Santo Ofício: O Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Pinho, I. M. R. T. de. (2000). *O mosteiro de São Bento de Ave Maria do Porto (1518-1899): uma arquitectura no século XVIII* (2 vols.) [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Pita, J. R. (1996). *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Minerva.
- Pita, J. R. (2019). *Farmacopeia Lusitana* (1704). In J. E. Franco & C. Fiolhais (Dir.), *Obras pioneiras da cultura portuguesa: primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem* (vol. 22, pp. 11-25). Círculo de Leitores.
- Pita, J. R., & Pereira, M. L. (2008). Botica, farmacopeia conventual e farmacia: a *Pharmacopeia Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704). In M. A. F. Marques (Coord.), *Mosteiro e Saúde – Cerca, Botica e Enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (pp. 95-107). s.n.
- Prieto Bernabé, J. M. (2004). *Lectura y lectores: la cultura del impreso en el Madrid del siglo de Oro (1550-1650)*. (vol. 2). Editora Regional de Extremadura.
- Rocha, I. (1996). A livraria do convento da Arrábida. In *I-II Seminário "O Franciscanismo em Portugal: actas"* (pp. 185-194). Lisboa: Fundação Oriente.
- Rodrigues, J. D. (2003). *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. (vol. 2). Instituto Cultural de Ponta Delgada.

- Roggero, M. (2021). *La vie dei libri: letture, lingua e pubblico nell'Italia moderna*. Il Mulino.
- Santos, A. P. dos. (2019). *Entre livros e estantes: um estudo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto a partir dos inventários produzidos entre 1769 e 1834* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Santos, M. J. A. (2004). *Assina quem sabe e lê quem pode: leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (1526)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, M. J. A. (2008). El libro y la lectura entre las mujeres en el Portugal medieval. In Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació [Barcelona], *El Llibre i la lectura: de l'Antiguitat a l'Època Moderna* (pp. 91-106). Generalitat de Catalunya.
- Silva, F. R. da. (1991). Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII. In J. M. Ribeiro, *I Congresso Internacional do Barroco. Actas* (vol. 2, pp. 451-461). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Staves, S. (2007). 'Books without witch I cannot write': how did Eighteenth-Century women writers get the books they read?. In J. Batchelor & C. Kaplan (Dir.), *Women and material culture, 1660-1830* (pp. 192-211). Plagrave Macmillan.
- Tavares, R. (2018). *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural no século XVIII*. Tinta da China.

Las visitas pastorales en los Archivos Eclesiásticos, fuentes para la investigación histórica: El ejemplo de los Archivos-Eclesiásticos de Mérida-Badajoz

Pastoral visits in the Ecclesiastical Archives, sources for historical research: The example of the Ecclesiastical Archives of Mérida-Badajoz

GUADALUPE PÉREZ ORTIZ

Universidad Internacional de la Rioja. Grupo de Investigación Lectur Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz

mgperort@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5334-1322>

AGUSTÍN VIVAS MORENO

Universidad de Extremadura. Grupo de investigación ARDOPA

aguivivas@unex.es

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7571-126X>

SONIA LÓPEZ ORTIZ

Universidad de Extremadura. Grupo de investigación ARDOPA

sonialo@unex.es

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7212-7404>

Artigo entregue em: 25 de fevereiro de 2025

Artigo aprovado em: 18 de julho de 2025

RESUMEN

El trabajo que se presenta tiene como objetivo la identificación y análisis de la documentación relativa a las visitas pastorales conservadas en los archivos eclesiásticos, como fuente fundamental para el desarrollo de investigaciones históricas. Ello nos acercará al conocimiento en profundidad de las poblaciones en que estas visitas fueron desarrolladas. No solamente a los aspectos eclesiásticos (número de parroquias, sacerdotes, feligreses, etc.), también a las realidades históricas, demográficas, económicas, educativas, culturales, patrimoniales, artísticas, sociales, etc. de cada una de estas poblaciones; permitiendo por tanto a partir de este análisis, el desarrollo posterior de investigaciones de diversa índole que tienen como sustento la documentación de archivo. Para el desarrollo de este cometido tomaremos como referencia los Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz, institución eclesiástica que conserva un volumen documental importante relativo a visitas pastorales y por tanto nos permite trazar un modelo extrapolable al conjunto de archivos que constituyen la Iglesia católica.

PALABRAS CLAVES: Fuentes histórico eclesiásticas; Investigación histórica; Visitas pastorales; Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz.

ABSTRACT

The main purpose of the work presented below is to identify and analyse the documentation relating to pastoral visits kept in ecclesiastical archives, as a fundamental resource for the development of various historical investigations, given that the analysis of pastoral visits will bring us closer to an in-depth knowledge of the populations in which these visits were carried out. Not only the ecclesiastical aspects (number of parishes, priests, parishioners, etc.), but also the demographic, economic, educational, cultural, heritage, artistic, etc. realities of each of these populations; thus allowing, based on this documentary analysis, the subsequent development of historical investigations of various kinds that are supported by archival documentation. For the development of this task, we will use the Ecclesiastical Archives of Mérida-Badajoz as a reference. This ecclesiastical institution preserves a significant volume of documents related to pastoral visits, allowing us to develop a model that can be extrapolated to a large number of archives.

KEYWORDS: Historical ecclesiastical sources; Historical research; Pastoral visits; Ecclesiastical Archives of Mérida-Badajoz.

Introducción: las visitas pastorales como fuente histórica

La Iglesia, en su largo devenir, ha desarrollado una administración compleja que le ha permitido un férreo control a sus integrantes y, al mismo tiempo, ser una institución de poder inserta en las diferentes sociedades y sus contextos.

De todo ello, como intentaremos vislumbrar en las páginas que siguen, las *visitas pastorales* son un ejemplo fidedigno. El análisis de esta documentación nos permitirá observar, no sólo algunos datos de naturaleza doctrinal o espiritual, sino fundamentalmente, aquellos aspectos terrenales que son sustanciales para la comprensión histórica y sus tejidos sociales, económicos y políticos.

Cuando periódicamente se producían las visitas del prelado a los territorios que formaban parte de su jurisdicción se desarrollaban interesantes y completos informes previos y posteriores a las mismas, donde eran registrados de forma rigurosa aspectos heterogéneos, tanto desde el punto de vista interno -número de parroquias, conventos, fieles, administración de sacramentos, asistencia a actos religiosos, existencia de cofradías y hermandades o patrimonio eclesiástico - como externos - aspectos educativos, sociales, económicos...- Así, por ejemplo, se hace referencia al número de colegios y alumnos, a las actividades educativas y culturales desarrolladas, a la relación de bienes artísticos con los que las iglesias cuenta, o al número de habitantes distribuidos por calles, profesiones, nacimientos, mortandad, etc. En consecuencia, las visitas pastorales son fuentes relevantes para la investigación histórica (Miguel García, 1999).

Esta documentación ha sido tratada de forma muy desigual y fragmentaria en la literatura. Al hilo, ciertamente son de gran utilidad un nutrido número de publicaciones que abordan el tema desde una perspectiva general (Toral Fernández, 1997; Cárcel Ortí, 1982, 2007; o Puigvert i Solà, 2003). Del mismo modo, hay análisis particulares para el estudio de las visitas en una determinada población o diócesis en España (Silva Ramírez, 1999 (Diócesis de Almería); Domínguez Teba, 2024 (Diócesis de Huelva); Ceballos Roa & Rodríguez López, 2021 (Diócesis de León); o Sarmiento Pérez, 2016, 2022; (Diócesis de Mérida-Badajoz)), o fuera de ella (Venard, 1990 (Francia); Bravo Rubio, 2024 (México); Cruz Peralta, 2023 (México)). Igualmente, hay otras investigaciones que abordan diversas temáticas con los datos extraídos de los informes presentados en las visitas. Así, para el arte (Solís Rodríguez, 1999; Martínez Oliver, 2016), para cuestiones sociales y demográficas (Pueyo Colomina, 1981; Cárcel Ortí, 2016), para aspectos meteorológicos (Díaz Bolaños,

2019) o para asuntos de comunicación (Pueyo Colomina, 1999). Todas ellas nos permiten configurar un mapa de contenidos que va mucho más allá de los aspectos puramente eclesiales.

Del mismo modo, son importantes otros trabajos que se centran en el estudio de las disposiciones posteriores a la visita pastoral (Mateos Royo, 1993; Sorondo, 1994; Gómez de Valenzuela, 2022; Montero Santalha, 2020) dado que son valiosas para conocer las acciones emprendidas y los cambios que han suscitado.

Marco teórico

Las Visitas Pastorales: historia, funciones y desarrollo

La visita pastoral es una de las acciones eclesiales más antiguas. Tienen su origen en los primeros años del cristianismo y todavía hoy se sigue practicando. Parece ser que el desarrollo de su legislación canónica fue sintetizado por el Decreto de Graciano, (Cárcel Ortí, 2016, p. 12). Tuvieron una progresión desigual a lo largo de los tiempos, con un menor desarrollo en los siglos XIII-XIV y con un nuevo resurgir tras la celebración del Concilio de Trento (Miguel García, 1999).

Las visitas pastorales pueden ser consideradas como un instrumento de control a través del cual el obispo vigilará el grado de cumplimiento de los preceptos doctrinales y corregirá las deficiencias detectadas. Con la información obtenida, el prelado elabora un informe que presenta ante el Papa en las llamadas visitas *Ad limina* y que sirve a Roma para conocer las realidades de las diócesis a nivel mundial y dictar pautas de actuación para corregir problemas que afectan a la Iglesia (Torral Fernández, 1997; Cárcel Ortí, 2016).

Según el *Código de Derecho Canónico* (1983) en su artículo 396, una visita pastoral es

la visita que realiza un obispo a las parroquias y comunidades de su diócesis. En ella, el obispo tiene encuentros con el clero, los religiosos y los laicos para exhortarlos a tener una vida de fe y práctica cristiana, y examina y valora las estructuras e instrumentos destinados al servicio pastoral. 396 § 1. El Obispo tiene la obligación de visitar la diócesis cada año total o parcialmente de modo que al menos cada cinco

años visite la diócesis entera, personalmente o, si se encuentra legítimamente impedido, por medio del Obispo coadjutor, o del auxiliar, o del Vicario general o episcopal, o de otro presbítero.¹

En relación a lo expuesto, el *Directorio para el Ministerio Pastoral de los Obispos* (A Santa Fé - Congregación para los Obispos, 2004) determina cuáles son las diferentes tareas que el obispo debe realizar siempre que acomete una visita pastoral. Entre ellas: celebrar la misa, conferir el sacramento de la confirmación, reunirse con el párroco y con los otros clérigos que colaboran en las parroquias, reunirse con el Consejo pastoral, reunirse con el Consejo para asuntos económicos, reunirse con los niños y jóvenes que hacen catequesis, visitar las escuelas y otras obras e instituciones católicas que dependen de la parroquia y visitar a algunos enfermos de la parroquia (can. 171). Para ello se establece que la visita pastoral debe ser cumplida con el siguiente orden:

primero las parroquias de la ciudad y luego las parroquias rurales; después la catedral y luego las otras parroquias de la ciudad. Después las confraternidades, los seminarios, las asociaciones, los hospitales y los otros lugares píos. Luego viene la investigación precisa y cuidadosa sobre el estado de la iglesia, de las cosas destinadas al culto, de los ornamentos y vestiduras sagradas, de los corporales y purificadores, de las reliquias, de la limpieza, de los sepulcros, de los cementerios, de las capillas menores e incluso del archivo... De gran importancia es el inventario de los bienes de la iglesia, de los bienes capitulares o parroquiales y de aquellos que están anexos a cualquier beneficio; y luego el inventario de los bienes de las capellanías, de las cofradías, de los hospitales y de cualquier otro lugar pío. (Palestra, 1966, pp. 48-49)

Las actas de visita y el conjunto de documentos que se agrupan bajo la nomenclatura de “visita pastoral” están presentes en casi todas las diócesis y por consiguiente en sus archivos, siendo una fuente histórica importantísima para el conocimiento de una población. Ahora bien, no son una fotografía exacta de la situación de una determinada diócesis. En palabras de Cárcel Ortí (2016, p. 15) “hemos de utilizar estas fuentes con precauciones, ya que se

¹ Podemos encontrar su referencia en la página web dedicada al Código de Derecho Canónico del año 1983: <https://www.diocesetuivigo.org/wp-content/uploads/2019/11/Codigo-Derecho-Canonico-CIC.pdf>

ocupan más de los abusos y defectos a corregir, que de aquellos aspectos que funcionan bien". Por ello, es imprescindible completarlas con el análisis de otras fuentes históricas complementarias: actas conciliares y sinodales, procesos judiciales, visitas *ad limina*, libros sacramentales, y otras series documentales.

La información que se obtiene de estas visitas es de suma importancia para el funcionamiento de una diócesis, dado que "el Obispo tomará en cuenta los resultados de la visita pastoral que, más que las indagaciones sociológicas o encuestas, le permiten conocer las necesidades espirituales de la diócesis" (Código de Derecho Canónico, 1983, can. 171). Por medio de las actas que recopilan los datos obtenidos tras el desarrollo de una visita pastoral se puede trazar un interesante cuadro que muestra la situación de la Iglesia y la vida religiosa, la calidad del clero, rentas parroquiales, patrimonio artístico, cuestiones demográficas, costumbres y tradiciones populares (Martín Riego, 1999). Por tanto, de esta fuente histórica se obtienen datos para el trazado de estudios de diversa índole: liturgia, derecho, religiosidad popular, arte, demografía, estudios antropológicos, estudios sociológicos, arquitectónicos, artísticos, etc (Torral Fernández, 1997).

Hasta el siglo XVI, salvo contadas excepciones como las de los archivos diocesanos de la Provincia Tarraconensis, no contamos con un volumen continuado de esta documentación. Es a partir de esta fecha cuando localizamos estos documentos de una manera permanecida en el tiempo. Por una parte, en los archivos diocesanos recogidas en libros, donde una vez terminada la visita el secretario depositaba el libro que recogía los datos referidos a todo lo que se había inspeccionado. De estos libros se mandaba a las parroquias una copia sellada con los datos extraídos de la visita, por lo que también es habitual encontrar este tipo de documentación en los archivos parroquiales. También se pueden encontrar visitas pastorales en los archivos catedralicios. No era inusual que en momentos de sede vacante fuera un canónigo el que realizara la visita pastoral y, por tanto, la documentación generada pasara al archivo capitular y no al diocesano. Tampoco quedan ajenos los archivos municipales fruto de la acción jurisdiccional del obispo sobre un territorio, en este caso las actas suelen estar incluidas entre la documentación de los acuerdos del municipio (Cárcel Ortí, 2016).

Antes de dar comienzo a la visita pastoral se envía a cada parroquia un cuestionario para ser completado con los diversos datos que posteriormente serán tratados y analizados. En estos cuestionarios se abordan tanto la administración de los bienes temporales de las parroquias, como aspectos relativos a la iglesia, clero y al pueblo en general. Una vez completados se envían al obispado para su análisis, siendo claves en el posterior desarrollo de la visita episcopal.

Iglesia^m Parroquial de San Blas
de Bodonal de la Sierra

—O—O—O—

Cap. I.—Administración temporal de bienes, inventarios y archivos.

1. Los administradores eclesiásticos y seglares de las iglesias o lugares píos rinden cuentas de su administración todos los años al Ordinario, según el can. 1.525? *Si*
2. Se ha observado lo prescrito: a) en el can. 1.523, acerca de la administración y de los libros de ingresos y gastos? *Si* b) En el can. 1.526, sobre no incoar lides sin licencia escrita del Ordinario? *Si* c) En el canon, 1.527 sobre los actos extraordinarios de administración? *Si* d) En el can. 1.544, sobre la congrua dotación de las fundaciones sobre escrituras fundacionales, etc.? *Lo fué recibido por la Delegación de Capellanías*
3. Los que fiduciariamente han recibido bienes para causas pías, cumplen lo mandado en el can. 1.516 principalmente acerca de la cuenta que han de dar al Ordinario? *Presentan los cuentas en cada visita*
4. En las ventas, pignoraciones, permutas, alquileres y enfitensis de bienes se han observado fielmente las normas de los cans. 1.530, 1.533, 1.538 y 1.542? *No hay que*
5. Hay cepillos bien cerrados para recoger limosnas? *Si* La extracción, revisión y anotación de las limosnas se ha hecho con normalidad? *Si* Según el can. 1.182, las oblacones hechas a las parroquias e iglesias son administradas debidamente? *Si* Se rinden cuentas al Ordinario? *Si* Los colectores se abstienen de toda exigencia odiosa y vejatoria? *Si*
6. Acerca de los estipendios de Misas. Se observa: a) La tasa diocesana establecida por el Ordinario en virtud del can. 831? *Si* b) El can. 835 sobre no aceptar los Sacerdotes mas Misas de las que puedan celebrar durante un año? *Si* c) El can. 841 sobre la entrega de Misas sobrantes al Ordinario? *Si* d) Los cans. 843 y 844 sobre libros de Misas, es decir, los libros de las iglesias y los libros personales de los Sacerdotes? *Si*
7. Según los cans. 1.296 y 1.522 se han hecho dos ejemplares (uno para el propio archivo y otro para la Curia episcopal) del inventario de los inmuebles, muebles y utensilios sagrados de las iglesias, parroquias, capillanos y lugares píos canónicamente erigidos? *Si* Según los cans. 1.296, 1.300-1.309, se cuida de que a la muerte del rector de la iglesia o del superior de la obra pía no se pierdan o no sean sustraídos los bienes muebles y utensilios sagrados? *Si*
8. La parroquia y las iglesias y lugares píos tienen su archivo en el que guardan los documentos, inventarios de muebles e inmuebles y catálogo de las escrituras y de todos los documentos? *Si* Un ejemplar de este catálogo fué presentado en la Curia eclesiástica, según manda el can. 383? *Si*

Observaciones: *(1) No ha habido observaciones.*

Figura 1 – Cuestionario previo a la visita pastoral. Parroquia de San Blas [Bodonal de la Sierra]. (1921).
(Archivo Eclesiástico de Mérida-Badajoz, comp.19A, caja 6, exp.21).

Desde el siglo XV existe un esquema definido para la ejecución de una visita pastoral que se divide en dos bloques que quedan registrados y que da lugar a una documentación de carácter homogéneo, lo cual permite a los investigadores la extracción de los datos necesarios para sus investigaciones. Por una parte, la *visitatio rerum*, que analizaba la parte material de la iglesia parroquial (sagrario, altares, pila bautismal y crismas); sacristía (plata, reliquias y ornamentos); coro con sus libros y órganos; campanas y campanario; casa parroquial; cementerio; colegios; hospital y ermitas; libros de la administración de los bienes eclesiásticos (estatutos, constituciones, inventarios, títulos) y las tareas administrativas de los párrocos. Por otra parte, la *visitatio hominum* que comprendía la vida, deberes y costumbres del clero y del pueblo (Domínguez Teba, 2024).

10^a

Capellanías y cargas piasdonas fundadas y servidas en la Igle-
sia Parroquial privilegiada de Nra. Sra. Sta. María del
Soterrañ de la villa de Barcarrota cuyo Cura propio es el
Dor. Don Angel Perez Martiner.

La Capellanía de Nra. de alba fundada por el Illmo.
Pior D. Fernando Ramirez y Narguez Obispo que fué
de esta Diócesis, cuyo Capellán actual es el Pbro. D. Fran-
cisco Hernandez Dominguez.

Conta de los bienes siguientes: Una cerca olivar al sitio
llamado de "Cerro Negro" terreno de esta villa, de cabida
de 17 fanegas, cuyo valor en venta fue tasado en 5,750 pesetas.
Otra parte del herro denominada "Nega del Cuencillo" cuya
cabida es de 12 fanegas, sita en este mismo término. Esta ca-
pellanía tiene de carga la celebración de Misa de alba en todos los
días festivos y de 40; Misas cantadas, una el día de S. Elde-
fonso, viriliter, de buero y otra a la hora del alba del día de
la Natividad de la Sra. Virgen, ocho de Septiembre. Se hallan
cumplidas dichas cargas. Parece que la suculle del primitivo fundo-
dor de precatada debió ser dotar a esta Parroquia de personal su-
ficiente para ministrar los actos del culto, no pudiendo disponer el
párroco sino de su único Coadjutor, en los días festivos, al men-
dor de primera clase, no puede celebrar la Misa conventual con ves-
tuario, por carecer de personal; pues el Capellán es también
Coadjutor de la Parroquia del Pótopol Santiago. =

La fundada por Francisco Narguez Nera y su esposa Maria Morana,
los bienes dotales de ella fueron adjudicados como litres al Pbro.
D. Manuel Nández Soterrañ, al presente, y se dice, pues no hay
documento que lo justifique, que dicho Pbro. recluyó la carga de
12 Misas rezadas, debales, ingresando en el acervo pio R. 266 P. en
el año de 1871. No se cobra nada de la Delegación, y por consiguien-
te dichas cargas están sin cumplir.

También fueron adjudicados al mismo Pbro. Don Manuel
los bienes dotales de esta Capellanía fundada por referido Fran-
cisco Narguez Nera, de carga otras 12 Misas rezadas, aunadas, que no
se celebran desde no se sabe cuando. Se ignora si dicha carga es

Figura 2 – Memoria de visita pastoral. Parroquia Santa María del Soterrañ [Barcarrota]. (1905). (Archivos
Eclesiásticos de Mérida-Badajoz, comp.20B, caja 5, exp.34).

Los libros de visita, después de ofrecer la radiografía pormenorizada de todos los elementos analizados, suelen incluir unos folios, llamados mandatos de visitas, donde se registran las disposiciones y recomendaciones dictaminadas por el obispo para la mejora de la vida parroquial y que son también de gran interés para el trazado de nuevas investigaciones.

Breve aproximación a los Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz: historia y fondos documentales

Para poder contextualizar debidamente nuestra investigación es necesario exponer al menos de forma somera los principales acontecimientos relacionados con el archivo custodio de la documentación objeto de estudio que servirá para la confección de un marco de referencia al resto de archivos eclesiásticos.

El inicio de los archivos diocesanos de Badajoz tiene su fundamento en dos hechos: la reestructuración del Obispado, a manos del obispo Fray Pedro Pérez (1255), y las imposiciones que tendrían lugar durante la celebración del Concilio de Trento (1545-1563) en las que se determina la obligatoriedad de residencia de los prelados en las diócesis asignadas (Pérez Ortiz, 2006); es en este momento cuando la documentación originada por el obispo pacense pasa a ser conservada en un lugar propio, el archivo diocesano, distanciándose del archivo catedral que había sido hasta el momento su principal refugio.

Como es lógico, los acontecimientos históricos acaecidos en España influirían notablemente en la consolidación de nuestro archivo. En primer lugar, la Guerra de Sucesión (1705), cuyos continuos bombardeos asolaban la ciudad de Badajoz, siendo uno de sus objetivos el Palacio Episcopal, donde se situaba el archivo, destruyendo como consecuencia numerosos legajos. En segundo lugar, la invasión napoleónica (López Fernández, 2005), supuso también un detrimento del archivo con la pérdida de un considerable número de expedientes. Más tarde, con la Guerra Civil Española (1936-1939) y el intento de salvaguardar el patrimonio de los posibles asaltos, se produjeron pérdidas y deterioros documentales importantes. A todo ello debemos sumarle los diferentes traslados que el archivo sufrió a lo largo del siglo XX (1965-1990) en busca de mejores condiciones para la conservación documental (Sala capitular de la Catedral de Badajoz, Palacio Episcopal y Casa del Cordón); de nuevo se producen desperfectos en la documentación (López Ortiz, et al., 2023).

Posteriormente, el arzobispo metropolitano Santiago García Aracil, unificó los fondos catedralicios y diocesanos en un único establecimiento (2006), creándose así los Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz. Su principal misión era la de salvaguardar en una única entidad la documentación generada por las diversas instituciones eclesiásticas de la baja Extremadura y ponerla a disposición de la investigación y de la historia. Posteriormente, durante los años 2011-2012, fueron trasladados a estas instalaciones los

fondos documentales de las más de cien parroquias que configuran nuestra archidiócesis.

En la actualidad, los Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz están constituidos por 5 grandes fondos de carácter independiente:

Fondo diocesano: alberga la documentación generada y recibida por el prelado en el desarrollo de sus competencias (Vivas Moreno & Pérez Ortiz, 2015). Actualmente dicho fondo se encuentra en un período muy avanzado de identificación, análisis y creación de herramientas descriptivas. Tras una primera revisión documental, hemos identificado series pertenecientes al Gobierno (secretaría particular y la documentación en forma de correspondencia, circulares y solicitudes que mantenían con otras instituciones de carácter civil, eclesiástico y militar y visitas pastorales, documentación que será la base de nuestro estudio), a la Administración económica (cuentas de fábrica, Comisión de Culto y Clero o las cuentas procedentes de la Junta Diocesana), a la Vicaría general, al Provisorato y relativas a otras instituciones tanto civiles como eclesiásticas con las que el obispado mantenía una fluida comunicación.

Fondo catedralicio: conserva la documentación generada por el cabildo pacense en el desarrollo de sus funciones. En la actualidad este fondo está debidamente inventariado y catalogado (Blázquez Ruiz, et al., 2024), quedando únicamente pendientes las tareas de digitalización. Entre sus principales secciones, destaca la sección de Gobierno, que se divide a su vez en Gobierno Capitular (resultado de la gestión de su organización) y Supra-capitular (formado por aquellas instituciones, de alto estamento, con las que mantiene el cabildo relaciones, como la Santa Sede y la Corona). La Administración económica (vinculada con la actividad económica de la Catedral), la Liturgia (servicio ceremonial), el Patrimonio (relacionada con los bienes muebles e inmuebles), las Fundaciones (capellanías y obras pías), la Justicia (comprendidas entre justicia civil y eclesiástica), las Instituciones vinculadas y las Colecciones (destacan los libros corales y las partituras (López Ortiz & Requena Suárez, 2022)).

Fondos parroquiales: siguiendo las directrices de la Conferencia Episcopal Española, durante los años 2011 y 2012, se trasladan a los Archivos eclesiásticos la documentación proveniente de las más de 100 parroquias que constituyen la Archidiócesis de Mérida-Badajoz (Durán García, 2019). Entre sus fondos, conservados de forma independiente y en calidad de depósito, destaca la documentación registrada por los párrocos en relación a la vida cotidiana de sus feligreses, esencialmente los libros sacramentales (García Pérez, 2009) (bautismos, matrimonios y defunciones) que, a día de hoy, son los más demandados por los usuarios para la ejecución de estudios genealógicos.

Entre sus series, cabe destacar los registros sacramentales, ya mencionados; las fundaciones (capellanías, cofradías, hermandades y obras pías); expedientes matrimoniales y las cuentas parroquiales, entre otros.

Fondos de las Órdenes Militares: en los archivos eclesiásticos pacenses, encontramos documentación relativa a las órdenes de Alcántara y Santiago. A diferencia de otros fondos, esta documentación se encuentra debidamente identificada e inventariada, quedando únicamente pendientes las tareas de digitalización. Entre sus principales secciones, destacan el Gobierno Interno y Externo, la Administración económica y la Justicia.

Las visitas pastorales en el fondo diocesano de Mérida-Badajoz

Aspectos generales

A continuación, procederemos a la identificación de la documentación sobre visitas pastorales que podemos encontrar en los mencionados archivos. Recordemos que los citados archivos serán tomados como punto de referencia extrapolable a otros contextos similares en el marco global de la Iglesia católica. Como se ha señalado anteriormente los Archivos eclesiásticos de Mérida-Badajoz están constituidos por cinco fondos independientes. Tras el análisis pormenorizado de los mismos nos percatamos que existen visitas pastorales en cada uno de ellos, corroborando la importancia de este procedimiento eclesiástico.

Fondo	Fechas extremas	Unidad de instalación	Número de expedientes
Catedralicio	1717-1915	7 cajas	7
Diocesano	1581-1915	45 cajas	655
Orden de Alcántara	1565-1865	28 cajas	1019
Orden de Santiago	1530-1869	36 cajas	210
Parroquial ²	1535-1940	22 cajas	

Tabla 1 – Visitas pastorales en los Archivos Eclesiásticos de Mérida – Badajoz. Fuente: elaboración propia.

² El fondo parroquial aún se encuentra en fase de identificación y creación de su cuadro de clasificación e inventario, por lo que se desconoce el número de expedientes totales en estos momentos.

Como podemos observar, la orden militar de Alcántara es la que mayor volumen alberga, con un total de 1019 expedientes. Los prioratos, que disponen de su propia jurisdicción, presentan una estructura gubernativa similar a los obispados, siendo el prior su máximo representante y el responsable de ejecutar las visitas pastorales en las diferentes instituciones eclesiásticas dependientes de la orden. Seguidamente, ocupa el segundo lugar con un total de 655 expedientes el fondo diocesano. Al encargarse de la tramitación de la visita, el prelado es el responsable de gestionar y custodiar en su ministerio pastoral las visitas que se realizan a las diferentes instituciones eclesiales, resultando evidente que sea uno de los fondos más numerosos. Posteriormente, contamos con las visitas realizadas a las parroquias de diferentes poblaciones, custodiadas en los fondos parroquiales y por último siete expedientes correspondientes a las visitas efectuadas en la catedral de Badajoz, conservados en los fondos capitulares.

Nos centramos a continuación en el análisis pormenorizado de las Visitas pastorales en el fondo diocesano como ejemplo más ortodoxo de lo que aquí analizamos al estar regentadas por el obispo y ser la documentación más fielmente extrapolable a otros archivos eclesiásticos.

Análisis documental de las Visitas Pastorales en el fondo diocesano

Análisis cronológico

Contamos con visitas pastorales desde 1581 hasta 1915. Por siglos:

Siglo	Número de expedientes
XVI	9
XVII	79
XVIII	32
XIX	167
XX	351

Tabla 2 – Análisis cronológico. Fuente: elaboración propia.

Hasta la aprobación del Concilio de Trento, la ejecución de los expedientes relativos a las visitas pastorales no era un requisito obligatorio. Ya hemos visto cómo esta práctica era ejecutada desde los inicios del cristianismo, pero

no sería hasta la celebración del Trento cuando se normalizó el procedimiento, obteniendo como resultado los primeros expedientes de visitas en la diócesis pacense, con un total de nueve correspondientes a los años 1581, 1582, 1583 y 1597. Observamos que sus comienzos darían lugar aproximadamente veinte años después de la aprobación tridentina (1545-1563). Esto puede deberse principalmente a dos razones: la ejecución paulatina de los informes elaborados por los visitadores responsables y las pérdidas documentales que el archivo ha sufrido durante su constitución y desarrollo.

Asimismo, observamos un notable crecimiento en el siglo XVII con 79 visitas registradas. Durante este período contamos con la presencia de importantes prelados como Diego López de la Vega (1649-1658), que durante ocho años de gobierno realizaría 9 visitas; Francisco de Rois Mendoza (1668-1673) y Juan Roco Campofrío (1627-1632), ambos con seis años rigiendo la diócesis y 7 y 6 visitas efectuadas respectivamente.

Durante el siglo XVIII se produciría un decrecimiento en el número de expedientes. Sólo disponemos de visitas para tres obispos: Juan Marín Rodezno (1682-1701), Pedro Francisco de Levanto (1715-1721) y Manuel Pérez Minayo (1755-1779) con 1, 4 y 5 visitas ejecutadas. No obstante, si analizamos el tiempo que estuvieron en el cargo, observaremos que existen períodos donde no había ningún prelado responsable. Este acto se denominaría sede vacante y lo analizaremos con mayor profundidad en las próximas páginas. Asimismo, debemos tener presente que durante la centuria analizada el país se encontraría en un período de conflictos bélicos y epidemias, siendo una razón justificada para la disminución de visitas.

Por último, en los siglos XIX y XX podemos apreciar un notable crecimiento. Con la práctica ya normalizada, así como los criterios de conservación más regulados, los expedientes de los que actualmente disponemos aumentarían aproximadamente en 100 expedientes para el siglo XIX y 300 para la primera mitad del siglo XX (hasta 1920). A partir del XIX, los prelados se preocuparían de expandir sus visitas por todas las poblaciones que componen la diócesis, destacando la labor de obispos relevantes como Mateo Delgado Moreno (1802-1841), Francisco Javier Rodríguez Obregón (1848-1853) y Félix Soto Mancera (1904-1910) como veremos en los siguientes análisis.

Análisis topográfico

A continuación, se presentan los resultados obtenidos tras efectuar el análisis topográfico. Al disponer de un gran número de localidades (655

visitas distribuidas en 142 localidades) se ha determinado presentar la información atendiendo a una división eclesiástica: los arciprestazgos, que son un conjunto de parroquias, vecinas entre sí, en que se divide una diócesis, para organizar su acción pastoral con criterios comunes. Por tanto, son estructuras cambiantes que se adaptan a las diferentes realidades y momentos históricos de cada territorio. Éstos, también conocidos como vicariatos, están administrados por un representante denominado arcipreste. Somos conscientes de que la evolución jurisdiccional por arciprestazgos a lo largo del tiempo ha resultado ser cambiante, es por ello que para la exposición de los datos siguientes seguiremos la división hoy asentada. En la Archidiócesis de Mérida–Badajoz disponemos actualmente de catorce arciprestazgos (Alburquerque, Almendralejo, Badajoz, Calamonte, Castuera – Zalamea, Fregenal de la Sierra – Fuente de Cantos, Jerez de los Caballeros, Llerena, Mérida, Montijo, Olivenza, Villafranca de los Barros, Villanueva de la Serena y Zafra), que son los que reflejan la documentación objeto del presente estudio.

Nombre del arciprestazgo	Fechas extremas	Número de visitas
Alburquerque ³	1669-1910	25
Almendralejo ⁴	1670-1915	38
Badajoz ⁵	1628-1914	45
Calamonte ⁶	1818-1910	19
Castuera – Zalamea ⁷	1752-1915	12

³ Comprende los pueblos: Alburquerque, La Codosera, La Roca de la Sierra, Puebla de Obando, San Vicente de Alcántara y Villar del Rey.

⁴ Aceuchal, Almendralejo, Corte de Peleas, Entrines, Nogales, Santa Marta, Solana de los Barros y Villalba de los Barros.

⁵ El arciprestazgo de Badajoz se dividía por parroquias: Parroquia San Fernando y Santa Isabel, Parroquia San Juan Bautista, Parroquia San Agustín / Santa María la Real, Parroquia San Andrés y Parroquia La Purísima Concepción.

⁶ Alange, Arroyo de San Serván, Calamonte, La Garrovilla, La Zarza, Oliva de Mérida, San Pedro de Mérida, Torremayor, Torremejías, Trujillanos, Valverde de Mérida y Villagonzalo.

⁷ Benquerencia de la Serena, Cabeza del Buey, Castuera, Esparragosa de la Serena, Helechal, Higuera de la Serena, La Nava, Malpartida de la Serena, Monterrubio de la Serena, Peraleda del Zaucejo, Puerto Hurraco, Quintana de la Serena, Valle de la Serena y Zalamea de la Serena.

Fregenal de la Sierra – Fuente de Cantos ⁸	1665-1915	100
Jerez de los Caballeros ⁹	1581-1915	91
Llerena ¹⁰	1679-1915	57
Mérida ¹¹	1906-1910	15
Montijo ¹²	1664-1910	17
Olivenza ¹³	1652-1915	92
Villafranca de los Barros ¹⁴	1742-1910	15
Villanueva de la Serena ¹⁵	1634-1914	16
Zafra ¹⁶	1643-1915	101
Inventario de visitas	1797-1875	3
Otras diócesis ¹⁷	1853-1915	7
No específica	1905	2

Tabla 3 – Número de visitas por arceprestazgos. Fuente: elaboración propia.

⁸ Bodonal de la Sierra, Bienvenida, Cabeza la Vaca, Calera de León, Calzadilla de los Barros, Fregenal de la Sierra, Fuente de Cantos, Fuentes de León, Higuera la Real, Monesterio, Montemolín, Pallares, Puebla del Maestre, Segura de León, Santa María Nava, Usagre, Valencia del Ventoso y Valverde de Burguillos.

⁹ Barcarrota, Jerez de los Caballeros, Oliva de la Frontera, Salvaleón, Valle de Matamoros, Valle de Santa Ana y Zahínos.

¹⁰ Ahillones, Azuaga, Berlanga, Campillo de Llerena, Casas de Reina, Fuente del Arco, Granja de Torrehermosa, Higuera de Llerena, La Cardenchoza, Llera, Llerena, Maguilla, Malcocinado, Reina, Retamal de Llerena, Trasierra, Valencia de las Torres, Valverde de Llerena y Villagarcía de las Torres.

¹¹ Aljucén, Don Álvaro, El Carrascalejo, Esparragalejo, Mérida y Mirandilla.

¹² Carmonita, Cordobilla de Lácara, La Nava de Santiago, Lobón, Montijo, Puebla de la Calzada y Talavera la Real.

¹³ Alconchel, Almendral, Cheles, Higuera de Vargas, La Albuera, Olivenza, San Benito de la Contienda, San Jorge de Alor, Santo Domingo, Táliga, Torre de Miguel Sesmero, Valencia del Mombuey, Valverde de Leganés, Villanueva del Fresno y Villarreal.

¹⁴ Fuente del Maestre, Hinojosa del Valle, Hornachos, Palomas, Puebla del Prior, Puebla de la Reina, Ribera del Fresno y Villafranca de los Barros.

¹⁵ Campanario, Esparragosa de Lares, La Coronada, La Haba, Magacela, Sancti – Spíritus y Villanueva de la Serena.

¹⁶ Alconera, Atalaya, Burguillos del Cerro, Feria, La Lapa, La Morera, La Parra, Los Santos de Maimona, Medina de las Torres, Puebla de Sancho Pérez, Salvatierra de los Barros y Zafra.

¹⁷ Comprende los pueblos de: Albalá, Alcuéscar, Almoharín, Arroyomolinos de Montánchez, Casas de Don Antonio, Montánchez y Benamejí (Córdoba).



Gráfico 1 – Número de visitas por arciprestazgos. Fuente: elaboración propia.

Es reseñable que, tanto en la tabla 3 como en la gráfica 1, el mayor número de visitas fue realizado en los arciprestazgos de *Zafra* (101) y *Fregenal de la Sierra – Fuente de Cantos* (100). Su elevada cifra se refleja tanto en la cantidad de municipios que comprende como el número de visitas efectuadas (el arciprestazgo Zafra dispone de 12 localidades y Fregenal de la Sierra – Fuente de Cantos de 18), así como la cercanía que presentan ambos vicariatos entre sí. Al situarse en la parte sureste de la diócesis, los visitantes solían aprovechar un mismo viaje para trasladarse a ambos territorios. Esto mismo sucede con los arciprestazgos de *Olivenza* (15 localidades con 92 visitas) y *Jerez de los Caballeros* (7 municipios con 91 informes), al estar todas las localidades cercanas y concentradas, teniendo en cuenta los siglos estudiados, era evidente que la práctica se empezara a efectuar en aquellos municipios que estuvieran más cerca de la provincia pacense. Asimismo, observamos que cuanto más tiempo transcurre, mayor es la distancia y el número de poblaciones visitadas. En el siglo XVI, únicamente visitarían la localidad de Jerez de los Caballeros, no obstante, a partir del s. XVII, aumentarían las distancias visitando los territorios que comprenden los arciprestazgos de Alburquerque, Almendralejo, Badajoz, Fregenal de la Sierra – Fuente de Cantos, Llerena, Montijo, Olivenza y Villanueva de la Serena. Con la regulación de la práctica, los prelados visitarían paulatinamente todos los municipios de la diócesis, siendo el siglo XX, concretamente con el gobierno del obispo Soto Mancera, cuando se visitan todas las poblaciones que comprende la diócesis pacense.

Análisis de los obispos-visitadores

En tercer lugar, se presentan los resultados obtenidos por prelado:

Nombre del prelado	Fechas extremas	Localidades	Nº visitas
Diego Gómez de Lamadrid O Trin (1578-1601)	1581-1597	Jerez de los Caballeros	9
Juan Roco Campofrío (1627-1632)	1628	Badajoz (parroquia La Purísima Concepción, Convento de Nuestra Señora del Valverde, Santa Lucía, Nuestra Señora de los Remedios y visita general)	6
José de la Zerda (1640-1644)	1642-1643	Jerez de los Caballeros y Zafra	3
Ángel Manrique O Cist (1645-1649)	1647-1648	Badajoz, Jerez de los Caballeros, Salvaleón y Zafra	4
Diego López de la Vega (1649-1658)	1650-1656	Almendral, Barcarrota, Burguillos del Cerro, Feria, Higuera de Vargas, La Parra, La Torre de Miguel Sesmero, Salvaleón, Salvatierra de los Barros, Valle de Santa Ana	9
Francisco de Rois y Mendoza (1668-1673)	1669-1670	Alburquerque (capellanías), Bodonal de la Sierra, Burguillos del Cerro (capellanías), Higuera de Vargas, Salvatierra de los Barros, Valencia del Ventoso, Villalba de los Barros y Zafra	7
Juan Marín Rodezno (1681-1706)	1682-1701	Badajoz (convento Santa Lucía), Higuera de Vargas y Salvaleón	4
Pedro Francisco de Levanto y Vivabiendo (1715-1729)	1715-1721	La Roca de la Sierra, La Torre de Miguel Sesmero y Zafra	4
Manuel Pérez Minayo (1755-1779)	1767-1779	Badajoz, Jerez de los Caballeros y Solana de los Barros	5
Mateo Delgado Moreno (1802-1841)	1811-1829	Aceuchal, Alburquerque, Alconera, Almendral, Atalaya, Badajoz, Bodonal de la Sierra, Burguillos del Cerro, Cheles, Feria, Fregenal de la Sierra, Higuera la Real, Higuera de Vargas, Jerez de los Caballeros, La Parra, Nogales, Valencia del Ventoso, Salvaleón, Salvatierra de los Barros, Santa Marta, Talavera la Real, Torre de Miguel Sesmero, Valencia del Mombuey, Valverde de Leganés, Villalba de los Barros, Villanueva del Fresno, Villanueva de la Serena, Villar del Rey y Zafra	74

Francisco Javier Rodríguez Obregón (1848-1853)	1848-1853	Aceuchal, Almendralejo, Bodonal de la Sierra, Bienvenida, Diócesis de Badajoz (informe de varios pueblos), Benamejí, Cabeza la Vaca, Calera de León, Calzadilla de los Barros, Fuente de Cantos, Fuentes de León, Fuente del Maestre, Higuera la Real, La Morera, La Parra, Los Santos de Maimona, Medina de las Torres, Monesterio, Olivenza, Pallares, Puebla de Sancho Pérez, Santa Marta, Segura de León, Usagre, Villalba de los Barros y Villafranca de los Barros	15
Manuel García Gil (1854-1858)	1854-1858	Alburquerque, Alconera, Badajoz, Berlanga, Burguillos del Cerro, Granja de Torrehermosa, Llera, Maguilla, Retamal de Llerena, Valencia de las Torres, Valverde de Llerena	10
Diego Mariano Alguacil (1859-1861)	1860-1861	Badajoz	3
Fernando Ramírez Vázquez (1865-1890)	1866-1879	Badajoz, Diócesis de Badajoz (varios pueblos) y Salvatierra de los Barros	6
Francisco Sáenz de Urturi Crespo (1891-1894)	1892	Badajoz y Diócesis de Badajoz (varios pueblos)	2
José Hevia Campomanes (1903-1904)	1903	Oliva de Jerez	1
Félix Soto Mancera (1904-1910)	1905-1910)	Aceuchal, Ahillones, Alange, Alburquerque, Alconchel, Aljucén y El Carrascalejo, Almendral, Almendralejo, Arroyo de San Serván, Atalaya, Azuaga, Badajoz, Barcarrota, Berlanga, Bienvenida, Bodonal de la Sierra, Burguillos del Cerro, Cabeza la Vaca, Calamonte, Calzadilla de los Barros, Campanario, Campillo de Llerena, Carmonita, Casas de Reina, Cordobilla de Lácara, Corte de Peleas, Cheles, Don Álvaro, Esparragalejo, Esparragosa de Lares,	273

		<p> Esparragosa de la Serena, Feria, Fuente del Arco, Fuente de Cantos, Fuentes de León, Fuente del Maestre, Fregenal de la Sierra, Granja de Torrehermosa, Higuera de Llerena, Higuera de la Serena, Higuera la Real, Higuera de Vargas, Hinojosa del Valle, Hornachos, Jerez de los Caballeros, La Albuera, La Codosera, La Coronada, La Garrovilla, La Haba, La Lapa, La Morera, La Nava de Santiago, La Parra, La Roca de la Sierra, La Zarza, Los Santos de Maimona, Llera, Llerena, Magacela, Maguilla, Malcocinado, Medina de las Torres, Mérida, Mirandilla, Monesterio, Montemolín, Montijo, Nogales, Oliva de Jerez, Oliva de Mérida, Olivenza, Palomas, Pallares, Puebla de la Calzada, Puebla del Maestre, Puebla del Prior, Puebla de la Reina, Puebla de Sancho Pérez, Quintana de la Serena, Retamal de Llerena, Ribera del Fresno, Salvaleón, Salvatierra de los Barros, San Benito de la Contienda, San Jorge de Alor, San Pedro de Mérida, Sancti – Spíritus, Santa María de Nava, Santo Domingo, Segura de León, Solana de los Barros, Talavera la Real, Táliga, Torre de Miguel Sesmero, Torremayor, Torremejias, Trasierra, Trujillanos, Usagre, Valencia del Mombuey, Valencia de las Torres, Valencia del Ventoso, Valle de Matamoras, Valle de Santa Ana, Valle de la Serena, Valverde de Leganés, Valverde de Llerena, Valverde de Mérida, Villafranca de los Barros, Villagarcía de las Torres, Villagonzalo, Villalba de los Barros, Villanueva del Fresno, Villanueva de la Serena, Villar del Rey, Villarreal, Zafra, Zahínos y Zalamea de la Serena </p>	
--	--	---	--

Adolfo Pérez Muñoz (1913-1920)	1914-1915	Ahillones, Albalá, Alconchel, Alcuéscar, Almendral, Almoharín, Atalaya, Arroyomolinos de Montánchez, Azuaga, Barcarrota, Berlanga, Bodonal de la Sierra, Burguillos del Cerro, Calera de León, Campillo de Llerena, Casas de Don Antonio, Cheles, Esparragosa de la Serena, Fuente del Arco, Fuente de Cantos, Fuentes de León, Fregenal de la Sierra, Granja de Torrehermosa, Higuera de Llerena, Higuera la Real, Higuera de Vargas, Jerez de los Caballeros, La Albuera, La Coronada, La Morera, La Parra, Llera, Llerena, Maguilla, Malcocinado, Monesterio, Montemolín, Montánchez, Nogales, Oliva de Jerez, Olivenza, Reina, Retamal de Llerena, Salvaleón, San Benito de la Contienda, San Jorge de Alor, Sancti – Spíritus, Santa María la Nava, Santo Domingo, Táliga, Torre de Miguel Sesmero, Torre de Santa María, Santa Marta, Usagre, Valdefuentes, Valdemorales, Valencia del Mombuey, Valencia del Ventoso, Valencia de las Torres, Valle de Matamoros, Valverde de Burguillos, Valverde de Leganés, Villagarcía de las Torres y Villanueva del Fresno.	77
Sede vacante	1639, 1659, 1664, 1665, 1674, 1675, 1676, 1679, 1680, 1731, 1733, 1737, 1741, 1746, 1750, 1751, 1785, 1786, 1842, 1844, 1895	Alburquerque, Alconera, Almendral, Atalaya, Badajoz (general, capellanías, convento de Santa Catalina y ermita de Nuestra Señora del Rosario), Bodonal de la Sierra (capellanías), Burguillos del Cerro (capellanías), Cheles, Diócesis de Badajoz (varios pueblos), Feria, Fregenal de la Sierra, Higuera de Vargas, Jerez de los Caballeros, La Albuera, La Morera, La Parra, La Torre de Miguel Sesmero, Llerena, Nogales, Oliva de Jerez, Santa Marta, Talavera la Real, Valencia del Mombuey, Valencia del Ventoso, Valle de Santa Ana, Valverde de Burguillos y Villanueva del Fresno.	66

Tabla 4 – Análisis de obispos-visitadores. Fuente: elaboración propia.

Debemos puntualizar que, en la presente tabla, nos encontramos con pequeños saltos temporales del cargo de un obispo a otro. Esto se debe a que la sede se encontraba vacante, principalmente por motivos de cese o fallecimiento, hasta el nombramiento de un nuevo prelado que rigiera la diócesis. Hasta ese momento, como ya vimos, podían efectuarse visitas pastorales bajo la responsabilidad de personal con capacidad para ello (cabildo catedral, vicario general o clérigo). Como podemos observar, 66 son las visitas que se realizan cuando el obispado se encuentra en esta situación, siendo destacables los siglos XVII y XVIII por ser los años en los que más veces se producían.

Asimismo, durante cinco siglos son 18 los obispos que ejecutarían visitas pastorales, siendo Diego Gómez de Lamadrid pionero en el siglo XVI (1581-1597) con nueve visitas efectuadas a la localidad de Jerez de los Caballeros, como ya puntualizamos en el análisis cronológico previo. Seguidamente, en el siglo XVII contamos con seis obispos que efectuarían visitas pastorales durante su gobierno. A pesar que, como observamos en la tabla, existe un número reducido, debemos tener en cuenta el número de visitas con respecto al número de años que el prelado está en el cargo, así como las localidades que centran su objetivo. Ejemplo de ello es la labor realizada por Juan Roco Campofrío (1627-1632) que durante seis años realiza 6 visitas centradas en la ciudad pacense, concretamente a los conventos femeninos de la población; Diego López de la Vega (1649-1658) con nueve años de gobierno y nueve visitas efectuadas; Francisco de Rois y Mendoza (1668-1673) que centra su régimen especialmente en visitar las fundaciones pías (Albuquerque y Burguillos del Cerro) y otras localidades que se encuentran a una distancia mayor de la capital (7 visitas en cinco años). En el siglo XVIII escasamente se producen visitas, teniendo en cuenta tanto el número de expedientes como de localidades. No obstante, a partir del siglo XIX se produciría un considerable aumento en todas las variables mencionadas (número visita, obispo y localidades). En primer lugar, destacamos al obispo Mateo Delgado Moreno (1802-1841) que, durante casi cuarenta años, efectuaría 74 visitas pastorales a diferentes pueblos de la diócesis. Observamos que, durante este período, aumentarían las poblaciones, obteniéndose una panorámica de la situación eclesiástica y el estado de sus establecimientos. Consecutivamente, destacamos a Francisco Javier Rodríguez Obregón (1848-1853) con 15 visitas en cinco años y Manuel García Gil (1854-1858) que, en 4 años, se visitaría once localidades, generando 10 expedientes. Y, por último, siendo el que mayor número de visitas ha generado, tenemos al obispo Félix Soto Mancera (1904-1910) con 273 expedientes pertenecientes al conjunto total de localidades que forman la archidiócesis. Es destacable su figura por su interés en conocer, incrementar y mejorar la religiosidad popular,

la educación de sus feligreses y la cultura general en la ciudad de Badajoz durante sus seis años de mandato (González Lozano & Pérez Ortiz, 2016). Todo ello puede verse no sólo en los expedientes de visitas pastorales, sino en todo el conjunto documental y patrimonial conservado.

Análisis de contenidos

Los expedientes también abordan diversos contenidos que son susceptibles de ser analizados. Por siglos, los contenidos más relevantes son los siguientes:

Siglo	Contenidos tratados	Información extraída
XVI	<ul style="list-style-type: none"> Estado de las parroquias: número de sacramentos otorgados, nombre y edad del cura responsable, fundaciones pías y cuentas de fábrica. 	Situación socioeconómica de las parroquias de cada población
XVII	<ul style="list-style-type: none"> Relación de todas las capellanías: nombre del poseedor y fundador, propiedades, cuentas y memorias de misas. Relación de cofradías y hermandades: nombre de la entidad, nombre del mayordomo, censos y estado de las cuentas -cargo y data-. Estado de las parroquias: cuentas de fábrica, dotes de los párrocos. Personal responsable de las parroquias: nombre del párroco, edad, cumplimiento de labores: días de la semana que otorga misas, otorgamiento de los santos sacramentos, etc. 	<p>Situación económica de las entidades dependientes al estamento eclesiástico de una población</p> <p>Personal responsable de cada institución y cumplimiento de sus responsabilidades</p>
XVIII	<ul style="list-style-type: none"> Personal responsable de las parroquias, cofradías, obras pías y patronatos: nombre y cargo. Relación de todas las capellanías: nombre del poseedor y fundador, propiedades, cuentas y memorias de misas. Estado de las parroquias: inventario de bienes, libros sacramentales, testamentarias y cuentas de fábrica. 4. Relación de cofradías y hermandades: nombre de la entidad, nombre del mayordomo, censos y estado de las cuentas -cargo y data- 	<p>Situación económica de las entidades dependientes al estamento eclesiástico de una población</p> <p>Personal responsable de cada institución y cumplimiento de sus responsabilidades</p>

XIX	<ul style="list-style-type: none"> Estado de las parroquias (cargos que componen la parroquia, número de capellanías, inventario de bienes, testamentarias, cuentas de fábrica y estado de conservación) Relación de ermitas, fundaciones pías, conventos y patronatos (personal responsable, estado de las cuentas) Personal responsable de las parroquias (cumplimiento de sus labores) 4. Instituciones que quedan por visitar (otras entidades (capellanías, obras pías, patronatos, etc.) que no han podido visitar y registran para futuros informes). 	<p>Situación económica de las entidades dependientes al estamento eclesiástico de una población</p> <p>Personal responsable de cada institución y cumplimiento de sus responsabilidades</p>
XX	<ul style="list-style-type: none"> Relación de iglesias que componen la población: fundación (siglo y evolución en su construcción), personal responsable (nombre, cargo y año de la toma de posesión), inventario de bienes y cuentas de fábrica. Relación de ermitas, escuelas de enseñanza, hospitales y hospicios, asociaciones, cofradías, conventos y fundaciones pías: fecha de fundación, personal responsable, inventario de bienes, estado de conservación y cuentas. Número de escuelas de enseñanza para niños y niñas: nombre de los maestros y auxiliares responsables, libros de textos utilizados (título – editorial) y asignaturas realizadas. Estado de moralidad, dedicación y costumbres de los feligreses: asistencia a los cultos, número de pecados y confesiones (así como el sexo que más pecan), sectas, nivel de educación, frecuencia en los matrimonios consanguíneos, número de entierros civiles, tipo de libros / periódicos más leídos, asistencia a tabernas, corridas de toros, etc. Número de habitantes (dividido por clase social (alta – media – jornaleros) 	<p>Situación económica de las entidades dependientes al estamento eclesiástico de una población</p> <p>Personal responsable de cada institución y cumplimiento de sus responsabilidades</p> <p>Nivel cultural y educativo de una población</p> <p>Nivel de instrucción religiosa</p> <p>Densidad de la población</p>

Tabla 5 – Análisis de contenidos tratados. Fuente: elaboración propia.

De todo ello, podemos sistematizar algunas cuestiones:

- Durante el siglo XVI, los expedientes toman la forma de cuestionarios (preguntas – respuestas) que el visitador realiza a los párrocos para el control de la situación económica de las entidades. Su objetivo consistía en conocer el estado de las cuentas de fábrica y la disposición de fundaciones pías que otorgaban ciertos ingresos a la entidad. En definitiva, las visitas estaban orientados a las cuestiones económicas y patrimoniales.

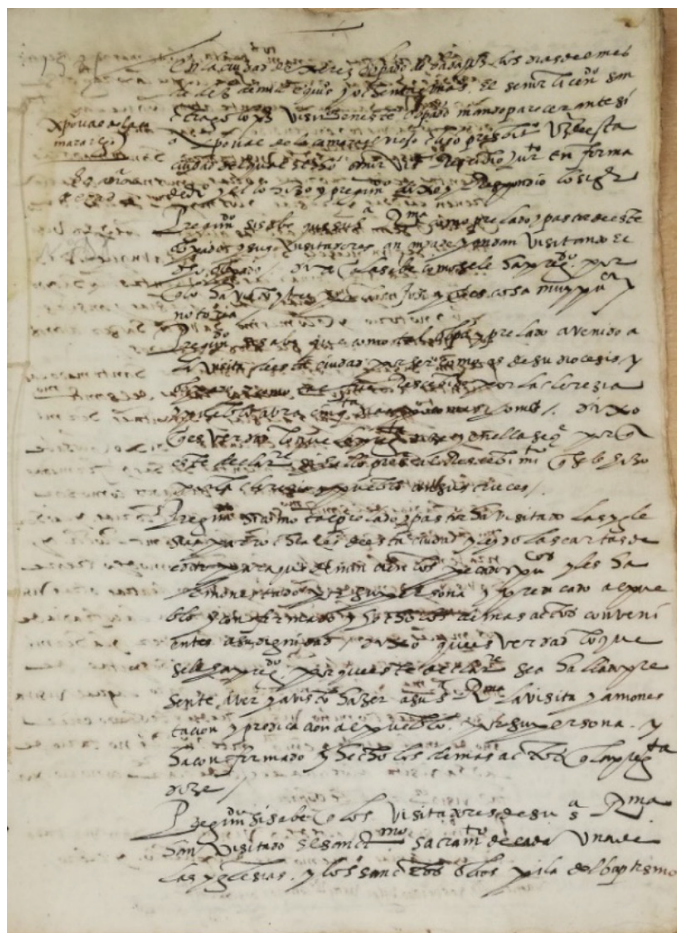


Figura 3 – Expediente de visita pastoral (siglo XVI). (Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz, comp.12A, caja 334, exp.17)

- Del mismo modo, para el resto de siglos estudiados, la economía es la principal cuestión. La estructura ya no sería en forma de formulario. Los visitantes dedican más páginas en detallar el estado

económico y en controlar el cumplimiento de las labores eclesiásticas de las parroquias, capellanías, obras pías, patronatos, cofradías y hermandades. Durante el siglo XVII se otorga cierta jerarquía en los informes a las capellanías existentes, especialmente en lo concerniente a su dotación económica. Durante los siglos XVIII y XIX se continúa empleando la misma estructura documental y los objetivos son similares. Los expedientes registran datos como el personal responsable del cargo, nombre y cumplimiento de sus labores, si realizan los actos de doctrina cristiana, - si se otorgan los principales sacramentos, por ejemplo-, el estado de las parroquias: cuentas de fábrica, testamentarias, conservación de los libros sacramentales e inventario de bienes, y el número de cofradías y hermandades, conventos, fundaciones pías y patronatos que existen, anotando el nombre del mayordomo, las propiedades y las cuentas.

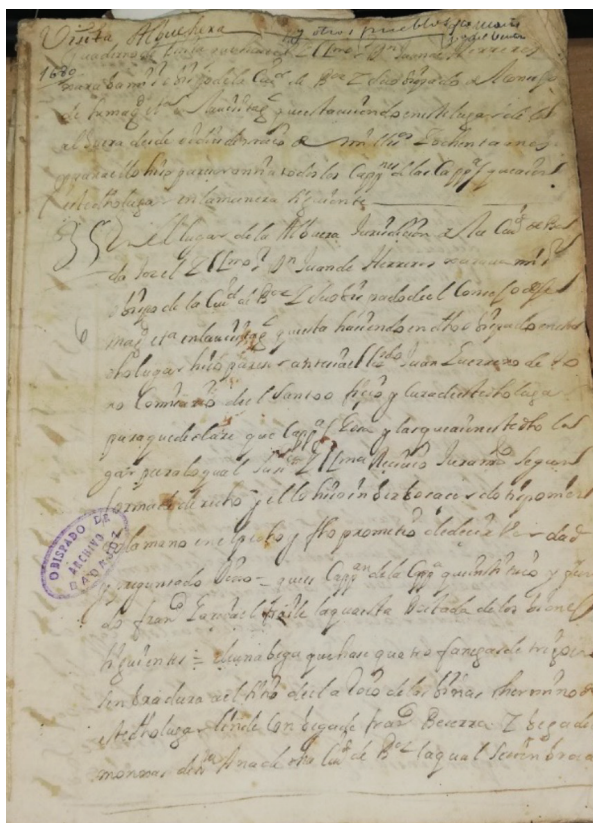


Figura 4 – Expediente de visita pastoral (siglo XVII). (Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz, comp.20A, caja 2, exp.6).

En el siglo XX, además de registrar la situación económica de las entidades, observamos que se incluyen nuevas instituciones como los hospitales y hospicios o las escuelas públicas de enseñanza. Con Félix Soto Mancera en el cargo de prelado y su gran interés en fomentar la cultura y la educación en la diócesis pacense, los informes sufren cambios en su registro, reflejo de los intereses del prelado. Además de identificar las cuestiones económicas de las diferentes entidades dependientes, se hace un mayor énfasis en aspectos sociales y poblacionales. Entre sus páginas podemos observar así, el interés en identificar el nivel educativo, cultural y religioso en la población a través del conocimiento del número de escuelas de enseñanza, asignaturas realizadas y libros de texto empleados (*Obligaciones del hombre* de Escóiquiz, *Un libro para los niños* de Calleja o *Agricultura* de Oliván; y para las niñas *La Perla del hogar* de Fernández, *Higiene y economía* de Calleja o *Guía del ama de casa* de Carlos Yeves). Asimismo, el estado de moralidad, dedicación y costumbres de sus feligreses, dedicando un apartado en describir detalladamente las impresiones obtenidas por el visitador sobre la entrega de los mismos con los principios del cristianismo: asistencia a los cultos celebrados, número de confesiones, el nivel de educación de la población y tipo de publicaciones más leídas, asistencias a tabernas, corridas de toros o malgastos económicos en ropa y bisuterías por parte de las féminas, entre otros.

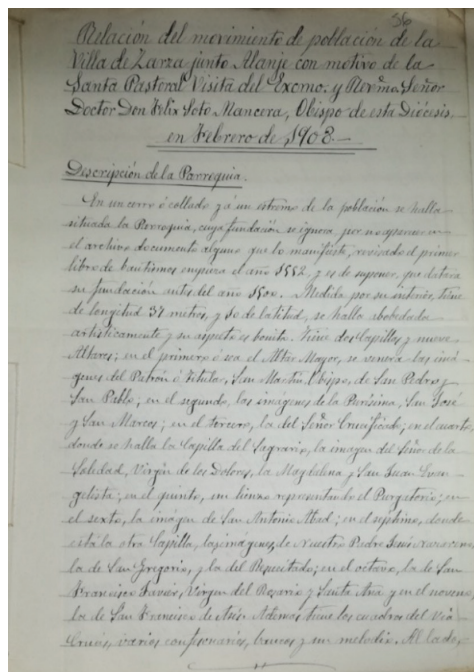


Figura 5 – Expediente de visita pastoral (siglo XX). (Archivo Eclesiástico de Mérida-Badajoz, Comp.20A, caja 6, exp.56).

En definitiva, los expedientes de visitas pastorales se han convertido en un instrumento de valor que nos permite el conocimiento estructural de una población, así como su utilidad para numerosos análisis históricos de carácter social, económico, educativo y cultural.

Guía para la investigación

Como hemos podido apreciar, los expedientes de visitas pastorales son una herramienta de gran utilidad para el emprendimiento de investigaciones históricas. A través de sus páginas podemos extraer información interesante vinculada con diferentes aspectos. Se presenta una breve guía con el fin de dar a conocer al investigador el abanico de posibilidades que dispone a través de la presente tipología documental:

- Estudios de carácter institucional: Al ser el objetivo principal el conocimiento de las instituciones eclesiásticas dependientes del obispado, las visitas cuentan con una extraordinaria proyección para la realización de variados estudios vinculados con el estamento eclesiástico: personal y entidades vinculadas (parroquias, cofradías y hermandades, monasterios, conventos, fundaciones pías, etc.). Nos permite conocer el personal que se encontraba a cargo de las parroquias, las fundaciones originadas para la celebración de misas, las cuentas de fábrica y colecturía, los inventarios de bienes y las condiciones de los edificios. En definitiva, a través de su análisis podemos analizar el funcionamiento gubernativo y administrativo.
- Estudios vinculados con la religiosidad popular: Es innegable la utilidad que presentan los mencionados expedientes para la realización de investigaciones vinculadas con la doctrina cristiana y los cultos religiosos. Se registra la percepción de los visitantes con respecto a la involucración de sus feligreses con la religión, pudiéndose analizar el nivel de instrucción religiosa en una localidad, los valores impuestos por el estamento eclesiástico o el comportamiento de la población -empleo de vocabulario malsonante, asistencia a tabernas, lecturas prohibidas por la Iglesia, celebración de matrimonios civiles- entre otros. Su análisis nos ofrece una panorámica de la situación cotidiana y actual que vivían los habitantes, permitiendo extrapolar

sus datos a otros contextos históricos y realizar comparativas de su evolución.

- Estudios de carácter económico: A través de los informes realizados por los visitantes, encontramos una sistematización del estado monetario de cada entidad dependiente. Entre sus documentos, contamos con registros de ingresos y gastos, los censos pagados por individuos adscritos a una fundación o las cuentas de fábrica de una parroquia, entre otros muchos. Este tipo de documentación no sólo nos permiten conocer la situación económica de una población en un momento determinado, sino que facilita el análisis general de la historia económica de una diócesis concreta.
- Estudios educativos y culturales: Como es sabido, la Iglesia ha ejercido una gran influencia de los contextos culturales y educativos. Nuestros expedientes, así, aportan datos sobre el número de escuelas de enseñanza, las asignaturas y libros de textos necesarios para cada sexo, el nivel de instrucción religiosa por el número de personal adscrito al sacerdocio y la dedicación de sus feligreses, entre otras muchas cuestiones. Toda esta información nos permite conocer las costumbres frecuentadas y la mentalidad que tenían los habitantes, así como el interés de la institución eclesiástica para influenciar y enseñar la doctrina cristiana, convirtiéndose en una herramienta esencial para el estudio social.
- Estudios de carácter artístico y arquitectónico: la Iglesia posee un importantísimo patrimonio arquitectónico y artístico en todos los lugares en los que se ha desarrollado. Las visitas pastorales permiten analizar con rigurosidad esta inmensa riqueza (cuadros, esculturas, alhajas, orfebrería, retablos, edificios, etc.) y ser la base documental inicial para estudios de índole artística.

A modo de resumen se presenta la siguiente tabla:

Líneas de investigación	Contenidos	Utilidad práctica
Estudios de carácter institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Denominación y características de entidades vinculadas (parroquias, cofradías y hermandades, conventos, fundaciones pías, etc.) - Identificación del personal responsable (datos personales y cargo que ocupa en el establecimiento) - Estado económico (memorias pías, colectoría, cuentas de fábrica, etc.) - Estado de conservación y bienes (inventario de bienes, evaluación de condiciones del establecimiento, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado de las instituciones dependientes (fundación, personal responsable, administración económica y condiciones estructurales). - Evolución de las infraestructuras y funcionamiento gubernativo de las instituciones
Estudios vinculados con la religiosidad popular	<ul style="list-style-type: none"> - Nivel de instrucción religiosa en la población (involucración de los feligreses, nivel de conocimiento de la religión, valores y comportamientos) 	<ul style="list-style-type: none"> - Análisis y evolución social de la religiosidad popular en una población determinada
Estudios de carácter económico	<ul style="list-style-type: none"> - Estado económico de cada entidad dependiente (ingresos y gastos, censos, cuentas de fábrica, colectorías, inventarios, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - Situación económica de las instituciones dependientes y diócesis (fundación, personal responsable, administración económica y condiciones estructurales).
Estudios educativos y culturales	<ul style="list-style-type: none"> - Número de escuelas de enseñanza - Selección de asignaturas (por sexo) y libros de textos permitidos - Nivel de instrucción religiosa (número de sacerdotes y monjas) - Implicación de los feligreses con la religión 	<ul style="list-style-type: none"> - Análisis cultural y educativo de la población - Comparativas del sistema de estudio por sexo - Valores doctrinales permitidos a través de los libros de textos seleccionados - Análisis y evolución social de la religiosidad popular en una población determinada - Presencia del estamento eclesiástico en una población
Estudios de carácter artístico y arquitectónico	<ul style="list-style-type: none"> - Denominación y características de entidades vinculadas (parroquias, cofradías y hermandades, conventos, fundaciones pías, etc.) - Inventario de bienes (cuadros, esculturas, alhajas, orfebrería, retablos, edificios, etc.) - Estado de conservación de los edificios 	<ul style="list-style-type: none"> - Análisis del patrimonio arquitectónico y artístico - Conocimiento del estado de conservación y condiciones de los edificios (implantación de mejoras, arreglos, etc.)

Tabla 6 – Líneas de investigación. Fuente: elaboración propia.

Conclusiones

1. Los archivos eclesiásticos contienen documentación de extraordinario interés histórico, lo cual supone esfuerzos continuados en la organización y descripción de sus ricos fondos documentales, la preservación y difusión ágil y la progresiva digitalización de las series más demandadas.
2. Las visitas pastorales se configuran como una de las acciones de mayor relevancia institucional. Su enorme tradición, su función de control administrativo y doctrinal y sus cardinales consecuencias para múltiples aspectos concernientes con la institución eclesiástica así lo atestiguan.
3. Los registros de visitas pastorales son una serie documental que podríamos denominar como “global” por su carácter integral. Por ende, su estudio resulta sustancial para la comprensión de contenidos históricos de carácter social, económico, cultural y político.
4. Los registros de visitas son una de las series más relevantes para la comprensión de la historia institucional de la Iglesia. Asuntos relacionados con el clero parroquial, la situación económica de las diferentes entidades locales, la supervisión sobre los aspectos doctrinales o el conocimiento de la vida intelectual, espiritual y moral son algunos ejemplos. Asimismo, la importancia de los contenidos trasciende a lo meramente espiritual y nos permiten conocer variados aspectos relacionados con las poblaciones y sus gentes: costumbres, arte, demografía, sociología, cultura y educación.
5. Los archivos eclesiásticos de Mérida-Badajoz reúnen un conjunto excepcional de registros de visitas, siendo el siglo XX el que mayor volumen de expedientes se conservan, correspondiendo con el gobierno de don Félix Soto Mancera con 273 visitas a las diferentes poblaciones que comprende la archidiócesis, caracterizándose las localidades de los arciprestazgos de Zafra y Fregenal de la Sierra – Fuente de Cantos por ser la que mayor número de visitas reciben durante los cinco siglos de estudio. A lo largo de las páginas, podemos observar que, tras la celebración del Concilio de Trento en el siglo XVI, la práctica de las visitas pastorales y la conservación de los informes previos y posteriores a las mismas se regulan, obteniendo actualmente un gran instrumento para el conocimiento histórico.

Referencias

Fuentes archivísticas

Cuestionario previo a la visita pastoral. Parroquia de San Blas [Bodonal de la Sierra]. (1921). Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz, Comp.19.A, caja 6, exp.21.

Memoria de visita pastoral. Parroquia Santa María del Soterraño [Barcarrota]. (1905). Archivos Eclesiásticos de Mérida-Badajoz, Comp.20.B, caja 5, exp.34.

Bibliografía

A Santa Fé - Congregación para los Obispos. (2004). *Directorio para el ministerio pastoral de los obispos "Apostolorum Successores"*. Editrice Vaticana.

Blázquez Ruiz, J., Vivas Moreno, A., & Pérez Ortiz, M. G. (2024). *El Archivo de la Catedral de Badajoz: Clasificación y descripción del fondo documental*. Trea.

Bravo Rubio, B. (2024). Entre parroquias, misiones y territorios de conversión: la visita pastoral de Francisco Aguiar y Seijas a Querétaro y Sierra Gorda (1685-1686). *Estudios de Historia Novohispana*, 70, 37-67.
<https://novohispana.historicas.unam.mx/index.php/ehn/article/view/77752/68857>

Cárcel Ortí, M. M. (1982). Las visitas pastorales. *Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura*, 58(4), 713-726.

Cárcel Ortí, M. M. (2007). Visitas pastorales y relaciones "ad Limina". *Fuentes para la geografía eclesiástica*. Asociación de Archiveros de la Iglesia en España.

Cárcel Ortí, M. M. (2016). Una fuente para la Historia de la sociedad religiosa y civil: Las visitas pastorales. *Almogaren: revista del Centro Teológico de Las Palmas*, 58, 11-52.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7710646>

Ceballos Roa, R. & Rodríguez López, M^a del C. (2021). De visita por dos monasterios leoneses: Santa María de Carbajal y Santa María de Otero en la Edad Moderna. In D. Arciello, J. Paniagua Pérez (Coord.) & N. Salazar Simarro (Ed. lit). *Desde el clamoroso silencio: Estudios del monacato femenino en América, Portugal y España de los orígenes a la actualidad* (pp. 171-197). Peter Lang.

Cruz Peralta, C. (2023). Entre la vida cotidiana y la «reforma de las costumbres»: visitas pastorales de Lorenzana al Arzobispado de México (1767-1769). *Toletum: boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo*, 67, 455-492. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9139790>

Díaz Bolaños, R. E. (2019). El estudio de la historia de la meteorología a través de las crónicas de Visitas Pastorales en Costa Rica (1850-1921). *Revista Estudios*, (Extra 0), 114-134.
<https://archivo.revistas.ucr.ac.cr//index.php/estudios/article/view/36264>

Domínguez Teba, J. P. (2024). La visita pastoral a Bollullos Par del Condado en el s. XVIII. *Huelva en su historia*, 18, 73-129. <https://uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelva-historia/article/view/8516>

- Durán García, F. J. (2019). Hacia la compilación y la digitalización del patrimonio documental. *Hinojal. Revista de Estudios del MUVI*, 12, 2-3. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6939878>
- García Pérez, M. S. (2009). Apuntes sobre los archivos parroquiales en España. *Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología*, 34, 1-12. <https://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/publicaciones/biblios/n34/a07n34.pdf>
- Gómez de Valenzuela, M. (2022). Mandatos de visitas pastorales y otras noticias en los Quinque Libri de la Comunidad de Daroca (1531-1791). *Xiloca: revista del Centro de Estudios del Jiloca*, 50, 11-48. <http://elbauldelamemoria.org/items/show/3413>
- González Lozano, F., & Pérez Ortiz, M. G. (2016). Félix Soto Mancera. Influencia científico-literaria y pastoral en el Seminario San Atón de Badajoz (1904-1910). *Revista de Estudios Extremeños*, 72(2), 1251-1284. https://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LXXII/2016/T.%20LXXII%20n.%202%202016%20mayo-ag/85643.pdf
- López Fernández, M. (2005). El inicio de la invasión francesa por el sur de Extremadura en 1811. *Revista de Estudios Extremeños*, 61(2), 637-654. https://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LXI/2005/T.%20LXI%20n.%202%202005%20mayo-ag/RV000056.pdf
- López Ortiz, S., Pérez Ortiz, M. G., & Vivas Moreno, A. (2023). El martirio en la documentación del Archivo Diocesano de Badajoz: Identificación y análisis de la documentación. *Anales de Documentación*, 26, 1-20. <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/572981/349001>
- López Ortiz, S., & Requena Suárez, D. (2022). Los libros corales de la Catedral de Badajoz: análisis y catalogación de los libros de canto llano del siglo XV. *Pax et Emerita: Revista de Teología y Humanidades del Arzobispado de Mérida-Badajoz*, 18, 569-589.
- Martín Riego, M. (1999). La visita pastoral a las parroquias. *Memoria Ecclesiae*, 14, 157-203.
- Martínez Oliver, B. (2016). *Arte e Iglesia a través de las visitas pastorales del obispo Juan Vic y Manrique de Lara (1573-1604)* [Tesis doctoral inédita]; Universidad Autónoma de Barcelona.
- Mateos Royo, J. A. (1993). Los "mandatos de visita" de las iglesias de Daroca (siglos XVI-XVII) como fuente complementaria. In A. Ubieto Arteta (Coord.), *Metodología de la investigación científica sobre fuentes aragonesas: (actas de las VII jornadas;* (pp. 271-279). Universidad de Zaragoza, Instituto de Ciencias de la Educación.
- Miguel García, I. (1999). El obispo y la práctica de la visita pastoral en el marco de la teología reformista. *Memoria Ecclesiae*, 14, 347-404.
- Montero Santalha, J. M. (2020). O informe da visita pastoral do bispo mindoniense Mesía de Tovar às freguesias do concelho de Cerdido em 1614. *Nalgures*, 17, 327-360. https://www.estudioshistoricos.com/wp-content/uploads/2021/07/nalgures_17.pdf
- Palestra, A. (1966). Le visite pastorali di San Carlo. *Ambrosius: Rivista di pastorale ambrosiana*, 42, 48-49.
- Pérez Ortiz, M. G. (2006). *Documentación conventual en el Archivo Diocesano de Mérida-Badajoz: confección de un sistema de información histórica (localización, análisis documental y gestión automatizada)* [Tesis doctoral inédita]; Universidad de Extremadura].
- Pueyo Colomina, P. (1981). *Iglesia y sociedad zaragozanas a mediados del siglo XVIII: aspectos geográficos, demográficos, sociológicos, eclesiásticos y fiscales de la dióce-*

- sis de Zaragoza a través de una visita pastoral del prelado Francisco Añoa (1745-1749)* [Tesis doctoral inédita]; Universidad de Zaragoza.
- Pueyo Colomina, P. (1999). Los viajes eclesiásticos.; In M. A. Magallón Botaya (Coord.), *Caminos y comunicaciones en Aragón* (pp.185-196). Institución Fernando el Católico.
- Puigvert i Solà, J. M. (2003). *Les visites pastorals dels orígens medievals a l'època contemporània*. Associació d'Història Rural de les Comarques Gironines.
- Saborit Badenes, P. (1999). Las visitas pastorales: mentalidad y costumbres. *Memoria Ecclesiae*, 15, 341-373.
- Sarmiento Pérez, J. (2016). Estudio de la visita pastoral realizada por don Diego Mariano Alguacil Rodríguez a la diócesis de Badajoz, entre 1860 y 1861. *Pax et Emerita: Revista de Teología y Humanidades del Arzobispado de Mérida-Badajoz*, 12, 173-192.
- Sarmiento Pérez, J. (2022). Visita Pastoral a la villa de Zafra en el año 1832. *Cuadernos de Çafra*, 18, 175-210. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8869753>
- Silva Ramírez, E. (1999). Las visitas pastorales en la Diócesis de Almería. *Memoria Ecclesiae*, 15, 423-439.
- Solís Rodríguez, C. (1999). Las visitas pastorales y el patrimonio arquitectónico y mobiliario de la Iglesia. *Memoria Ecclesiae*, 14, 411-450.
- Sorondo, I. (1994). Mandatos de visita de los señores obispos de Calahorra y La Calzada. Bergara. Parroquia de San Pedro. Años 1512-1568, 1667-1763. *Cuadernos de Sección. Antrología-Etnografía*, 11, 27-310. <https://www.eusko-ikaskuntza.eus/PDFAnlt/zainak/11/11279310.pdf>
- Toral Fernández, J. J. (1997). Las visitas pastorales. *Boletín del Instituto de Estudios "Pedro Suárez"*, 10, 145-150.
- Venard, M. (1990). "Le visite pastorali francesi dal XVI al XVIII secolo.", In U. Mazzone & A. Turchini (Eds.), *Le visite pastorali. Analisi di una fonte* (pp. 13-55). Il Mulino.
- Vivas Moreno, A., & Pérez Ortiz, M. G. (2015). Los archivos diocesanos: análisis de series documentales e importancia para la investigación histórica. *Investigación bibliotecológica*, 29 (65), 73-99. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2015000100004

Recensões críticas



Museu e Bibliotecas do Porto, & Câmara Municipal do Porto. (2023, agosto a 2024, setembro). *Comemoração do Centenário do Nascimento de Fernando Távora (1923-2023)* [Exposição e Programa]. Programa Távora 100, Porto. 468 p., 4 h., grab., mapas, fotos, enc. pasta dura.

PEDRO LÓPEZ GÓMEZ

Profesor Catedrático de Biblioteconomía y Documentación de la Facultade de Humanidades de la Universidad de A Coruña

plogo@telefonica.net

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5648-250X>

No es un libro fácil. Su riqueza y variedad informativa se corresponde con una estructura compleja, que no se descubre a primera vista. Identificamos una introducción titulada *A Urgência da Cidade: O Porto e 100 anos de Fernando Távora*, que incluye 4 artículos en que Rui Moreira, Alexandra Cerveira Lima e Jorge Sobrado, a modo de presentación, nos caracterizan la obra del homenajeado con una reflexión sobre sus criterios de reconstrucción de la antigua Casa da Câmara. Este último, antiguo Director del Museo y las Bibliotecas de Porto, y coordinador general de la reapertura de la antigua Casa da Câmara y de la exposición *A Urgência da Cidade*, tiene palabras de agradecimiento a diversas personas e instituciones, entre otras a Manuel Real, a quien “convidei a coordinar científicamente esta exposição e este catálogo”.

Y como tal “Curador científico da exposição” Manuel Luis Real, escribe una “Introdução” en que además de glosar la erudición e inteligencia de Fernando Távora, nos informa de la estructura general de la exposición así como la del presente catálogo. La primera se organizó en tres partes, respondiendo a la estructura física de la Torre o antigua Câmara: *I Torre das Memórias*,

II *A Urgência da Cidade*, en que se resaltaba la importancia de los trabajos de obra pública de Távora, y III, *Roteiro Portuense de Fernando Távora* en que se da un recorrido biográfico de su obra, respaldada por fotografías y documentos multimedia. Complementariamente se destacan aspectos de su formación intelectual, a través de sus escritos, sus colecciones y sus investigaciones sobre arquitectura vernácula e moderna e arte portuguesa. Destaca Real la aportación de los Servicios Culturales de la CMP y de otros prestatarios como el fotógrafo Ferreira Alves.

En cuanto al catálogo, nos comenta que se divide en 6 partes. I *Torre das Memórias*, sobre el origen, función, abandono, ruina y recuperación de los antiguos Paços do Concello, con un proyecto innovador de Távora; II *O Arquitecto: Formação, Circunstância e Pensamento*, en que, además de un texto “seminal” del propio Távora, “O problema da casa portuguesa”, aparecen contribuciones de arquitectos y otros especialistas en materias varias, de los que citaremos, por conocimiento afectuoso, a Álvaro Siza y a Armando Malheiro. En III *Fernando Távora: Obra em síntese fotográfica*, con la destacada aportación fotográfica de Luis Ferreira Alves. IV *A Urgência da Cidade: Obra Pública no Porto*, tiene un contenido acorde con el título. En V *O Homem: para além do Arquitecto*, le recuerdan sus tres hijos, y el propio Real rememora a sus primeros maestros, y otros colaboradores a sus amigos tertulianos, y sus afanes coleccionistas. Y finalmente, en VI *Comemorações do centenário do nascimento de Fernando Távora*, Real presenta el *Roteiro* de la exposición, y las diversas actividades ligadas al Programa del Centenario.

Además de los textos, que ofrecen como se ha señalado un abanico de las diferentes facetas personales y profesionales del homenajeado, las 467 páginas del libro se acompañan de un apabullante despliegue de mapas, planos, diseños, fotos, grabados, textos manuscritos, láminas en blanco y negro y color, de edificios, conjuntos urbanos, paisajes, objetos y personajes, en donde, por supuesto, Távora es el protagonista. Libro complejo por su estructura y contenido, incorpora también un diseño atrevido, que lo convierte en una pieza bibliográfica singular, además de ser una biografía insoslayable del arquitecto Távora.

Vaquinhas, N. (Coord.). (2024). *Atas do V Encontro de História de Loulé (30 de setembro e 01 de outubro de 2022)*. Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal.

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Investigadora integrada no

Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra

anasilva@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

No âmbito do VII Encontro de História de Loulé realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2024, foram apresentadas as atas relativas ao V Encontro de História de Loulé, que se realizara nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2022, editadas pela Câmara Municipal de Loulé, através do seu Arquivo Municipal.

Com coordenação do Doutor Nelson Vaquinhos, publica os textos de 15 autores que participaram do Congresso, em linha com o grafismo e edição dos números anteriores. O volume, com 247 páginas, e com uma ampla cronologia abre com o texto de João José Alves Dias, proferido na conferência inaugural, e subdivide-se em cinco (5) secções: Documentos e Heráldica; Saúde e epidemias; Ofícios, Defesa e Religião; Política e Finanças; Personalidades, Instituições e Revoltas populares; com um total de 14 textos.

No texto da conferência inaugural, “A importância da documentação local para a renovação da historiografia”, (pp. 7-10) João José Alves Dias começa por felicitar o Arquivo Municipal de Loulé pela salvaguarda de documentação produzida ao longo de séculos que contam a história do concelho, mas que é também um “arquivo nacional”, pois permite completar e/ou complementar pedaços da história de Portugal que faltam, por exemplo, no arquivo nacional. Ao mesmo tempo, diz, que a documentação existente no Arquivo Municipal de Loulé permite compreender o que anda

perdido, porque se guardaram fragmentos ou versões de edições do que falta noutros arquivos, do que dá exemplos. Termina com a importância de um arquivo, qualquer arquivo, para a produção historiográfica, com destaque para a documentação municipal.

A primeira secção — **Documentos e Heráldica** — abre com um texto de Pedro Pinto sobre “O inventário das escrituras da Câmara de Loulé (1381)” (pp. 11-24). O autor começa por explicar que, principalmente a partir dos séculos XIV e XV, muito devido à complexificação das relações da Coroa com os concelhos, houve um aumento exponencial de documentação. Dá exemplos de diversas tipologias documentais produzidas no âmbito das atividades das câmaras municipais, a que se juntava toda a documentação que emanava da Coroa e da administração periférica dirigida aos concelhos. No entanto, ressalva, “assim como eram criados, muitos documentos tinham uma existência efémera” (p. 11), a que se junta a perda e/ou destruição de documentos e arquivos por desleixo, acidentes, catástrofes naturais (como fogo) ou guerras. O autor passa então ao ponto principal: será possível reconstituir a paisagem dos arquivos medievais a partir de um inventário coevo? Oferece como exemplo o inventário do cartório de 1381 do município de Loulé, o mais antigo dos 10 inventários de cartórios medievais que se encontram no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Apresenta a metodologia utilizada e as diversas questões a colocar na análise do inventário e afirma que as três características — ordem, dinâmica e acessibilidade — têm uma potencial característica temporal. Concretiza as possibilidades teóricas do uso desta tipologia documental. Por seu lado, o inventário de Loulé atesta um reduzido número de documentos no cartório (17) e omite cadernos ou livros cuja existência é referida noutro lugar. O autor explana o conteúdo do inventário e conclui que 60% são escrituras régias (10 documentos dos 17) e os demais documentos focam-se nas relações económicas com o concelho vizinho de Faro. Termina o autor com a feliz expressão de “arca-tesouro” (p. 21) significando o que reunia “num único espaço portátil” (p. 21) as escrituras que durante mais de um século o concelho foi obtendo da Coroa, para defesa dos direitos do concelho de Loulé. Nenhum dos documentos sobreviveu, não existem no Arquivo Municipal de Loulé e não existe outro inventário camarário da vila para cotejo.

O segundo texto, intitulado “O foral novo de Loulé no contexto do reinado de D. Manuel I” (pp. 25-37) da autoria de José Manuel Garcia, contextualiza o foral de 1 de junho de 1504 na atividade global do soberano, falecido em 1521, sendo que o foral de Loulé já foi estudado e publicado (Serra, 2004). O autor começa por referir o número de moradores de Loulé

na época manuelina e chega à conclusão que o concelho ocupava o quinto lugar entre os concelhos mais habitados do Algarve, que, em 1527, teria 4599 habitantes. Passa depois para as reformas elaboradas por D. Manuel I durante o seu reinado, de que destaca a mais ambiciosa de todas: a reforma dos forais do país, projeto que decorreu entre 1495 e 1520.

O terceiro texto é da autora Lina Maria Marrafa de Oliveira e é sobre “O Brasão de Armas de Loulé: estudo histórico-artístico dos símbolos heráldicos do município de Loulé” (pp. 39-70). A autora apresenta, numa sequência cronológica, os testemunhos materiais de símbolos identificativos assumidos pelos concelhos e escolhidos nas assembleias dos homens-bons: aquilo que chama de uma proto heráldica. Começa pelos selos e o seu conteúdo iconográfico — castelos, cursos de água, hagiografia, elementos vegetalistas ou zoomórficos, astrológicos, até novas iconografias como cavaleiros de bandeiras usados ao longo dos séculos XIV e XV. Passa, depois, para a análise da iconografia manuelina, através da qual D. Manuel veiculou os seus objetivos de afirmação, centralização do poder e propaganda régia e pessoal, de que a cruz da Ordem de Cristo e a esfera armilar são exemplos maiores, e nível concelhio, afirmando-se através da renovação dos forais. Os símbolos de carácter utilitário e identificativo usados pelos concelhos foi progressivamente sendo substituído por um valor de atestado de nobreza durante a época moderna, diz-nos a autora. A partir do século XVI são elaborados os primeiros registos de heráldica pelos concelhos. A novidade foi a fixação dos símbolos concelhios num escudo, originando um verdadeiro brasão de armas e, conseqüentemente, o nascimento da heráldica autárquica, embora sem legislação adequada, o que se manteve até ao século XIX com o Liberalismo, altura em que serão elaborados decretos para a sua regularização. No século XX a legislação sucede-se e as determinações dos símbolos a usar. No caso de Loulé, os selos proto heráldicos usados pela edilidade remontam ao século XIV, embora se desconheça a sua iconografia, pois até à data não se encontrou numa matriz sigilar. Assim, o exemplar mais antigo que a autora considera é o brasão real que está hoje no Chafariz das Bicas Velhas — onde figura um loureiro (associado ao topónimo Loulé, com lenda D. Fernando I de Leão afirmou *Lauros est* que passou a *Lauroé*, *Laulé*, Loulé — embora haja também hipótese de nome moçárabe Al-‘Ulya olival e oliveira). Outra pedra talhada em relevo, junto desta, teria um loureiro sobre um castelo, seria, pois, a primeira figuração simbólica de tipo heráldico do município de Loulé. Apresenta fontes documentais e iconográficas para atestar o que diz. Depois elenca autores e obras publicadas sobre o assunto.

Saúde e Epidemias é o título da segunda secção. Começa com um texto de André Filipe Oliveira da Silva que escreve sobre “Algumas questões sobre a lepra no Portugal Medieval a partir do caso de Loulé” (pp. 71-82), objeto de estudo dos historiadores da Idade Média que o autor explora a partir do Arquivo Municipal de Loulé. O autor começa por contextualizar os estudos sobre a lepra a nível internacional, com a renovação da historiografia sobre a lepra nas últimas duas décadas, passando depois para a investigação que se tem feito em Portugal neste domínio. Após este contexto alargado, o olhar do autor afunila para o caso de Loulé, explicita fontes que foram utilizadas e enuncia a questão a que procura responder: haveria ausência de leprosos em Loulé? Aceita que é possível que Loulé tenha tido gafos sem ter tido uma gafaria. Afirma que “A história da lepra no al-Andaluz e no Norte de África medieval permanece ainda maioritariamente por fazer” (pp. 74-75) e que “Não há, por ora, um trabalho exaustivo de identificação e mapeamento de gafarias medievais portuguesas.” (p. 76) o que dificulta a sua investigação. No Algarve, assinala a existência da ermida de S. Lázaro em Tavira e da gafaria de Lagos. Para Loulé não conseguiu localizar nenhum destes espaços, o que pode indicar que a lepra era presença pouco frequente ou inexistente no concelho.

Ainda no capítulo da saúde, Joana Balsa de Pinho apresenta “Epidemias, saúde ambiental e experiências urbanas em Loulé (séculos XIV-XVI)” (pp. 83-94), investigação que decorre, segundo a autora, do conceito de *health-scaping* (*health environment* – saúde ambiental) aplicado ao contexto louletano entre os séculos XIV e XVI, trabalho que amplia outra investigação realizada e publicada pela autora na revista do Arquivo Municipal de Loulé *Al-’Ulyá* (n.º 24 de 2021). Começa por explicar o que significa o conceito, depois a sua aplicação e as fontes documentais utilizadas — as atas de vereação da câmara municipal de Loulé, que registam, entre outros assuntos, questões sobre a salubridade e higiene no aglomerado urbano. Pela leitura das atas, a autora conclui que “a implementação de medidas preventivas de cariz físico, social, legal, administrativo e político, que assegurassem a saúde, segurança e bem-estar das populações, foi também uma realidade para as sociedades pré-modernas, mesmo em localidades com uma escala territorial mais modesta” (p. 85). O que mais gerou atenção ao nível da saúde ambiental no concelho foram os animais, em especial o gado — a sua alimentação, a destruição de colheitas, a utilização da água, e a circulação dos animais. Mas também o fogo e as queimadas, e as respetivas multas caso o fogo fizesse dano, e a utilização do espaço público, do rossio, os caminhos e as serventias, a necessidade de reforçar as calçadas ou de reparar muros.

Nas atas a autora encontra as medidas a implementar, a aplicação de coimas para infratores, a concessão de autorizações, as reparações e as obras de manutenção do espaço público.

Florbela Veiga Frade apresenta-nos “Os médicos cristãos-novos de Loulé no século XVII e XVIII” (pp. 95-190), em particular os casos de João Leitão, António de Mesquita e Manuel de Arroio Navarro. Os três têm em comum o facto de serem cristãos-novos, formados em Medicina pela Universidade de Coimbra e de terem exercido a sua profissão no hospital municipal como médicos do partido. A autora mostra em detalhe a perseguição que foi feita pelo Tribunal do Santo Ofício, nomeadamente a Inquisição de Évora. Termina com uma breve contextualização sobre a formação médica em Portugal e no estrangeiro, onde eram aplicadas as regras de limpeza de sangue (não podiam ser descendentes de mouros ou judeus ou de outra infecta nação), mas conclui que, no entanto, muitos cristãos-novos estudaram em Coimbra.

No âmbito da terceira secção — **Ofícios, Defesa e Religião** — outros três artigos são apresentados. “Tecedeiros, tecelões e alfaiates em Loulé nos finais da Idade Média” (pp. 111-126) é o título do artigo de Joana Sequeira que procura perceber quem eram os mesterais do têxtil e do vestuário em Loulé, no século XV, enquadrando o estudo no cenário historiográfico português. Como os municípios tinham a seu cargo a regulamentação do trabalho artesanal e industrial, as atas de vereação, as posturas e os tabelamentos municipais são as fontes primordiais para este estudo. A autora apresenta tipos de vestuário de homens, mulheres e crianças; os preços dos panos e das matérias-primas; a confirmação ou não de privilégios dados pelas vereações; os níveis de vida destes profissionais; e a evidência dos membros da comunidade judaica nestes mesteres.

João Nisa leva-nos “Por terra e por mar. O serviço militar em Loulé no reinado de D. Afonso V (1438-1481)” (pp. 127-145) com o objetivo de responder à questão: “como se preparava Loulé para a guerra, uma vila virada para o mar e com responsabilidades em terra?” (p. 127). O autor começa por afirmar que, na Idade Média, cada homem era um guerreiro, sendo possível ser chamado para a guerra a qualquer momento, apenas escusado por limite de idade, circunstâncias especiais ou incapacidade física. Após um breve enquadramento internacional, centra-se no contexto português, onde há já inúmeros estudos sobre a prática da guerra. O autor faz um breve historial cronológico das particularidades lusas nesta matéria, para chegar aos aquantados de Loulé, informação que “surge porque os indivíduos necessitavam de obter do monarca a sua carta de pousado, ou seja, de aposentado do serviço militar”, (p. 130) quer fosse por invalidez, incapacidade ou limite de

idade (70 anos). O oficialato local está bem registado, diz-nos, com coudéis e escrivães de coudelaria, com a carta de coudelaria copiada nos livros de atas de vereação de Loulé. O autor destaca que “Uma das particularidades de Loulé reside no elevado número de moradores pertencentes às minorias étnico-religiosas — judeus e mouros — instalados no seu território. Tal como os seus concidadãos cristãos, não estavam isentos de prestar o serviço militar devido ao rei.” (p. 132). Apresenta os besteiros do conto de Loulé, instalados no concelho por ordem de D. Afonso IV, a quem, mais tarde, D. Afonso V atribuiu inúmeros privilégios, enumerados pelo autor. Acrescenta que “Os anadéis locais possuíam importantes funções relacionadas com o recrutamento, organização e mobilização dos besteiros do conto.” (p. 137). E destaca a única referência a um anadel em Loulé: Vasco Esteves. Termina com os besteiros de cavalo, que gozavam de inúmeros privilégios, mesmo quando se aposentavam, o que gerou sucessivas manifestações. Ao tempo de D. Afonso V apenas dois anadéis em Loulé aparecem referidos na chancelaria régia. Por fim, apresenta o recrutamento de louletanos para várias situações de guerra ou para as praças no norte de África.

A terminar esta secção, Mário Farelo apresenta o trabalho “A vinculação na igreja de São Clemente de Loulé (sécs. XIV-XVII)” (pp. 147-169), sistema que, segundo o autor, “subsistiu durante cerca de 600 anos (entre finais do século XIII e 1863), data da legislação que aboliu os morgados (com a exceção dos pertencentes à Casa de Bragança)” (p. 147). O autor estabelece as características de um vínculo, «casas da alma», e escreve que “São Clemente foi a única paróquia medieval louletana, uma vez que as instituições regulares estabelecidas no território louletano foram em número reduzido e relativamente tardias” (p. 151). O autor apresenta as fontes a partir das quais se pode analisar o vínculo da igreja de S. Clemente em Loulé, para, de seguida, dar exemplos de instituidores de capelas na referida igreja, a primeira referida em carta régia de 1472 por João Eanes Pica. Percorre todo o século XV e XVI, desde as capelas de instituições até às de familiares. Por fim, questiona-se sobre a falta de vinculação antes do século XIV, dando várias hipóteses interpretativas para o facto.

Política e Finanças é o título da quarta secção que começa com um estudo de Marco Alexandre Ribeiro sobre “Os Mesterais e a Vereação: a relação entre a elite camarária louletana e os mesterais no final da Idade Média” (pp. 171-192), para cujo trabalho recorre aos livros de atas de vereação de Loulé de forma a compreender essa dinâmica. Como diz o autor no resumo: “Esta abordagem permitirá compreender em maior forma os modos de vida em sociedade e as relações políticas, económicas e sociais entre

diversos corpos sociais distintos dentro de um espaço e tempo claramente definidos.” (p. 171). O autor enquadra o estudo no contexto nacional, apontando a bibliografia especializada sobre o tema, e aproveita as metodologias adotadas em estudos coevos para aplicar ao caso louletano, procurando preencher uma lacuna. Os mesterais eram um grupo importante no quotidiano das vilas e cidades, pela sua atividade profissional, produção artesanal e gestão financeira dos espaços urbanos, escreve. E acrescenta:

Agrupamos neste vasto e heterogéneo corpo social todos os que tinham enquanto ocupação profissional exclusiva ou compensatória a transformação de matérias-primas em bens de valor acrescentado. A estes juntamos ainda alguns indivíduos que se ocupavam da venda destes bens, já que os próprios produtores eram, muitas vezes, também vendedores. Quer isto dizer que a um conjunto composto de carneiros, sapateiros, alfaiates, ourives, padeiras, tecedeiras, ferreiros, carpinteiros ou pedreiros se juntaram aqui também regatões e regateiras. (p. 174)

Para Marco Alexandre Ribeiro, “a natureza das profissões também se materializava em condições socioeconómicas distintas entre os vários mesterais” (p. 174), o que significa uma diferença nos estatutos económicos dentro deste grupo heterogéneo. Aponta a inegável riqueza de informação existente nas atas de vereação para o estudo dos espaços urbanos (mas também do conjunto do reino) no período final da Idade Média, enquanto permitem perceber de que forma os mesterais se envolveram ou se afastaram do exercício de governo da vila de Loulé. Afirma que

Esta participação materializar-se-ia, por isso, não no exercício deste ou daquele cargo de maior ou menor importância na hierarquia do poder local medieval, mas sobretudo numa mais ou menos relativa capacidade de negociação, diálogo ou confronto entre os mesterais e as instâncias do poder institucional. (p. 179)

Complementa o estudo com os níveis de literacia dos indivíduos analisados, através das assinaturas dos Mesterais existentes neste corpo documental.

“Quando a vila é chamada a contribuir: o pedido régio de 1468 em Loulé” (pp. 193-214), de Catarina Rosa, explora este imposto geral extraordinário votado em Cortes no valor de 60.000 florins. Este imposto régio generalizou-se a partir de 1385 (crise dinástica de 1383-1385 e início da guerra com

Castela que se prolongou até 1411), e estendia-se a todo o território português, prerrogativa de exclusivo usufruto régio, à semelhança do que acontecia noutros reinos medievais da Europa ocidental. A autora faz notar que “os pedidos configuravam um imposto direto que incidia sobre a fortuna pessoal das pessoas tributáveis, pelo que a sua arrecadação implicava um trabalho prévio de avaliação dos bens móveis e imóveis dos contribuintes” (p. 195). A documentação utilizada para este estudo incide nos cadernos ou róis dos contribuintes, correspondentes a uma freguesia, quadrilha ou localidade, distinguindo-se entre os cadernos do povo e os cadernos dos privilegiados. A autora assevera que estes cadernos configuram uma tipologia documental escassa no contexto da documentação medieval portuguesa e que, na verdade, Loulé é o único concelho ou, como prefere dizer, a única sede de almoxarifado, da qual existem exemplares desta documentação, sendo conhecidos oito cadernos completos e um fragmento, referentes a quatro pedidos diferentes, aqui identificados pelas reuniões de Cortes em que foram votados (1460, 1468, 1473 e 1478). A autora explora os cadernos dando conta do número de contribuintes e sua qualidade, dos escalões onde se inseriam, dos montantes pagos e os quantitativos obtidos.

A última secção — **Personalidades, Instituições e Revoltas populares** — começa com o artigo de Teresa Fonseca que nos apresenta “Tensões sociais na freguesia do Ameixial sob o regime miguelista. A prisão de Joaquim Palermo de Aragão” (pp. 215-224) a pretexto da revolta liberal desencadeada no Algarve a 25 de maio de 1828 e que serviu de desculpa para prender alguns presumíveis adversários de D. Miguel. A autora apresenta a personagem principal: “Natural de Loulé, de 33 anos de idade, casado com Maria do Pilar e residente no Ameixial, Joaquim Palermo de Aragão possuía propriedades nesta freguesia, onde era ainda capitão de ordenanças” (p. 216).

Leonor Calvão Borges apresenta-nos os “Parlamentares Louletanos dos séculos XIX e XX” (pp. 225-234) “tendo por base as fontes primárias da documentação existente no Arquivo Histórico Parlamentar, bem como as bibliografias parlamentares já publicadas” (p. 225). Começa por enquadrar o início da instituição parlamentar, com a Constituição de 1822 — Monarquia Constitucional até chegar à revolução de 5 de outubro de 1910 e a instauração da República, com a Assembleia Nacional Constituinte que daí resultou, e que aprovou a primeira Constituição republicana a 21 de agosto de 1911, altura em que o parlamento passou a designar-se Congresso da República, sendo constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A autora identifica 14 deputados louletanos entre 1874 e 1965 (dois na Monarquia Constitucional, quatro na 1ª República e sete no Estado Novo) e traça o seu

perfil sócio-económico-profissional, assim com o número de legislaturas em que serviram. A autora esmiúça em detalhe a atividade parlamentar dos louletanos no parlamento português.

“Natureza algarvia no pensamento de agrónomos e silvicultores no Estado Novo: Gomes Guerreiro e Leal de Oliveira” (pp. 235-243) é o título do artigo de Ignacio García Pereda. O autor explica as ideias destes dois técnicos para o Algarve e as questões ambientais que os preocupavam. Começa por fazer o enquadramento nacional com a criação de diferentes organismos ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1930, e a institucionalização de dias comemorativos, como o Dia da Árvore ou o Dia da Floresta, as reformas realizadas ou tentadas na e fora da Assembleia Nacional, e a necessidade de criação de parques nacionais ou reservas em Portugal continental. O autor explica a mudança na paisagem e a crescente desertificação, e esclarece que “Os primeiros espaços protegidos do Algarve só foram criados em democracia, quando o silvicultor e arquiteto paisagista Fernando Santos Pessoa trabalhava com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles no Governo.” (p. 241).

Os artigos acima brevemente sintetizados demonstram bem a importância das fontes salvaguardadas no Arquivo Municipal de Loulé para a história do concelho. Ao mesmo tempo, a qualidade dos textos e dos autores atestam a capacidade do Arquivo Municipal de Loulé em captar o interesse sobre os seus documentos e a memória que salvaguarda.

Referências bibliográficas

- Pinho, J. B. (2021). Saúde, segurança e bem-estar das populações de Loulé (1495-1521): o contributo das atas de vereação. *Al-'Ulyá – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 24, pp. 79-92.
- Serra, M. P. (Coord.). (2004). *Foral de Loulé de 1504 – D. Manuel*, Loulé: Câmara Municipal de Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé.

BAUC VOL. 38-2, 2025

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

A Ciência da Informação na Universidade de Coimbra:
Um estudo epistemológico das investigações desenvolvidas
nos 2.º e 3.º ciclos de estudos
Paulo Vicente; Maria Beatriz Marques; Liliana Isabel Esteves Gomes; Carlos Guardado da Silva

Dois anos de vida com o Cartório das Propriedades: Fontes judiciais
do ambiente construído de Lisboa do século XVIII e inícios do século XIX
Sandra M. G. Pinto

Educar para a missão: A presença das Irmãs de São José de Cluny
em Coimbra e o Colégio da Rainha Santa Isabel (1875-1941)
Filipe Miguel de Andrade Campos

Miscelánea de arte y poder en las encuadernaciones heráldicas
de la Biblioteca Arzobispal de Granada
Carlos Díaz-Redondo; Elvira-Julieta Miguélez González

Monarquia e arquipiscopado: As duas mortes de D. Diogo de Sousa,
arcebispo e senhor de Braga (1505-1532)
Isabel dos Guimarães Sá

Os profissionais da informação da Região do Algarve: 2020-2025
Carlos Guardado da Silva; Alexandra Centenico

O que lê um guarda dos cárceres do Santo Ofício de Coimbra:
A biblioteca de António de Moraes da Costa (1769)
Isabel Drumond Braga

Las visitas pastorales en los Archivos Eclesiásticos, fuentes para la investigación histórica: El ejemplo de los
Archivos-Eclesiásticos de Mérida-Badajoz
Guadalupe Pérez Ortiz; Agustín Vivas Moreno; Sonia López Ortiz

RECENSÕES CRÍTICAS

Museu e Bibliotecas do Porto, & Câmara Municipal do Porto. (2023, agosto a 2024, setembro).
Comemoração do Centenário do Nascimento de Fernando Távora (1923-2023) [Exposição e Programa].
Programa Távora 100, Porto. 468 p., 4 h., grab., mapas, fotos, enc. pasta dura
Pedro López Gómez

Vaquinhas, N. (Coord.). (2024). Atas do V Encontro de História de Loulé (30 de setembro e 01 de outubro
de 2022). Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal
Ana Margarida Dias da Silva

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <https://www.uc.pt/auc/>